



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANGELO DE SOUSA ZANONI

**MONOPOLIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS: A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA

2015

ANGELO DE SOUSA ZANONI

**MONOPOLIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS: A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim.

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

- Z33m Zandoni, Angelo de Sousa, 1988-
Monopolização e r-existências : a educação do campo na territorialidade camponesa no Noroeste do Espírito Santo / Angelo de Sousa Zandoni. – 2015.
250 f. : il.
- Orientador: Paulo Cesar Scarim.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.
1. Colonização agrária. 2. Camponeses - Espírito Santo (Estado). 3. Educação rural. 4. Território. I. Scarim, Paulo Cesar, 1968-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

“MONOPOLIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS: A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO”

ANGELO SOUSA ZANONI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

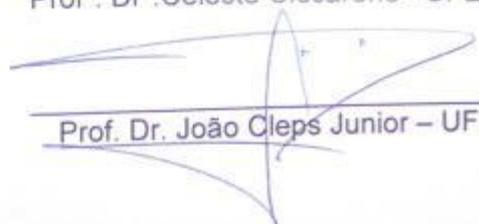
Aprovada em 18 de Agosto de 2015 por:



Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim – Orientador - UFES



Profª. Drª. Celeste Ciccarone – UFES



Prof. Dr. João Cleps Junior – UFU

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho requer um tipo de força. E força requer energia. Essa energia é passada por diversos modos e pessoas.

Primeiramente agradeço a energia superior e divina, seus diversos vetores que nos empurra sem às vezes perceber.

Ao meu pai, Amauri, e minha mãe, Elda, que mesmo nas dificuldades de sua época para continuidade dos estudos, sempre souberam a importância da educação. É por isso que a realização de um curso superior de seus filhos é também a realização deles próprios. São eles também a fonte dos saberes os quais compartilho.

À Carol, irmã querida, que me deu e continua me dando muitos incentivos para continuar. Sou muito grato pelo companheirismo de todos esses anos.

À Tamiris, minha companheira. Esses anos de mestrado foram também anos de um amor consolidado. Sou muito grato por ela ao meu lado.

Aos meus familiares, em especial: tia Margareth, tio Antenor, tio Zé, Mara, tia Tereza, tio Zibe (e sua viola), tio Sérgio, tia Zizi e tio Marquinhos, Clarice, Bárbara, Lolo e Cema. Familiares que gostam de uma bagunça e que acabavam me distraíndo de forma muito positiva.

Aos Professores João Cleps Junior e Celeste Ciccarone, pelo aceite e disponibilidade em fazer parte da Comissão Examinadora deste trabalho. Serei muito grato às contribuições.

Ao Observatório dos Conflitos no Campo, primeiro grupo de pesquisa que tomei conhecimento e que me inseriu nessa apaixonante questão, que é a questão agrária. Um abraço especial ao primeiro coordenador desse grupo, meu professor e orientador desta pesquisa, Paulo Cesar Scarim, agradeço essa forma especial de orientar e transmitir o conhecimento, que não é uma orientação em que os caminhos estejam dados, mas que necessitam ser descobertos por nós mesmos.

Também agradeço a atual coordenadora desse grupo, a professor Simone Raquel Batista Ferreira, que me ajudou muito desde o Trabalho de Conclusão

de Curso em Geografia e agora com esta dissertação. Sou muito grato pela sincera atenção dada para o avanço deste estudo.

Jamais poderei esquecer de agradecer as pessoas envolvidas com o CEFFA do Bley, devido o grande apoio dado para a realização desta pesquisa. Todos os monitores, em especial Jaime, Josi, Jeferson, Ednaldo, Son, Michel. Às cozinheiras da escola pelos deliciosos saberes e sabores. Aos estudantes que, curiosos em me conhecer, acabaram transmitindo muito conhecimento durante as conversas nos banquinhos da escola. Aos familiares que me receberam com maior carinho e satisfação, e me proporcionaram muitas reflexões e acréscimos neste trabalho.

Ao Coletivo Casa Verde que mostrou o protagonismo estudantil nas atividades nas quais participava. Torço pela continuidade, com mais vontade e intensidade.

Ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA), que desenvolveu um ótimo trabalho, e que ainda tem um potencial enorme para contribuir com as questões do campo no Espírito Santo. Um agradecimento especial ao professor João Carlos Saldanha do Nascimento Santos.

Agradeço aos agbean@s, que convivi por alguns anos, e que entenderam meu afastamento nesse último ano de mestrado. Obrigado por compartilhar com vocês a emoção de fazer um Congresso Brasileiro de Geógrafos na UFES.

Aos colegas Ivan Drago Matiuzzi, Gustavo Passos Leite, Kaio Gava e Leonardo Amorim, que me ajudaram na confecção dos mapas deste trabalho. Obrigado por não cobrar, mas por ensinar a fazer.

Aos angoleiros do Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo, que nos comprova a existência de outras fontes de conhecimento para além do técnico e científico. Axé forte!

Agradeço também aos colegas da universidade: Pomerano, Heider, Guaçuí, Cabelão, Luiza, Miojo, Douglas Bonella, Ludovico, Rodrigo, Douglas Salaroli, Paola Carol, Demian, Guarapa, Vitor Bessa, Farofa e Isabela, Sara, Jéssica, Pedrinho, Leozinho e Duff.

Aos amigos, que considero irmãos de rua, do bairro em que nasci. Aquele abraço à Nova América e em especial: Vitor, Ticão, Filipim, Artur, Tiago Fofão, Junim, Daniel, André, Guim, Evandro. Eles não entendem muito bem o meu sumiço, mas é um momento de solidão necessária. Um abraço de lembrança a Gustavo e Laerthe (*in memorian*), com os quais vivi uma infância intensa e cheia de aprendizados.

À FAPES, por ter me concedido apoio financeiro e institucional.

Obrigado a tod@s, inclusive a quem esqueci, pois é fato que isso iria acontecer depois de tantas linhas escritas.

Estou, sinceramente, agradecido a tod@s.

RESUMO

O avanço da colonização sempre esteve ligado à modernização. No pensamento e no discurso colonizador, é sempre necessário ocupar os “vazios demográficos”, tornar a “região estagnada” em produtiva e econômica. No entanto, o discurso do atraso não atingiu todos os povos do campo e, diferentemente daqueles que preveem o fim do campesinato, este trabalho pretende mostrar seu potencial de recriação e invenção, sejam nas práticas cotidianas, sejam nos movimentos sociais. Diante disso, esse trabalho objetiva investigar a gênese da atual estrutura agrária do noroeste do Espírito Santo, bem como os movimentos de territorialização de povos para esta área como consequência da expansão colonial até os meados do século XX. A partir daí, novas transformações ocorrem neste território, relativas ao desenvolvimento do capitalismo numa escala mundial, sobretudo pela via da industrialização. Este processo atinge diversas localidades, inclusive o noroeste do Espírito Santo e, novamente, trouxeram novas territorialidades capitalistas ao campo as quais mostram o caráter colonial do que se chamou de modernização agrícola. No norte do Espírito Santo, esta modernização se fez através da territorialização capitalista por meio dos latifúndios, principalmente no litoral e extremo norte capixaba, bem como através do monopólio da produção camponesa nas áreas predominadas por pequenas propriedades. O café, nesta ocasião, continua a ser a mercadoria chave deste processo. Acontece que esse processo não se dá de forma evolutiva e linear, pois, ao mesmo tempo, aparecem reações e movimentações de povos que resistem a esse processo de modernização, que os subjagam como colonizados. Essa resistência está basicamente ligada à autonomia que os camponeses possuem e que os possibilitam negar ou se apropriar dos instrumentos capitalistas, mas a partir de outras relações produtivas. Nesse caso, a educação do campo se torna uma estratégia central para o fortalecimento dessa territorialidade camponesa. Através da pedagogia da alternância, a escola consegue se colocar para além dos muros, promovendo um ensino mais próximo das comunidades camponesas. O Centro Familiar de Formação em Alternância (CEFFA) do Bley será tratado neste trabalho como um agente potencial para o fortalecimento da territorialidade camponesa no Noroeste do Espírito Santo.

PALAVRA-CHAVE: Territórios, campesinato, educação do campo, CEFFA Bley.

*“(...) eu não sei fazer mapa,
você não sabem andar na mata,
mas juntos, iremos andar na mata
e fazer um mapa completo”.*

Osmarino, liderança dos seringais,
em fala sobre o diálogo de saberes (SINGA 2013).

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Recorte Espacial do Estudo.....	23
MAPA 02 - Evolução da Estrutura Fundiária: Número de Estabelecimentos por Área com até 100 hectares (1960 – 2006)	25
MAPA 03 - Estrada Real: das Minas Gerais ao Rio de Janeiro, século XVII. ..	64
MAPA 04 - Processo de expansão colonial e perda de territórios indígenas: de 1850 a 1900.	70
MAPA 05 - Principais Vetores de Ocupação ao Norte do Espírito Santo.	73
MAPA 06 - Rede Hidrográfica do norte do Espírito Santo com destaque aos rios São Mateus, São José e Pancas	78
MAPA 07 - Destaque aos rios São José e Pancas	80
MAPA 08 - Destaque ao rio São Mateus.....	81
MAPA 09- Principais Rodovias construídas no anos 1940.	86
MAPA 10 - Croqui realizado por uma agricultora no município de Águia Branca, ilustrando a divisão familiar da terra.	105
MAPA 11 - Evolução da Estrutura Fundiária: Estabelecimentos e Área com mais de 1000 hectares (1960 – 2006).....	114
MAPA 12 - Zona Do Café Fino: produção do café acima de 400 metros de altitude.....	126
MAPA 13 - Produção de milho nos estabelecimentos rurais do ES (Indicativo de diversidade produtiva).	137
MAPA 14 - Produção do Café Conilon: Número de Estabelecimentos / Quantidade produzida	153
MAPA 15 - Estrutura Fundiária e Produção do Café Conilon.....	154
MAPA 16 - Escolas do Campo sob Pedagogia da Alternância	174
MAPA 17- Territorialidade do CEFFA Bley	195

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais.	121
TABELA 02 - Variação da população urbana e rural no Espírito Santo	127
TABELA 03 - Importação de Café dos Estados Unidos, 1948-1967.	129
TABELA 04 - Evolução da produção de arroz, feijão, mandioca, milho, cana e eucalipto (1940 a 2006).....	138
TABELA 05 - Produção de Café no Brasil: 2006.....	151
TABELA 06 - CAFÉ ARMAZENADO (COOABRIEL, 2013).	155
TABELA 7 - Situação Socioeconômica das famílias atendidas pela CEFFA do Bley, 1989- 2013.	192

LISTA DE QUADRO

QUADRO 01 - Quotas anuais de café para a industrialização, Brasil – 1962.	133
QUADRO 02 - Empresas Produtoras de Café Solúvel no Brasil, 1968.....	134
QUADRO 03- Principais acontecimentos para implantação do café conilon (1912 – 1972).....	145
QUADRO 04- Primeiras Escolas Família no Espírito Santo.....	183
QUADRO 05 - Comportamento da Alternância.....	187

LISTA DE IMAGEM

IMAGEM 01 - Trecho do Relatório Final do Governador Nestor Gomes, que trata da reaquisição de terrenos cedidos às Companhias Territoriais.....	62
IMAGEM 02- Indígenas Botocudos do Rio Doce. Local: Barra do rio Pancas, 1909.	67
IMAGEM 03 - Indígenas Botocudos	68
IMAGEM 04- Escritura de 25 hectares de terra à margem do rio Doce	92
IMAGEM 05 - Planta de medição e discriminação de terreno às margens do rio Doce.....	93
IMAGEM 06 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (frente).....	96
IMAGEM 07 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (verso).	97
IMAGEM 08- Secador de café no município de Marilândia.....	150
IMAGEM 09 - Fumaça derivada de secadores de café no amanhecer do dia, em São Gabriel da Palha.	150
IMAGEM 10 - Assinatura de Doação da Área Inicial do CEFFA Bley.	164
IMAGEM 11 - A EFAB em sua estrutura física inicial – 1972.....	165
IMAGEM 12 - Fotografia aérea com destaque a área do CEFFA Bley: 2014.	190
IMAGEM 13 - Situação socioeconômica das famílias atendidas pela CEFFA do Bley, 1989 – 2013.	191
IMAGEM 14 - Pinturas no muro do CEFFA Bley.....	201
IMAGEM 15 - Área física do CEFFA Bley	202
IMAGEM 16 - Visita de Estudos	206
IMAGEM 17 - Produção agroecológica de famílias de estudantes.	207
IMAGEM 18 - Diversificação x monocultura	210
IMAGEM 19 - Diversificação da produção	210
IMAGEM 20 - Diversificação x monocultura I: 2014.	211
IMAGEM 21 - Imagem aérea: monocultura x diversificação: 2014.....	211
IMAGEM 22 – Produtos do Camponato Comercializados:2014.	217
IMAGEM 23 - Pontos de comercialização direta para camponeses: 2013.....	217

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARES - Associação de Crédito e Assistência Rural

AEFAB - Associação da Escola Família Agrícola do Bley

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

APES - Arquivo Público do Espírito Santo

BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEFFA – Centro Educacional de Formação Familiar em Alternância

CELAM - Conferência Episcopal Latino-Americana

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODES - Companhia de Desenvolvimento Econômico

COOABRIEL – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EFA – Escola Família Agrícola

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária

EMCAPER - Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

EMESPE - Empresa Espírito-santense de Pecuária

FAES - Federação da Agricultura do Espírito Santo

FINDES - Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

GEOBASES – Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo

GERCA - Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura

GTECEES – Grupo de Trabalho da Educação do Campo do Espírito Santo

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IHGES - Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LaTERRA – Laboratório de Estudos Territoriais.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MEC – Ministério da Educação

MEPES - Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPEA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia.

OCCA – Observatório dos Conflitos no Campo

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PQA – Paradigma da Questão Agrária

PROJOVEM - Programa do Governo Federal para a educação de jovens e adultos que vivem no campo

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RACEFFAES – Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância

SECAD – Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade

SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNEFAB - União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 01 – REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL	29
1.1 Os estudos agrários na ciência geográfica.	30
1.2 O campesinato e a questão agrária: paradigmas e correntes teórica.....	34
1.3 A questão agrária à luz da teoria geográfica: O(s) território(s) e a fronteira.....	44
CAPÍTULO 02 – COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO: intencionalidades no estabelecimento de pequenas propriedades	59
2.1 Processo de Colonização: o discurso, a fronteira e a invisibilidade dos povos colonizados sob o olhar colonizador.	63
2.2 Caminhos Coloniais: veias abertas pela colonização.	76
2.3 As Leis Agrárias e a Criação da Companhia Territorial no Espírito Santo.....	87
2.4 Os sujeitos Des-Re-Territorializados	99
2.5 Considerações sobre o território: abrigo/recurso.	110
CAPÍTULO 03 - AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO: industrialização e modernização agrícola	113
3.1 Industrialização, Des-envolvimento, e planejamento econômico no ES.....	115
3.2 O Surgimento e crescimento da indústria de café solúvel	128
3.3 Da agricultura cafeeira ao agronegócio do café	136
3.4 Localização da produção do café conilon: territorialização em grandes e pequenos estabelecimentos.	151
CAPÍTULO 04 – CAMPESINATO E R-EXISTÊNCIA: O LUGAR DO CEFFA BLEY NA TERRITORIALIDADE CAMPONESA.	159
4.1 O Lugar do CEFFA Bley no Contexto de Ditadura e Re-democratização 160	
4.2 Educação do Campo e Pedagogia da Alternância no Espírito Santo: além dos muros e cercas da escola.	175
4.3 A territorialidade do CEFFA Bley: a alternância para o fortalecimento territorial camponês	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
ANEXOS	243

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar diferentes usos do território a partir de um recorte espacial referente ao Noroeste do Espírito Santo, admitindo-se, então, diferentes territorialidades: de monopólio, representada pelo território do capital e o agronegócio; e de r-existências, representadas pelo território do campesinato, destacando a educação do campo como elemento de fortalecimento territorial camponês.

O Noroeste do estado passou por diversas transformações, sobretudo a partir de programas de aldeamento indígena, de incentivos para colonização daquele território por meio do estabelecimento de pequenas propriedades, e da territorialização dos latifúndios nas proximidades da divisa com Bahia e Minas Gerais (Ecoporanga, Mucurici e Ponto Belo). Após esse período, novos arranjos políticos vão direcionar a estrutura econômica do Brasil e do mundo, impulsionado pelos planejamentos econômicos baseados na industrialização. A partir das elites políticas e econômicas, sobretudo durante o regime militar, impulsionou-se o surgimento de novas indústrias por meio de ideais desenvolvimentistas, os quais exerceram fortes influências e transformação das relações de produção no campo. No noroeste do Espírito Santo, a indústria de café solúvel, que expandiu-se pelo mundo a partir dos anos 1950, terá uma grande influência na territorialização do capitalismo internacional em áreas de pequenas propriedades, por meio de uma mercadoria que carrega as novas relações de produção capitalista, característica desse período de industrialização do campo e modernização agrícola: o café conilon.

Para isso, traçamos como objetivos: aprofundar os estudos sobre a construção de uma territorialidade camponesa a partir da investigação sobre o processo de territorialização ocorridos no Noroeste do Espírito Santo; investigar as transformações ocorridas no Noroeste do estado decorrentes de um novo modelo desenvolvimentista baseado na industrialização; determinar a dinâmica da territorialidade do Centro Educacional Familiar de Formação em Alternância (CEFFA) do Bley com base na proposta de uma educação do campo a que pretendem; oferecer um estudo de caso como contribuição de uma pesquisa geográfica ao debate dentro da geografia.

Esta pesquisa está relacionada com a inserção no estudo sobre a questão agrária no Espírito Santo, desde o curso de graduação em Geografia, no momento em que houve uma proximidade com o Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) e do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA). Os trabalhos realizados provocaram inúmeras questões, algumas nas quais estão neste trabalho, sob uma leitura geográfica da questão agrária capixaba, mais precisamente no noroeste deste estado.

Como metodologia, recorreremos à pesquisa de fontes secundárias, dentre elas as leis agrárias, as mensagens dos governadores, escritura de terras, fotografias, etc. Sendo estas pesquisadas no Arquivo Público do Espírito Santo - APES, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo - IHGES, no Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER e nas Bibliotecas Públicas Estadual e Municipais. Estes órgãos e instituições trouxeram elementos e materiais que, em parte, estão apresentados neste trabalho.

Pesquisamos também bibliografias de autores que contribuíram com estudos relacionados a esta temática, tanto a nível nacional quanto a nível estadual, principalmente no que se refere ao debate a partir das abordagens teórico-conceituais, regionais e também relacionadas à questão agrária brasileira e capixaba.

Outro processo de grande importância neste trabalho são as atividades de campo, realizada em dois momentos. No primeiro trabalho de campo, passamos por nove municípios entre os dias 21/05/2014 a 13/06/2014: Colatina, Marilândia, São Domingos do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Nova Venécia e Pancas. Com objetivo de registrar histórias de antigos moradores¹ sobre o processo de

¹ Sobre o trabalho de recolher informações de antigos moradores, o livro *Mémória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi (1983), contribuiu de forma paralela à escrita deste item, bem como a procedência desse diálogo com os mais velhos. A leitura desse livro me acompanhou durante os dias que compreenderam o primeiro trabalho de campo desta pesquisa.

“Recordar: do latim re-cordis, voltar a passar pelo coração” (GALEANO, 1995).

colonização dos municípios e das mudanças ocorridas a partir da modernização agrícola nos anos 1960, estas atividades permitiram o diálogo entre os sujeitos que vivenciam e/ou cujos pais/avós vivenciaram questões aqui colocadas, trazendo elementos que poucas bibliografias trataram, sob olhares muitas vezes desconsiderados. Além disso, foram realizadas entrevistas com representantes de algumas instituições que, direta ou indiretamente, perpassam pelo objeto de pesquisa proposto.

O segundo trabalho de campo foi realizado entre os dias 10/11/2014 até 21/11/2014, totalizando 11 dias de atividades de campo. Nesta etapa, a base foi o CEFFA do Bley, onde fiquei alojado e recebi grande apoio por parte dos monitores para o planejamento das atividades de campo. O objetivo dessa etapa era coletar dados da escola referente ao público atendido pela mesma, vivenciar o cotidiano do CEFFA, e entrevistar estudantes, membros de suas famílias e monitores. Os critérios foram: para estudantes, selecionamos um(a) de cada turma em atividade naquela semana, totalizando 05 estudantes; para os monitores, selecionamos um de disciplina regular (Matemática) e dois do setor agropecuário; e para as entrevistas com familiares, definimos junto aos membros diretores da escola as famílias entrevistadas, tentando garantir famílias de pequenos e médios proprietários, meeiros e assentados.

Tendo como plano de fundo a Alternância, nosso segundo trabalho de campo possibilitou visitar algumas famílias inseridas no CEFFA do Bley através de seus filhos. Foram visitadas 06 famílias, em seis comunidades de três municípios diferentes (São Gabriel da Palha, Vila Valério e Pancas).

Todos os entrevistados tiveram os nomes preservados não no sentido de ocultar o sujeito e sua voz, mas para não gerar desconfortos pessoais no que se refere a interpretação e análise deste trabalho. Acreditamos que essa escolha não interfere na essência do que foi proposto, que era dar voz aos sujeitos que geralmente são invisibilizados da história oficial e expor o conhecimento que cada entrevistado detém sobre as questões levantadas. Nesse sentido, optamos por nomes fictícios para todos os entrevistados.

Destaca-se aqui a importância do trabalho de campo para entender a dinâmica territorial a partir de diálogos e interlocuções com os sujeitos e lugares

envolvidos. Isso requer certo rompimento com uma racionalidade conduzida por atores hegemônicos, e fazer um estudo de forma endógena, na tentativa de unir o conhecimento geográfico ao conhecimento popular.

Diante disso, a história oral é um dos recursos metodológicos utilizados neste trabalho. É um recurso metodológico que, segundo Freitas (2006), “possibilita reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas” (idem, p. 53). Para esta autora:

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Este tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, através de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretção do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial (FREITAS, 2006, p. 53).

Nesse sentido, os levantamentos de arquivos históricos e bibliográficos, assim como as histórias orais trazem sujeitos, objetos e ações, que nos desafiam a enxergar os processos espaciais e as relações sociais e produtivas, a partir dos rios, das pontes, das estradas, das histórias e geografias dos atores sociais envolvidos (grupos sociais, Estado e capital). E, assim, assinalamos para a não separação do tempo-espaço que, no dizer de Milton Santos (2008), permite a “reconstrução da geografia do passado, pois (...) pretende retrair o passado, mas ela o faz assentada no presente” (idem, p. 50). Trata-se, então, de um método de pesquisa no campo da Geografia Histórica, com intuito de compreender os processos históricos através da produção do espaço geográfico. Nesse caminho, Antônio Carlos Robert de Moraes (2000) propõe a “espacialidade como dimensão particularizadora da história, a partir da sua leitura geográfica da história brasileira” (idem, p. 21). Para este autor, é um campo teórico-metodológico fértil para estudos geográficos, pois permite:

(...) esclarecer algumas questões teóricas oriundas de discussões metodológicas praticadas na investigação geográfica. O objetivo maior perseguido é fortalecer e sedimentar uma perspectiva histórico-dialética nesse campo de pesquisa, que aponta para o entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial (ROBERT DE MORAES, 2000, p. 21).

Vale destacar que, nessa perspectiva, não tomamos a história enquanto uma linha sequencial e evolutiva, pois devemos contemplar as rupturas e suas possibilidades que foram e são concretizáveis no espaço e no território, e que mudam o curso programado da história.

Como ferramenta para análise de dados, utilizamos tabelas e gráficos voltados para dados quantitativos, referentes aos Censos Agropecuário (1960, 1970, 1980, 1995, 2006) e Demográfico (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010), Relatórios Finais do CEFFA do Bley (1985 a 2013) e Relatório de Atividades Cooabriel (2013). Também utilizamos fotografias, gravações e filmagens para análise de informações qualitativas. Além disso, utilizamos a ferramenta ArcMap 10 para espacialização de dados coletados em campo.

Esta pesquisa é uma continuidade nos estudos da questão agrária capixaba, sob um enfoque geográfico. No Trabalho de Conclusão de Curso para Licenciatura em Geografia, trabalhamos o tema *Contribuições da Agroecologia no Ensino-Aprendizagem das Escolas do Campo: as possibilidades no ensino da Geografia* (2011), no qual possibilitou a primeira imersão no cotidiano de uma escola do campo, sob a modalidade de ensino baseada na Pedagogia da Alternância. Este trabalho foi realizado em duas escolas, a Escola Família Agrícola de Olivânia e a do Bley, na qual houve uma continuidade no diálogo que se segue até os dias atuais, inclusive fazendo parte desta pesquisa. Para obtenção do grau de Bacharel em Geografia, o Trabalho de Conclusão de Curso também foi desenvolvido próximo ao estudo aqui proposto. Neste momento estudamos a *Gênese Fundiária e o Movimento de Territorialização no Noroeste do Espírito Santo: um recorte espaço-temporal (1920-1950)* (2013), com intuito de compreender a atual estrutura fundiária de uma porção territorial do Noroeste do Espírito Santo. Pra isso, pesquisamos como se deu a territorialização da pequena propriedade, quais foram os conflitos e as tensões, a política econômica e as r-existências.

Trabalhamos com o termo r-existência, pois como nos indica Porto-Gonçalves (2006), “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (idem, p. 51).

A trajetória desse objeto de estudo teve seu ponto de partida ainda na graduação, quando pretendíamos determinar a territorialidade do CEFFA do Bley e suas possibilidades como contraponto ao avanço do agronegócio em territórios campestres. Porém, consideramos necessário, num primeiro momento, investigar o processo de territorialização das pequenas propriedades circunscrita numa região próxima do CEFFA do Bley. Isso porque os dados da escola nos mostraram que a maior parte de seus estudantes são filhos de pequenos proprietários, além da paisagem reafirmava essa configuração territorial na qual predomina a pequena propriedade em sua estrutura fundiária.

Neste processo de territorialização, a fronteira evidencia os conflitos e tensões com povos já habitados e territorializados, dentre eles os indígenas e posseiros. Nesta ocasião, verificamos um primeiro movimento de resistência à lógica colonizadora, que tentaremos demonstrar a partir de estudos e fontes pesquisadas. Quando a política de colonização termina, fica estabelecida uma territorialidade de pequenas e médias propriedades em um fragmento da região noroeste, como veremos mais detalhadamente no capítulo 02. Nosso objeto de estudo é, portanto, um recorte territorial referente a essa área com predominância de pequenas propriedades no noroeste do estado, de acordo com o Mapa 01, destacadas de verde na escala final.

Uma vez estabelecida essa configuração territorial, novas ações de âmbito internacional surgiram e impulsionaram movimentos de mudança neste território. Dessa forma, analisaremos como essas novas transformações impactaram esse território e como se estabeleceu novos movimentos de re-existências a essa nova política direcionada aquele território.

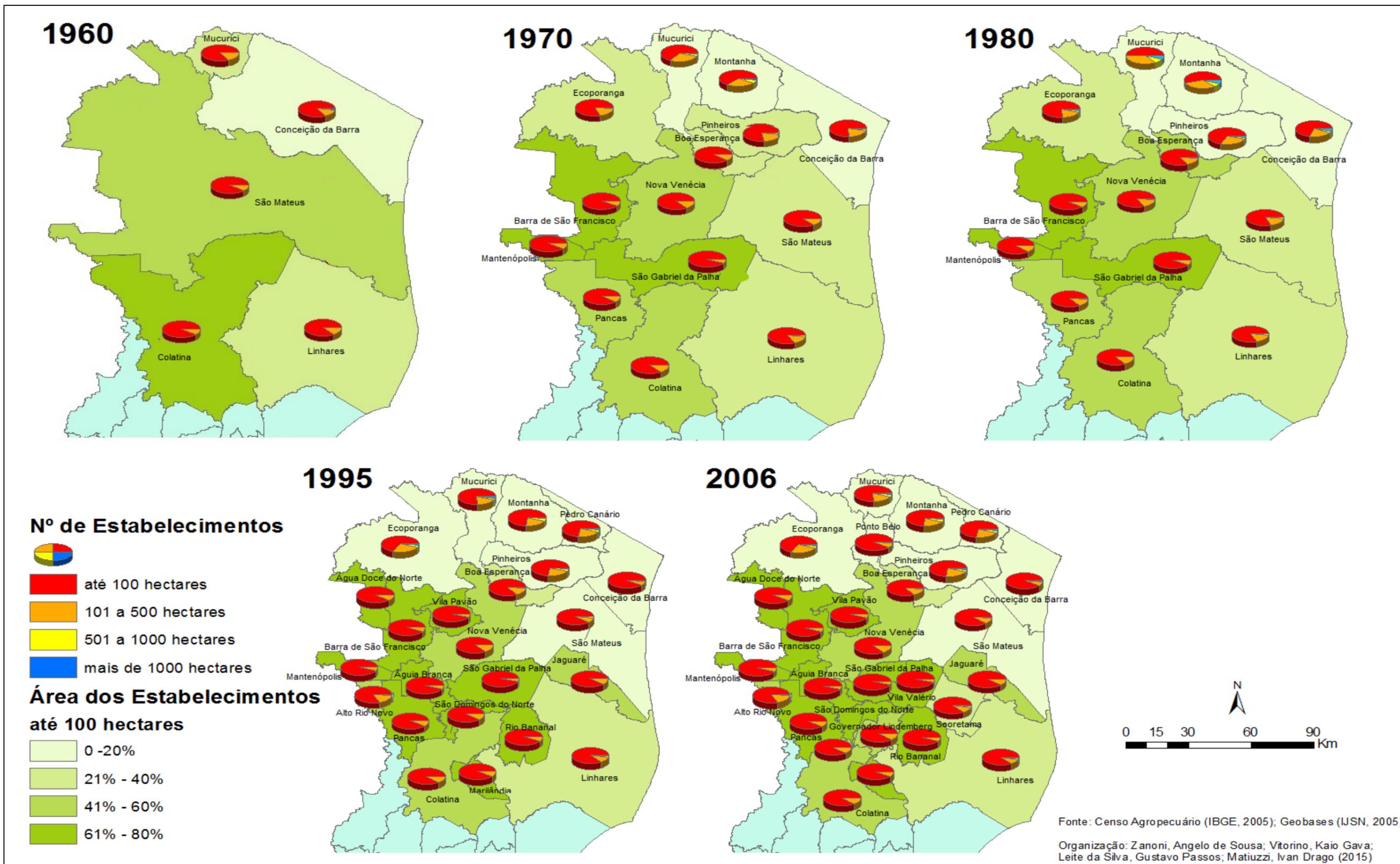


MAPA 01 - Recorte Espacial do Estudo

O recorte espacial destacado refere-se, em geral, ao norte do Espírito Santo, pois em algumas partes do trabalho será pontuado algumas questões a ele referente. Entretanto, ressaltamos que o objeto do estudo principal é o noroeste, onde a pequena e média propriedade são predominantes quando observamos os dados de estrutura fundiária.

Com base nos dados referentes à área dos imóveis rurais e ao número de estabelecimentos, observamos que, apesar do número de estabelecimentos com até 100 hectares serem predominantes, a área ocupada por eles se apresenta de forma inversa. Tomando como referência o norte do estado, verificamos que, em média, 92% dos estabelecimentos com até 100 hectares ocupam 46,5% da área desse território, enquanto os imóveis com mais de 1000 hectares ocupam 16,3% do território. Esses dados se tornam mais elucidativos, quando separamos as regiões com predominância do latifúndio e àquelas com forte presença do campesinato. Vejamos: considerando o território o qual iremos estudar, o número de estabelecimentos com até 100 hectares representam uma média de 95,3%, ocupando 65,2% da área dos municípios; em contrapartida, o território do latifúndio, presente em sua maior parte no litoral norte e do extremo norte capixaba, possuem 0,8% dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares ocupando 27,4% da área dos municípios, mesmo tendo 88,6% de propriedades com até 100 hectares – essas ocupam apenas 26,4% da área dos municípios.

No Mapa 02, especializamos esses dados para apresentar de forma mais clara a concentração fundiária no litoral norte e extremo norte, e uma concentração de pequenas propriedades numa porção noroeste do estado, recorte espacial do objeto deste estudo, no qual analisaremos a partir de uma visão territorial, admitindo desde então uma territorialidade campesina. Vale destacar que foi mantido os dados por município conforme consta no Censo, respeitando suas áreas nas décadas analisadas, e acrescentando os municípios emancipados nos anos posteriores.



MAPA 02 - Evolução da Estrutura Fundiária: Número de Estabelecimentos por Área com até 100 hectares (1960 – 2006)

No primeiro capítulo optamos em expor a base teórica e os referenciais conceituais da pesquisa. Em primeiro momento, tentamos localizar a pesquisa baseada na trajetória dos estudos agrários dentro da Geografia, isto é, apresentar uma periodização e as características da Geografia Agrária referente a cada momento específico. Para isso, buscamos essencialmente a contribuição de Darlene Ferreira (2001) devido seus amplos estudos referentes a trajetória e metodologias em Geografia Agrária.

O campesinato também está presente neste trabalho, pois estamos trabalhando com a capacidade de recriação e reprodução desta classe que é, também, um modo de vida (SHANIN, 2008). Nessa perspectiva, Oliveira (1987) aponta para o caráter contraditório e combinado do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, ao mesmo tempo em que avançam relações capitalistas insurgem relação não-capitalistas de produção. O campesinato avança contraditoriamente ao avanço do capital e, por isso, deve ser visto em seu movimento.

Dialogamos com Milton Santos (2000, 2008) para o entendimento de que o território deve ser compreendido a partir de seu uso e, assim, propõe as categorias *território como abrigo* e *território como recurso* como possibilidades. Por isso, conforme também nos indica Porto-Gonçalves (2003),

(...) o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder. Assim, é preciso considerar, sempre, a tríade – Território, Territorialidade e Territorialização. Um mesmo espaço apropriado e constituído por uma determinada sociedade contém, sempre, territorialidades distintas (PORTO-GONÇALVES, 2003, s/p).

O território é um conceito que sempre acompanhou a Geografia, e por isso passou também por diferentes abordagens e perspectivas. SAQUET (2007) e HAESBAERT (1997, 2010) além de apresentarem a trajetória do conceito e as diversas abordagens e concepções sobre ele, traçam também uma reflexão sobre o movimento de des-re-territorialização. O conceito de fronteira também se torna importante, e para isso, autores como Porto-Gonçalves (2006), Monbeig (1975), e Saquet e Galo (2010), além do sociólogo José de Souza Martins (1997).

Analizamos no segundo capítulo a gênese fundiária e o movimento de territorialização no noroeste do Estado, dando continuidade ao estudo realizado na graduação. Neste momento, trazemos novos elementos e novas fontes para entender o processo de expansão da fronteira colonial e os diversos vetores de colonização dela decorrente, sobretudo num recorte temporal compreendido entre as décadas de 1920/50. Para isso, analisamos o discurso colonizador e sua tendência em negar ou invisibilizar a existência de povos já inseridos no território em disputa. Trazemos os caminhos nos quais se estabeleceram a expansão da fronteira colonial, considerando os rios, as pontes e as estradas. Outro elemento importante para entendermos esse processo foram as leis agrárias e a criação da Companhia Territorial no Espírito Santo. Por meio desse estudo, podemos traçar o movimento de des-re-territorialização de povos colonizadores e colonizados, encontrando sempre focos de resistência.

No terceiro capítulo, trataremos das transformações territoriais no noroeste do Espírito Santo decorrente de uma nova fase que alguns estudiosos chamam de industrialização, mas que está intrínseco àquilo que outros denominam como modernização e, por isso, carregam em si a colonialidade, junto com a concepção de atraso. Para isso, tentamos relacionar as políticas de industrialização desde o nível mundial, nacional e estadual, trazendo os mediadores políticos e as elites econômicas que interferem nos processos decorrentes, uma vez que reconfigurou as estruturas e relações produtivas. Trataremos, mais especificamente, do surgimento da indústria de café solúvel e seu impacto nos territórios capixaba, e que exerceu forte influência para a expansão do agronegócio cafeeiro, explicitando o caso do café conilon, que é um produto importante na fabricação do café solúvel. Por fim, apresentaremos um mapeamento da produção e localização da produção cafeeira, e relacionaremos com a estrutura fundiária do norte do Espírito Santo, fazendo uma análise mais profunda sobre as transformações no território noroeste, onde a pergunta central é: de que forma o capital se expande neste território?

O capítulo quatro traz os novos elementos de resistências, que surgem desde os primeiros anos de avanço desse modelo de modernização agrícola e industrialização rural, a partir de um movimento educacional que propõe práticas diferenciadas de relação com o campo. Para isso, estudamos a

atuação do CEFFA do Bley, com base nos princípios de educação do campo e a proposta política pedagógica que a escola tem trabalhado. Traçamos também a territorialidade dessa escola, para com isso verificar o campo de atuação e as possibilidades que se apresentam, tendo em vista que a maior parte dos estudantes são filhos de pequenos e médios agricultores. O propósito é trazer elementos que direcionam o território noroeste para outros usos, sobretudo a partir de modelos alternativos propostos por quem dele se apropria como abrigo, ou como reprodução da vida.

CAPÍTULO 01 – REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

Para estabelecer um caminho de reflexão, dedicamos este capítulo às questões de ordem teórica centrais para o entendimento do trabalho e, dessa forma, indicamos a base dos referenciais conceituais utilizados.

Antes de entrarmos de forma mais aprofundada nos conceitos estudados neste trabalho, se fez necessário compreender a trajetória e as características dos estudos agrários dentro da Geografia, criando um campo de estudo conhecido como Geografia Agrária.

Dentre os conceitos considerados centrais para pesquisar este objeto de estudo, trazemos neste momento uma discussão acerca do campesinato, do território e da fronteira com base em teorias desenvolvidas por autores dentro das ciências sociais e humanas, sobretudo da ciência geográfica.

Com o desenvolver da pesquisa e do aporte teórico, emergem outros conceitos e categorias, novas reflexões teóricas e relações entre elas, que requerem um constante aprofundamento do diálogo entre os estudiosos aqui referenciados. Elencamos esses três conceitos bases (campesinato, território e fronteira), tendo em vista suas contribuições também para as questões que emergem no desenvolver da pesquisa, podendo, assim, relacioná-los. Dentre essas categorias podemos citar as seguintes: modernização, resistências, saberes locais, agroecologia, etc. Elas serão discutidas durante o desenvolvimento do texto e nenhuma delas se encerra neste trabalho. Neste momento, focaremos nos três conceitos ora apresentados.

1.1 Os estudos agrários na ciência geográfica.

A relação homem-natureza sempre foi objeto dos estudos em Geografia, acompanhando essa ciência desde sua origem. Dessa forma, desencadearam-se vários campos de interesse e o resultado mais visível é a separação que se fez entre a Geografia Física e a Geografia Humana. Alguns estudiosos traçam críticas a essa separação, pois teria levado a perda de unidade, enquanto outros consideram ter possibilitado estudos mais especializados. Sobre esta questão, Milton Santos (2012) ao tratar da *Geografia Física, Geografia Humana* ele afirma que há uma inseparabilidade entre elas, uma vez que estudar a dinâmica da natureza, como se propõe a Geografia Física, requer um conjunto de conceitos, classificação e conhecimento só permitido devido o pensamento humano.

Segundo Darlene Ferreira (2001), o estudo agrário dentro da ciência geográfica alcança um destaque peculiar, uma vez que é “contemporâneo ao desenvolvimento da Geografia Científica do século XIX e início do século XX” (idem, p. 41). Isso se deve ao fato de que a agricultura é a atividade econômica mais antiga e a Geografia nasce no seio de uma sociedade agrária, onde o “tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, dessa forma, a ênfase nos estudos rurais foi natural” (idem, p. 41).

Suzuki (2008) afirma também que o conhecimento pelo campo e pela agricultura é anterior àquela geografia institucionalizada enquanto ciência, assim como o próprio conhecimento geográfico. A Geografia agrária é “un momento particular de estructuración del conocimiento sobre el campo y la agricultura, basado en la sistematización del conocimiento a partir de los principios científicos (SUZUKI, 2008, p. 64).

Uma periodização da Geografia Agrária proposta por Ferreira (2001) objetiva apresentar a compreensão ou definição deste segmento da ciência geográfica, indicando como o assunto foi tratado e qual o contexto histórico decorrente naquele momento, e assim traçar a trajetória da Geografia Agrária. Essa periodização não apresenta uma história linear, mas as características próprias referentes a cada momento específico. Portanto, a escala temporal nos ajuda a circunscrever períodos em função de novos paradigmas ou novas formas de

análise que, de forma expansiva, ganha campo de atuação dentro da ciência geográfica.

Para essa periodização, Ferreira (2001) reúne os esforços de outros geógrafos que se empenharam em caracterizar as abordagens de Geografia Agrária no decorrer da trajetória de estudos agrários na Geografia. Um primeiro desses geógrafos foi Orlando Valverde (citado por FERREIRA, 2001, p. 63), que aponta para a inexistência de preocupações com o método científico nos trabalhos dos séculos XVIII e XIX: “são os chamados não-geógrafos, representados pelos cronistas coloniais, viajantes e estudiosos que se interessavam pelo registro de informações sobre diferentes culturas” (idem, p. 63). Orlando Valverde também indicou uma segunda fase: a primeira metade do século XX, na qual os geógrafos já possuíam formação acadêmica universitária. Neste caso, os geógrafos franceses foram destaques na produção geográfica de estudos agrários, dentre eles: Pierre Dênis, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, e também o alemão Léo Waibel. Neste momento, a geografia encontrava-se no período de sistematização enquanto ciência, o que demonstra a forte influência do pensamento europeu, sobretudo o francês na geografia brasileira.

Suzuki (2008) aponta essa semelhança da Geografia Brasileira com a Geografia Europeia, por exemplo, com a transferência de dicotomias interna a ciência geográfica, dentre elas: Geografia Física e Humana; Geografia Geral e Regional. No Brasil, a disciplina Geografia Agrária aparece após a segunda metade do século XX, vinculada desde então à Geografia Humana.

Dando continuidade a periodização proposta por Ferreira (2001), a autora indica Rivaldo Gusmão (1978) para análise da próxima etapa das abordagens em estudos agrários no Brasil, que aponta para três fases: a primeira refere-se a *estudos rurais de diferenciação de áreas* entre a década de 1940 a 1970; a segunda inicia na década de 1960 e vai até início da década de 1970, caracterizando-se por *estudos classificatórios* baseados em *modelos estatísticos-matemáticos*, típico da corrente denominada Geografia Teórica ou Quantitativa que marcou este período; e a terceira fase refere-se aos

estudos de desenvolvimento rural que procuraram analisar a agricultura no contexto da estrutura espacial brasileira (FERREIRA, 2001, p. 64).

Para Gusmão (1978), as três fases assinaladas não foram excludentes e os enfoques acumularam-se, sendo possível identificar sua coexistência ainda hoje. Outro aspecto assinalado pelo autor diz respeito à tendência seguida pelos estudos rurais brasileiros em relação ao paradigma da ciência geográfica. Há uma conjugação entre os enfoques detectados e os paradigmas geográficos (FERREIRA, 2001, p.64).

A autora também aponta outros estudos em que a Geografia Agrária não é o objeto central do estudo, mas que apontam referências a ela, tendo em vista que a maior parte dos estudos na Geografia brasileira esteve ligado ao mundo rural. Neste sentido, Ferreira (2001) aponta o estudo de Monteiro (1980) *em função das temáticas de pesquisas desenvolvidas no país*, apontando quatro intervalos entre o período de 1934 a 1977. A primeira é a Geografia Científica (1934 – 1948), a qual marca a criação dos cursos de Geografia no Brasil, além da criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). No que tange os estudos agrários, nesse período são desenvolvidos os estudos de Defontaines, Waibel e Monbeig que objetivavam compreender a realidade nacional que, no momento, era basicamente agrária. O segundo período proposto compreende o intervalo de 1948 a 1956, e é marcado pela:

(...) saída dos franceses do Brasil e pelo grande número de trabalhos de campo, realizados por intermédio da AGB. No caso específico da Geografia Agrária, o período marca a realização de estudos sobre distribuição espacial de produtos agrícola (FERREIRA, 2001, p. 65).

Já o terceiro (1956-1968) e quarto período (1968 – 1977) são tratados como épocas de afirmações, onde se registra uma superioridade de publicações referentes ao mundo rural, mas que se transforma com o advento da urbanização e industrialização iniciada na década de 1960. O marco divisor de 1968 refere-se à adoção da quantificação nos estudos geográficos, aumentando também o número de trabalhos em Geografia Urbana.

Outro autor apontado por Ferreira (2001) que contribui para a periodização dos estudos agrários em geografia no Brasil é Diniz (1984). Embora não tratando períodos fechados para a sua análise, ele contribui no que se refere às escolas ou correntes em voga nos três períodos principais.

A referência temporal é subentendida, mas é possível, em função do conteúdo, apontar três períodos principais: o primeiro dedicado à descrição e à compreensão da paisagem, numa Geografia Agrária descritiva; o segundo preocupado com a relação entre os elementos que explicavam a atividade agrícola e a forma como estavam distribuídos no espaço num contexto regional; e o terceiro voltado para o entendimento das condições sociais da atividade agrícola (FERREIRA, 2001, p. 67).

Com a reformulação metodológica advinda do movimento de renovação crítica na geografia, a condição de vida da população do campo, a distribuição dos meios de produção e/ou da terra por diferentes classes sociais e outras preocupações de ordem sociais, políticas e econômicas ganham interesses nos campos de estudos em Geografia Agrária. Os sujeitos do campo e seus modos de produção estarão em pauta nos estudos agrários em geografia, sendo o campesinato um dos temas que ganham centralidade nos estudos de alguns geógrafos.

Suzuki (2008) aponta que os estudos contemporâneos na Geografia agrária brasileira se voltaram para outras temáticas diversas, dentre elas: o campesinato e/ou a agricultura familiar; a expansão de atividades não-agrícolas no campo brasileiro; a análise da relação campo-cidade; dentre outras. Segundo o autor, essa diversidade se deu por conta:

(...) de las posibilidades de profundización sobre elementos presentes en los abordajes que precedieron los años ochenta, cuyas raíces fuertes y sólidas permitieron avanzar con seguridad en muchas reflexiones. La diversidad también se debe a la descentralización del posgrado en Brasil, que posibilitó la ampliación del número de directores y sus respectivos dirigidos, lo que, a su vez, amplió el número de investigaciones realizadas concomitantemente, muchas de las cuales utilizan el mismo instrumental teórico-metodológico en la lectura de realidades socioespaciales diversas, lo que ha contribuido a evaluar los límites de las teorías, de los métodos y de las técnicas. (SUZUKI, 2008, p. 70-71).

Além disso, Suzuki (2008) acrescenta a importância do diálogo com outras áreas do conhecimento (economia, antropologia, sociologia, história, etc.) para o avanço dos estudos em geografia agrária no Brasil.

Dessa forma, pretendemos trazer uma breve apresentação do debate em torno das concepções que tratam do campesinato, que sempre permeou as discussões em torno da Geografia Agrária.

1.2 O campesinato e a questão agrária: paradigmas e correntes teóricas.

Podemos dizer que esta pesquisa está inserida numa questão mais ampla, que é a questão agrária, e que esta não contempla apenas o mundo rural. Ela se inclui em um debate amplo, que contribui para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo, portanto, do modo capitalista de produção no campo. E é a partir disso que estudiosos se esforçam na procura de compreender sua totalidade e sua relação mundializada.

Fato é que não existe uma forma de pensamento e interpretação única, e não pretendemos esgotar o debate em torno de tal questão, pois presumimos que a mesma encontra-se em um movimento histórico e espacial constante, compreendendo assim continuidades e descontinuidades, tendências e rupturas.

Quando se trata de questões que envolvem o campesinato, observamos a presença de três correntes que visam compreender este sujeito social e político, e a questão agrária no Brasil e no mundo, sobretudo com base nas contribuições de Karl Marx. As interpretações de sua teoria apresentaram diferentes vertentes (historicista, positivista, racionalista, etc.) e a Geografia Agrária não ficou imune a este fato. Em algumas obras, Oliveira (1987, 2012) afirma a existência de três correntes teóricas² que se divergem na interpretação das relações capitalistas de produção no campo. Mesmo sendo oriundas do pensamento marxista, elas se expressam de forma diferenciada quanto ao estudo da agricultura, da questão agrária e do campesinato.

Segundo Oliveira (2012), uma primeira corrente trata da permanência das relações feudais no campo. Os camponeses ou os latifúndios seriam resquícios das relações feudais de produção no campo. Numa visão historicista, esta corrente afirma que há relações feudais e semif feudais no campo, e as mesmas estão submetidas a um processo de modernização. Este processo é explicado a partir de três fases: a) o surgimento do produtor individual, quando o camponês se separa das relações comunitárias da vida cotidiana; b) a

² Além de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012), outros autores tratam dessas correntes de pensamento sobre o campesinato e a questão agrária, dentre eles: Bombardi (2007), Paulino (2007), Thomaz Júnior (2010), Fernandes (2013).

separação entre a indústria rural e a agricultura, que levaria o camponês a se tornar exclusivamente um agricultor, abandonando o artesanato ou a indústria doméstica e se lançando ao mercado; c) e a proletarização, devido ao risco de endividamento e das perdas dos meios de produção, proporcionados pela sua inserção no mercado. Dessa forma, estariam implantadas as relações capitalistas no campo e não haveria espaço para os camponeses no futuro:

Por isso eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com estas relações feudais e semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Esses autores costumam afirmar inclusive que o capitalismo está penetrando no campo (OLIVEIRA, 2012, p. 70).

Guimarães (1977) é um dos principais pensadores incluídos nesta corrente. Para ele, seria incorreto considerar as relações sociais que germinavam no Brasil nos primeiros anos da colonização como relações do tipo mercantil, pois o sistema colonial tendia a transportar para suas colônias os elementos regressivos de seu sistema, portanto, o feudalismo e não o capitalismo emergente.

(...) o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil-Colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado (GUIMARÃES, 1977, p. 23).

O autor também sustenta a ideia de que a ordem feudal vigente na sociedade portuguesa possuía como base interna o monopólio da terra. Por isso, a classe que dominasse de forma absoluta as terras estariam sobrepostas às demais classes. E assim o fez na América Portuguesa, garantindo o estabelecimento da ordem feudal por meio do monopólio da terra, a partir dos imensos latifúndios e demais elementos da produção a eles subordinados. Para isso, teve de regredir ao escravismo e aos aspectos da economia natural e, em contrapartida, o comércio se dava no mercado mundial e não no mercado interno. Essas mudanças necessárias para o estabelecimento do latifúndio colonial não teriam sido suficientes para retirar o caráter feudal do colonialismo. Por isso, para Guimarães (1977) “o que de fato importa é reconhecer sua

presença, sua sobrevivência, sua permanência ainda que residual, como vestígios de um passado que deveria estar morto" (idem, p. 38).

Uma segunda corrente trata da destruição dos camponeses e a modernização do latifúndio e, ao contrário da corrente anterior, compreende que não houve feudalismo ou relações semifeudais de produção no Brasil. Para esta corrente, o campo só será desenvolvido quando as relações camponesas de produção forem substituídas pelo trabalho assalariado. Também pensam que só o camponês totalmente expropriado construiria as rupturas em relação ao capital, pois se tornando proletariado tornar-se-ia um sujeito revolucionário. A destruição dos camponeses se daria pelo fato de que sua inserção no mercado capitalista o colocaria em posição de sujeição às crises e oscilações dos preços dos produtos agrícolas. Isso os levaria à constituição de duas classes camponesas: os camponeses ricos ou pequenos capitalistas rurais; e os camponeses pobres, ou proletários. Já a modernização do latifúndio se dá através da incorporação de máquinas e insumos modernos, que os transformariam em grandes empresas rurais capitalistas. Dessa forma, haveria uma unificação entre as empresas capitalistas rurais e os camponeses ricos e, por conseguinte, os camponeses pobres se tornariam os trabalhadores assalariados.

Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de 'resíduo' social que o progresso capitalista extingiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência, e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vendê-las para saldar dívidas. Com isso, os camponeses tornam-se-iam proletários (OLIVEIRA, 2012, p. 71).

O desaparecimento do campesinato se daria em um processo de diferenciação interna. Nesta corrente, o campesinato e o latifúndio são características externas ao capitalismo, por isso, condenados à extinção.

Abramovay (1992), ao tratar da diferenciação entre camponeses e agricultores familiares, se insere nesta corrente traçando algumas críticas ao marxismo clássico de Kautsky e Lênin que, por sua vez, também participam desta corrente, tendo em vista que todos promulgam ser o campesinato um sujeito externo ao capitalismo. Neste sentido, Abramovay (1992) afirma que as

transformações atuais da produção familiar agrícola ocasionam ou a diferenciação social camponesa, ou impossibilitam a permanência das características centrais do campesinato. Dessa forma, este autor conclui seu primeiro capítulo, afirmando que:

(...) a estrutura social da agricultura contemporânea dos países capitalistas centrais tem por base uma forma social que, sem corresponder à polarização prevista pelos clássicos marxistas da questão agrária, não possui tampouco os traços básicos daquilo que se pode chamar de campesinato (ABRAMOVAY, 1992, p. 77).

Para afirmar o aparecimento do agricultor familiar, Abramovay descreve esta mudança do sujeito social do campo, afirmando ser a integração ao mercado, juntamente com as transformações de ordem técnica e círculo social, que transformam o camponês em agricultor profissional, e “aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (idem, p. 127). Dessa forma, admite que o camponês seja, sim, um sujeito fadado ao desaparecimento.

Neste sentido, a insistência de Marx e dos clássicos da questão agrária que o sucederam na fatal desaparecimento do campesinato sob o capitalismo é não apenas consistente com suas teorias, mas fundamentada historicamente. Tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e as instituições nacionais tomam conta da vida da aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem (ABRAMOVAY, 1992, p. 128).

Portanto, admite a tendência ao desaparecimento do campesinato, mas admite também a permanência do modo de produção familiar, característica elementar do modo camponês de produção e que se torna a base para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Por aí se estabelece um *diferença de natureza social* entre campesinato e a produção familiar característica dos países centrais (...). O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obriga-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p 131).

Para Oliveira (2012), essas duas correntes tendem a considerar apenas duas classes sociais: os capitalistas e os proletariados. Mesmo assentadas no pensamento marxista, para este autor, os estudiosos dessas duas correntes não consideraram o que Marx escreveu no segundo tomo de seu terceiro livro (capítulo 47 d'O Capital: “A renda da Terra”):

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (MARX citado por OLIVEIRA, 2012, p. 72).

Neste sentido, os autores dessas duas correntes analisam o desenvolvimento do capitalismo no campo de forma parcialmente não condizente com a realidade apresentada no Brasil, à medida que os dados demonstram a continuidade da luta pela terra no país:

Um bom exemplo para esclarecer esta questão é o aumento do número de posseiros no Brasil. Em 1960, existiam 356.502 estabelecimentos agropecuários controlados por posseiros. Já em 1985, eles passaram para 1.054.542 estabelecimentos. Exatamente nesse período de grande desenvolvimento do capitalismo (sobretudo industrial) ocorreu no Brasil um aumento de mais de 196% dos estabelecimentos ocupados por posseiros. (OLIVEIRA, 2012, p. 72).

Bernardo Mançano Fernandes tem estudado a fundo esse processo de diferenciação e metamorfose do camponês ao agricultor familiar. Em seus trabalhos (2002, 2008, 2013) expõe que os estudiosos da questão agrária no século XIX, dentre eles Lênin e Kautsky, apontava para o fim do campesinato devido o desenvolvimento desigual do capitalismo, enquanto no final do século XX, os teóricos da agricultura familiar afirmam que o desaparecimento do campesinato está na transformação do mesmo em agricultor familiar.

O problema do “fim do campesinato” mudou de foco. Agora, o “fim” não está na expropriação gerada pela desigualdade, mas sim na integração do campesinato na economia capitalista, que o destruiria para transformá-lo em agricultor familiar. Esta é uma interpretação equivocada em que o camponês quando inserido no mercado capitalista utilizando-se de novas tecnologias se transformaria em agricultor familiar. Na verdade, criou-se um novo nome para se falar do mesmo sujeito. A introdução do conceito de agricultor familiar criou uma enorme confusão. Há entre os movimentos camponeses a percepção que camponês é o pequeno agricultor pobre e o agricultor familiar é o pequeno agricultor rico, considerando as inúmeras interpretações do que é ser pobre ou rico. Mesmo entre os intelectuais essa questão ainda é um tabu e a confusão impera. Mas há outras interpretações (FERNANDES, 2008, p. 45).

A agricultura familiar sempre foi característica do campesinato, ela é a base do seu trabalho. O que se estabeleceu nessa leitura do conceito de agricultura familiar foi uma dicotomia referente ao mesmo sujeito, porém, a diferença está no paradigma de pensamento adotado.

Fernandes (2013) assinala para a disputa entre dois paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O PQA tem por base a luta de classes, as disputas territoriais e as conflitualidades na defesa de uma autonomia camponesa; o problema agrário está no capitalismo, portanto, a luta é uma perspectiva de construção de outra sociedade. O PQA possui duas tendências: “a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a campesinista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital” (idem, p. 69). Já para o PCA a desigualdade no campo é um problema conjuntural, e a superação não está na luta de classe contra o capitalismo, mas na integração do camponês ao mercado. “Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual” (idem, p. 69). Dessa forma, o PQA vê o capitalismo como obstáculo da agricultura camponesa, enquanto o PCA vê o campesinato como obstáculo da agricultura capitalista.

Para el paradigma del capitalismo agrario los campesinos son tradicionales y son, por lo tanto, un sistema incompleto que necesita integrarse a un sistema perfecto: el capitalismo. Pero, cuando si integran sufren una metamorfosis y cambian hacia una forma moderna llamada de agricultura familiar.

Lo que para el paradigma de la cuestión agraria es la subordinación al capital, para el paradigma del capitalismo agrario es la integración al capital. Es evidente que desde estas visiones dispares, son propuestas políticas de desarrollo de subordinación o de disputa con el capital (FERNANDES, 2013, p. 300).

A terceira corrente, na qual nos aprofundaremos neste trabalho, é a da criação e recriação do campesinato e do latifúndio, pois compreende o caráter contraditório e combinado da expansão e do desenvolvimento do capitalismo. Neste caso, o capitalismo promove o avanço das relações capitalistas no campo, ao mesmo tempo em que produz e reproduz relações não-capitalistas de produção. Então, tanto o campesinato quanto o latifúndio devem ser compreendidos como características internas ao capitalismo, e não externas à ele.

(...) o caminho para entendermos essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção,

engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 1987, p. 67).

Esta teoria busca se aproximar da prática, numa postura dialética e não positivista, pois há um entendimento de que o conhecimento deve se aproximar da realidade. Por isso, a luta dos posseiros e dos sem-terras, por exemplo, são uma das provas de que o campesinato tem reafirmado sua existência, sua reprodução e recriação.

Se as teses de extinção do campesinato, de fato, tivessem capacidade explicativa, esses posseiros deveriam ter se tornados proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses. Logo, são as teses sobre a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, seguidas por esses autores, que possivelmente não têm capacidade explicativa (OLIVEIRA, 2012, p. 72).

O campesinato também deve ser entendido a partir da sua própria racionalidade econômica, que difere da racionalidade do empresário agrícola. Nesse sentido, a teoria de Chayanov (1976) contribui nessa concepção de que a economia camponesa não é tipicamente a economia capitalista, pois não se pode determinar o custo da produção camponesa sobre os mesmos moldes que se calculam o custo da produção capitalista.

Chayanov percorre essa teoria sempre exercendo um balanço entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho, isto é, a força de trabalho na unidade camponesa se organiza em torno da família e só tende a aumentar caso seja necessário um aumento do consumo. Este autor, então, trabalha com os dados da produção e afirma que o camponês vai medir o esforço necessário da autoexploração da força de trabalho familiar em virtude das próprias necessidades. Isso indica uma margem de autonomia do campesinato.

(...) tomamos la motivación de la actividad económica del campesino no como la de un empresario que como resultado de la inversión de su capital recibe la diferencia, entre el ingreso bruto y los gastos generales de producción, sino más bien como la motivación del obrero por un peculiar sistema de salario y la intensidad de su trabajo. Toda la originalidad de nuestra teoría sobre la organización de la economía camponesa está incluida, en esencia, en este modesto requisito (...) (CHAYANOV, 1976, p. 33 – 34).

Portanto, o que interessa na teoria formulada por Chayanov é o processo organizativo da unidade econômica camponesa, que é baseada no trabalho e no consumo da família, e não a lógica de recuperação de capital na forma do

lucro. Para Chayanov, o modelo organizativo da unidade econômica campezina, baseado no trabalho familiar, permanecerá idêntico em diferentes sistemas econômicos, pois as mudanças se dão especificamente, e, dessa forma, o campezino se adapta as diferentes circunstâncias das economias nacionais.

(...) el concepto de la unidad económica campezina como una empresa en la cuál el jefe se contrata a si mismo como obrero solamente es concebible en un sistema capitalista, puesto que se compone íntegramente de categorías capitalistas. La unidad econômica campezina como forma organizativa, sin embargo – y por el momento, es todo lo que nos interessa, es también perfectamente concebible en otros sistemas económicos nacionales, como en países feudales o campezinos y artesanales y, finalmente, em economias puramente naturales, es decir, sistemas económicos en los que las categorías de trabajo asalariado y salarios se hallan lógicamente, si no historicamente, ausentes (CHAYANOV, 1976, p. 34).

O fato de o campezinato ter acesso ao meio de produção terra faz com que ele possua uma margem de autonomia relativa frente aos sistemas vigentes. Por ter acesso à terra, ele possui acesso ao mínimo necessário para a produção da sua existência material e simbólica. Esse acesso ao meio de produção terra, essa margem de autonomia campezina, é o que traz uma potencialidade de ruptura, de alternativa a serem construídas por esse sujeito social.

Portanto, Chayanov (1976) traça um estudo dessa relativa margem de autonomia campezina em virtude de ser dona da sua própria força de trabalho – no caso, o trabalho familiar; ter acesso ao meio de produção terra; e também de ser dono do seu próprio tempo.

Entendemos, então, que o campezinato é um sujeito interno ao capitalismo, mas não se origina dele. O campezinato possui uma racionalidade que lhes é própria e que permite se reproduzir e recriar em quaisquer sistemas de produção hegemonicamente construído. Dessa maneira, Shanin (2008) também aponta para duas conclusões distintas, porém interligadas, sobre a existência do campezinato: a influência dos não campezinos em seu modo de vida; e a flexibilidade, invenção e criação características do modo de vida campezino.

(...) a vida e existência campezina é, sob um grau considerável, definida por não campezinos, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da

natureza de regimes políticos, etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é, sobretudo, complexa, e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p. 25).

Esta criatividade e flexibilidade para encontrar soluções e dar continuidade à sua produção e reprodução, faz com que os camponeses continuem existindo e, sobretudo, resistindo. São sujeitos que possuem uma margem de autonomia por serem donos da própria força de trabalho e também de ter acesso ao meio de produção que é a terra. Por isso, devemos considerar o campesinato dentro de um movimento. “Como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança” (SHANIN citado por MARQUES, 2008, p. 51).

Entender o campesinato a partir de uma ordem moral, conforme propõe Woortmann (1990), também contribui para esse entendimento de que o campesinato não está fadado ao desaparecimento, sobretudo quando este autor propõe a *campesinidade* como qualidade, que se apresenta em lugares e tempos diferentes. Suas ideias partem de uma perspectiva mais subjetiva do que objetiva, tendo em vista que procura enxergar o campesinato para além da lógica econômica, como se propõe a maior parte dos estudiosos.

Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadorias (WOORTMANN, 1990, p. 12).

Por isso, *terra*, *trabalho* e *família* são três categorias que acompanham a análise de Woortmann sobre a *campesinidade*. Para ele, essas categorias não estão dissociadas, isto é, elas não podem ser compreendidas separadamente. “Pensar trabalho é pensar terra e família” (idem, p. 63).

O trabalho é, ainda, aquilo que transforma a terra de Deus em patrimônio da família. Família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral. De um lado, a relação do

homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra que se torna morada da vida. A relação com a terra é uma relação moral com a natureza (WOORTMANN, 1990, p. 62).

É a partir disso que Woortmann contrapõe a ideia de que o assalariamento é a entrada para o desaparecimento do campesinato, mas que o mesmo quando é observável em unidades agrícolas camponesas, possui um caráter temporário e de condição para a continuação da família camponesa. O uso de trabalhadores assalariados ocorre em momentos que a mão-de-obra familiar não é suficiente para o trabalho que o sistema agrícola requer.

Estamos, pois, tratando de uma abertura do conceito de campesinato. O camponês não está fadado ao desaparecimento, porque o momento histórico atual aponta para sua recriação e reprodução como sujeito de direito no que tange a questão agrária. Também não é um conceito eurocêntrico, porque na medida em que o modo capitalista de produção se mundializa, os modos não-capitalistas (camponeses) de produção também se mundializam, visto que estamos admitindo a desigualdade e contradição como componentes do desenvolvimento capitalista. O camponês é, pois, entendido como um sujeito de direito, que avança contraditoriamente com o avanço do capitalismo e das forças propulsoras do seu desaparecimento. Entender o campesinato como um processo é um contraponto às duas primeiras correntes anteriormente apresentadas, conforme nos indica Shanin em sua conferência de encerramento do *IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - SINGA*:

Nesse sentido se compararmos o que foi dito no século XIX por vários especialistas e muitos teóricos marxistas e não-marxistas a respeito do campesinato, com o que está acontecendo, fica evidente que os recursos de sobrevivência do campesinato têm provado ser mais fortes do que o que se poderia esperar naquele período (SHANIN, 2008, p. 25).

Por isso, SHANIN (2008) aponta que o campesinato também deve ser entendido, ao mesmo tempo, como classe e modo de vida:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias, em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Ao caracterizar os componentes da produção e reprodução do campesinato, Oliveira (1987) traz uma grande contribuição para esta pesquisa. Além do próprio camponês e sua família enquanto componente principal para assegurar a produção e reprodução do campesinato, outros três componentes são fundamentais nesse processo, que são “os proprietários de terras especuladores que fazem loteamentos e colonização agrícolas; o Estado como agente distribuidor de terras em projetos de colonização; e as cooperativas do campo” (idem, p. 72). Esses componentes, até certo ponto, garantem a reprodução do campesinato, por meio de políticas de colonização, assentamentos, loteamentos agrícolas, etc. Nesta pesquisa, analisaremos esses três componentes, principalmente no momento de caracterizar a área de estudo, quando trataremos da atual configuração territorial e a gênese fundiária que explica a predominância da pequena propriedade no Noroeste do Espírito Santo.

O campesinato, então, deixa sua marca na realidade social; ele se territorializa; se assenta em um território próprio e apropriado por ele. Diante disso, buscaremos analisar o campesinato através dessa categoria analítica que acompanha a Geografia: o território.

1.3 A questão agrária à luz da teoria geográfica: O(s) território(s) e a fronteira

O território é uma categoria analítica que acompanha a Geografia desde sua formação enquanto ciência. Em toda sua trajetória, o território admitiu uma variedade de concepções filiadas às diferentes correntes teóricas e filosóficas que tiveram fortes influências na ciência geográfica. Dessa forma, trouxemos uma breve apresentação de algumas concepções e abordagens sobre o território, com o intuito de delimitar aquelas que demonstram uma grande contribuição para a investigação a que esta pesquisa se propõe.

Podemos dizer que um dos primeiros geógrafos a tratar o território enquanto categoria para os estudos geográficos foi Friedrich Ratzel. Segundo Robert de Moraes (1990), Ratzel compreendia a Geografia a partir de uma divisão em

três campos: “a geografia física, a biogeografia e a antropogeografia” (idem, p. 09), sendo essa última receptora de maior atenção. Para Ratzel, o objeto da antropogeografia também possui uma repartição em três níveis: o primeiro que se refere à influência das condições naturais sobre a humanidade; o estudo da distribuição da sociedade humana sobre a Terra; e o estudo da formação dos territórios.

Ratzel definiu o território como espaço apropriado por um determinado grupo social humano. Com isso, formulou uma proposta de conceito de Estado que o legitimasse enquanto organização de uma sociedade em defesa de seu território. Afirma que “(...) a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da *proteção*. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo³”. Portanto, as relações de poder de um Estado estavam circunscrita à sua escala territorial.

As formulações ratzelianas a respeito do desenvolvimento histórico da humanidade desembocam numa teoria do Estado. (...) A sua existência é, na verdade, o principal elemento diferenciador entre os povos naturais e os civilizados; sua gênese é vista, assim, como ponto de inflexão da história humana. (...) Ele afirma que, quando a sociedade se organiza para defender o seu território, ela se transforma em Estado. Seu aparecimento, por outro lado, resulta num aumento da coesão social do grupo (ROBERT DE MORAES, 1990, p. 25).

No entanto, a proposta de Ratzel mostrou-se limitante no que diz respeito ao potencial que o conceito de território poderia trazer, pois no contexto de formulação de suas ideias não houve espaço para as movimentações sociais, revoluções ou outras formas de conflitos internos ao território de um Estado. Neste sentido, Claude Raffestin (1993), considera que Ratzel, e toda a geografia política clássica oriunda no século XX, só levou em consideração o Estado: “(...) a geografia política de Ratzel é uma geografia do Estado, pois vincula e subentende uma concepção totalitária, a de um Estado todopoderoso” (idem, p. 16).

Diante disso, o autor propõe que as relações de poder intrínseca no território passam por qualquer ponto do território, pois elas são múltiplas, podendo transformar qualquer configuração territorial. “O território não é menos

³ Encontra-se no texto *O Povo e seu Território* de Friedrich Ratzel, traduzido por Antônio Carlos Robert de Moraes (1990).

indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Com base nas ideias de Foucault, Raffestin (1993) considera que: a) o poder não se adquire, pois é exercido a partir de inumeráveis pontos; b) as relações de poder não são exteriores no que diz respeito as relações econômicas, sociais e políticas, mas são imanentes a ela; c) não há uma divisão binária e global entre dominador e dominado quando se trata de poder; d) as relações de poder são intencionais e não subjetivas; e) onde há poder há resistências, e esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Um fundamento básico trazido por Santos e Silveira (2001) se refere à concepção de que o território é entendido somente a partir do seu uso e apropriação. Portanto, “(...) o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado” (idem, p. 247). Esse entendimento insere os sujeitos sociais como participantes ativos na constituição de territórios, por isso, é um entendimento elementar para a compreensão deste conceito.

Haesbaert (1997), com intuito de contextualizar o território enquanto categoria analítica, aponta para três abordagens e concepções distintas sobre o conceito de território, dentre elas:

- a) A jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal (...);
- b) A cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço (...);
- c) A econômica, minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. (HAESBAERT, 1997, p. 39 e 40).

Nesse sentido, Haesbaert (1997) indica as diferentes perspectivas do território e que, portanto, nenhuma concepção unidimensional de território capta a complexidade das relações espaciais, por isso este conceito deve ser considerado em todas as suas dimensões (material e ideal/simbólica):

(...) o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma *apropriação* que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Outro estudo importante sobre as diferentes concepções e abordagens do território na ciência geográfica está em Saquet (2007), o qual objetiva uma contextualização histórica deste conceito, principalmente a partir do movimento de renovação crítica da Geografia. Além disso, trata das interações entre as dinâmicas sociais do território, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais.

Saquet (2007) contribui na construção de uma abordagem *(i)material* do território e da territorialidade, e fortalece as contribuições de Raffestin (1993) referentes às relações de poder enquanto elemento fundamental na compreensão do território. A proposta de uma abordagem *(i)material* das formas e relações sociais se dá pela compreensão de que “as obras estão nos conteúdos, nas territorialidades e estas nas obras; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas” (SAQUET, 2007, p. 160). Neste sentido, na apresentação desta obra, Guisepe Dematteis considera sua proposta uma extensão do conceito de fetichismo das mercadorias, proposta por Karl Marx em seu primeiro livro d’ *O Capital*. Para ele,

É o ponto de vista que nos impediu de tratar o território como um simples objeto material e, ao mesmo tempo, nos condiciona a compreender, como relações sociais de produção, as interações sociais que se estabelecem no espaço em escalas diferentes. Dessa forma, a materialidade do território não está na sua percepção e descrição mais banal e superficial, efetivada no século passado através de uma geografia não reflexiva de derivação positivista. Ao contrário, a materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade. O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território (DEMATTEIS in SAQUET, 2007, p. 08).

A territorialização é tratada como um processo na obra de Saquet (2007), uma vez que é determinada historicamente, pois “é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades” (idem, p. 127). E, dessa maneira,

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadores da territorialização e do território (SAQUET, 2007, p. 127).

Neste mesmo sentido, Haesbaert (2010), no esforço de considerar as *multiterritorialidades* como contraponto teórico às análises sobre o fim dos territórios, entende que o processo de desterritorialização dos povos não é visto como uma finalidade em si mesmo, mas como uma dimensão de criação de novos territórios, uma reterritorialização. Portanto, é um movimento de *des-re-territorialização (D-R-T)*. O sujeito humano não vive desterritorializado, mas sempre imprime um processo de apropriação do espaço, logo, uma re-territorialização. Nessa mesma perspectiva Saquet (2007) afirma ser necessário contextualizar esses movimentos em cada período e lugar, apontando que:

A des-reterritorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis (...). A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2007, p. 128 e 129).

Dessa forma, as abordagens ligadas ao fim do território, ou mesmo do campesinato, não consideram a potência dos sujeitos e relações sociais intrínsecas aos territórios. Torna-se uma visão do território enquanto algo passivo, algo como um simples objeto ou palco das relações. Estamos, aqui, entendendo o território como condição e resultado das relações sociais de produção, o que envolve conflitos, tensionamentos, isto é, diferentes formas de usos:

(...) o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 42).

Ao escrever o prefácio da obra de Haesbaert (1997), Milton Santos aponta que, nesse movimento de territorialização, produz-se “uma nova territorialidade, marcada pelo conflito de atributos históricos – entre os que chegaram e os que

já estavam – e o conflito entre duas formas de operar, sentir e viver a mesma fração de espaço” (idem, p. 12).

Ao analisarmos os diferentes olhares sobre o território, percebe-se que há uma disputa que está associada à forma pela qual os sujeitos se apropriam do mesmo, o que levou Milton Santos (2000) a propor duas categorias de análise distintas, porém complementares e contraditórias. Por um lado, uma lógica de apropriação capitalista a partir de uma especialização produtiva, que enxerga o *território como recurso*, privilegiando-se seu lado econômico e exploratório. Por outro lado, uma outra lógica apresentada por sujeitos que enxergam o *território como abrigo* e, por isso, se enriquecem de relações que não são contabilizadas pelo capital, o que permite trazer outros elementos culturais, econômicos, e até mesmo emocionais e afetivos; a ideia de lugar, enquanto espaço de pertencimento, pode ser fundamental para o entendimento dessa análise sobre o uso do *território como abrigo*.

Acontece que numa política de colonização, como iremos tratar no próximo capítulo, a visão do território como abrigo desaparece para uns e reaparece para outros, não caracterizando uma dualidade. *Território como recurso* e *território como abrigo* devem, então, ser compreendidos em um mesmo movimento, contraditórios entre si. Veremos com maior detalhe no capítulo seguinte.

Lefebvre em *A produção do espaço* (2006) também discorreu sobre questão semelhante, propondo o entendimento de que é possível evidenciar um *espaço dominado*, no qual se caracteriza por ser um espaço *geralmente fechado, esterilizado, vazio*; e também um espaço apropriado *modificado para servir as necessidades e as possibilidades de um grupo* (idem, p. 134).

Com base nessa proposta de Lefebvre em se fazer uma análise diferenciada entre espaço apropriado e espaço dominado, Ferreira (2009) propõe compreender o território do Sapê do Norte a partir desses dois termos: apropriação e dominação. Em sua obra intitulada *Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES*, Ferreira investiga o conflito existente entre duas lógicas de uso do território:

(...) o campesinato negro que passa a se organizar como movimento social quilombola e a territorialização capitalista dos grandes latifúndios empresariais monocultores de exportação ideologicamente autodenominados agronegócio (FERREIRA, 2009, p. 264).

Dessa forma, a autora entende que essas distintas territorialidades possuem intencionalidades que podem ser diferenciadas a partir da leitura referente a apropriação e dominação do espaço, sendo o primeiro uma dimensão do lugar vivido, da afetividade e do pertencimento; enquanto o segundo é base da acumulação de riquezas, em função de um uso estritamente funcional, econômico e utilitarista. Com isso, Ferreira traça uma importante ligação entre duas categorias analíticas da Geografia – o lugar e o território.

O lugar vivido da apropriação é aquele onde se efetivam práticas com o intuito de satisfazer as necessidades de determinado grupo que ali vive. Como estas necessidades são múltiplas, implica usos e representações diversas do espaço, onde se dá a constituição de saberes, a produção do alimento, as trocas, as práticas de religiosidade, as festas, as relações de compadrio e solidariedade. A apropriação subentende, portanto, diversidade de usos, significações, funções e tempos do espaço, orientados tanto por necessidades materiais como simbólicas e afetivas do grupo. (...)A dominação de determinado espaço, por sua vez, tem como função manter-se a si mesma. No espaço dominado pelo capital, a natureza é transformada pela técnica com o objetivo de garantir a acumulação crescente e desigual de riquezas numa sociedade hierarquizada em classes e grupos sociais. Aqui, embora nem sempre o sujeito da dominação esteja presente concretamente, a dominação que tem de determinado espaço trabalha para a exclusão do que lhe é diferente: expropriação (FERREIRA, 2009, p. 276 - 277).

O processo de dominação é característico do modo capitalista de produção, como nos foi mostrado em seu movimento de expansão por territórios apropriados por outros povos e matrizes de racionalidades e visões de mundo.

Para entender o processo de expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo, iremos considerar duas perspectivas teóricas da Geografia proposta por Oliveira (2012), sendo o território a base conceitual para sua formulação. Para este autor, o território é produto da luta de classes na sociedade brasileira, considerando três classes sociais: proletariado, burguesia e proprietários de terras. Esta última se faz inclusa, uma vez que considera o terceiro livro d' *O Capital*, de Karl Marx, publicado após seu falecimento:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes

classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (MARX citado por OLIVEIRA, 2012, p. 72).

O território é construído de forma contraditória e desigual, simultânea e combinada, da mesma forma que se dá o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, o capitalismo se insere no campo num processo marcado pela industrialização agrícola, isto é, “pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou capitalistas/prorietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2012, p. 76). Vale ressaltar que a acumulação primitiva de capital precede a industrialização agrícola, e que ainda continua se realizando, pois ela é traduzida pela monopolização dos meios de produção (a terra) por uma classe social. Essa etapa caracteriza-se pela relação social que engendra a renda capitalista da terra e a subordinação da renda camponesa da terra.

Entretanto, devido o capitalismo se desenvolver de forma contraditória e desigual, esse processo também marcou uma expansão da agricultura camponesa, e o “capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital” (idem, p. 76). Desta forma, este geógrafo formulou dois instrumentos de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo: *a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios*.

A *territorialização do monopólio* ocorre quando o capitalista industrial, capitalista da agricultura e proprietário de terras se constitui uma mesma pessoa. Neste caso, há uma hegemonia total do modo capitalista de produção na agricultura, e uma submissão da circulação pela produção, isto é, a produção comanda a circulação. Formam-se latifúndios e monoculturas, utilizando-se de mão-de-obra assalariada, dificilmente admitindo a presença de camponeses que, quando estão presentes, ficam “ilhados” pelo latifúndio monocultor. Portanto,

(...) o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/prorietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por

esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo (...) (OLIVEIRA, 2012, p. 106).

Neste aspecto, entre os produtos principais, estão: a cana-de-açúcar, para a produção de açúcar e etanol; a silvicultura, para a produção de celulose e madeira.

Dentro dessa mesma perspectiva teórica apontada por Oliveira (2012), também é possível observar o que denominou de *monopolização do território*. Neste caso, o capital se territorializa sem que haja expropriação dos camponeses, que passam a produzir com base na circulação, pois esta comanda a produção, conforme o interesse do capital monopolista. O que ocorre é a sujeição do campesinato ao capital, portanto, há uma sujeição da renda da terra ao capital. Em outras palavras, a renda extraída da terra fica submissa ao capital, tendo em vista que a força de trabalho e o meio de produção terra são camponesa, enquanto o dinheiro é retido por uma empresa do ramo da produção agrícola em questão. Neste processo, os monopólios atuam de forma parcial, pois pode ser, por exemplo, um capitalista da agricultura ou industrial, mas não é proprietário de terra. Dessa forma, algumas transformações são mais possíveis de acontecer, caracterizando, então, uma hegemonia parcial do modo capitalista de produzir na agricultura.

(...) quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesas, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir (OLIVEIRA, 2012, p. 106).

Dentre os principais produtos estão: aves e suínos, café, suco concentrado de laranja, tabaco e alimentos para o mercado interno (arroz, feijão, milho, trigo, mandioca, frutas e hortícolas, etc.).

Consideramos, então, que o entendimento das diversas concepções e abordagens acerca do território nos ajuda a localizar nossa discussão dentro do conhecimento acumulado na Geografia.

Consideramos, também, que as categorias de análises propostas tanto por Milton Santos (2000), quanto por Oliveira (2012), possuem validade para este trabalho, portanto, dialogam, mesmo admitindo certa diferenciação. Vejamos: ambos estão admitindo o território a partir de seu uso, sendo esse uso que

torna o território a categoria de análise que pretendem. Ambos também tratam de dois conceitos, que carregam em si a contradição inerente à lógica capitalista.

Entender o *território como recurso* (SANTOS, 2000), é tratar da lógica capitalista de apropriação do território, isto é, o território construído pelo modo capitalista de produção, tecnicista e vinculado ao circuito mundial da economia, e que, portanto, se configura como o modelo hegemônico na atual sociedade. O *território como abrigo* traz consigo a resistência a esse modelo, sendo inclusive inserido em circuitos marginais de economia e, por isso, é a própria contradição do termo anterior, pois traz uma lógica não admitida no *território como recurso*, mas que se manifesta a partir do outro. Portanto, essas duas categorias são contraditórias em si; uma existe por meio da outra; são formuladas por um pensamento dialético. Não é um ou outro, é um e o outro, pois são simultâneas e conflituosas.

Já na *territorialização dos monopólios* e na *monopolização dos territórios* (OLIVEIRA, 2012), o pensamento se faz a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo, cada qual ao seu modo: o primeiro formando latifúndios, monocultura e expropriando os camponeses da terra; e o segundo se apropriando da renda camponesa da terra. Nestas ocasiões, o autor admite o território como condição e resultado da luta de classes. Leva-nos a entender que o processo de recriação do campesinato e, por conseguinte, da expansão de modos não-capitalistas de produção, está intrínseco a essas duas categorias de análise propostas. O território é usado de maneira distinta por aqueles que ali estabelecem a luta de classes: a classe dominante, capitalista, hegemônica; e a classe do campesinato, de resistência ao modelo anterior. Então, esses diferentes usos do território acontecem de forma simultânea e conflituosa; também não é um ou outro, mas um e outro, pois são contraditórios, fruto do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo.

Isso leva às disputas e tensionamentos. O conflito social torna-se uma dimensão do território, uma vez que o mesmo abarca os diferentes usos, apropriação e dominação, resultantes das lutas de classes, de visões de mundo distintas, contraditórias.

Entretanto, a disputa de paradigmas do conhecimento também é uma disputa territorial, entendendo a dimensão (i)material do mesmo. Estamos falando de um território teórico, conceitual, ideológico. Quando tratamos do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), estávamos tratando de uma disputa territorial no campo conceitual-teórico, que são materializados em diversas formas: políticas públicas, movimentação social por meio de ocupação, manifestação, etc.

Por isso, neste trabalho, entendemos o território a partir de seu uso, da disputa relacionada aos diferentes modos de produção e apropriação ou dominação do espaço. Insere-se a dimensão do conflito, das classes antagônicas, das visões de mundo e historicidades distintas; que mostram os mecanismos exploratórios do território e as formas de r-existir nele. Recurso e abrigo, modo capitalista de produção e modo camponês de produção. Agronegócio? E agroecologia! Recurso? E abrigo! Monocultura? E diversidade! Empresário rural? E Camponeses! Relações capitalistas? E relações não-capitalistas!

O território não é homogêneo e não se pretende à homogeneidade. Conforme nos indica Lefebvre (2006), ao conceituar espaço abstrato e espaço diferencial: o primeiro é um espaço concebido, planejado, um espaço dominante em uma sociedade (um modo de produção), que tende à homogeneidade; enquanto o segundo é o espaço vivido, que acentua as diferenças, e que reúne as funções, os elementos e os momentos da prática social, que o espaço abstrato separa. Eles estão simultaneamente contidos no que denominou de espaço social.

Porém, um mostra seus limites, enquanto o outro mostra as alternativas ao modelo hegemônico que se quer homogeneizante, mas que, na realidade, provoca r-existências no espaço social por parte dos povos que vivenciam o espaço de maneira própria e apropriada.

Nesse encontro de forças distintas, de modos de fazer e saber diferenciados, evidenciam-se as fronteiras, que reúnem consigo as tensões e os conflitos que nela estão inerentes.

O conceito de fronteira neste trabalho também se torna, então, fundamental, principalmente no sentido de compreender o processo de colonização do

Noroeste a partir de um movimento de territorialização (como veremos no próximo capítulo). Mas, para isso, devemos pensar essa fronteira de forma fluída e menos cartesiana, pois estamos considerando sujeitos sociais presentes e ativos neste processo, os quais possuem relações sociais diversas com seu território.

Observemos que fronteira deriva de **front**, expressão do campo militar que significa um espaço que ainda está sendo objeto de luta nos limites espaciais de duas forças em confronto aberto por afirmar seu controle. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.269).

O *front* apresenta duas forças em disputa para definir seus territórios ao mesmo tempo em que revela suas identidades e intencionalidades. De forma semelhante o termo fronteira é trabalhado por Paraíso (1998):

(...) o termo fronteira está associado à idéia de *front* interno da civilização, a linha divisória entre o conhecido e o ignorado, entre o dominado e o por conquistar, o cultivado/explorado e o por cultivar/explorar; entre a civilização e a selvajaria, *locus* do horror e das aspirações de liberdade e riquezas inesgotáveis, essas entendidas tanto no que se refere a produtos naturais, a terras, como, no caso em tela, a mão-de-obra apropriável (PARAÍSO, 1998, s/p.).

Pierre Mombeig, em seu estudo intitulado *O Brasil* (1975), já admitia essa característica irregular e desordenada da fronteira, propondo o termo *franja pioneira* para estudos destas regiões de fronteiras:

O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidados e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiah Bowman, em “franja pioneira”, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta, onde manchas de florestas subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas (MONBEIG, 1975, p. 165).

Outro estudo interessante sobre as fronteiras brasileiras se encontra em Saquet e Gallo (2010). Neste estudo, os autores procuram evidenciar características do processo de formação territorial do Sul do Brasil. Para isso, trazem a trajetória histórica do termo fronteira, além de diferenciá-lo dos termos divisas e limites, que resultam do conceito de pertencimento/propriedade:

(...) a divisa pressupõe a demarcação do espaço, uma forma de apropriação por meio de símbolos, enquanto o limite é a indicação de que alguém ocupou um espaço e, portanto, manifesta a vontade de exercer os direitos no âmbito territorial (SAQUET e GALLO, 2010, p. 91).

Já o conceito de fronteira, para esses autores,

(...) é compreendido muito além de sua restrição aos limites de uma determinada área. A fronteira envolve os limites, as divisas, os processos territoriais, as relações sociais que se estabelecem num determinado lugar, perpassando as ações e definições do Estado, envolvendo aspectos comerciais, industriais, agrícolas, extrativistas, identitários e geopolíticos. Trata-se de uma abordagem que reconhece a importância da área, mas, sobretudo, das redes de circulação e comunicação, e de tramas efetivadas entre diferentes classes sociais que condicionam a mobilidade espacial da força de trabalho e a apropriação territorial (SAQUET e GALLO, 2010, p. 90).

Portanto, a fronteira é uma construção social assentada no território, e possui o “significado de movimento, avanço e expansão territorial, com implicações sistemáticas nos limites implementados; significa frente de ocupação e disputas” (idem, p. 95). A fronteira, ao mesmo tempo em que significa separação, significa também o contato entre diferentes territórios.

Podemos afirmar que, diante de tal perspectiva, também está concebida na conceituação de fronteira, uma situação de conflito social, ou seja, uma zona de tensionamentos. Antes de defini-la, existe uma disputa de forças, de olhares diferentes, de historicidades distintas sobre aquele território, portanto, ela não é algo solidificado e imutável. O conflito é um elemento característico da disputa territorial e, neste caso, a definição de uma fronteira que pode ser uma “fronteira étnica, de destino, de historicidades desencontradas, de tempos que não fluem simultaneamente na mesma direção” (MARTINS, 1997, p.119).

O conflito faz com que a fronteira seja essencialmente a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo (...). O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada grupo está situado diversamente no tempo (MARTINS, 1997, p. 151).

O conflito social evidencia uma dimensão positiva, conforme nos indica Porto-Gonçalves (2007), tendo em vista que o conflito é uma situação onde os sujeitos escancaram suas intencionalidades, seus desejos e anseios, suas necessidades, sua posição perante tal conflito.

No conflito a ordem está sendo tensionada e é ali que podemos ver os possíveis sendo concretamente tecidos. Assim, é preciso recuperar o conflito como categoria positiva na medida em que sinaliza concretamente novas possibilidades históricas a partir dos lugares. (PORTO-GONÇALVES, 2007, s/p.)

De uma forma semelhante, Ferreira (2009) analisa o conflito por meio de uma dimensão positiva, pois considera que o mesmo:

(...) constrói identidades e é retro-alimentado por elas. Materializa-se no espaço apropriado e dominado por estes grupos sociais, colocando em evidência diferenciadas matrizes de racionalidade na relação que estabelecem entre si e com a natureza: territórios e práticas de territorialidade (FERREIRA, 2009, p. 263).

Wanderley (1999) trata a fronteira como lócus de uma migração que está inscrita internamente à lógica de reprodução da agricultura camponesa, pois quando há um limite para sua reprodução, o camponês é imposto à busca de novas terras. Buscando a contribuição de Velho (1976) e Santos (1983), respectivamente, a autora admite a esperança e o fracasso como duas faces das migrações camponesas nas fronteiras. A primeira, tratada por Velho (1976), refere-se à renovação dos laços sociais que o espaço novo o proporciona; já a segunda, tratada por Santos (1983), se estabelece devido à produção social da exclusão como uma das dimensões do processo de colonização. A autora conclui que, seja como um lugar de refúgio e reconstrução, seja como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira é o lugar da utopia:

Acontece que havia entre os camponeses das regiões de origem, de certa forma acuados pela falta de terras, um desejo de reproduzir-se como camponeses, quer tratando-se deles mesmos em melhores terras ou em áreas mais extensas, ou de seus filhos em condições semelhantes. Por conseguinte, esta sede da terra fez surgir, também, um sonho da terra entre esses camponeses que queriam continuar sendo camponeses (SANTOS citado por WANDERLEY, 1999, p. 48).

A fronteira, ao mostrar o caráter de conflitos entre distintos povos e temporalidades, evidencia também seus diferentes interesses e usos. Enquanto ponto de encontro entre diferentes temporalidades e territorialidades, a fronteira evidencia movimentações de povos distintos. Em nosso objeto de estudo, o projeto colonial proporcionou movimentações, em um primeiro momento, dos povos indígenas, por meio da guerra e do aprisionamento (aldeamento), e posteriormente, com incentivos às famílias camponesas, com o intuito de expandir o mercado cafeeiro e definir o território político-administrativo capixaba. Dessa forma, a fronteira colonial objetivou a expansão e a definição de sua fronteira. Porém, a definição de uma fronteira nem sempre define os territórios, mas pode materializar a ação política dos colonizadores.

Os povos campesinos ali reterritorializados, carregaram consigo características internas do campesinato, dentre elas a produção alimentar e familiar. Esses camponeses possuem uma territorialidade que perpassa não somente a política de colonização, mas também a constituição de outras formas de apropriação territorial, seja por meio da posse, do assentamento, da aquisição, etc.

No que tange a disputa territorial entre duas relações sociais distintas, Fernandes (2013) aponta para uma preocupação futura. No atual momento histórico, os territórios capitalistas, ao se territorializar, destroem territórios camponeses, indígenas, quilombolas, etc. O oposto também ocorre: quando o território camponês se territorializa, o faz destruindo os territórios capitalistas, como por exemplo, os assentamentos de reforma agrária. Essa divergência sobre o uso do território já é motivo para travar conflitos variados no campo (assassinatos, ameaças, e outros tipos de violência). Porém, segundo o geógrafo, “enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado” (idem, p. 213).

CAPÍTULO 02 – COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO: intencionalidades no estabelecimento de pequenas propriedades

O referencial teórico e conceitual apresentado será relacionado ao objeto de estudo durante todo trabalho. Neste momento, analisaremos a gênese fundiária do Noroeste do Espírito Santo, que nos indicará de forma mais investigativa o nosso estudo, determinando assim a configuração territorial com a qual iremos nos aprofundar. A fronteira, neste momento, é um elemento-chave para entendermos a atual territorialidade camponesa numa parte do Noroeste do Espírito Santo, pois ela é objeto de disputas e de indefinição quanto ao controle e apropriação dos territórios.

A atual estrutura fundiária do Noroeste do Espírito Santo é caracterizada pela presença de pequenas, médias e grandes propriedades, conforme observamos no Mapa 02 na parte introdutória deste trabalho. Pretendemos, neste momento, analisar um processo histórico e geográfico, desta atual estrutura agrária, principalmente no que se refere ao estabelecimento das pequenas e médias propriedades, sobretudo a partir de um projeto colonial datado no início década de 1920.

Reforçamos que não estamos, aqui, tratando de uma histórica única e linear. Ao contrário, pretendemos analisar as distintas historicidades dos povos naquele território, admitindo, pois, diversas territorialidades. A análise a partir de um projeto de colonização, não diz respeito ao processo de povoamento. A colonização é vista como um projeto, uma política; enquanto o povoamento nem sempre possui uma ordem ou planejamento, mas é guiado por diversos motivos que o impulsionam: a colonização é apenas um desses motivos.

Em pesquisa anterior (ZANONI, 2013), buscamos compreender a gênese dessa estrutura fundiária e por que ela se caracteriza pela pequena e média propriedade. Para isso, foi necessário analisar o processo de aquisição de terras, sendo que as mesmas, até a década de 1920, eram consideradas devolutas. Impulsionado por uma política de colonização fortemente atrelada a interesses político-econômicos de uma classe dominante no Espírito Santo, esse processo provocou uma movimentação de sujeitos incentivados a migrar para aquele território e de povos que já ocupavam tradicionalmente tal

território. Buscamos, para isso, analisar o movimento de des-re-territorialização (DRT) desses diversos povos, decorrente da política de colonização, bem como as disputas e tensões territoriais provocadas.

Antes da efetiva política de colonização do Noroeste do Estado no início da década de 1920, encontramos registros de três tentativas, mas sabemos que a região já foi alvo de várias investigações coloniais, porém a resistência indígena sempre se mostrou fortemente presente. Uma dessas tentativas registradas foi em 1857, via rio Doce, pelo engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França, logo após a promulgação da Lei de Terras; outra em 1876, via São Mateus, pela família Cunha; e outra tentativa de uma companhia francesa no ano de 1914, via Colatina/Pancas. No entanto, essas tentativas anteriores não tiveram muito sucesso. Vejamos a primeira tentativa:

A primeira tentativa (via rio Doce) de colonização foi organizada em 1857, quando o engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, um dos fundadores da Sociedade contra o Tráfego e Promotora da Colonização dos Indígenas, demarcou uma área de cerca de 30 quilômetros pela margem esquerda do rio Doce, entre as barras do rio Pancas e São João.

(...) o que atrapalhou o sonho dos colonos, de se transformarem em grandes produtores foram os botocudos, que atacavam as fazendas constantemente (A GAZETA, 1997, p. 20 e 21).

Dessa forma, observamos que o mesmo tentava colonizar não só um território, mas também os povos indígenas, que mostravam-se resistentes a todas essas tentativas. Neste momento, também verificamos as estratégias políticas para aldeamentos e prisões indígenas, conforme nos mostrará o trabalho de Mattos (1996).

Quanto à segunda tentativa - a que obteve maior sucesso entre as três, iniciou-se com Antônio Rodrigues da Cunha, latifundiário e proprietário de escravos, conhecido como Barão de Aimorés⁴, subindo o braço sul do Rio São Mateus. Sua mãe, Rita Maria Cunha da Conceição era proprietária de uma fazenda em 1867, onde hoje se encontra uma comunidade quilombola nomeada de Linharinho. Segundo seu neto, Eugênio da Cunha, seu avô *deu início ao povoamento de Nova Venécia mandando buscar 60 famílias, de italiano. Abriu, por essa ocasião também, um picadão numa mata virgem de Nova Venécia a*

⁴ Titulado como Barão mesmo promovendo o extermínio dos indígenas Aimorés na região.

*cidade de São Mateus*⁵. Seu neto, mais tarde, chefiou o Serviço de Colonização de Barra de São Francisco no final da década de 1930.

Murari et al. (1992), ao escreverem sobre a *História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Nova Venécia*, indicam elementos importantes para entendermos a colonização deste município. A partir de fontes primárias, os autores dividem essa história em três períodos:

(...) o primeiro com os índios Aimorés, que habitavam a região, encurralados no interior por causa da colonização do litoral brasileiro; segundo, com a chegada do major Antônio Rodrigues da Cunha – O Barão de Aimorés – e seus escravos africanos; e o terceiro período, que começa, propriamente na Itália, (...) numa época difícil, em que toda a Europa se via mergulhada em uma crise econômica (...) (MURARI et al., 1992, p.11).

Posteriormente, os autores acrescentaram a vinda de outros povos para esta região, dentre eles: mineiros, baianos, cearenses e capixabas. Consideram os indígenas Aimorés os primeiros habitantes daquela área, e que, em 1870, presenciaram a chegada do Barão de Aimorés com seus escravos africanos. Primeiramente, abriu a fazenda na Cachoeira do Cravo, à beira do rio Cricaré, no município de São Mateus, onde produzia farinha com mão-de-obra escrava. E depois, em direção a montante do rio Cricaré, abriram as fazendas Serra de Baixo, Boa Esperança e Terra Roxa, onde produziu café com mão-de-obra de colonos imigrantes, semelhante ao colonato paulista.

A seca de 1880 trouxe para esse povoado contingentes de cearenses e baianos em busca de terras mais acessíveis à lavoura.

Em 1880, os primeiros imigrantes italianos chegaram ao vale do rio São Mateus e, graças à assistência dada pelo major Antônio Rodrigues da Cunha, ajudaram a prover o povoamento definitivo de Nova Venécia (MURARI et. al., 1992, p. 51).

Ainda sobre os cearenses, os autores afirmam que os mesmos *somaram forças junto à família Cunha, aos africanos e aos índios que ali trabalhavam. (...) Junto com os cearenses vieram os baianos e, em 1927, alguns mineiros* (idem, p. 20). Os primeiros italianos que ali chegaram deveriam ter ido para o município de Santa Teresa, mas acabaram sendo orientados para São Mateus, onde fundaram a colônia de Santa Leocádia, sendo o Dr. Gabriel Emílio o

⁵ Entrevista concedida em <http://projetopipnuk.blogspot.com.br/>. Acessado em: 19/03/2013

administrador dessa colônia. Quanto a esses desvios de destino dos imigrantes, os autores assim explicam:

Nesse momento crucial de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada, começou a haver política de desvios dos imigrantes, que era promovida pelo governo, para suprir a mão-de-obra em diversas fazendas da província.

(...) O imigrantes eram colocados em determinados locais mais para suprir a mão-de-obra, povoar e desenvolver a agricultura do que por favorecimento do clima ou da saúde dos colonos (MURARI et. al., 1992, p. 24).

Quanto à terceira tentativa frustrada de colonização ao norte do rio Doce, Malacarne (2002) assim descreve:

Em 1914 houve uma tentativa de se penetrar na floresta que havia entre o rio Doce e o rio São Mateus. Uma companhia francesa iniciou uma estrada a partir da foz do rio Pancas. Fracassou. A Primeira Guerra Mundial inviabilizou o sonho. (...) O governador Nestor Gomes (1920 a 1924) terá que recomprar (escandalizado) uma área de mais de 250 mil hectares das matas que havia ao norte, que haviam sido objeto de “concessão gratuita.” (MALACARNE, 2002, s/p.).

A Imagem 01 é um trecho do Relatório Final do governo de Nestor Gomes (1920-1924), mostrando o seu feito em recomprar as terras cedidas para a companhia francesa.

30º Aquisição dos terrenos que pertenciam á Societé Forestière e á Companhia Santa Cruz Barbados, num total de duzentos cinquenta e um mil hectares. (Parece incrível que houvessem alienado— sem condições — tão grande porção das nossas terras!);

IMAGEM 01 - Trecho do Relatório Final do Governador Nestor Gomes, que trata da reaquisição de terrenos cedidos às Companhias Territoriais.

Esse mesmo governo persiste com a política de colonização a partir de estabelecimentos de pequenos lotes coloniais e cria a Companhia Territorial em 1923, a primeira autarquia do Estado com sede em Colatina, que possuía a função de administrar a venda de terras ao norte do rio Doce, como veremos mais aproximadamente no decorrer este capítulo.

2.1 Processo de Colonização: o discurso, a fronteira e a invisibilidade dos povos colonizados sob o olhar colonizador.

Um primeiro elemento de extrema importância para entendermos o processo de colonização no Noroeste do Espírito Santo é o discurso colonial, que sustentou esse processo e as futuras obras de autores que tratam daquela região.

A região que compreende o Norte do Espírito Santo, Leste de Minas Gerais e Sul da Bahia, desde a exploração de metais preciosos em territórios mineiros praticada por quase todo século XVIII, estava sujeita ao “esquecimento”. Esse “esquecimento” foi e ainda é associado à questão da Barreira Verde, entendida por alguns estudiosos como um período que justificaria um “atraso” no desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Tal compreensão não é vista com unanimidade nas interpretações históricas e geográficas acerca do Espírito Santo, pois não se pode negligenciar a presença de diversos grupos étnicos, ocupantes históricos e tradicionais daquele território, que já resistiam ao processo de colonização no Espírito Santo e que promoviam rupturas aos projetos e ideais coloniais.

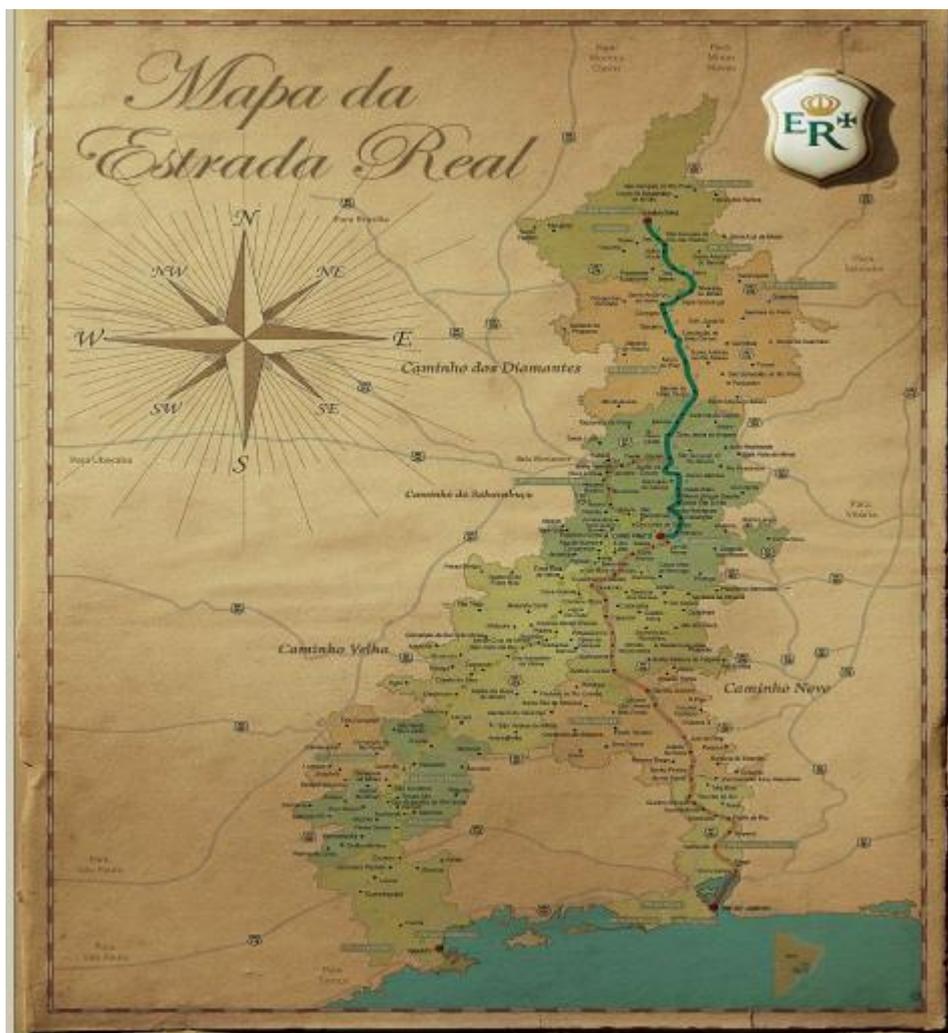
Grande parte da historiografia capixaba aponta que havia um conjunto de intenções por detrás desse “esquecimento”, a fim de evitar o contrabando dos metais preciosos, uma vez que o Rio de Janeiro deveria ser o exportador exclusivo desses metais. Como estratégia de fiscalização, a Coroa Portuguesa, no século XVIII, resolveu proibir a abertura de estradas e a fundação de vilas ou aldeias no litoral que compreendia todo o Espírito Santo e o sul da Bahia, além de instalar quartéis ao longo do rio Doce. Posteriormente, já no século XIX, alguns desses quartéis se transformaram em aldeamento indígena, dentre eles Lagoa do Aguiar e Regência.

A única estrada legal de escoamento dos metais preciosos seria a Estrada Real, que ligava Diamantina ao Rio de Janeiro, passando por Ouro Preto. Dessa forma, se tornava mais fácil e possível fiscalizar a produção aurífera impedindo o contato entre as minas e o litoral capixaba e sul baiano.

Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1998) chamou de **zona tampão** a área cuja necessidade de configurar um espaço que, em decorrência de um conjunto de

medidas político-administrativas adotadas pela Coroa portuguesa, permaneceu interdita por aproximadamente cem anos, constituindo-se, ao mesmo tempo, em barreira ao acesso às zonas de mineração e refúgio de vários grupos indígenas.

Em termos etnográficos, a partir de dados obtidos graças ao cruzamento de fontes lingüísticas, arqueológicas e históricas, pode-se afirmar que a quase totalidade dos grupos que viviam ou se refugiaram na **zona tampão** são classificados, em termos lingüísticos, como *Macro-Jê*. Há, porém, algumas exceções devidamente ressaltadas (PARAÍSO, 1998, s/p.).



Fonte: retirado de <<http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real/caminhos>>. Acesso em: 20.06.2013

MAPA 03 - Estrada Real: das Minas Gerais ao Rio de Janeiro, século XVII.

Mattos (1996) desenvolveu um importante estudo sobre os indígenas do grupo Krenak, e sua característica de resistência frente aos não-índios,

demonstrando por meio de pesquisa bibliográfica e narrativas orais a política de guerra contra estes povos. Esta tese é pouco tratada e relacionada pela historiografia capixaba e, por isso, ora os indígenas são considerados presentes naquela área, ora são invisibilizados, tendo o seu território tratado como uma “região de vazio demográfico”.

A colonização é carregada de intencionalidades por parte de uma classe dominante, que via a oportunidade de explorar os recursos e os povos daquele e naquele território. Por isso, termos como “região estagnada e vazia” permeavam aquele momento e se sustentam até hoje em alguns materiais bibliográficos levantados neste trabalho. Dessa forma, desconsideram a existência de outros tipos de economias.

Moraes (2004), por exemplo, ao tratar da região Norte, afirma que “o norte, com os seus peneplanos e rios navegáveis, ficou vazio por quatro séculos” (idem, p.116). Assim como ele, outros autores também analisam de forma semelhante. Vejamos sobre o capítulo que trata do *Isolamento do norte do Espírito Santo*, analisado pelos autores Borgo, Rosa e Pacheco (1996):

O isolamento geográfico de uma determinada região, em geral, ocorre em virtude de certos obstáculos na superfície terrestre, como desertos e montanhas. No caso do norte do ES (...) tal isolamento decorreu da falta de estradas e meios de comunicação que a ligassem ao resto do Estado e do país, circunstância que se fez presente até meados do século XX.

Assim, a grande barreira a vencer (...) foi a ausência de estradas e meios de comunicação.

Limitado às vias fluviais o acesso ao interior, só muito mais tarde se abriram as primeiras picadas que serviram de base para as futuras estradas de ferro e de rodagem, que permitiram tirar a região da estagnação em que se encontrava. (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 91).

O discurso colonizador vê o lugar “isolado” como lugar a ser colonizado. “Região estagnada” e “vazio demográfico” são termos que foram declarados e ainda são reproduzidos em alguns trabalhos como os acima citados. Desprezam-se, assim, as vidas que já habitavam aquela região, que existiram, mesmo antes desse projeto colonizador, pois não coadunaram com seus interesses político-econômicos, pelo contrário, para os colonizadores, eram vistos como as “barreiras” a serem vencidas. Esta leitura invisibiliza e inviabiliza a existência de outros povos e suas territorialidades, sendo eles os

colonizados, circunscritos na outra margem do ‘front’ colonial, mas que se movimentam e participam de forma ativa na construção da fronteira. Nesse tipo de leitura, a história só se inicia a partir da colonização, portanto, é uma visão colonialista.

Outras bibliografias identificam povos que estiveram na região, porém não consideram esses povos como sujeitos de direito, por isso, ao mesmo tempo em que identificam a presença de indígenas, caracterizavam sua área como estagnada e atrasada⁶. O pensamento colonial não admite outras territorialidades, outras epistemes, outros processos, e outro devir, por isso a necessidade de invisibilizar e inviabilizar os povos nativos, para garantir a exploração colonial de seus territórios.

Willian Steains, viajante de grande importância para o “desbravamento” daquelas matas, subiu todo o rio São José, afluente do rio Doce, durante um mês do ano de 1885. Esse viajante, com o objetivo de descrever o local para uma possível colonização, também contribuiu para associar os indígenas do norte do rio Doce como indivíduos bestiais, atrasados e violentos. Vejamos o que descreve no relatório de sua viagem, em texto traduzido por Neves (1984):

Para que se possa explorar o vale do rio Doce, esses índios, que totalizam, eu diria, cerca de 7.000 indivíduos, precisam antes ser civilizados, ou pelo menos trazidos a um estado parcial de civilização. Os botocudos têm resistido tenazmente a todas as tentativas de civilização feitas nos últimos 380 anos, mas acredito firmemente que uma expedição bem organizada possa realizar essa tarefa em espaço de tempo relativamente curto. Daí adviria enormes benefícios: as margens do rio Doce poderiam ser não digo colonizadas, mas povoadas, e o Brasil teria aberta e em condições de prosperidade uma das mais ricas regiões de seu vasto império (NEVES, 1984, p. 106)⁷.

Em uma matéria especial sobre o município de Colatina, afirma-se a existência de outras tribos para além dos Botocudos, o que contribui no sentido de levantar outros povos existentes naquele território, e que inseriam-se no lado oposto da fronteira colonial. Vejamos:

Vários depoimentos dão conta ainda de outras tribos, com as quais os Botocudos estavam constantemente em guerra: Malalis,

⁶ O mundo não é simplesmente um conjunto de regiões atrasadas (pelo relógio de quem?) à espera que chegue a modernização, como se o pólo moderno (Europa) fosse o lado ativo e o resto do mundo o lado passivo do devir histórico (PORTO-GONÇALVES, 2003, s/p.).

⁷ Tradução do relatório de viagem de Willian Steains por Reinaldo Santos Neves.

Cumanachos, Maconis, Machacalis, Patachós, Capuchos, Panhames e outros.

Os brancos que começaram a chegar no novo território deram o nome de Botocudos a índios de várias tribos, como Crenaques, Nac-Nuc, Minia-Jiruna, Guteraques, Nac-requés, Incutrás. Depois que lhes observaram características comuns como o uso de botoque no lábio inferior (...) (A Gazeta, 1982, p.2).



Fotografia de Walter Garber. Fonte: Arquivo Público/ES.

IMAGEM 02- Indígenas Botocudos do Rio Doce. Local: Barra do rio Pancas, 1909.



Fonte: A Gazeta, 1982.

IMAGEM 03 - Indígenas Botocudos

O estudo antropológico de Mattos (1996) sobre os Krenak no Vale do Rio Doce faz um levantamento etnográfico deste grupo indígena: seus subgrupos, tronco-linguístico, organização social, relação de parentescos, etc., que ajudam a situar outra cosmologia inserida numa dinâmica de conflitos por terra e por territórios.

Embora termos como “vazio demográfico” tenham sido utilizados para justificar a colonização, todavia não foi uma particularidade da história e geografia capixaba. Conforme Moreira (2001), trata-se de uma construção ideológica para a expansão colonial europeia a partir do século XV, amplamente utilizada pelos impérios e posteriormente pelos Estados Nacionais, e que continua até os dias atuais, através de projetos desenvolvimentistas. Assim, escondiam e escondem as violentas formas de colonização e conquistas por parte dos colonizadores.

É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”, representantes das tribos puri, coroados, botocudo e outras, mas também os denominados

“índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles que pertencentes às tribos tupiniquim e termiminó, que, desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso brasileira (MOREIRA, 2001, p. 100).

O discurso promulgado pelo projeto colonizador já iniciava os próprios trabalhos de colonização e expansão das fronteiras coloniais do Espírito Santo. Havia diversas forças originadas de distintos lugares adentrando em terras do Noroeste, o que levanta alguns questionamentos que o discurso colonizador tenta invisibilizar: para onde foram os posseiros, caboclos, negros refugiados e indígenas?

O estudo de Mattos (1996), ao apontar o processo de guerra e conflitos, a criação de aldeamentos e o desaparecimento de subgrupos Krenak no vale do Rio Doce, também assinala para uma expansão colonial, mas dessa vez, originária do Governo de Minas Gerais, e seu interesse na expansão econômica em direção ao Nordeste mineiro. Essa frente colonial, como demonstra, atuou desde o uso de forças militares até os aldeamentos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que são citados como presídios, uma estratégia militar para “consolidar a nova fronteira, prover as condições para sua colonização econômica, abrir caminhos, erguer pontes e obras civis” (Moraes, citado por Mattos, 1996).

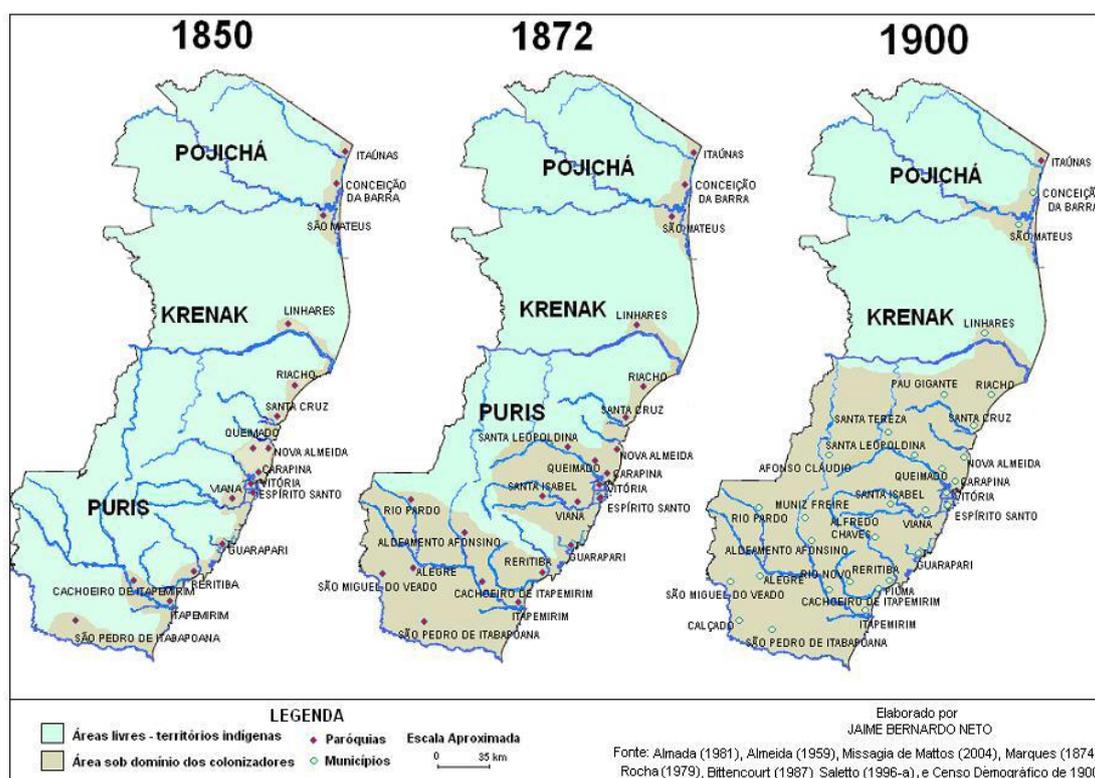
Numa região anunciada como “vazia”, a frente pioneira se deparava com habitantes que se relacionavam com a terra a partir de outros valores, não apenas econômico, mas tendo-a como abrigo, refúgio, além de possuírem memórias e valores culturais a ela associadas. Esses povos, quando não expulsos ou inseridos na política de aldeamento, se refugiavam em outras matas, em outros lugares, e nem sempre de forma pacífica, pois também resistiam às violências, às doenças e barbáries cometidas em seus territórios. Por esse motivo, José de Souza Martins (1997) enxerga na fronteira a degradação do outro, para desse modo *viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora*.

Sob uma abordagem territorial jurídico-política, um projeto de colonização tem a finalidade de conquistar algum território. Para Robert de Moraes (2000), “qualquer colônia é o resultado da conquista territorial. Ela é um espaço novo

na perspectiva do colonizador” (idem, p.264). Portanto, envolve relações de poder sob um território.

(...) uma determinação básica da colônia é a conquista, entendida como relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão. A violência e a expropriação são, portanto, dados irredutíveis do processo colonial, variando em grau, mas sempre presentes em suas manifestações. Colonização implica assim, estruturalmente, uma hierarquia entre sociedades e entre lugares (MORAES, 2000, p. 264 e 265).

O Mapa 04, produzido por Bernardo Neto (2012), é um importante instrumento representativo do território de expansão colonial e a consequente perda de territórios indígenas no Espírito Santo. A partir da década de 1920, *quando diversos subgrupos de Krenak já estavam aldeados* (BERNARDO NETO, 2012) em Pancas ou em outros aldeamentos em Minas Gerais, é que se iniciou um novo projeto de colonização do Noroeste espírito-santense⁸.



Organizado por BERNARDO NETO (2012)

MAPA 04 - Processo de expansão colonial e perda de territórios indígenas: de 1850 a 1900.

⁸ Outro importante estudo sobre os indígenas brasileiros, estão no “Mapa Etno-Histórico do Brasil e Áreas Adjacentes”, realizado pelo etnógrafo Curt Nimuendaju (1944). Mesmo sendo um estudo que abrange o território nacional, podemos verificar também a região a que trata nossos estudos. Infelizmente, não foi possível colocar nesse trabalho, devido o tamanho do mapa produzido.

A presença desses indígenas está marcada sob uma perspectiva inserida dentro da política de colonização: em Pancas havia um aldeamento indígena; e no município de Resplendor-MG, localizado próximo à divisa com o Espírito Santo, existe atualmente uma Reserva Indígena dos Krenak. Dentre outras aldeias ou reservas que abrigam os Krenak, essas duas foram de grande destaque. Mattos (1996) aponta, além de conflito entre subgrupos Krenak, o aldeamento de Pancas: *foi extinto em torno de 1940, quando um surto de impaludismo dizimou a população indígena. Ao lado deste fato, o SPI atravessava um período de dificuldades orçamentárias que levou os índios a solicitarem sua transferência para outro local (p. 86)*. Esse surto de impaludismo é afirmado pelas versões oficiais da historiografia capixaba, mas há teses consistentes de que os indígenas foram contaminados através da água do rio⁹. Já a Reserva Indígena de Resplendor, *se situa a meio caminho das cidades de Resplendor e Conselheiro Pena a uma distância de 17 Km de cada uma. Dos 4000 ha. de terra doados para os índios em 1920 eles ocupam, hoje, apenas 120. A FUNAI moveu, em 1983 uma Ação Declaratória de Nulidade de Títulos sobre imóveis rurais contra os posseiros das terras indígenas, vitoriosa desde o início de 1995. Nenhum fazendeiro, entretanto, ainda saiu e há ainda os que afirmam que não sairão (MATTOS, 1996, p. 119)*. Aqueles que não aceitaram o aldeamento resistiram e se refugiaram em matas mais ao Norte, reduzindo cada vez mais seu território, e se dispersando, principalmente, pelo Espírito Santo e Sul da Bahia, mas também por outros cantos do país. Nestas linhas, Mattos (1996) afirma que:

As políticas indigenistas adotadas para os Krenak - desde a decretação das guerras contra os índios até a sua expulsão das terras já demarcadas ocorrida em período recente - incentivaram a dispersão do grupo e provocaram situações adversas à transmissão de seu conhecimento e de suas práticas tradicionais (MATTOS, 1996, p. 92).

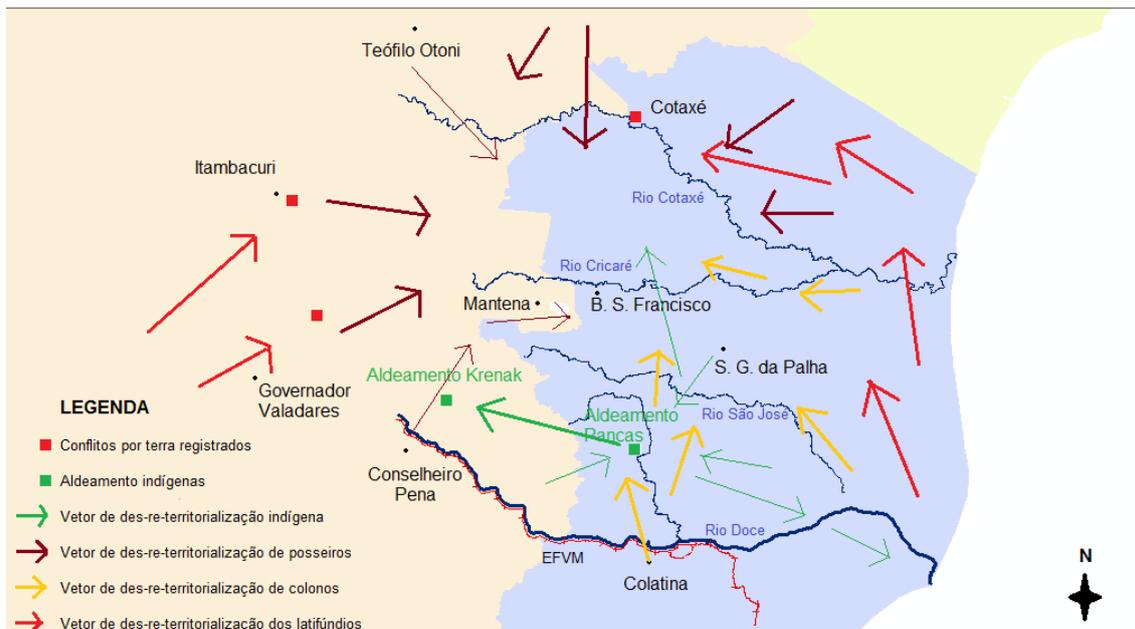
Não apenas os indígenas, mas também dentre os posseiros que se localizaram na região antes da expansão colonial, poucos conseguiram permanecer na terra de forma legal, pois para esses, há um grande abismo no acesso aos direitos legais vigentes.

⁹ Sobre a versão do massacre, ver documentário "Genocídio Guarani" de Rogério Medeiros. Ou: <http://seculodiario.com.br/13696/17/documentario-resgata-tragedia-que-matou-mais-de-200-indios-em-pancas-1>. Acessado em: 21 de setembro de 2015.

O livro *Nas Terras do Rio Sem dono* (1988), de Carlos Olavo da Cunha Pereira, narra a história de conflito de terra entre posseiros, principalmente baianos, e latifundiários grileiros no Leste mineiro, numa região próxima à atual Teófilo Otoni. Pereira (1988) retrata o drama de uma família que, após 30 anos em posse de uma área próxima ao rio Doce, recebe intimação e intimidação por parte da polícia, governantes, fazendeiros e jagunços para sair daquela terra, pois a mesma possuía dono. Mostra também a importância do jornal local, chamado de *A Batalha*, numa época em que entrávamos na modernização econômica, incluindo a agrícola.

Quanto mais a fronteira colonial se expandia, menos os indígenas, quilombolas e posseiros garantiam suas terras e sua sobrevivência. Mais ao Norte do Espírito Santo, na divisa com os estados de Minas Gerais e Bahia, houve um dos maiores conflitos por terras na região, conhecida como Contestado, numa localidade chamada de Cotaxé; um marco no espaço-tempo de um conflito resultante das expansões coloniais sobre territórios ainda não “civilizados”. A região do Contestado ficou marcada na história e geografia capixaba devido ao conflito pela terra, protagonizado por forças oriundas de várias localidades, dentre elas fazendeiros, grileiros, latifundiários, indígenas, posseiros, e outros, que vinham do Sul da Bahia, Leste mineiro, Sul do Espírito Santo e Ceará. Portanto, eram diversos os vetores de territorialização, que culminou em um grande conflito por terra e pela demarcação da fronteira colonial. Esta fronteira colonial não terminaria ali, pois continuou sua empreitada nas terras do Norte brasileiro, mais especificamente em Rondônia, a partir da década de 1960.

Campos Júnior (2004) trata também da chegada de mineiros vindos de um eixo de migração que partiu de *Conselheiro Pena-MG (...) chegou a Mantena-ES, em 1932, e em seguida a Barra de São Francisco* (idem, p. 26-27). Esse eixo passou, portanto, pelo rio São José, e foi se estabelecer próximo ao rio São Mateus.



Elaborado pelo autor (2014).

MAPA 05 - Principais Vetores de Ocupação ao Norte do Espírito Santo.

A fronteira, pelo lado do colonizador, se estabelece e se define como um lugar do conflito, de disputas, sendo, portanto, um elemento de bastante importância para a análise dessa colonização. Procuramos entendê-la com base em duas dimensões coloniais: de definição e de expansão. A primeira se refere à definição de uma fronteira político-administrativa a ser resolvida entre os governos do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia; enquanto a segunda se refere à expansão de uma fronteira agrícola, que se caracterizou pela extração madeireira, estabelecimento de lavouras cafeeiras e pastagens.

No Espírito Santo consolidou-se uma hegemonia por parte do capital comercial, principalmente através do comércio do café, produto principal da economia capixaba. Essa elite estava interessada na comercialização do café, que seria produzido pelas famílias camponesas em pequenas propriedades. Até a década de 1950, o governo e os mercadores interessavam-se pela distribuição de terras para famílias camponesas mediante a produção daquilo que lhe interessava, basicamente o café. Isso é explicado a partir da teoria da renda da terra, que é uma fração da mais-valia, um produto do trabalho excedente: “a renda capitalista da terra pode ser obtida através do aluguel, do arrendamento ou de uma só vez, pela venda da terra” (OLIVEIRA, 1987, p. 80).

A renda da terra é, então, um tributo cobrado pelo proprietário para fazer a terra produzir reserva de valor. É um lucro extraordinário, contido no próprio meio de produção e, portanto, na própria mercadoria. A renda capitalista da terra se dá de duas formas: diferencial e absoluta. A primeira resulta do caráter capitalista da produção, e são causadas pela diferença da fertilidade do solo e da localização da terra, bem como do investimento para melhorar tanto a fertilidade quanto a localização. Já a renda absoluta advém do monopólio do meio de produção terra por uma classe social. Esse monopólio gera a sujeição do trabalhador expropriado que passa a ser explorado pelo capital por meio da mais-valia (produto do trabalho excedente). Segundo Oliveira (1987), “a *renda absoluta* resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário e o interesse da coletividade” (idem, p. 74).

É por isso que o proprietário de terra é um personagem de dentro do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se convertem em colonizadores, vendedores da mercadoria terra (OLIVEIRA, 1987, p. 80).

Não há como estudar o processo e todo o trajeto desta colonização sem levar em conta as intencionalidades do Estado e do Mercado. Estão imbricados e, por isso, às vezes, são con-fundidos. Foi com base no café, além da extração e comercialização da madeira, que o governo e mercadores do estado do Espírito Santo enxergaram a possibilidade de crescimento econômico, já que era o principal produto de mercado do Espírito Santo e de garantia de seu território político-administrativo.

(...) embora muito aquém dos números apresentados pela cafeicultura fluminense ou paulista, o café capixaba foi decisivo para a modificação do quadro carencial do Espírito Santo, permitindo-lhe uma participação mais expressiva na dinâmica da economia tropical de exportação, que caracteriza a formação econômica do Brasil (MALACARNE, 2000, p. 113 – 114).

Neste momento, o café foi a base do projeto colonial e se apresentava atrelado à possibilidade de resolver outras questões, principalmente às de cunho político e econômico, pelas quais o Estado do Espírito Santo passava naquele espaço-tempo. Entre as adversidades, estavam: a baixa nas cotações internacionais do café, em virtude da crise de 1929, mas sinalizando a um significativo aumento; e os litígios com Minas Gerais e Bahia acerca dos limites

político-administrativos entre esses estados. Nesse momento, já era notável a presença de mineiros e baianos adentrando as terras capixabas, inclusive policiais.

O Estado criou, então, estratégias para garantir seu controle político e econômico sobre aquele território, ao incentivar a colonização junto com a produção do café. Vale sempre ressaltar que, antes da produção do café, havia a comercialização da madeira retirada durante a expansão da fronteira colonial, uma vez que as florestas nativas¹⁰ se apresentavam conservadas (porque ali habitavam povos da floresta), com grandes variedades de madeiras que atraíam o mercado. Para isso, vale aqui a afirmação de Celso Furtado (1976):

Ele entrou como um conquistador inimigo: matando as florestas, destruindo os animais que ali viviam, dizimando as tribos indígenas... Com a destruição das florestas espírito-santenses nos tempos do Império, fazia-se a exportação do pau-brasil, depois do jacarandá e mais tarde da peroba-do-campo, cedro, sucupira e outras essências... é justamente sobre as cinzas dessas essências preciosas que coloriram essas terras, que vicejaram os cafezais (FURTADO, 1976, p. 117).

O Noroeste, até a década de 1920, mantinha densas florestas e a forte presença de povos tradicionais, e a partir desse ano, passa a ser visto pelo olhar colonizador como possibilidade de participar do mercado madeireiro e da expansão do mercado cafeeiro, a partir da comercialização das madeiras da floresta. Dessa forma, a mata foi substituída predominantemente pelas plantações do café.

Os caminhos abertos para a derrubada das matas no Norte do Espírito Santo, que dariam lugar ao café, partiam de Colatina. Esses mesmos caminhos serviam para a descida de madeira, que no município era embarcada, na ferrovia, para Vitória, para dali alcançar seu destino final, no exterior. (CAMPOS JÚNIOR, 2004, p. 24 e 25).

A ressalva que deve ser feita sobre esta afirmação de Campos Júnior (2004) se refere à diversidade de vetores de ocupação sobre aquele território, ou seja, os caminhos abertos com a derrubada das matas no Norte do Espírito Santo não partiram apenas de Colatina, mas também do próprio Norte do estado, além de

¹⁰ Florestas nativas como contraponto a ideia de “matas virgens”, que pressupõe uma mata/floresta intocada pelo homem, o que se tornaria incoerente neste trabalho, uma vez que admitimos o uso deste território por parte de povos nativos que ali já se abrigavam, refugiavam e resistiam ao processo colonial e, conseqüentemente, se relacionavam ao seu ambiente social, no qual a floresta nativa se faz presente.

vetores oriundos de Minas Gerais e do Sul da Bahia¹¹. Temos que admitir diversos vetores, ou ‘fronts’ coloniais. Essas madeiras também eram enviadas ao Porto de São Mateus. O trecho da ferrovia construída entre este município e o de Nova Venécia foi realizado tendo em vista o escoamento da madeira até o porto. Os rios também eram utilizados como vias para o escoamento através de jangadas de toras de madeira amarradas, indo até São Mateus, por meio do rio Cricaré, braço sul do rio São Mateus.

Outra atividade notável foi a pecuária. Para garantir a posse da terra sem nenhum transtorno, o plantio de pasto se apresentava como uma grande estratégia para os especuladores, já que os mesmos comprovavam o uso da terra, sem necessitar de grande quantidade de investimentos e mão-de-obra. Nas fronteiras agrícolas do território brasileiro, observa-se a predominância da pastagem como atividade fronteiriça, substituindo a biodiversidade local. Essa atividade também ganhou adesão no Noroeste do estado após o programa de erradicação do café (conforme veremos no capítulo seguinte), o que fez com que muitos proprietários se dedicassem à criação de bovinos.

2.2 Caminhos Coloniais: veias abertas pela colonização.

Para pensarmos o tempo presente é importante considerarmos a “geografia do passado” a partir de uma análise histórica dos objetos naturais e técnicos substanciais para viabilizar essa colonização. Admitimos que nesta sequência histórica não se compreenda uma linearidade, pois está sujeita a rupturas e transgressões dos cursos previstos pela colonização.

Pierre Mombeig, em sua obra intitulada *O Brasil* (1975), afirma que em meados do século XIX, uma nova fase da conquista da terra havia se iniciado no Brasil e, principalmente, em São Paulo. Segundo o autor:

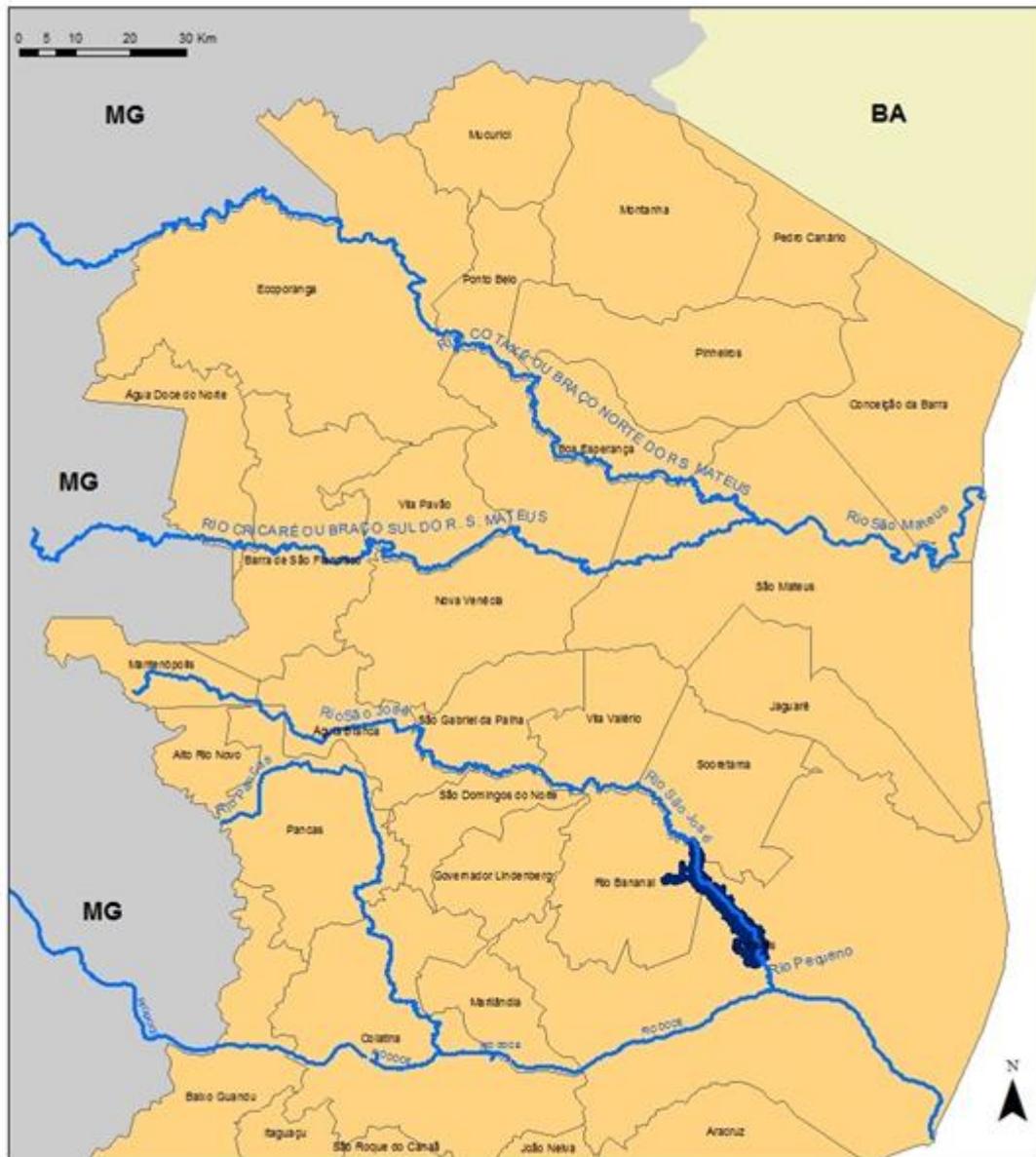
(...) os longos alinhamentos ordenados dos cafeeiros substituíram a densa floresta, vítima da marcha para oeste dos pioneiros paulistas (...). Cidades nasceram e nascem ainda. Construíam-se ferrovias, estradas de rodagem. Uma nova sociedade se organizou (MONBEIG, 1975, p. 56).

¹¹ Conforme nos indicaram os trabalhos de Bernardo Neto (2013), Mattos (1996) e Pereira (1988).

Para este estudo, o primeiro elemento que aqui iremos considerar são os rios, mais especificamente os rios Pancas, São José e São Mateus, e alguns de seus afluentes, de grande relevância para entendermos os primeiros passos da colonização nas terras até então desconsideradas pela classe dominante capixaba.

Os rios Pancas e São José, inseridos na bacia do rio Doce, nascem muito próximos, na divisa com o estado de Minas Gerais, no município de Mantenópolis, e deságuam no Rio Doce. O rio São José é um caso excepcional, pois antes de desaguar no rio Doce, alimenta as águas da Lagoa Juparanã em Linhares, para depois seguir seus caminhos rumo ao Rio Doce, porém já com o nome de Rio Pequeno. Já o Rio São Mateus é formado por dois braços, o rio Cotaxé ou rio do Norte, cuja nascente se localiza no município de Ouro Verde, em Minas Gerais, e o rio São Mateus ou Cricaré - Braço Sul, com nascente localizada no município de Itajubinha, também em Minas Gerais.

O mapa hidrográfico do norte do Espírito Santo (MAPA 06) destaca os três rios a que estamos nos referindo neste trabalho (Pancas, São José e São Mateus), já que foram essenciais para definir os caminhos da colonização:



Fonte: Geobases (IJSN, 2005). Organização: Zanoni, Angelo de Sousa (2015)

MAPA 06 - Rede Hidrográfica do norte do Espírito Santo com destaque aos rios São Mateus, São José e Pancas

Como vimos anteriormente, uma das primeiras tentativas de colonização ao Noroeste do Estado, dentre as que encontramos registros, foi experimentada em 1914 pela companhia francesa *Societé Forestière*, partindo da foz do rio Pancas. No entanto não obteve sucesso e trouxe prejuízo aos cofres públicos, que tiveram que recomprar as terras concedidas a esta companhia.

Data-se no ano de 1918 a primeira penetração de colonos através desse rio. Colonos que vinham de Minas Gerais descendo o Rio Pancas, que nasce bem na divisa deste estado e deságua no rio Doce.

Assim como feito pela companhia francesa em 1914, foi subindo o rio que houve a colonização mais expressiva da região Noroeste por colonos vindo do Sul do estado. É por este caminho que os colonos também se depararam com os povos já existentes, que em grande parte se refugiavam e migravam em diversas direções.

O rio Pancas (assim como o Rio São José, como veremos adiante) também se fez presente no processo de colonização do Noroeste a partir dos poloneses que aqui chegaram, a partir da década de 1930, e contribuíram para a política de colonização daquela região:

O interventor passou a priorizar as entradas de imigrantes poloneses para as terras de Águia Branca. Estes subiam o rio Pancas montados em animais. Tinham um posto de apoio junto ao córrego Montes Claros, que verte para o rio Pancas. (MALACARNE, 2002, s/p.).

No governo de Florentino Avidos¹², em 1925, também foi criada uma política de colonização para áreas do entorno do Rio Pancas, influenciada pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, iniciada no final do século XIX para ligar Vitória a Belo Horizonte, passando por Colatina:

(...) ofereci, nas proximidades do rio Pancas, uma área de 8.000 hectares, afim de constituir uma primeira seção do mesmo núcleo (Santos Neves), em vista de sua proximidade da Estrada de Ferro Vitória à Minas, em Collatina. (MENSAGEM DO GOVERNADOR FLORENTINO AVIDOS, 1925, p. 75)

Em conversa com uma neta de colonos que participaram desta saga, ela relembrou as histórias que os avós narravam quando os mesmos chegaram ao município de Pancas:

“(...) foi subindo o rio Pancas, que os avós abriam as picadas na mata, construindo casas altas porque tinha onça (...).

Plantava café e muitas outras coisas. Aí eles vieram parar em Pancas, lá em Laginha. Eles eram de Santa Maria de Jetibá” (Hélia, entrevista realizada pelo autor, junho/2013).

¹² Florentino Avidos governou o Espírito Santo no final da Primeira República (ou República Velha). O café, até então, era o principal produto brasileiro e capixaba. Com a crise de 1929, houve uma desvalorização do produto, juntamente com o início da República Nova, o que interfere significativamente na política econômica e no cenário agrário brasileiro.

através de sua firma Costa&Malacarne, conforme veremos com mais detalhe no próximo item deste capítulo.

A colonização do Noroeste pelo Rio São Mateus se deu principalmente pelo Braço Sul (ou rio Cricaré), através de um eixo partindo de Nova Venécia, especialmente pelas atividades exercidas pelo Barão de Aimorés. O Braço Norte (ou rio Cotaxé) já estava sendo dominado pelos grandes latifundiários, todos direcionando-se à região contestada.



Fonte: Geobases (IJSN, 2005). Organização: Zanoni, Angelo de Sousa (2015)

MAPA 08 - Destaque ao rio São Mateus

Esse rio foi de extrema importância para a colonização dos atuais municípios de Água Doce do Norte e Barra de São Francisco.

Outro eixo de busca do noroeste parte do Rio Preto, afluente do Rio São Mateus, em direção a Água Doce do Norte e outro em direção do rio 2 de Setembro, até Patrimônio do Serro e em direção do Rio 15 de Novembro, ambos afluentes do Braço Norte do Rio São Mateus. (ANTOGIOVANNI, 2006, p.37).

Com a política de colonização e o loteamento das terras na região Noroeste, na década de 1920, vieram também os investimentos em vias de transporte e o governo do estado retomou o projeto da estrada de ferro que ligaria o município de Colatina a São Mateus, no sentido de estabelecer a colonização e melhorar o escoamento das mercadorias dessas novas áreas.

Os primeiros registros da projeção da estrada de ferro que, mais tarde, ligaria Colatina a São Mateus, datam de 1895, segundo Moraes (2004):

(...) os fazendeiros e capitalistas locais resolveram construir uma estrada de ferro partindo da cidade (São Mateus) e dirigida para as matas do interior, para servir principalmente ao transporte de madeiras que viçavam num desafio à operosidade dos homens. A estrada foi iniciada, o leito chegou a ter 23 quilômetros concluídos, em 1895 (MORAES, 2004, p. 201).

Apenas sete quilômetros da estrada de ferro foram construídos partindo de Colatina. O trecho mais longo efetivamente construído foi de São Mateus a Nova Venécia, tendo a família Cunha, ligada ao Barão de Aimorés, uma grande importância nesse processo. Porém, mesmo com esse considerável trecho, a estrada de ferro nunca foi utilizada, somente deixou sua marca na terra e no tempo, sendo ofuscada futuramente pela estrada de rodagem que liga esses dois municípios. Aqui fica uma lacuna neste processo: porque largar a construção e retirar o serviço já realizado?

Para Moraes (2004), o *ciclo ferroviário* proposto se estende entre os anos de 1886 e 1910, e por isso tal estrada de ferro não obteve êxito:

Sem dúvida, houve, no decênio 1920-1930, várias tentativas para estender a rede ferroviária, mas o desenvolvimento desta havia terminado com a eclosão da I Guerra Mundial. (...) o ramal de Colatina a Nova Venécia não chegou sentir o peso das locomotivas.

Os leitos vazios foram ocupados pelas rodovias (...) (MORAES, 2004, p. 285).

Acontece que a ideia de ciclo não condiz muito com a realidade brasileira, uma vez que várias estradas de ferro foram construídas mesmo após a ampla política nacional de construção de rodovias, tendo em vista que as mercadorias circulam de forma mais rápida e em quantidades maiores, quando comparadas ao transporte terrestre.

Antogiovanni (2006), ao analisar a “des-re-territorialização de colonos europeus” no Norte do Espírito Santo, afirma que:

A ponte sobre o Rio Doce em Colatina deveria conectar-se com a estrada de ferro que seria construída entre Colatina a Nova Venécia. E de Nova Venécia podia-se atingir o porto de São Mateus. (...) Mas a estrada de ferro Colatina Nova Venécia não saiu do papel e iniciam-se suas obras já como estrada de rodagem e após 19 anos (1928 a 1947) foi concluída. Esta investida do desenvolvimento para o “interior”, gerou

uma movimentação que teria ajudado a fundar e “povoar” São Gabriel de Palha. (ANTOGIOVANI, 2006, p. 37 e 38).

Portanto, ainda com a perspectiva da estrada de ferro, também era projetada a ponte sobre o Rio Doce, que foi inaugurada em 1928, momento em que o governo do Estado firmava os contratos de concessão para algumas empresas de colonização. A inauguração dessa ponte foi, sem dúvida, um marco para a colonização da região Noroeste do Estado, pois os interessados no loteamento de terras já estavam cientes da construção da ferrovia que ligaria o município de Colatina até São Mateus passando por Nova Venécia, o que aparentava ser um bom negócio e motivou o povoamento de alguns municípios. Além disso, uma nova mobilidade emergia no Estado, proposta por Moraes (2004) como *ciclo rodoviário*.

As estradas de rodagem foram, sem dúvida, o plano de mobilidade que mais acelerou o processo de colonização da região, durante e principalmente após a política de colonização via Companhia Territorial. Do nível mundial ao estadual, as políticas para a implementação de meios de circulação via automóvel fizeram surgir uma nova lógica de circulação, transporte e escoamento. O período pós-guerra representou no Espírito Santo a:

(...) reorganização do Estado, sustentado no equilíbrio orçamentário (...). O grande valor do desenvolvimento foi encetado especialmente pela criação do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), representando a formulação segura, mais racional no planejamento, programação e construção de estradas, com estruturação das bases do setor para implantar obras-de-arte especiais de maior porte (pontes) e o advento da pavimentação. O Estado necessitava de consolidar-se em sua fronteira Noroeste, onde acontecimentos de ordem fundamentalista e política movimentavam as classes sociais, com grandes embates entre as mesmas, além do risco cada vez maior de perdas de áreas territoriais fronteiriças. (SARTÓRIO, 2007, p. 43).

Sartório (2007) analisa a rede rodoviária do Espírito Santo, principalmente após 1947. Antes desse período, nos informa que a mesma “era constituída em quase sua totalidade de estradas de penetração”. Esquematiza essa rede da seguinte maneira:

1. Malha provável com tráfego classificado como permanente: 1500 a 1100 km;
2. Malha provável com tráfego provisório ou intermitente: 1300 a 1500 km;
3. Malha rodoviária pavimentada exclusive as vias urbanas: 0 km;
4. **Total: 2800 a 3000 km** (SARTÓRIO, 2007, p. 43).

Entre 1947 a 1950, no governo de Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, as principais obras de construção de rodovias direcionadas ao Noroeste foram: São Domingos – Barra de São Francisco (ES-31); Colatina – Nova Venécia (ES-11); e Ponte sobre o rio Pancas.

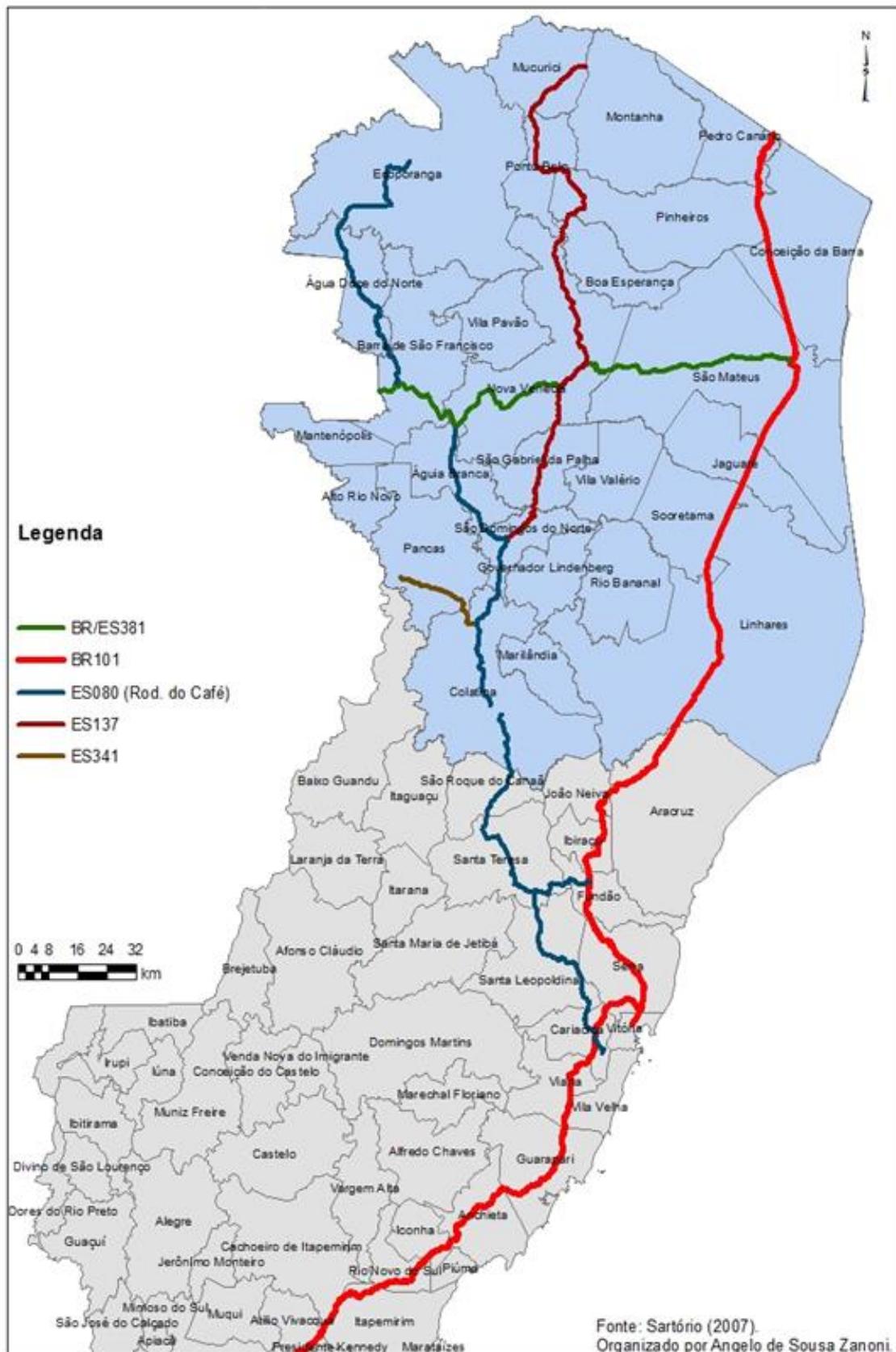
Conforme Sartório (2007), em função da Lei nº 316, de 31 de junho de 1948, houve a construção das seguintes estradas municipais: São Mateus – Boa Esperança (60km); Nova Venécia – Muniz, ES-31 (17 km); Laginha – Rio Novo, em Colatina (36km); Nova Venécia – Oratório (25km).

Com o passar do tempo, houve novas construções, alargamentos, melhoramentos e adiantamentos. Essas estradas anteriormente citadas receberam novas classificações e, atualmente, as principais estradas de rodagem são:

- a)** BR 101: antiga BR- 5, aprovada na década de 1950, corta o Estado de norte a sul, e é a via principal de circulação, que se liga a outras rodovias que adentram os municípios interioranos;
- b)** ES 381: São Mateus – Nova Venécia, construída no ano de 1941, substituiu o trecho ferroviário projetado na década de 1920 para ligar Colatina a São Mateus;
- c)** ES 137, antiga ES - 37: liga São Domingos do Norte a Nova Venécia, passando por São Gabriel da Palha, iniciada no final da década de 1940.
- d)** ES 080 ou Rodovia do Café, antiga ES - 2: rodovia radial que liga Vitória a Barra de São Francisco, passando por Colatina, São Domingos do Norte e Águia Branca, iniciada no final da década de 1940;
- e)** ES 341, antiga ES - 34: rodovia que liga Vitória a Mantenedópolis, passando por Colatina, Pancas e Alto Rio Novo, iniciada também no final da década de 1940.

Todas essas estradas foram pavimentadas pelo Governo Federal e/ou Estadual, e seu traçado seguiu muito dos caminhos e picadas abertos pelos habitantes e colonizadores da região Noroeste do estado. Vale destacar que o contrato de Concessão de Terras celebrado com a Companhia Territorial

possuía uma cláusula específica, que colocava como dever do beneficiado a construção de estradas com ligação aos núcleos povoados, como será visto no próximo item. O constante melhoramento dessas vias de acesso só acelerou o processo de colonização e a transformação do Noroeste. Devemos considerar também a importância dos caminhos vicinais que não foram pavimentados pelos governos, tendo em vista a utilização constante por parte dos habitantes que conhecem os lugares. No momento, não foi possível mapeá-los, pois com certeza carece de uma pesquisa mais aprofundada, já que algumas das pessoas com as quais dialogamos no campo afirmam que muitos caminhos abertos no início da colonização desapareceram ou, que apenas uma parte desses segue o atual traçado das rodovias.



MAPA 09- Principais Rodovias construídas no anos 1940.

2.3 As Leis Agrárias e a Criação da Companhia Territorial no Espírito Santo

As leis agrárias mostram-se como um meio técnico normatizador de questões referentes à terra no Brasil, como também no Espírito Santo. A começar pela Lei de Terras, criada em 1850, que dispunha sobre as terras devolutas do Império. Em seu primeiro artigo, ela determina: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850).

Art. 2º: Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dois a seis mezes de prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessórios entre heréos confinantes (BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850).

Para José de Souza Martins (2012), essa lei:

(...) configurou o moderno direito de propriedade no Brasil. Tinha por objetivo criar dificuldade ao livre acesso à terra, no mesmo momento em que a cessação do tráfico negreiro e a substituição dos escravos por trabalhadores livres punha em risco a agricultura de exportação por falta de mão de obra. Forçava uma escassez artificial de terra, que só poderia ser obtida mediante compra, mesmo ao Estado (Martins, 2012, s/p)¹³.

A Lei de Terras é extremamente esclarecedora do processo de estabelecimento do mercado de terras no Brasil. A partir dela, a terra passa a conter um valor de troca, portanto, passa a ser uma mercadoria, cujo preço mobiliza os grandes mercadores, que enxergaram um mercado com fonte de renda.

Outros autores relacionam a Política de Branqueamento da população também com a Lei de Terras, devido à concentração de negros escravizados que havia na região Centro-Sul do país, que aumentava a potencialidade de revoltas e revoluções, compartilhadas por negros em outros países, dentre eles o Haiti¹⁴. Esses povos não se encontravam numa posição social que os possibilitava adquirir terras por meio da compra e, por conseguinte, através dos meios legais. Embora haja exemplos de casos em que a compra foi realizada por

¹³ Artigo publicado em Folha de São Paulo em 03 de junho de 2012. Acessado em: 19/03/2013

¹⁴ Ver: AZEVEDO, Célia M.M. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – séc. XIX. 2005.

sujeitos colonizados, esses exemplos são raros, em outras palavras, não condizem com o total da população sem acesso à terra.

Após a constituição do estado republicano brasileiro, as terras devolutas, que pertenciam à Nação, passaram a ser de domínio dos estados-membros, nos quais estivessem situadas. Essa mudança foi consolidada por força da primeira Constituição da República, datada de 1891, conforme nos indica artigo 64 referente ao *Título II*, que trata *Dos Estados*:

Art. 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais¹⁵.

Dessa forma, as terras devolutas que encontravam-se no território do estado do Espírito Santo passaram a ser administrada pelo governo desse estado, oferecendo-lhe autonomia para direcionar o uso dessas terras.

No que diz respeito às terras do Noroeste do Espírito Santo, a legislação agrária estadual direcionou as ações a serem implantadas com base em uma política de colonização de territórios.

A Lei Estadual nº 1.711 de 18 de fevereiro de 1929, que foi substituída pela Lei estadual 617 de 1952, trata de definir o que são terras devolutas, além de sua alienação e concessão, da venda à vista e a prazo, das preferências, das concessões gratuitas, do processo de aquisição e medição das terras devolutas, da discriminação das terras legítimas, da concessão de terras para a fundação ou desenvolvimento de núcleos urbanos, etc. Ela também interfere objetivamente no mercado de terras no Espírito Santo a partir de venda direta de pequenos e médios lotes, principalmente ao Norte do rio Doce. Assim dispõe:

Art. 9º - Não poderão ser vendidos a uma mesma pessoa mais de cem hectares de terras agrícolas ou destinadas a criação, salvo os casos previstos em lei e observadas as formalidades nela consignada.

Parágrafo único – Ao adquirente casado, com filhos menores em sua companhia, será permitida a aquisição de área maior, na proporção de 25 hectares para cada filho (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 de 09.01.1952).

¹⁵ BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

Esta lei também define o valor dos lotes, dispondo no *Art. 13 – O preço das terras será, no mínimo, de Cr\$60,00 (sessenta cruzeiros) por hectare, exclusive as taxas e as despesas de medição* (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 DE 09.01.1952). Não colocava, portanto, um valor máximo, mas somente o valor mínimo do hectare.

Segundo Moreira (2005), a questão de concessão de terras devolutas trazia ao Estado grandes prejuízos, pois movia a corrupção e grilagem:

Na administração do governador Nestor Gomes verificou-se, no entanto, que as medidas moralizantes, tomadas anteriormente, não surtiam os efeitos esperados. Ainda funcionava a rede de corrupção no serviço de terras, envolvendo funcionários e autoridades, sempre em benefício de setores específicos. Em relatório oficial de 1920, Gomes era taxativo sobre a ocorrência de comissões, gratificações e despesas indevidas, desembolsadas por muitos requerentes de terra e recebidas por agrimensores, coletores e funcionários incumbidos das escrituras (MOREIRA, 2005, p. 231)

Junto à política de colonização observa-se também uma corrida por privilégios em um cenário desenhado por um mercado de terras emergente. Para garantir a colonização no Noroeste, o Estado criou mecanismos de incentivo às frentes pioneiras, a partir da concessão de terras devolutas às famílias interessadas, principalmente do Sul deste estado, mas também às firmas de loteamento. Um dos principais mecanismos oficiais foi a criação da Companhia Territorial, uma autarquia do governo com sede em Colatina. Usaremos, aqui, o termo *frente pioneira*, que segundo Martins (1997):

Era uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteiras em que a expansão assume a sua forma. (MARTINS, 1997, p. 156).

A criação de Companhias de Terra esteve presente em outros estados brasileiros, dentre eles: no Oeste paulista (SCARIM, 1995), no Norte do Paraná (CARDOSO, 2007), no Sul do Pará (SILVA, 2009), e no Leste mineiro (MATTOS, 1996), dentre outros.

No primeiro trabalho, Scarim (1995) estuda o processo de expansão territorial do Oeste Paulista e o papel da iniciativa privada na construção da cidade de Santo Anastácio/SP no início do século XX. Já Cardoso (2007) faz um estudo

mais abrangente, tentando compreender a colonização na região Norte do Paraná ou “Norte Novo”, pelas Companhias de Terras, também no início do século XX. Esta autora também questiona ideias como “vazio demográfico”, “avanço da frente pioneira” e “colonização pacífica”. Em ambos os casos, além da criação das Companhias de Terras, também se assemelham a presença do café e das estradas de ferro no projeto de colonização, tendo o Estado como fomentador da colonização e a iniciativa privada como a especuladora. No trabalho de Silva (2009), foi realizado um estudo sobre a apropriação privada das terras no Sul do Pará por meio da formação e atuação da Companhia de Terras da Mata Geral, que atraiu diversos mercadores de terra, principalmente oriundos do Sul do país, mais especificamente de São Paulo.

Mombeig (1984), em estudo sobre a franja pioneira e os fazendeiros paulistas, aponta quais eram os sujeitos desse movimento e quais eram os seus propósitos:

Quando se pôs em movimento o avanço paulista (...) encabeçava-o uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinha postos na administração pública. Emergiram dessa classe personalidades extremamente notáveis, cujo valor individual, entretanto, exprimia simplesmente, com maior força, as características comuns a todos eles. Sua obra consolidou, por muito tempo, a grande burguesia paulista (MONBEIG, 1984, p. 139)

Quanto ao uso e apropriação de terras pelos fazendeiros paulistas nas áreas colonizadas, Scarim (1995) analisa que essa expansão lhes possibilitava a apropriação da renda da terra, *que não seria derivado da sua produção agrícola, mas pela valorização provocada pela expansão cafeeira*. Monbeig (1975) também percorre esse raciocínio, afirmando que os fazendeiros paulistas:

(...) adquiriram milhares de hectares de terras cobertas de florestas, em que abrem estradas e caminhos, implantam pequenos centros comerciais e procedem à demarcação de reduzidas parcelas de terreno, os sítios. Seus compradores são recrutados entre os trabalhadores agrícolas das plantações, que compram a prazo (MONBEIG, 1984, p. 62).

No estudo de Silva (2009), o processo de transferência das terras devolutas do Sul do Estado do Pará para empresários paulistas reconstituiu historicamente a formação e atuação de uma companhia de terras, conhecida como Companhia

de Terras da Mata Geral (CTMG). Neste caso, a apropriação de terras *não resultou em posterior estabelecimento de fazendas de café, como no oeste paulista e no norte do Paraná, e sim em fazendas de criação de gado bovino* (SILVA, 2009), tendo em vista que este acontecimento ocorreu em anos posteriores, mais precisamente nos anos de 1960. Portanto, a especulação da terra também se fez presente no Sul do Pará e, assim como nos casos anteriores, foi uma marca característica das companhias de terras:

A reconstituição dos principais fatos relacionados aos três primeiros projetos agropecuários aprovados pela Sudam na Amazônia é emblemática desse processo e permite que se compreenda como se deu a aquisição de grandes glebas de terras no sul do Pará principalmente com a finalidade meramente especulativa, objetivando revender essas terras a preços infinitamente superiores, após a valorização das mesmas.

Foi o caso da Companhia de Terras da Mata Geral que comprou mais de 350 mil hectares das terras devolutas do Pará, e constituiu o maior latifúndio por dimensão do Estado (SILVA, 2009, p. 17).

Mattos (1996), embora analisando uma situação de conflito territorial entre a frente colonial e os povos indígenas, também deixa indícios de uma política de colonização por loteamentos destinados a famílias camponesas:

O Massacre de Kuparak, ocorrido em 1923 deu-se devido ao conflito gerado pelas frentes de expansão econômica nas terras indígenas e envolveu índios e os trabalhadores da Colônia Agrícola “Bueno Brandão”, projetada pelo governo do Estado para o assentamento de cerca de 1000 famílias na região. O acontecimento contribuiu para o descontrole da política indigenista local, causando pânico e terror entre os índios aldeados (MATTOS, 1996, p. 85).

Vejamos que, exceto no caso do Sul do Pará, a política de colonização também foi uma forma de distribuição de terras para famílias interessadas, principalmente os filhos e netos dos primeiros colonos, uma vez que a herança e a qualidade do solo já não estavam garantidas nas primeiras terras.

A Companhia Territorial no Espírito Santo foi criada pelo governo de Nestor Gomes em setembro de 1923, para administrar a colonização e a venda de terras devolutas, promovendo a vinda de famílias para o Norte do Estado. A Companhia Territorial também podia formalizar contratos com firmas interessadas no serviço de loteamento e colonização da área, a fim de comercializar terras.

Nas Imagens 04 e 05, trouxemos um exemplo de contrato de venda de terras firmado entre a Companhia Territorial e um indivíduo interessado, que se difere do contrato para firmas colonizadoras:

<p>VENDA DE TERRAS — A — PRAZO E Á VISTA</p>	<p>COMPANHIA TERRITORIAL — S. A. — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CIDADE DE COLLATINA ESTRADA DE FERRO VICTÓRIA — MINAS CAPITAL: Rs. 3.400:000\$000</p>	<p>— END. TELEGR. — TERRITORIAL</p>
--	---	---

Collatina, 22 de Setembro de 1926

Illmo. Sr. Emilio Hoffman

De accordo com o convenciohado, daremos es-
criptura a V. S. de 25 hectares, á margem horte do Rio Doce, nas
proximidades da Estação de Lage, sendo o preço dos terrenos de Rs.
3:000\$000, ja pagos, com todas as despezas.

Com apreço subscrevemo-nos.

COMPANHIA TERRITORIAL
A. Vianna

CORRESPONDENTE EM VICTORIA
BANCO DO ESPÍRITO SANTO

IMAGEM 04- Escritura de 25 hectares de terra à margem do rio Doce

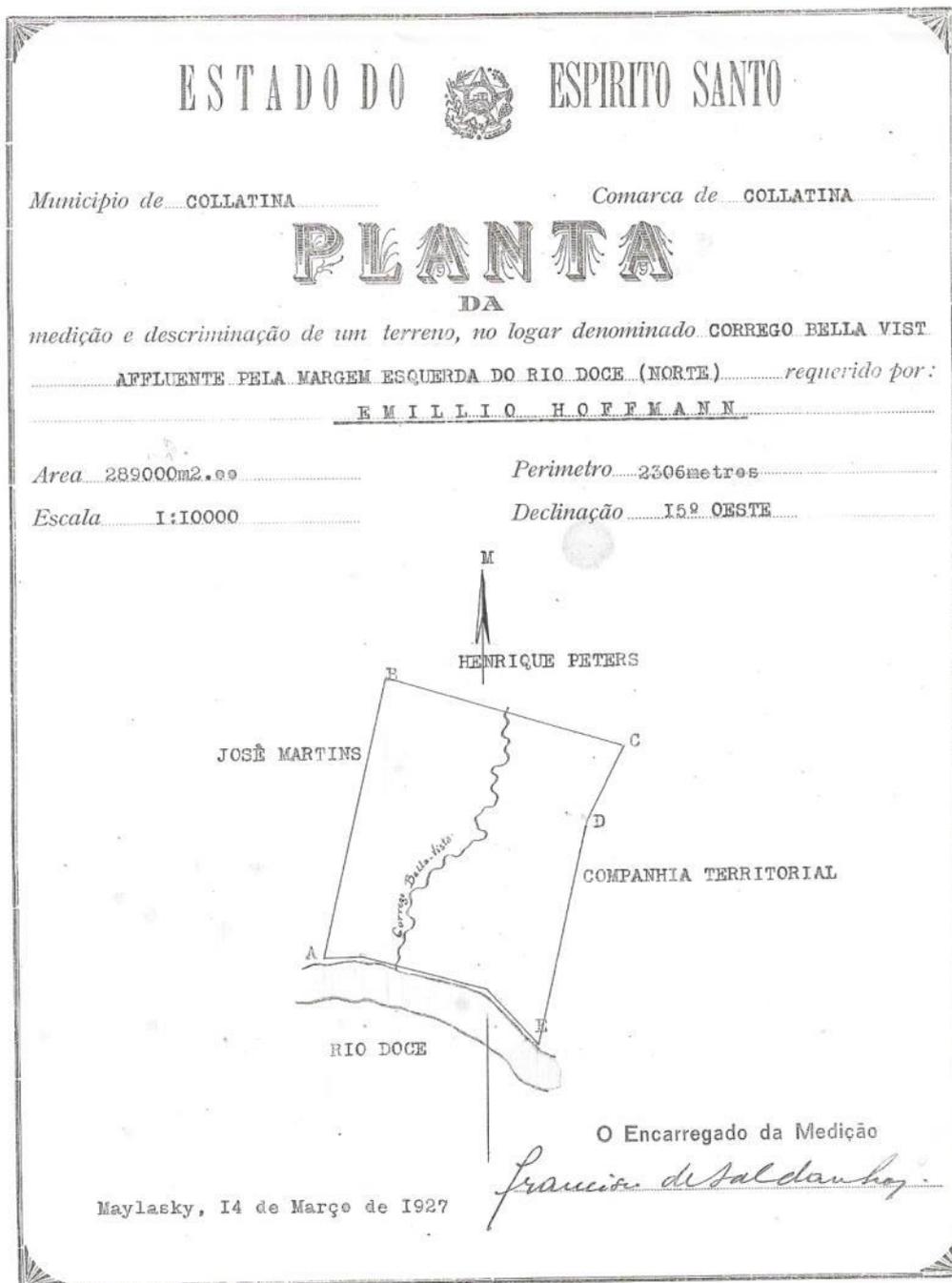


IMAGEM 05 - Planta de medição e discriminação de terreno às margens do rio Doce.

A Lei Estadual 1.711 de 1929, anteriormente comentada, além de impulsionar a venda de lotes, também impulsionou o mercado de terras a partir dessas firmas, tendo a criação de núcleos coloniais como um dos objetivos. Vejamos:

Art. 10 – Mediante escrituras condicionais, poderão ser concedidas áreas maiores que o limite estabelecido no artigo anterior, a firmas, empresas ou sociedade com a necessária idoneidade moral e financeira, para o estabelecimento de novos núcleos coloniais, fomento da pecuária, ou desenvolvimento de culturas extensivas de interesse econômico para o Estado (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº 617 DE 09.01.1952).

Como já afirmamos, o contrato entre esta Companhia e a Firmas Colonizadoras se fez de forma diferenciada. O acesso destas firmas ao contrato de concessão de terras era um privilégio para os mercadores de terras. Vejamos o que nos assinala Saletto (1996):

(...) o acesso às terras devolutas – que compreendiam a maior parte do território no início da República – se dava através da ocupação, que criava a posse, da obtenção de um lote colonial e da compra ao Estado. Os imigrantes utilizavam todas essas alternativas; foram os destinatários, privilegiados dos lotes coloniais, ocupavam terras públicas. A estas, devemos acrescentar outra alternativa: a compra a particulares de terras ocupadas e não legalizadas. Vendiam-se posses, lotes coloniais não regularizados, terras medidas e não pagas. Todo o tipo de direito sobre a terra era objeto de comércio. Isto quando as terras devolutas, mas havia também as que constituíam propriedades legais (SALETTTO, 1996, 53).

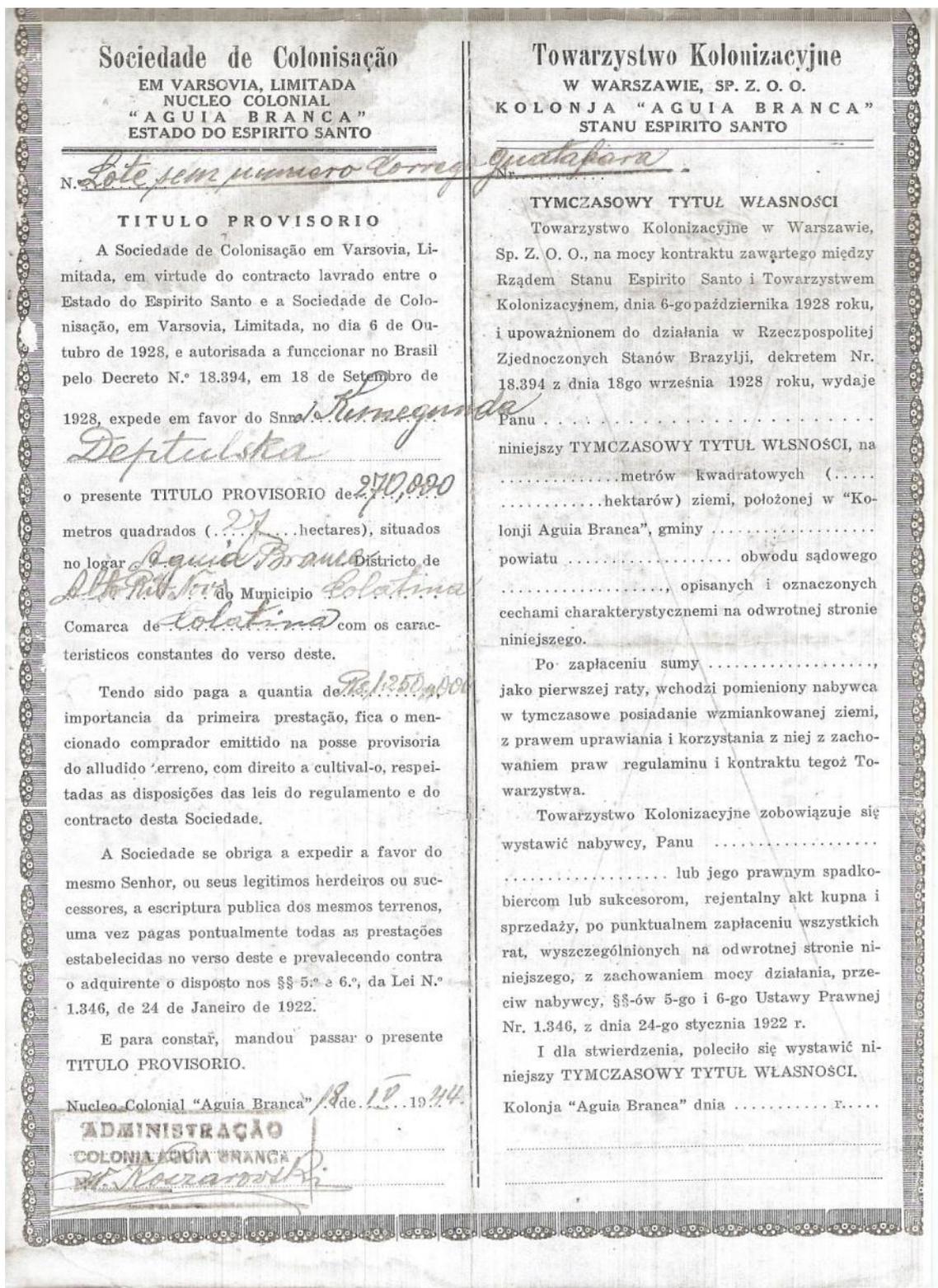
Uma das firmas se chamava Firma Costa&Malacarne, a qual atuou realizando loteamentos para venda, principalmente aos colonos do Sul do estado, filhos ou netos dos colonos do primeiro ciclo de imigração. Eram terras descansadas e havia um incentivo à produção de café e de gado, o que levou os filhos dos primeiros colonos a se disporem em ocupar aquelas terras, já que a tradicional herança ficara inviável com o passar das gerações.

Verifica-se que, durante a ação de loteamento, já havia rumores e planos para a construção de uma ferrovia que ligaria Colatina a São Mateus, mas que não foi realizada. A projeção dessa ferrovia fez com que Bertolo Malacarne tivesse *interesse em ocupar logo as terras que ficariam a margem da ferrovia. Desde o rio Pancas até às margens do rio São José* (MALACARNE, 2002).

Mas a colonização daquela região a partir das concessões de terras pela Companhia Territorial não se deu somente com os colonos do Sul do estado. Na década de 1930, o Governo do Espírito Santo também fez um contrato com

a Sociedade Colonizadora de Varsóvia para a colonização em áreas que as autoridades de Varsóvia reconheciam como adequadas. A Polônia vinha sofrendo com o período da 2ª Guerra Mundial que assolava o continente europeu quando o contrato foi assinado. O país era alvo de interesses da Alemanha Nazista e da União Soviética, ambas com a finalidade de expandir seus domínios territoriais e seus aliados. Muitas famílias se dispuseram à emigração devido ao clima de insegurança no qual viviam, principalmente após a invasão da Alemanha em seu país de origem.

A Companhia Costa&Malacarne localizou e firmou, pelo menos, duas comunidades no Vale do rio São José: uma atividade maior no município que viria a ser chamado de São Domingos do Norte, entre 1926 e 1932; e a partir de 1933, nas proximidades da Cachoeira da Onça, no futuro município de São Gabriel da Palha. A Sociedade Colonizadora de Varsóvia teve maior atuação onde hoje é o município de Água Branca, mas se estendeu até áreas do atual município de São Gabriel da Palha, influenciando também uma área onde, atualmente, encontra-se o município de Vila Valério.



Fonte: IDAF. Contrato assinado em 1944. Acessado em março de 2013.

IMAGEM 06 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (frente).

Lote seu numero 270,600 metros quadrados

Caracteristicos do Imovel

Area do terreno *270,600 metros quadrados*

OPIS ZNAKÓW CHARAKTERYSTYCZNYCH NIERUCHOMOŚCI:

Obszar ziemi

TECHNICZNE OKRESLENIE GRANIC:

Na Północy

Na Południu

Na Wschodzie

Na Zachodzie

UWAGI:

Pomiaru ziemi lotu, wymienionego w niniejszym Tytule Własności, dokonano dnia

r., na życzenie

Posiadacz niniejszego Tytułu Własności podlega opłacie reszty należności za ziemię i inne koszty z tem związane, w sumie Rs., podzielonej na

rat, w sposób następujący:

1-wsza rata, płatna dnia:

..... r. 19 .. Rs.

2-ga rata, płatna dnia:

..... r. 19 .. Rs.

3-ia rata, płatna dnia:

..... r. 19 .. Rs.

4-ta rata, płatna dnia:

..... r. 19 .. Rs.

5-ta rata, płatna dnia:

..... r. 19 .. Rs.

6-sta rata, płatna dnia:

..... r. 19 .. Rs.

SUMA Rs.

W ostatniej racie pomieszczone są należności za rejentalny akt kupna i sprzedaży, stemple i inne opłaty.

Niezapłacenie w terminie jakiegokolwiek raty, wyszczególnionej w niniejszym tytule, pociąga za sobą utratę prawa do tegoż, i skutkuje prawomocnie, bez potrzeby do odwoływania się sądowego, przyczem posiadacz traci raty poprzednio wpłacone i podlega czynszowi dzierżawnemu za ziemię, na mocy dekretu Nr. 4.584, z 6-go października 1921 roku.

"§ 3-ci art. 7-go, ustawy prawnej Nr. 1.148.

We wszystkich wypadkach warunkowej sprzedaży ziemi, stosownie do 2-ch powyższych §§, — pozostaje własnością Stanu (Towarzystwa Kolonizacyjnego) — drzewostan, znajdujący się na tychże ziemiach, dopóki odnośne akty kupna i sprzedaży, z powodu nie wykonania swych warunków, nie będą miały charakteru definitywnego."

CONFRONTAÇÕES:

Ao Norte

Ao Sul

A Este

A Oeste

OBSERVAÇÕES:

A medição dos terrenos constantes do presente titulo, foi procedida em data de *15* de *Julho* de *1930*, a requerimento de *ADMINISTRAÇÃO*.

O Possuidor do presente titulo fica sujeito ao restante de custo das terras e demais despesas correlatas na importância de Rs., dividido em prestações, do seguinte modo:

1.ª prestação, a vencer-se em:

..... de de 19 .. Rs.

2.ª prestação, a vencer-se em:

..... de de 19 .. Rs.

3.ª prestação, a vencer-se em:

..... de de 19 .. Rs.

4.ª prestação, a vencer-se em:

..... de de 19 .. Rs.

5.ª prestação, a vencer-se em:

..... de de 19 .. Rs.

6.ª prestação, a vencer-se em:

..... de de 19 .. Rs.

Segue TOTAL Rs. *1250000*

Na última prestação estão incluídas as importancias de escriptura, emolumentos e imposto de transmissão.

A falta de pagamento de qualquer das prestações vencidas e constantes deste titulo, importará, na caducidade delle consummando-se essa caducidade de pleno direito, independente de qualquer interpeção judicial, perdendo o seu possuidor as importancias anteriormente pagas e ficando sujeito ao lançamento do aluguel de terras, nos termos do decreto N.º 4.584 de 6 de Outubro de 1921

"§ 3.º, do art. 7.º da lei N.º 1.148.

Em todos os casos de vendas condicionaes de terras conforme os dois antecedentes serão reservadas ao Estado (Sociedade) as madeiras existentes nas mesmas terras, enquanto as respectivas escripturas, pelo não cumprimento de suas estipulações, não tiverem caracter definitivo."

Fonte: IDAF. Contrato assinado em 1944. Acessado em março de 2013.

IMAGEM 07 - Título Provisório e Caracterização do Imóvel assinado entre a Sociedade Colonizadora de Varsóvia e um agricultor polonês (verso).

Quanto à Sociedade Colonizadora de Varsóvia, é importante ressaltar que o primeiro contrato assinado com o governo do Espírito Santo concedia 50.000 hectares de terras nas proximidades do município de Águia Branca, para o assentamento de 1.800 famílias polonesas. Mas a sua influência em São Gabriel da Palha e Vila Valério se deu pela falta de acompanhamento e dificuldades enfrentadas durante a ocupação. Além de doenças e da falta de infraestrutura, a área concedida já estava ocupada por posseiros. O governo do Espírito Santo prorrogou por mais dez anos o contrato com a Sociedade de Varsóvia e destinou outras áreas para a colonização, entre elas São Gabriel da Palha e Vila Valério¹⁶.

A história desses municípios conta muito sobre a chegada dos “pioneiros” na região. Porém, é a história a partir de uma frente, isto é, a partir da visão de quem estava inserido no modelo de colonização. Por isso, a história do município é contada a partir da frente de colonização, tornando-se, na maioria dos casos, uma história oficial. A partir disso, é possível e não raro encontrarmos nesses livros sobre determinado município que tal grupo de imigrantes ou tais famílias deram origem a tal município. Em visitas, é comum encontrarmos nome de ruas e avenidas, praças e até escolas com nomes dos primeiros colonos. Dessa forma, outras histórias são invisibilizadas, trazendo-nos o desafio de encontrá-las nas entrelinhas da história oficial, ou nas memórias dos povos subalternizados.

Em 1933, houve a dissolução da Companhia Territorial, dando fim a uma política governamental com clara finalidade de expansão da fronteira colonial e garantia da reprodução ampliada do capital, fomentando as firmas privadas a mercantilizar a terra, isto é, apropriar-se de sua renda com fins especulativos e não de produção agrícola. Ao final, *eram ocupantes dos lotes vendidos 1.368 famílias, compreendendo 7.940 pessoas de nacionalidades diferentes* (TEIXEIRA, 1974, p. 22).

¹⁶ “No início da década de 1940, alguns poloneses e brasileiros chegaram em uma localidade de mata fechada, onde batizou de córrego Walery, mas a febre amarela matou 50 deles. O povoado acabou e só depois de cinco anos foi repovoado. As doenças foram matando esses habitantes até os anos 1950” (MALACARNE, 2012, p. 32).

Vejamos que, quando Willian Steains estima uma população indígena de 7.000 indivíduos em sua viagem pelo rio Doce em 1885, percebemos que o objetivo dessa política não foi apenas de povoamento de uma “região vazia”, pois os novos ocupantes não passavam de 8.000 indivíduos. Havia, portanto, outros interesses, políticos e econômicos, mas que, discretamente, tem origem no discurso do vazio demográfico, característico da fronteira colonial.

2.4 Os sujeitos Des-Re-Territorializados

Diante do exposto até aqui, assistimos nesse processo de colonização ao movimento de des-re-territorialização de diversos sujeitos. Segundo Haesbaert (2010), o processo de desterritorialização dos povos não é visto como uma finalidade em si mesmo, mas como uma dimensão de criação de novos territórios, uma reterritorialização. Portanto, é um movimento de des-re-territorialização. O sujeito humano não vive desterritorializado, mas sempre imprime um processo de apropriação do espaço, logo, uma re-territorialização. Nessa mesma perspectiva, Saquet (2007) aponta que:

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis (...). A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2007, p. 28 e 29).

Consideramos quatro movimentos básicos para nos ajudar a entender esse movimento de des-re-territorialização aqui estudado:

- a) Des-re-territorialização de indígenas;
- b) Des-re-territorialização de colonos do Sul do Estado;
- c) Des-re-territorialização de imigrantes europeus, principalmente poloneses;
- d) Des-re-territorialização de posseiros mineiros, baianos, cearenses e capixabas.

Os sujeitos que ali chegaram, junto com os que ali estavam e permaneceram ou se deslocaram, formaram um território diferente de outras áreas do Espírito Santo. O lugar acrescenta sentidos, permitindo, agora, falar em territórios, pois

estamos admitindo diversas territorialidades. Isso porque o contato com indígenas, colonos do Sul do estado, posseiros mineiros, baianos, poloneses e outros deram sentido próprio àquele território.

Ao escrever o prefácio da obra de Haesbaert (1997), Milton Santos aponta que nesse movimento de territorialização, produz-se “uma nova territorialidade, marcada pelo conflito de atributos históricos – entre os que chegaram e os que já estavam – e o conflito entre duas formas de operar, sentir e viver a mesma fração de espaço” (idem, p.12).

Portanto, foram vários os vetores de territorialização, bem como os caminhos prováveis de refúgio dos indígenas durante o processo de colonização. O território Noroeste teve uma maior atuação e influência das Companhias Territoriais, do Serviço de Proteção ao Índio, e da chegada de posseiros desejosos de um pedaço de terra para trabalhar.

A) Des-re-territorialização de indígenas

Com a Lei de Terras promulgada em 1850, organizava-se a propriedade privada da terra em todo Brasil. Essa lei estabelecia que a posse da terra só seria possível mediante a compra. Também definiu que as terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas através da compra nos leilões mediante pagamento à vista, e não mais através da posse; e quanto às terras já ocupadas, poderiam ser regularizadas como propriedade privada.

Com essa regulamentação, estavam excluídos da possibilidade de acesso às terras aqueles que não podiam comprá-las, dentre eles os indígenas, o futuro “negro liberto” e o caboclo, conhecido por esse nome não somente devido à miscigenação, mas também pela classificação intencional de não lhe atribuir uma origem, uma história e um pertencimento ao território.

Vale ressaltar que a Lei da “abolição” da escravatura foi assinada 38 anos após a promulgação da Lei de Terras (1888), portanto os escravos “libertos” não

tiveram acesso à propriedade da terra, e por isso ocuparam as áreas que não haviam sido colonizadas, procurando junto à terra sua verdadeira libertação.

Foi nesse cenário que se iniciou o processo de colonização no Noroeste do Espírito Santo. Os indígenas ali já habitavam terras agora consideradas não “regularizadas” e esse foi um dos motivos de sua desterritorialização, que os impulsionou a avançar por terra adentro, na expectativa de encontrar um pedaço que não tivesse dono e que lhe permitisse habitar.

Maria Hilda Paraíso (1998) levanta uma questão importante no sentido de explicitar como era pensado o direito dos povos indígenas naquele determinado momento de expulsão de seus territórios.

A intervenção do Estado ocorre, como consequência, nos dois momentos em que as disputas ou conflitos por terras ocupadas por populações indígenas se agudizam: quando os colonos os desalojam de seus territórios tradicionais e quando, sob os mais variados argumentos, lhes tomam os terrenos reservados para a instalação de aldeamentos, a solução adotada para a solução do primeiro tipo de conflito. Em nenhum dos dois momentos são comuns discussões acerca do direito indígena ou da legalidade dos atos de conquista dos territórios tribais ou das terras dos aldeamentos. As razões alegadas pelo Estado para intervir no conflito, ao contrário, estão sempre calcadas na reação dos indígenas, interpretada como resultado de atos de selvajaria, barbaridade e ferocidade, atitudes consideradas como inerentes à natureza da sociedade indígena e à índole dos seus membros e não como defesa dos seus direitos (Paraíso, 1998, s/p).

Como já mencionado anteriormente, aos indígenas restavam duas alternativas possíveis: a primeira era aceitar a política de aldeamento, proposta pelo Governo como possibilidade de garantir sua sobrevivência e, nesse caso, se submeter ao processo “civilizatório”; a segunda alternativa era resistir à colonização, quando não atacando, se refugiando em terras e matas ainda desconhecidas pelos colonizadores. Neste caso, Mattos (1996) aponta que “a maioria dos remanescentes parece, no entanto, ter-se dispersado pois, de acordo com depoimentos de antigos colonos, grupos de índios sem rumo eram vistos perambulando por todas as estradas do Vale, até cerca de 1940” (idem, p. 79).

Quanto à primeira alternativa, Mattos (1996), fazendo referência a Moraes (1990), afirma que os destacamentos militares, como foram os aldeamentos indígenas, eram expressos pela palavra *presídios*, pois esse processo estava

fortemente vinculado a uma estratégia militar. Às vezes, um quartel se transformava, posteriormente, em aldeamento.

Presídios houve que possuíam duas e mais etnias aldeadas juntas. Em todos estes casos, a tarefa da guarnição militar era prover a administração dos índios e utilizar deles a mão-de-obra para atender aos interesses de Estado da Capitania: consolidar a nova fronteira, prover as condições para sua colonização econômica, abrir caminhos, erguer pontes e obras civis. (MORAES citado por MATTOS, 1996)

A autora, referindo-se aos indígenas que se dispersaram devido a recusa de se aldear, ao contrário de representar o desaparecimento dos Krenak, reforça suas resistência em persistir com sua identidade étnica e, que, portanto, mesmo distantes, ainda guardam características que permitem seu reconhecimento enquanto grupo.

É interessante, aqui, porém, apenas apontar para o fato da sociedade Krenak - mesmo necessitando de um território como referência espacial carregado de significações étnicas, palco de conflitos e disputas - possuir, hoje, diversos de seus integrantes dispersos por diferentes localidades do país, em constante movimento migratório por rotas já percorridas por outros parentes. Este fato vem sugerir que a elaboração coletiva de uma “comunidade imaginada” dispersa pelo país constitui uma estratégia de sobrevivência política em face à situação de contato, que descentraliza a sociedade Krenak e a faz resistir, protegendo e imunizando seus integrantes da desorganização imposta pela sociedade dominante através da sua fragmentação em subgrupos dispersos em um sistema de “rede” viva e dinâmica, composta pelo contínuo ir-e-vir dos agentes por diferentes localidades abrindo, assim, um leque de possibilidades de caminhos e de escolhas, sem que, por isso signifique a perda de sua identidade étnica (MATTOS, 1996, p. 88 – 89).

Dessa forma, parte dos indígenas se reterritorializaram em aldeamentos, como o de Resplendor ou o de Pancas, que surgiu no final do século XIX. Aqueles que resistiram a essa política se refugiavam nos sertões mais adentro, desconhecidos pelos colonizadores. À medida que a frente pioneira avançava, esses povos se refugiavam e muitos estão dispersos em vários aldeamentos ou em outros territórios até os dias atuais.

Segundo a “Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil”, parte dos indígenas Krenak encontra-se na Reserva Indígena próximo à cidade de Resplendor-MG, a qual possui quatro mil hectares de terra. Ainda segundo esta Enciclopédia:

Hoje o contingente demográfico dos Botocudos do Leste está reduzido a cento e oitenta pessoas, sendo, na sua maioria, composto de crianças e jovens descendentes de relações interétnicas entre os

Krenák com outros grupos indígenas, como os Guarani e os Kaingang, e com a população regional

Os principais razões dessa predominância de mestiços foram a invasão por moradores da região e o arrendamento pelo SPI das terras do Posto Indígena Krenák, o processo de diáspora sofrida ao longo da administração do SPI e da Funai - em 1953 para o Posto Indígena Maxakalí, de onde retornaram a pé em 1959, e em 1973 para a Fazenda Guarani -, e a convivência com os chamados "índios infratores" deslocados pela Funai de vários pontos do país, a partir de 1968, para o Reformatório Agrícola Indígena ou Centro de Reeducação Indígena Krenák.¹⁷

Este Centro de Reeducação Indígena Krenak “recebiam indígenas que opunham resistência aos ditames dos administradores de suas aldeias ou eram considerados como desajustados socialmente”. Não satisfeitos com as condições impostas, algumas famílias Krenak “optaram por se dirigir para o Posto Indígena Vanuíre (SP), para a cidade de Colatina (ES) e para Conselheiro Pena (MG)”.

Retornaram para o Posto Indígena Krenak em 1980, porém as terras já haviam sido distribuídas, por meio de títulos, a arrendatários. Resistiram em uma pequena parcela de área onde era a sede administrativa do PI Krenak e do Reformatório, totalizando 68,25 hectares. Em 1997, uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal solicitou a anulação dos títulos de propriedade emitidos pelo governo mineiro.

Além da Reserva Indígena Krenak, próximo a Resplendor, o Instituto Socioambiental por meio da “Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil” aponta mais quatro terras habitadas por este grupo indígena nos dias atuais. São elas: Reserva Indígena Krenrehé, no Mato Grosso; Terra Indígena Vanuire, em São Paulo; Terra Indígena Krenak de Sete Salões, também próximo a Resplendor, mas ainda em fase de identificação; Terra Indígena Fazenda Guarani, em Minas Gerais.

Estudos recentes estão sendo realizados pelo Laboratório de Estudos Territoriais (LaTerra-UFES) por meio do Observatório dos Conflitos no Campo e em conjunto com movimentos sociais, e que apontam a r-existência de remanescentes dos Botocudos ocupando um território nas proximidades de Regência.

¹⁷ Ver: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/krenak>. Acessado em 21/09/2015.

B) Des-re-territorialização de colonos do sul do Estado

Oriundos do primeiro ciclo de imigração no Espírito Santo, os colonos do Sul do estado se interessaram pelas terras do Norte do rio Doce, uma vez que eram terras descansadas e já não mais havia terras suficientes no Sul do estado para a divisão familiar, isto é, a tradicional herança de terras já se tornava inviável no sul do Estado.

Com o incentivo governamental previsto pela Lei 1.711/1929, muitas famílias já consideradas brasileiras, principalmente filhos ou netos dos primeiros imigrantes, se dispuseram a essa migração, comprando terras diretamente da Companhia Territorial, ou também através da Firma Costa&Malacarne.

Essa problemática da inviabilidade da tradicional herança familiar ainda aparece nos dias de hoje, mesmo nesta área de colonização mais tardia. E se manifesta também de forma ainda mais problemática, tendo em vista que as propriedades se tornam cada vez menores e nem sempre é possível transmitir uma herança para os filhos, o que constitui mais um desafio para manter o jovem no campo. Não vemos nenhuma política eficaz direcionada a essa questão, que também tem sido debatida pelos movimentos sociais do campo.

Vejamos uma representação de uma propriedade que passou pelo processo de divisão familiar via herança, no município de Águia Branca/ES:

uma questão elementar e que pode ser aprofundada com maior riqueza, pois essa divisão familiar da terra pode ser uma das causas para a saída do jovem do meio rural, além de representar uma necessidade ainda maior, que é a realização de um plano de reforma agrária.

Durante o trabalho de campo, nos municípios que tiveram grande influência da Companhia Territorial eram constantes as conversas com antigos moradores que contavam suas memórias daquelas épocas, cujos municípios de origem eram: Alfredo Chaves, Cachoeiro do Itapemirim, Santa Teresa, Muniz Freire, dentre outros. De uma dessas narrativas, trago o registro feito com um camponês, na comunidade córrego do Bley, em São Gabriel da Palha:

“Eu nasci aqui já. Estou com 50 anos, mas meu pai veio lá dos cantos de Cachoeiro e, na época, ele tinha que ir até São Domingos do Norte pra buscar sal, e ia andando... Ficava por dias e todos preocupados porque era difícil comunicação...” (Vitor, 13/06/2014 entrevista realizada pelo autor).

Compreende-se, dentro desse movimento de migração, a desterritorialização dessas famílias do Sul do estado, para se reterritorializarem ao Norte do rio Doce, via Colatina, nas proximidades do rio São José.

C) Des-re-territorialização de imigrantes europeus, principalmente poloneses

A presença de imigrantes europeus também teve destaque durante o processo de colonização ao Norte do rio Doce. O motivo dessa imigração difere-se do processo que se passou com as famílias do Sul do Estado. Neste caso, não foi a falta de terra, mas sim o clima de insegurança e guerra propagado pela expansão do domínio da Alemanha nazista e da União Soviética.

A Polônia havia sido invadida pela Alemanha nazista pelo ocidente e duramente derrotada na denominada Batalha de Tomaszow Lubelski, em 1939. Esse avanço impulsionou também a invasão do exército soviético praticamente no mesmo período. Como sabiam que estavam perdendo a guerra contra a Alemanha, os políticos e militares polacos aceitaram a integração ao Bloco Soviético em 1941, a partir do Acordo de Sikorski-Mayski, e recusaram

qualquer acordo de paz com a Alemanha. Parte do povo polaco conseguiu adquirir terras no Noroeste do Espírito Santo, mais precisamente em Águia Branca, para se dedicar ao cultivo da terra e se dispôs a essa migração. O título provisório apresentado na IMAGEM 06 e 07 (p. 79 - 80) data do ano de 1944. No entanto, não se pode afirmar que a migração polonesa esteve relacionada apenas à invasão soviética, pois os contratos iniciaram-se na década de 1930, quando a Polônia ainda era alvo tanto dos nazistas quanto dos soviéticos devido à localização estratégica que o país possuía naquele contexto histórico de guerras e avanços dos dois blocos.

Eduardo Glazar (2005) conta em seu livro algumas histórias sobre a vinda de sua família da Polônia para o Espírito Santo. É possível observar as geografias presentes nessas histórias contadas no livro. Segundo ele, o trajeto do rio Doce até Águia Branca foi tão difícil que, por diversas vezes pensaram em voltar às suas terras:

O patrimônio dos índios marcava o fim do trecho da estrada provisória. Próximo a ele já existia um acampamento para acomodar os imigrantes. Nesse local existiam tribos de índios já civilizados, guaranis, pois era o que se comentava, e eram civilizados porque já respeitavam e se comunicavam com os brancos. Nós, imigrantes poloneses, tínhamos pavor deles, porque líamos, lá na Polônia, que eram umas feras contra os brancos. Havia na nossa mente a imagem de que o índio era um bicho perigoso e terrível, que atacava os brancos. Dali até Monte Claro (distrito de Águia Branca) fez-se a pé. O menores iam no lombo das tropas de burros (GLAZAR, 2005, p. 51 - 52).

As primeiras notícias que tiveram dos familiares que ficaram na Polônia não foram muito satisfatórias. Muitos morreram em guerra, as mulheres e crianças foram exiladas na Sibéria, e segundo Glazar (2005), foi o que *confortou sua família em continuar a expedição*.

No trecho supracitado, podemos observar como a imagem do “índio” chegava até eles, característica de um imaginário colonial: o índio perigoso, feroz. Também se observa como foi o primeiro contato com a tribo de “índios civilizados”. Em outro trecho, o autor fala de trabalhos que os “índios” ajudavam a realizar. Vejamos:

Em 1937, havia um grupo de índios guaranis em São Gabriel, que já eram civilizados (...). O acampamento desses índios ficava numa clareira onde hoje se encontra o primeiro cemitério de São Gabriel da Palha. Alguns desses índios trabalhavam na delimitação de lotes.

Eles tinham um ótimo senso de direção e orientação, e certa facilidade para andar e traçar rumo no meio da mata (GLAZAR, 2005, p. 99).

Nesse movimento de imigração é que se dá o processo de des-re-territorialização. Uma vez desterritorializados de seu país de origem, a aquisição de terras no Noroeste do Espírito Santo através da Sociedade Colonizadora de Varsóvia lhes permitiu encontrar um refúgio, um abrigo, uma reterritorialização.

D) Des-re-territorialização de posseiros mineiros, baianos, cearenses e capixabas

Posseiros são aqueles que ocupam uma terra no intuito de nela trabalhar e se negam a pagar a renda da terra a quem quer que seja, podendo requerer a sua posse. Assim era possível encontrar a presença de mineiros, baianos, cearenses e capixabas naquela porção do território, que ocupavam um pedaço de terra para ali produzir. Martins (1985) define esse sujeito de direito da seguinte maneira:

O posseiro não paga renda; o posseiro representa, concretamente, independentemente de qualquer vontade que ele tenha explícita a esse respeito, uma contestação ao caráter capitalista do nosso regime de propriedade fundiária, porque ele não paga a renda da terra, ele é uma ocupante da terra, ele não paga um tributo a ninguém. A propriedade privada da terra, na história da sociedade capitalista, entra como um anacronismo que tem sentido na medida em que ela propicia que se cobre do conjunto da sociedade um tributo pela sua utilização e esse tributo se manifesta através do preço da terra. O posseiro, o ocupante, não paga pela terra, não paga o preço da terra; então se tira o posseiro e se coloca o colono. Por que a ênfase na colonização particular e não na colonização pública? Por que todo esse empenho na colonização particular? Justamente porque alguém está vendendo ou revendendo estas terras, recolhendo a renda fundiária, cobrando um tributo de classe sobre a ocupação a terra (MARTINS, 1985, p. 72 – 73).

Além de se refugiarem em terras não conhecidas pelos colonizadores, era possível também regulamentá-las, porém poucos posseiros tinham conhecimento ou acesso a essa informação. Vale ressaltar que o analfabetismo era (e ainda é) uma realidade concreta, pois esses povos não tinham acesso à educação escolar. Então, como saberiam dos processos legais e procedimentos legítimos de regularização das terras? Que contrato

assinariam? A regularização das posses também requeria uma despesa de cartório e agrimensor. De que forma arcariam com os custos?

Muitos posseiros perderam sua terra por não regularizá-las, pois com o processo de avanço da frente pioneira, a região se tornou alvo dos latifundiários, que chegava com documento oficial legítimo ou não de posse da terra. Semelhante caso nos conta Pereira (1988) *Nas Terras do Rio Sem dono*. Muitos posseiros seguiram o mesmo caminho dos indígenas e dos caboclos, procurando novas terras ainda não conquistadas pelas frentes coloniais. Outros conseguiram regularizar a sua posse, pois diferentemente de muitos, puderam ter acesso aos procedimentos a serem tomados, ou então resistiram até o processo de regularização fundiária em massa, realizado pelo IDAF.

Campos Júnior (2004) também nos indicam alguns caminhos percorridos pelos mineiros que adentravam as terras capixabas.

De Conselheiro Pena à Aldeia, ainda em Minas, havia um eixo que, em prosseguimento, chegou a Mantena, em 1932, e em seguida a Barra de São Francisco, considerada a última grande reserva de terras devolutas da região. (EGLER, 1951 citado por CAMPOS JÚNIOR, 2004, s/p).

Após a definição da fronteira com Minas Gerais, em 1963, por exemplo, muitos moradores que pagavam impostos ao governo do Espírito Santo passaram a ter que contribuir com o governo de Minas Gerais, e vice-versa. Murari et. al. (1992) retrata muito bem o clima de insegurança que se mantinha na região, inclusive entre as forças policiais dos dois estados.

Quanto aos posseiros baianos, os registros encontrados apontam que há mais presença de mineiros e baianos no extremo Norte capixaba, principalmente voltados ao serviço das serrarias. No livro de Pereira (1988), ele narra exatamente a saga de posseiros nordestinos em uma área fronteira com o Espírito Santo, próximo a Governador Valadares, que foram expulsos pelos fazendeiros (grileiros) para a expansão do seu império de *orelhudos* (gado). Segundo o autor, muitos foram aumentar o contingente de favelados nos centros urbanos ou continuavam a buscar, sem cessar, um pedaço de terra para cultivar, configurando a desterritorialização desses sujeitos.

Como vimos anteriormente, Murari et. al. (1992) evidencia a presença de muitos cearenses nas proximidades de Nova Venécia, vindos de seu lugar de origem devido à seca ocorrida no final do século XIX, e que se territorializaram como mão-de-obra suplementar da fazenda da família Cunha.

2.5 Considerações sobre o território: abrigo/recurso.

Através desse panorama que foi o processo de colonização no Noroeste do Espírito Santo, entendemos que é necessária uma consideração ou mesmo uma reflexão acerca do território e seus diversos usos, que carregam entre si uma contradição inerente, presente nas disputas e nos conflitos entre colonizadores e colonizados. Estamos admitindo, pois, o Noroeste do Espírito Santo em suas diversas territorialidades, que lhe dão a atual configuração territorial.

Os conceitos propostos por Milton Santos (2000) de *território como recurso* e *território como abrigo* ganham uma atenção especial. O caso da política colonizadora proposta por colonizadores viu, e ainda vê naquela área, a *garantia de realização de seus interesses particulares*, configurando um *território como recurso*.

Outros sujeitos se movimentam em direção distinta, mostrando novos horizontes e possibilidades, e fazem do *território* um *abrigo* (SANTOS, 2000), pois buscam constantemente a adaptação àquele meio geográfico, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência (ou re-existência) nos lugares.

Território como recurso e *território como abrigo* são conceitos que, neste trabalho, foram compreendidos dentro de um mesmo movimento, pois são contraditórios e complementares. Constituem territorialidades distintas, com diferentes formas de apropriação e uso do território. Dentro de um mesmo período desse projeto colonial estavam os indígenas, caboclos, quilombolas, Estado, Capital e Firms Colonizadoras, os migrantes do sul e os poloneses, os camponeses, os posseiros, os proprietários. Todos com suas distintas

territorialidades e historicidades e cada qual marcando o território e a terra (geo-grafando¹⁸).

As classes dominantes capixabas, ao direcionar o Noroeste com um olhar e um discurso colonizador, enxergaram e ainda enxergam naquele território a garantia de seus interesses particulares, com finalidade econômica baseada em uma ideologia desenvolvimentista. Foi dessa forma que se elaborou a política colonizadora, como um projeto construído a partir de interesses governamentais e privado sobre aquela porção do território capixaba.

Dentro desse projeto, a migração tornou-se um elemento fundamental, pois foram os migrantes a frente pioneira da expansão colonial sobre as terras já ocupadas tradicionalmente por grupos com visões de mundo distintas. Parte desses migrantes possuía garantias oficiais do Estado; precisava garantir sua sobrevivência e reprodução na terra e com a terra. Foi uma condição posta desde o primeiro ciclo de imigração e se mostrou de forma seletiva também na década de 1920, inserindo principalmente as famílias de descendência dos primeiros colonos europeus.

Esses migrantes que desempenharam um papel fundamental para a realização da política colonizadora não viam as “terras do Norte” apenas como um recurso econômico, mas também como um abrigo, um habitat, uma garantia de reproduzir seu trabalho e das futuras gerações enquanto camponeses. Eles não são seriam colonizadores, pois também estavam condicionados a essa colonização na medida em que precisavam migrar, derrubar, plantar, produzir esse ou aquele produto e pagar.

Assim foram também os posseiros, indígenas e caboclos, porém sob um viés um tanto diferente, já que esses faziam parte da “barreira” que atrapalhava os planos coloniais. Por isso, também não ficaram de fora dos planos oficiais, pois a política colonizadora teve que se adaptar à realidade encontrada naquela área. Fato foi que muitos (maior parte) não conseguiram garantir a

¹⁸ Como exposto por Porto-Gonçalves em algumas palestras, se estamos considerando que os povos marcam o território, isso nos permite entender a geografia enquanto verbo, portanto, geografar: geo-grafar, ou seja, o ato de grafar (marcar) a terra.

permanência em suas terras, necessitando migrar para a fronteira, migrar para a cidade, condicionar-se enquanto meeiro, bóia-fria, etc.

Portanto, dentro de um projeto político de colonização com visão de uso do território Noroeste como recurso, estavam também inseridos sujeitos que, diferentemente, viam o uso do território não apenas economicamente, mas também a partir de outros valores, fossem eles valores de abrigo, de refúgio, ou de garantia de vida. Por isso, o território deve ser visto como condição e resultado das relações contraditórias da sociedade, e a fronteira nunca é bem definida conforme os lados em que se manifesta.

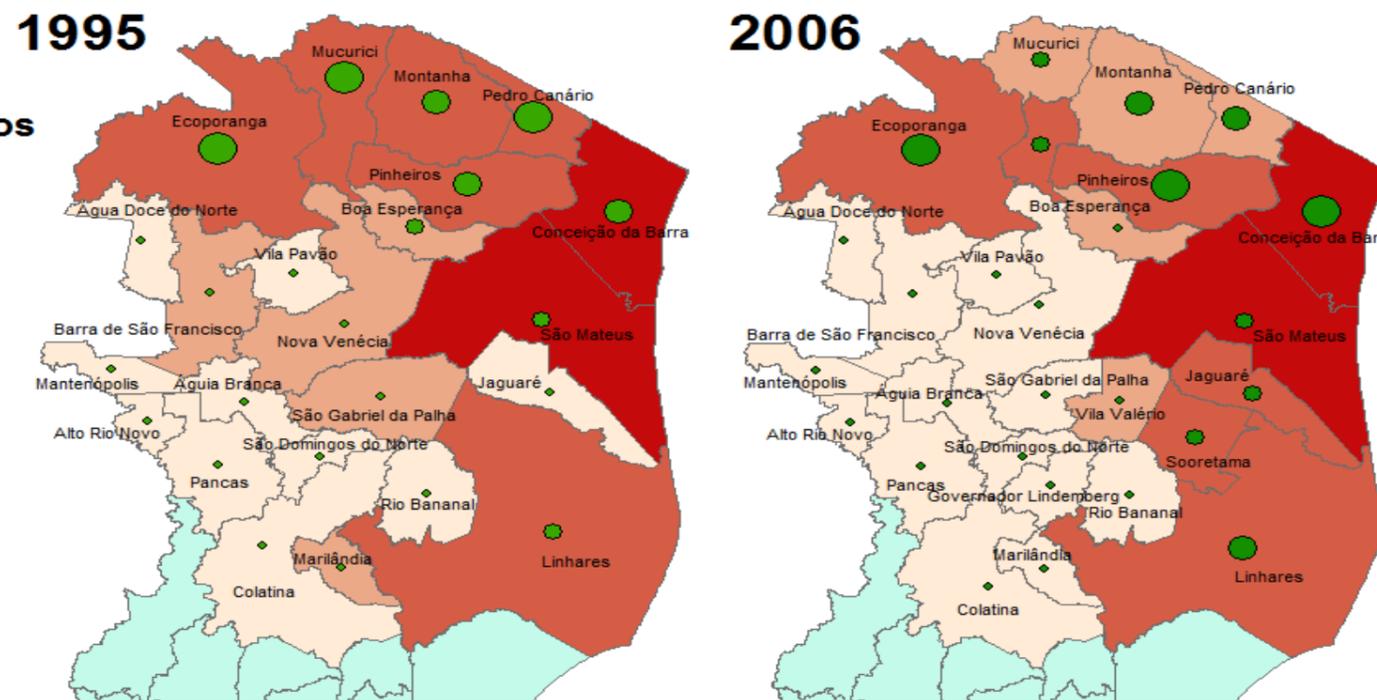
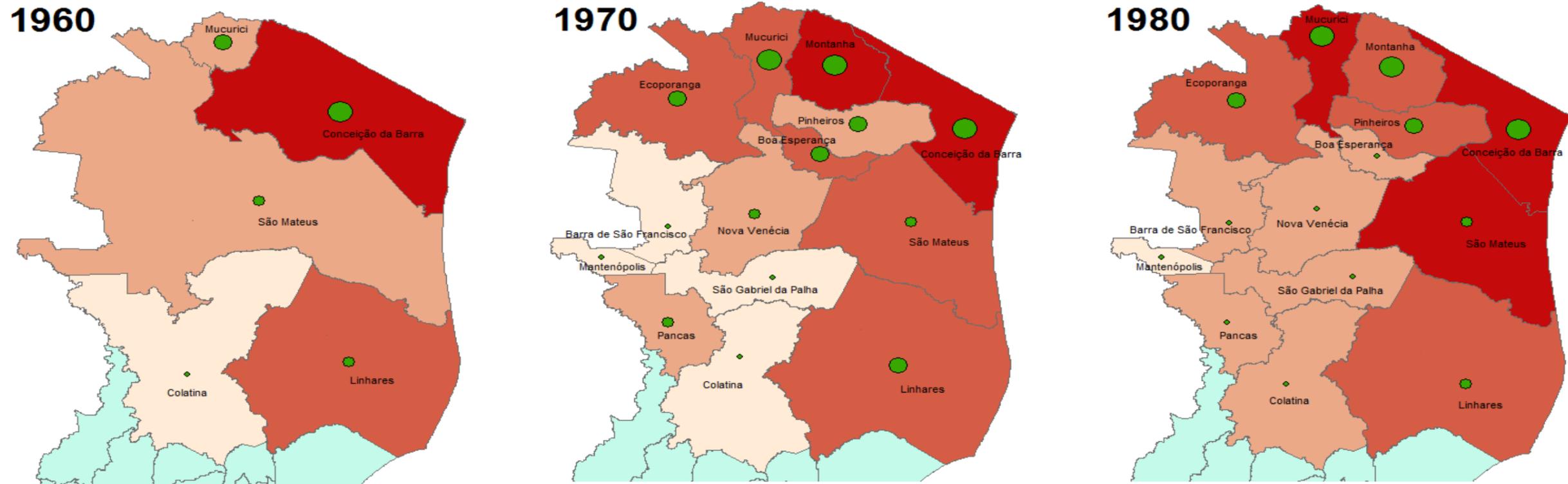
Essa diferença quanto ao uso e apropriação do território não se deu apenas no período dessa política de colonização; ela também se manifesta em outros momentos. No Espírito Santo, a partir da década de 1960, novas políticas serão direcionadas aos territórios do Noroeste do estado, sobretudo com os interesses industriais em pauta. A modernização agrícola, como chamada por alguns estudiosos, ocasionou profundas transformações no território, tendo em vista que o capitalismo encontrou novas formas de se reproduzir a partir de novos usos e apropriações da terra ou da renda da terra.

CAPÍTULO 03 - AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO: industrialização e modernização agrícola

A partir de 1950, aumentam os incentivos à produção em larga escala, e não mais em pequenas propriedades. O latifúndio continua a ser uma condição para a expansão do capitalismo e definição das fronteiras através de projetos de produção em monocultivo (pecuária na década de 1950, eucalipto na década de 1970, e cana-de-açúcar nos fins dos anos de 1970).

A região do Contestado¹⁹ evidenciou constantes conflitos por terras, devido às forças (inclusive entre policiais mineiros e capixabas) originadas de várias direções, principalmente àquelas vindas de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Ceará, caracterizada pela presença de posseiros, indígenas, pequenos proprietários e, principalmente, pela chegada dos grandes latifundiários em busca de terras para aumentar o seu domínio e sua produção. O estabelecimento das pequenas propriedades no Noroeste ficou bloqueado pela ação dos grandes fazendeiros na porção mais ao norte desse território. Neste sentido, quando analisamos o mapa dos grandes imóveis rurais (Mapa 11), verificamos que o litoral norte e extremo norte capixaba estão sob domínio dos latifúndios em terras também já ocupadas tradicionalmente por diversos povos, dentre eles indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, etc. Esse domínio foi se estabelecendo desde o Brasil Colônia e ganha forte impulso com as políticas desenvolvimentistas planejadas em âmbito nacional e estadual.

¹⁹ Sobre a região do Contestado, ver Vilaça (1999), Dias (1984), Pontes e Franco (2007).

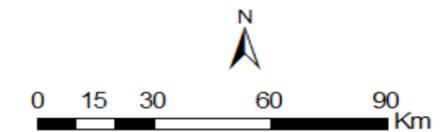


Área dos Estabelecimentos com mais 1000 hectares

- 0% - 20%
- 21% - 40%
- 41% - 65%
- 66% - 90%

Estabelecimentos com mais de 1000 hectares

- 0,1% - 1,0%
- 1,1% - 2,0%
- 2,1% - 4,0%
- 4,1% - 6,0%



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2005); Geobases (JSN, 2005)

Organização: Zaroni, Angelo de Sousa; Vitorino, Kaio Gava; Leite da Silva, Gustavo Passos; Matiuzzi, Ivan Drago (2015)

MAPA 11 - Evolução da Estrutura Fundiária: Estabelecimentos e Área com mais de 1000 hectares (1960 – 2006)

3.1 Industrialização, Des-envolvimento, e planejamento econômico no ES

Embora já se conhecesse indústrias no território brasileiro fomentadas na Era Vargas, esse setor ganharia um forte impulso após a Segunda Guerra Mundial, a partir da qual o planejamento econômico adquiriu uma posição estratégica no campo estatal e empresarial. Essas duas forças, política e econômica, se reuniram para determinar os novos planos de crescimento econômico com base na industrialização. O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), com o lema desenvolvimentista “50 anos em 5”, objetivou a implantação de projetos ligados à indústria de base, além de investimentos em outras áreas, como energia e transporte. A industrialização e os projetos desenvolvimentistas ganharam ainda mais força durante o Regime Militar e a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), em duas versões: o I PND (1972-1974), e o II PND (1975-1979).

O processo de industrialização ocorre em diversas escalas, desde o nível mundial ao local, mostrando mais uma vez o projeto de mundialização das relações capitalistas de produção que ocorrem desde o período das Grandes Navegações Coloniais, especialmente com a invasão europeia em territórios ameríndios. Esse processo transformou de forma significativa as relações de produção e por isso reconfigurou os territórios pelo qual se expandiu. Oliveira (2012) aponta que a industrialização também atingiu a agricultura no Brasil, que está inserida no processo de “internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado” (idem, p. 76).

O processo de internacionalização da economia brasileira tem revelado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do *modo industrial de produzir* no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

Segundo expõe Daré (2010), esse interesse esteve atrelado à política e ideologia desenvolvimentista impulsionada pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, criada pela Organização das Nações Unidas – ONU. Essa Comissão ficou responsável pela implantação de núcleos de apoio ao

planejamento das economias após a Segunda Guerra Mundial, adensando uma concepção de que ser “desenvolvido” é ser industrializado e urbanizado.

Esse é o contexto em que se construiu no Brasil, assim como em tantos outros países ditos “subdesenvolvidos”, o discurso que legitimava a intervenção do Estado na economia, a necessidade da industrialização e da urbanização do país e o imperativo de desenvolver o campo e as atividades agrícolas (DARÉ, 2010, p. 23).

No Espírito Santo, encontravam-se Carlos Lindenberg (1959-1962) e Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966) no respectivo governo do estado, cada qual atendendo às tendências industriais em curso no âmbito nacional. Segundo Alvarenga (2012), Carlos Lindenberg esteve mais atrelado aos interesses da classe empresarial emergente, que se empenhava de forma mais significativa na implementação das indústrias de base em território capixaba. Já no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, a política industrial esteve voltada prioritariamente para a agricultura, uma vez que ainda era a principal fonte de arrecadação do estado.

Enquanto no governo Carlos Lindenberg as relações entre os empresários industriais e o executivo estadual eram próximas, no governo Lacerda de Aguiar, elas se distanciaram, especialmente porque o governador não colocou a industrialização de base como prioridade em suas atividades administrativas. Para Lacerda de Aguiar, a industrialização era um complemento da agricultura, portanto ele não confeccionou nenhum grande projeto direcionado à aceleração do desenvolvimento industrial (ALVARENGA, 2012, p. 134).

O trabalho de Daré (2010) contribui para o entendimento do processo de inserção da ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo através, principalmente, do projeto geopolítico de modernização promovido pelo Regime Militar no Brasil e por uma nova força política capixaba identificada com o processo de industrialização em curso. Essa nova força política, de âmbito empresarial, se articulou em torno da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), criada em 1958, que, por sua vez, produziu seminários e relatórios técnicos com o objetivo de dinamizar a economia e a indústria no Espírito Santo.

No primeiro relatório realizado pelo Conselho Técnico da FINDES em 1962, intitulado *Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida no Espírito Santo*, mostra-se claramente a intencionalidade desses sujeitos. Semelhante pelo seu

discurso da modernização, os discursos de “vazios demográficos” voltou a se fazer presente na formulação desta ideologia. Ao se referir ao Norte do Rio Doce, este relatório diz que “é uma região que ainda procura sua vocação econômica e social. Caracterizam-se extensos vazios demográficos, grandes áreas de terras devolutas e a economia ainda reveste caráter extrativo” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p.52 apud DARÉ, 2010, p.36).

No Espírito Santo, o Golpe Militar acabou constituindo uma aceleração ao processo em curso, uma vez que apoiado pelo governador do Estado²⁰, a classe empresarial ainda obteve certos privilégios, além de se estabelecer em alguns cargos governamentais estratégicos:

Em 16 de abril de 1964, foi noticiada pelo jornal A Gazeta a seguinte manchete: “[...] A população capixaba saudou festivamente a posse do novo presidente da República [...]”. Vários segmentos sociais colocaram-se a favor do movimento militar, como a FINDES. Segundo Américo Buaiz: “[...] a revolução de 1964 não prejudicou o Espírito Santo, tendo inclusive escolhido governadores ligados a FINDES [...]”. Dessa forma, é fácil entender que havia, por parte dos segmentos sociais mais influentes da sociedade capixaba, uma relação de apoio ao movimento de 1964 (ALVARENGA, 2012, p. 162).

O café espiritosantense estaria prejudicado pela política federal de desincentivo à exportação de café de baixa qualidade, como a maior parte do café capixaba, que era de tipo 7 e 8. Diante da pressão do Governo Federal e das forças políticas industriais, o governo do estado assumiu o discurso de melhorar a economia capixaba com base no planejamento econômico que era adotado no Brasil, tendo em vista que o estado estava muito dependente da economia cafeeira e que a mesma se encontrava em “crise”. A estrutura econômica capixaba que, até então, estava baseada na cafeicultura, passaria então a se “diversificar”.

O trabalho de Daré (2010), além de se propor a uma análise da ideologia desenvolvimentista, traça um paralelo entre essa ideologia e a circulação da ideia de “crise” do café, mas que na verdade mostrou-se mais como uma crise dos mercados e um discurso com fortes intencionalidades proferido pelos gestores do desenvolvimento do Espírito Santo. Portanto, ela conclui que

²⁰ Ver Alvarenga (2012).

(...) no discurso desenvolvimentista da década de 1960 a agricultura familiar foi apontada como a raiz da “crise”, ou seja, o problema não estava no café, mas na “base agrária” do estado, concentrada em pequenas unidades familiares, onde era produzido o café. Assim, mesmo reconhecendo que a “crise” não era da produção, pois o Espírito Santo pouco contribuía para o problema da superprodução, e identificando que havia transferência de renda do produtor ao comércio exportador, o discurso desenvolvimentista da década de 1960 identificou na base agrária de pequena propriedade familiar a causa da “crise” (DARÉ, 2010, p. 143).

Acrescenta-se a isso uma questão de ordem teórica. O café, por ser uma mercadoria, deve ser analisado pelas relações produtivas e, por isso, a ideia de “crise do café” obscurece toda uma trama de relações que se passava por detrás dessa mercadoria. Para isso, Marx chamou de fetichismo da mercadoria. A mercadoria, segundo Marx, possui algo que é misterioso porque encobre “as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 2008, p. 94). Esse fetichismo ocorre justamente devido ao caráter social próprio do trabalho produtor das mercadorias.

Antogiovanni (2006) também aponta que a “crise do café” encontrava-se dentro de uma intencionalidade que indicaria onde “deveriam continuar a produzir café para exportação e quais lugares deveriam substituir suas culturas para dar lugar à expansão do agronegócio do próprio café e das outras frentes trazidas pelas plantações de eucalipto, cana e fruticultura” (idem, p. 80).

Dessa forma, se o café capixaba estava sendo produzido em propriedades camponesas e apropriado pelo Estado através da arrecadação de impostos e pelos mercadores do café através da comercialização, a crise que se estabeleceu a nível mundial afetou diretamente àqueles que dependiam unicamente do mercado cafeeiro. O campesinato sempre possuiu alternativas para situações adversas, pois, sendo dono do meio de produção, isto é, com a posse da terra, possui autonomia para se manter e sobreviver com outras produções, preferencialmente alimentares, o que não seria possível aos grupos capitalistas do mercado do café. A “crise” do café é repassada ao camponês por meio de uma ideologia que possuía intencionalidades por parte da nova articulação empresarial no Espírito Santo, que desejava a industrialização, mas para isso, necessitaria de uma mudança no planejamento da economia do

estado. Esse planejamento, voltado principalmente para o des-envolvimento a partir da industrialização, necessitaria de mão-de-obra e esta encontrava-se majoritariamente no campo. Porto-Gonçalves (2006), ao analisar o termo desenvolvimento, propõe que o mesmo seja entendido com um processo de *des-envolvimento*:

(...) *des-envolver* é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; individualizando homens e mulheres, e envolve os desterritorializados numa nova configuração societária, a capitalista. Várias foram as técnicas sociais e políticas para promover o *des-envolvimento* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81).

Portanto, a “crise” não foi do camponês e muito menos do café, que, como veremos, aumentou significativamente em produção e em área, poucos anos após o programa de erradicação. A “crise”, como salientaram Daré (2010) e Antogiovanni (2006) foi uma ideologia, uma estratégia para viabilizar os projetos industriais que uma classe empresarial, confundida com o governo estadual, desejava para com o des-envolvimento do estado.

Para planejar a economia cafeeira de forma a controlar os preços do mercado, o Governo Federal criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1952 pela Lei n.º 1.779. O IBC era uma autarquia vinculada, primeiramente, ao Ministério da Fazenda e, posteriormente, ao Ministério da Indústria e do Comércio, criado em 22 de julho de 1960, pela Lei n.º 3.782. O Instituto herdou todos os materiais e arquivos do antigo Departamento Nacional do Café, inclusive seus direitos, ações e obrigações. As atribuições básicas desse Instituto eram a execução da política cafeeira nacional, a assistência técnica e econômica à cafeicultura, e o controle da comercialização do café.

Com base em suas atribuições, o IBC criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (GERCA), pelo decreto n.º 79, em outubro de 1960, para dar maior amparo à política de controle da produção e comercialização do café, no sentido de evitar supersafras. Os planos do GERCA estavam direcionados, basicamente: à erradicação, na qual os pés de café com baixo rendimento seriam arrancados pelos produtores, em troca da indenização ofertada pelo governo; e à diversificação de culturas ou à renovação do parque cafeeiro.

No que se refere ao Plano de Erradicação dos Cafezais, o GERCA o implementou em duas fases: a primeira, realizada entre 1962 a 1963; e a segunda entre 1965 a 1967, sendo esta a mais expressiva no Espírito Santo. Ao final, foram erradicados 1.379.303 cafeeiros a nível nacional, liberando 1.492.248 hectares de área. A Tabela 01 nos aponta o resultado dessa política de erradicação nos principais estados produtores, tendo o Espírito Santo reduzido 53,8% das suas lavouras, totalizando aproximadamente 70% do total da área de lavoura cafeeira. O Espírito Santo, mesmo contribuindo com pouco mais de 10% da produção nacional de café - o que não o tornava tão expressivo nacionalmente - foi o estado que mais aderiu ao programa, recebendo recursos financeiros do IBC-GERCA tanto para erradicação dos cafezais, quanto para a “diversificação” e renovação do parque cafeeiro, uma vez que esses recursos estavam ligados mais diretamente à agroindústria.

TABELA 01 - Resultado da execução do programa de erradicação dos cafezais.

ESTADO	Cafeeiros erradicados (1000 pés)			Área Liberada (ha)			Valor Pago aos produtores (Cr\$ 1000)		
	1ª fase (1962-63)	2ª fase (1965-67)	Total	1ª fase (1962-63)	2ª fase (1965-67)	Total	1ª fase (1962-63)	2ª fase (1965-67)	Total
São Paulo	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897	17.729	21.420	39.149
Minas Gerais	230.564	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134	11.609	35.671	47.280
Paraná	125.712	124.185	249.957	161.062	146.000	304.062	7.429	52.538	59.967
Espírito Santo	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429	3.707	66.547	70.254
Outros	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726	2.198	31.980	34.178
Total	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.731	1.492.248	42.672	208.156	250.828

FONTE: Relatório do IBC-GERCA (1968).

Após o serviço de erradicação, com as áreas liberadas, o GERCA, a partir de 1967, passa para etapa de diversificação econômica das regiões cafeeiras, através do Programa de Diversificação do Espírito Santo. O governo de Christiano Dias Lopes efetuou uma grande reforma administrativa, criando e reorganizando órgãos estatais no sentido de atender às novas mudanças proposta pelos projetos de modernização e diversificação econômica no estado. Na verdade, a diversificação não se mostrou tão diversa assim, uma vez que era uma diversificação dirigida, ou melhor, pré-estabelecida. Após a análise encomendada pelo governo, através do IBC/GERCA, foram publicados os *Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado Espírito Santo*, produzido pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, em 1967, que apontaram que a diversificação econômica do estado se faria, prioritariamente, por meio da silvicultura, da pecuária, da cana-de-açúcar e da fruticultura.

Para Hildo Meirelles Souza Filho (1990), após o programa de erradicação dos cafezais, a atividade que mais cresceu foi a pastagem, principalmente pelo fato de que ela não necessita de grande contingente de mão-de-obra, o que difere das lavouras tradicionais.

O espaço agrícola liberado pela erradicação dos cafezais no Espírito Santo - que deveria ser reutilizado com culturas que propiciassem a elevação na oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, reempregasse a mão-de-obra - foi, na realidade, reocupado principalmente com pastagens. As atividades agroindustriais implantadas com apoio do IBC/GERCA direcionaram-se, prioritariamente, para a nova conformação agropecuária. Ou seja, a maior parte das aplicações destinaram-se para as indústrias da carne, do café e do açúcar. A primeira, ligada à expansão das pastagens, e as duas últimas, vinculadas à modernização de lavouras tradicionais. Desta forma, torna-se fácil perceber que o Programa de Diversificação não conseguiu resolver os problemas relativos ao desemprego da força de trabalho e a geração de maior oferta de alimentos. Pois, por um lado, nem a pecuária nem as agroindústrias tinham capacidade de reabsorverem o contingente desocupado (SOUZA FILHO, 1990, p. 69 – 70).

A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARES) possuiu uma importância fundamental no que se refere ao direcionamento das políticas estaduais, principalmente por meio da agricultura, que era a principal atividade econômica do estado. A ACARES, atualmente é denominada Incaper. Ela foi formada em 1956, e integrava o Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão

Rural, sendo transformada, em 1975, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (EMATER-ES). Em 1999, a EMATER-ES através de fusão com a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) e com a Empresa Espiritossantense de Pecuária (EMESPE), torna-se Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMCAPER). Por fim, o EMCAPER, no ano de 2000, transforma-se em Incaper, autarquia vinculada a Secretaria de Agricultura do Espírito Santo.

No início, a ACARES tinha “caráter essencialmente educacional, seu objetivo era elevar o nível de vida do pequeno produtor com a ajuda do crédito rural supervisionado para aumentar a produção e a produtividade agrícola” (FASSIO e CASTRO, 2006, p. 17). Segundo o material de 50 anos desta instituição, a década de 60, foi marcada pela erradicação dos cafezais, o que levou a ACARES elaborar o Plano Diretor 1963/65 com objetivo de “elevação do nível de renda do setor rural e sua melhor distribuição a partir do sistema cooperativista” (idem, p. 27), além de maior estruturação das equipes e enquadramento dentro das prioridades nacionais de *desenvolvimento econômico e social*. A ACARES, então, exerceu um papel fundamental para a criação de várias cooperativas agrárias, que atuavam para uma comercialização mais justa dos produtos agrícolas, uma vez que as vendas para o intermediário era desestimulante devido aos preços irrisórios oferecidos aos produtores.

Bernardino (2003) faz um estudo sobre *representações do meio rural capixaba* com base em um semidocumentário produzido pela ACARES na década de 1970. Segundo a autora, “este filme possui fortes indicadores de que servia de instrumento de propaganda do governo militar e de que atendia à expansão do capitalismo no meio rural” (idem, p. 18). Para confirmar essa hipótese, a autora procurou evidenciar a forma como essa instituição “(...) se posicionou, em termos de informações, imagens, ideologias e valores, em relação ao meio rural e em relação aos jovens rurais e agricultores familiares” (idem, p. 19).

Dentre as mensagens destacadas pela autora no filme, destacamos as seguintes: “Sem a indispensável modernização será inevitável o empobrecimento do campo” (idem, p. 19). Em uma leitura crítica sobre a

função desempenhada pela produção documentária analisada, a autora expõe que esse documentário:

Não os apresentaram como camponeses que resistiam ao capital, com sua estratégia de reprodução da unidade familiar camponesa e da agricultura tradicional frente à modernização do Capitalismo (exploração técnica da terra), ou que seu estado de precariedade fosse resultado da forma econômica nacionalmente dominante das forças sociais agrárias modernas, mas apresentou-se, no filme, a típica família do campo como um simples fruto herdado do modo tradicional de produzir (BERNARDINO, 2003, p. 22).

E conclui seu estudo afirmando que:

Foi uma produção audiovisual que pode ser vista como uma forma de intervenção estatal que tem como pré-condição condicionar a produção rural, ou atividades previamente “rurais”, de forma a racionalizar a produção, aos ritmos da apropriação industrial (BERNARDINO, 2003, p. 34).

A trajetória desse órgão é importante tendo em vista que ele direcionou parte das políticas agrícolas no período de industrialização, através dos serviços de assistências técnicas e extensão rural, pesquisa e difusão de tecnologias. Segundo Fassio e Castro (2006), “a ACARES dá início à modernização agrícola e racionalização da cafeicultura estadual com a introdução de novas variedades de café, técnicas de plantio correto, controle de erosão, adubação e outras” (FASSIO e CASTRO, 2006, p. 33).

No governo de Christiano Dias Lopes Filho, inicia-se a elaboração do *Projeto de Renovação da Cafeicultura*, lançado em 1968, tendo como colaboradores a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARES)²¹ - atual Incaper, os bancos de créditos agrícolas, cooperativas agrícolas, a Companhia de Desenvolvimento Econômico (CODES)²² – atual Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), a Federação da Agricultura do Espírito Santo (FAES), o Ministério da Agricultura e o IBC. Portanto, houve uma articulação de uma força política e econômica que garantiria a permanência e o aumento da

²¹ Especialmente através do Plano de Industrialização Rural e o Plano Educacional de Emergência. O Plano de Industrialização Rural se caracterizou pela ampliação de recursos financeiros em créditos orientados e pela aquisição de plantas industriais para que houvesse repasse financiado às cooperativas agrárias. O Plano Educacional de Emergência ajudou a difundir as novas tecnologias agrícolas através do ensino técnico e extensionista.

²² Como resultado, em fevereiro de 1967 foi fundada a CODES, objetivando “[...] dotar o Estado de um instrumento capaz de planejar e coordenar a mobilização e aplicação de recursos locais, nacionais e externos, visando à aceleração de seu processo de desenvolvimento econômico” (BANDES, 1969, p. 2/1-2).

área da lavoura e do mercado cafeeiro, mesmo durante o processo de industrialização. Dessa forma, a cafeicultura não sairia tão facilmente da posição em que se encontrava na economia capixaba.

Acontece que este programa tinha como intuito a renovação apenas do Café Arábica, pois segundo Guilherme Pimentel Filho (2008), que na época foi Secretário da Agricultura do estado, “permite melhor qualidade da bebida, com consequente valorização do produto na comercialização” (PIMENTEL FILHO, 2008, p. 131 – 132). Nesta ocasião, a ACARES havia publicado seu Primeiro Zoneamento Agrícola, o qual estabeleceu a Zona do Café Fino nas regiões localizadas acima de 400 metros de altitude. Isso não agradava a maior parte das áreas produtoras de café, conforme demonstrou o funcionário do Incaper, em entrevista durante trabalho de campo:

“(...) nessa região que estamos falando aqui... o café Bourbon estava plantado nessa região limítrofe de 50 a 350 metros de altitude. Na verdade ele foi plantado lá no passado fora de uma altitude, que não era recomendado, mas foi plantado. E o que aconteceu... nessa região de pequenas propriedades a fonte de renda deles era o café... aí o governo mandou arrancar, e pagou e incentivou pra arrancar. Na hora que ele arrancou, ele não tinha outras atividades. Tem relato que o Espírito Santo foi o Estado que mais sofreu na época com a erradicação do café. Por quê? Era tudo pequenas propriedades então deu-se o volume muito grande de pessoas que ficaram basicamente desempregados no campo. O que ocorreu? Ocorreu naquela época, de 50 até 70, onde aconteceu o maior exôdo rural no Estado, e grande parte dessas pessoas foram pra Rondônia, em busca de novas áreas, (...) tanto que o município de Rondônia tem mais capixaba do que, por exemplo, Vila Pavão. Saiu mais gente de Vila Pavão pra Rondônia do que permaneceu” (Alves, 30/05/2014, entrevista realizada pelo autor).

O Mapa 12 mostra as regiões propostas pelo Plano Diretor da ACARES para a Zona do Café Fino, estabelecido no Primeiro Zoneamento Agrícola realizado pela ACARES.



Fonte: INCAPER, 2006.

MAPA 12 - Zona Do Café Fino: produção do café acima de 400 metros de altitude

A industrialização estava direcionada tanto para os centros urbanos, como também para as regiões agrícolas. O início das instalações das novas indústrias, principalmente de mineração e siderurgia, requeria um grande contingente de mão-de-obra. Então, o projeto de modernização e diversificação da economia capixaba necessitava novamente de um deslocamento de pessoas, a fim de trabalhar na realização desses empreendimentos. Dessa

forma, além da liberação de cerca de 300 mil hectares de lavouras cafeeiras, estavam liberados também grandes contingentes de pessoal para as atividades industriais nascentes.

TABELA 02 - Variação da população urbana e rural no Espírito Santo

População	1950		1960		1970		1980	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Rural	666.627	77,38	919.498	70,82	877.110	54,84	729.962	36,14
Urbana	194.935	22,62	378.744	29,18	722.214	45,16	1.293.378	63,85
Total	861.562	100,0	1.298.242	100,0	1.599.324	100,0	2.019.753	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980.

Vale destacar que o êxodo rural, como é chamado por alguns estudiosos, é compreendido também como forma de expulsão e/ou expropriação dos habitantes de zonas rurais, e não se deu apenas no fluxo campo-cidade. Conforme nos indicou o funcionário do Incaper, também houve um grande fluxo de pessoas para outras áreas agrícolas, especialmente nas fronteiras agrícolas, como foi o caso de Rondônia²³ para os capixabas. Contudo, os dados nos mostram que a população urbana ultrapassa a população rural durante este período de industrialização e erradicação dos cafezais. Não necessariamente esse inchaço populacional se refere apenas à população rural capixaba, pois também chegaram ao estado migrantes oriundos de outros estados e a estrutura fundiária onde predominavam pequenas propriedades não mudou tanto assim. Outro fato importante de ser registrado e considerado no Censo Demográfico de 1970 é a inserção da região do Contestado no levantamento realizado pelo IBGE. Até 1960, os dados populacionais do Espírito Santo não registravam a população residente naquela região, pois

²³ Este Estado recebeu um grande contingente de capixabas na década de 1960, devido ao processo de modernização agrícola que se implantava no Brasil. Novo período, mesma lógica moderno-colonial. Rondônia também se destaca na produção cafeeira. Para ter uma ideia da ligação que há entre este estado e o de Rondônia, existe uma linha que faz Colatina a Porto Velho todos os dias, além de outras linhas não-oficiais. São 3 dias e 2 noites de viagem.

ainda se encontrava em processo de negociação entre os governos de Minas Gerais e Espírito Santo.

Além do surgimento das empresas mineradoras e de siderurgia, pecuária, cana-de-açúcar e celulose, devemos chamar atenção neste trabalho para o nascimento de um novo ramo industrial: a fabricação de café solúvel. Essa indústria expandiu-se pelo mundo durante as décadas de 1940 a 1960, sendo a década de 1950 de maior expressividade. O Brasil, apenas em 1960 concentra forças para a instalação dessas indústrias em territórios nacionais, o que muito tem interferido na dinâmica territorial do Noroeste do Espírito Santo.

Estabelecida a zona litigiosa entre Espírito Santo e Minas Gerais, ocorrida especificamente em 1963, o Brasil já se encontrava em transição para uma nova fase econômica do capitalismo mundial e da política direcionada pelo regime militar, fortemente atrelado aos ideais desenvolvimentistas, sobretudo com base na industrialização. Embora as mudanças ocorressem a nível mundial e nacional, a nova fase de planejamento econômico do Estado atinge seriamente a vida econômica e social local, porque os planos se territorializam na medida em que são implementados, reconfigurando a dinâmica territorial.

3.2 O Surgimento e crescimento da indústria de café solúvel

O café não sairia facilmente dos planos capixabas, sobretudo porque a industrialização, mesmo sob um viés urbano, também esteve direcionada às regiões agrícolas e muitos capitalistas estavam atrelados ao mercado cafeeiro.

Antes mesmo da crise cafeeira que eclodiu na criação do GERCA, houve uma forte transformação no mercado internacional do café, decorrente da entrada do Café Robusta, de origem africana, no mercado norte-americano, o maior consumidor de café do mundo. Segundo Duque (1976),

(...) um dos motivos fundamentais para a ocorrência desse fenômeno seria o surgimento, em larga escala, de fábricas de café solúvel norte-americano, que passam a trabalhar com o produto africano e, também, centro-americano, objetivando a industrialização do café (DUQUE, 1976, p. 58).

A tabela 03 mostra a evolução das exportações das duas variedades de café, na qual percebemos que em duas décadas, o Café Robusta africano cresceu quase 15%, enquanto o café arábica brasileiro decresceu 12% no mercado norte-americano. Porém, um mercado de atração ao produto brasileiro foi o europeu, que consumiu o montante referente ao que não foi absorvido pelo mercado norte-americano.

TABELA 03 - Importação de Café dos Estados Unidos, 1948-1967.

Decênio	BRASIL		África		Outros		Total
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	
1948/57	96.774	47,9	14.666	7,3	90.420	44,8	201.860
1958/67	79.974	35,8	49.203	22,0	94.373	42,2	223.555
Diferença	-16.795	- 12,1	+34.537	+14,7	+3.953	- 2,6	+21.695

Fonte: Departamento Econômico do Instituto Brasileiro do Café. In: DUQUE (1976).

Isso indicava que a indústria de solúvel estava requerendo maior quantidade de Café Robusta africano, uma vez que sua importação seria mais barata e com maior rendimento na fabricação. As indústrias de solúvel, neste momento, estavam se espalhando pelo mundo, em regiões da Ásia, Europa, América do Norte e Central, e eram basicamente controladas por duas empresas norte-americanas: a General Foods e a Nestlé, as mesmas que detinham 75,3% do mercado norte-americano (DUQUE, 1976).

Paralelamente ao aumento do consumo, cresceu o número de fábricas de café solúvel, não apenas nos países importadores como também nos produtores. Mesmo assim, mais de 2/3 do processo de industrialização de café solúvel, em todo mundo, ao final da década dos 60, estava localizada nas nações não-produtoras. E mesmo assim esse avanço, no sentido de montar um parque de solubilização nas áreas produtoras, com capitais eminentemente nacionais, edificou-se unicamente no Brasil. Nas demais nações produtoras, as fábricas de café solúvel, em sua imensa maioria, pertencem aos grupos econômicos, destacando-se como mais importantes a Nestlé e a General Foods (DUQUE, 1976, p. 98).

Este autor argumenta que o Brasil não acompanhou o crescimento da indústria de solúvel no mundo, o que poderia elevar seu potencial industrializante, além de integrar-se ao consumo interno do café brasileiro. Enquanto a década de 1950 foi determinante para a expansão mundial dessa indústria, o Brasil só foi conhecê-la de forma significativa no final dos anos 1960, com ressalva da indústria da Nestlé instalada em Araras (SP) em 1951, mas com baixo

crescimento e poucas expectativas. De qualquer forma, seus argumentos estão inseridos numa ideia desenvolvimentista, na qual o Brasil ficaria “sem conhecer os reais benefícios que uma firme definição em torno da industrialização desse produto, poderia trazer para o seu próprio desenvolvimento” (DUQUE, 1976, p. 100).

Outra ideia contestável deste autor é o fato de ele alegar que a indústria brasileira de solúvel foi “o primeiro exemplo significativo de transformação de um produto primário por parte de uma nação subdesenvolvida” (idem, p. 141). Porém, devemos lembrar que a produção do açúcar já se mostrava nesses aspectos desde o Período Colonial, uma vez que o açúcar é uma mercadoria transformada a partir da cana-de-açúcar, que, por sua vez, era o produto primário. Portanto, desde o século XVI, o Brasil já exportava manufaturados por meio de uma tecnologia altamente sofisticada para aquele período, como por exemplo, os engenhos de açúcar²⁴.

Entretanto, os estudos de Duque contribuem para compreendermos o processo de instalação das fábricas de café solúvel no mundo e, sobretudo, no Brasil. O autor expõe a tentativa de instalação de duas indústrias de café solúvel no Brasil na década de 50: a primeira, em 1954, pela Sociedade Escobar – Indústria e Comércio, em São Paulo; e a segunda, em 1959, pela Sociedade Café Fino Solúvel Franklin S.A.. Acontece que nenhuma foi adiante. A dificuldade encontrada para a instalação dessa indústria foi relatada pela necessidade de vultuosos capitais, conhecimentos técnicos perfeitos e maquinaria especializada.

Tomando conhecimento do crescimento do mercado de café solúvel no mundo, alguns personagens políticos e empresariais passaram a se movimentar em busca de incentivos para a implantação da indústria de solúvel no Brasil. A justificativa seria que a indústria de solúvel ofereceria vantagens para a política econômica brasileira em torno da industrialização de sua principal matéria-prima, dentre elas:

²⁴ Porto-Gonçalves sempre nos alerta em suas entrevistas e palestras e estudo (2006) sobre este assunto, pois, segundo ele, é um mito que estejamos vivendo uma modernização tecnológica, uma vez que os engenhos de açúcar mais modernos no mundo estavam localizados no Brasil, Haiti e Cuba, no Período Colonial.

- a) o café solúvel é um café fisicamente aliviado quanto ao seu peso, de modo a consumir menos frete;
- b) a preparação do café solúvel é extremamente simplificada, em comparação ao café de coador;
- c) quando o consumidor adquire o café solúvel, ele adquiriu só a parte nobre, porque dele foi retirado o resíduo;
- d) em relação a outras bebidas, como o próprio chá-mate, o café solúvel é de preparação mais simplificada;
- e) essas simplificações abrem novas possibilidades de consumo nacional e sobretudo internacional, sempre que a maneira de preparar o café, pelo processo tradicional, seja um obstáculo ao consumo;
- f) o café solúvel transformou em riqueza negociável a favor da economia nacional, um trabalho que antes se perdia num desperdício de energias, qual seja, o trabalho doméstico da produção do café-bebida, que em termos de comércio internacional, passou a ser exportável²⁵.

Percebe-se que a justificativa estava centrada, principalmente, sobre o ato do consumo - pelo menos quatro desses itens apresentados estão a ele se referindo - além da maior facilidade de comercialização. Segundo os industriais do café solúvel, o hábito da população estava mudando a forma de consumir o café, preferindo uma simplificação na preparação. Porém, preferimos entender que grande parte dessa mudança é aprofundada pelo fato do mercado promover esse hábito, na medida em que o identifica com os tempos modernos: com o café solúvel, não precisaríamos mais gastar o tempo e ter todo o trabalho de preparar o café no coador²⁶.

Esse pedido foi atendido pelo governo que, através do IBC, elabora o programa de *Diretrizes de uma Política Cafeeira a Longo Prazo*. Conforme nos expõe Duque (1976), este Instituto considerou conveniente a

(...) execução de um programa de incentivo à produção do café solúvel, após estudos aprofundados verificou que o consumo mundial

²⁵ Esses fatores foram apontados pela Sociedade Rural Brasileira, que propunha ao governo brasileiro a adoção de incentivos para a instalação das indústrias de solúvel.

²⁶ Essa questão da temporalidade moderna é bem analisada por Thompson (1998): "(...) o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta" (idem, p. 272).

de solúvel, principalmente nos Estados Unidos, vinha aumentando de forma impressionante, enquanto a pequena produção nacional, representada pela Nestlé, permanecia estacionária (DUQUE, 1976, p. 105).

Em 1960, o Instituto Brasileiro do Café baixa a *Resolução 161 e o respectivo Edital de Concorrência Pública para obtenção das vantagens oferecidas*. Dentre as vantagens, estava a aquisição de 80, 60, 40 e 20% da produção dos cafeicultores, respectivamente nos primeiros quatro anos. Além disso, essa Resolução estabelecia a política econômica brasileira do café solúvel nos estados produtores do café. Ao todo, onze “empresas apresentaram propostas interessadas no programa do solúvel, sendo quatro do Estado de São Paulo, três do Estado do Paraná, três do Estado de Minas Gerais, e uma do Estado da Guanabara” (DUQUE, 1976, p. 107).

Porém, esse processo seletivo não foi a diante. O motivo, segundo relatório da Comissão Mista do Café, foi que todos esses concorrentes “desconhecem a fabricação de café solúvel, não avaliando as dificuldades e problemas inerentes à instalação e operação dessa indústria. Tudo indica, portanto, que a única preocupação é auferir as vantagens oferecidas pelo Instituto”²⁷. Além disso, o documento também expõe que foram os fornecedores dos equipamentos os responsáveis pela confecção das propostas, sem que houvesse a participação dos proponentes, confirmando assim a impressão dessa Comissão de que os proponentes não estavam completamente conscientes da complexidade do problema.

Um ano depois, o IBC, sob orientação administrativa do presidente Jânio Quadros, voltou a dar atenção à indústria de solúvel. E, para isso, o presidente Jânio Quadros anulou o edital anterior e solicitou a elaboração e publicação imediata de um novo edital. A nova Resolução, n.º 195, diminuiu a quota total de sacas de café a ser destinada à indústria, abrindo um novo edital. Segundo Duque (1976), seis empresas participaram e apenas quatro foram selecionadas.

²⁷ Relatório da Comissão Mista do Café do Congresso Nacional, Brasília, Serviço Gráfico do Senado, 1970, pp. 135-136 citado por DUQUE (1976, p. 108 - 109).

QUADRO 01 - Quotas anuais de café para a industrialização, Brasil – 1962.

Empresa	Cidade	Sacas por ano
Companhia Industrial de Café do Brasil S.A. – SOCAFÉ	Belo Horizonte/MG	75.000
COCAM – Companhia Campineira de Café Solúvel	Campinas/SP	100.000
Companhia Cacique de Café Solúvel	Londrina/PR	100.00
Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentícios – Nestlé	Araras/SP	87.600

Fonte: Resolução 220. In.: Duque (1976).

Em 1964, o governo já em Regime Militar comandado por Castelo Branco, com o intuito de facilitar ainda mais o crescimento da indústria de solúvel, isentou as tarifas alfandegárias sobre importação de produtos e equipamentos direcionados à fabricação do café solúvel. E isso, segundo Duque (1976), atraiu outros interessados:

Em setembro de 1966, era inaugurada a Frusol, Frutas Solúveis S.A., localizada em Campinas (SP). Em 1967, era a vez da Café Solúvel Vigor S.A., em 1968, foi a Companhia Industrial de Café Solúvel – Dínamo. Ainda no decorrer de 1968, mais duas empresas do solúvel nasciam: a Liobrás – Produtos Liofilizados Brasileiros S.A. e a CSN – Café Solúvel Natural Ltda., a primeira em São Paulo e a segunda em São José dos Pinhais (PR), propondo-se a produzir extrato líquido de café. A liotécnica seria outra, mas a exemplo das duas anteriores, de proporções mínimas, sendo em realidade autênticos laboratórios do solúvel (DUQUE, 1976, p. 112).

A indústria de solúvel foi ganhando forças no mercado interno, mas principalmente no mercado externo, e em 1968, o Governo Militar comandado por Costa e Silva criou o Decreto n.º 62.076, que tratava da Indústria do Café Solúvel, no sentido de abrir a possibilidade para a instalação e ampliação das indústrias de solúvel. Dentre as seis selecionadas, uma era capixaba: a Real Café Solúvel, conforme mostra a o Quadro 02.

QUADRO 02 - Empresas Produtoras de Café Solúvel no Brasil, 1968.

Empresa	Local	Capacidade sacas de café verde	Início das Operações
Brasília Café Solúvel	Varginha/MG	200.000	Junho-71
Cafezin Café Solúvel	São Carlos/SP	350.000	--
Cia. Iguaçu de Café Solúvel	Cornélio Procópio/PR	210.000	Dezembro-70
Cocam Café Solúvel	Cantaduva/SP	200.000	Agosto-71
Mogi Café Solúvel	Mogi das Cruzes /SP	150.000	Agosto-70
Real Café Solúvel	Vitória/ES	100.000	junho-71

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio. In.: DUQUE (1976)

O governo do estado, juntamente com o IBC-GERCA, criava em 1967, a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), com o intuito de financiar e apoiar as agroindústrias, e também viabilizar o surgimento de novas indústrias no Espírito Santo através da canalização de recursos para este setor. Segundo Rocha e Morandi (2012):

A Codes financiou um total de 37 projetos industriais, sendo que 26 eram projetos de ampliação de fábricas já existentes e 11 eram de instalação de novas plantas industriais. Dentre estes últimos destacaram-se, pelo elevado valor do investimento, os projetos da Realcafé Solúvel do Brasil S/A e do Frigorífico Rio Doce S/A – Frisa (ROCHA e MORANDI, 2012, p. 104).

Portanto, o surgimento da indústria de café solúvel em terras capixabas teve amplo apoio dos governos estadual e federal, através do organismo por eles criados com o intuito de financiar e apoiar esses projetos industriais. Fato é que alguns empresários se beneficiaram com a política de incentivos à fabricação de solúvel, como foi o caso da Real Café no Espírito Santo.

Para Duque (1976), esse aumento das indústrias de café solúvel no país está relacionado à forte aceitação do café solúvel brasileiro no mercado internacional devido à qualidade da bebida, uma vez que a mesma era feita com café Arábica, de qualidade superior ao Robusta africano, que por sua vez

era a principal matéria-prima das maiores empresas de café solúvel, uma vez que era mais barata e rendia mais durante a fabricação. Para ele:

A fabricação de solúvel, com a deterioração do aroma e do sabor do café, como foi conduzida desde a instalação das fábricas norte-americanas e europeias, até o advento da produção brasileira do solúvel, parecia obedecer a um planejamento para habituar o consumidor ao paladar da conveniência dos produtores, tornando-o aptos a aceitar, sem estranheza, uma bebida na qual os componentes naturais do café estão substituídos por outros de procedências diversas (DUQUE, 1976, p. 127).

O autor mostra ainda dados referentes ao consumo de café nos Estados Unidos e na Europa, demonstrando que, enquanto no primeiro havia uma estagnação no consumo, a Europa continuava crescendo, mesmo com o advento do café solúvel. Para ele, isso se devia ao fato de que a Europa, assim que passou a conhecer o solúvel brasileiro, iniciou a prática da mistura entre o Arábica e o Robusta - o que chamamos de *Blends* - e que, por isso, houve uma maior aceitação do consumidor, devido ao fato de melhorar tanto o aroma quanto o sabor da bebida.

Portanto, este autor nos mostra como a indústria do café solúvel se expandiu pelo mundo a partir de poucas empresas que detinham o monopólio da fabricação desse produto (General Foods e Nestlé) e como se deu este processo no Brasil, onde se configuraram fortes incentivos governamentais para a instalação dessas fábricas. No Brasil, apenas a Nestlé se interessou pela instalação, o restante eram essencialmente indústrias nacionais. Acontece que, por conta disso, os monopólios industriais do solúvel passaram a perder seu espaço de expansão devido à entrada do produto brasileiro de forma mais barata e mais aceitável no mercado por ele abastecido. Isso fez com que houvesse uma grande disputa entre os interesses nacionais e internacionais, inclusive dentro do Convênio Internacional do Café. A esta disputa o autor denominou de *Guerra do Café Solúvel*.

Conforme salientamos anteriormente, projetos em escala mundial não se dão fora de uma escala local; eles possuem várias escalas de atuação. Essa é uma das características do capitalismo, mundializar suas relações de produção assentadas no território. Portanto, a industrialização estava inserida dentro dos planejamentos e dos modelos desenvolvimentistas, tanto a nível mundial (como

vimos, a Organização Internacional do Café, CEPAL-ONU, etc.), quanto a nível nacional (IBC-GERCA, e outros) e a nível estadual (FINDES, Governo do Estado, etc.). Então, se estamos considerando que esses planejamentos se assentam no território, encontramos também mediadores para a implantação desses projetos.

No caso da indústria do café solúvel no Espírito Santo, a Real Café, sob domínio do Grupo Tristão, exerceu forte influência nas transformações ocorridas no território Noroeste a partir dos anos 1960/70. Mas ela não foi a única mediadora dessas transformações; havia outros grupos interessados nesse novo mercado em expansão, principalmente aqueles já ligados à cafeicultura. Essa transformação não esteve relacionada apenas à mercadoria produzida, tendo em vista que o café foi e continua sendo o carro chefe da produção naquele território; porém, essa nova indústria impulsionou mudanças nas relações e no modo de produção. Dentre as mudanças, podemos citar o incentivo à produção de café Conilon²⁸, à especialização produtiva, ao aumento do uso de insumos externos (maquinários, fertilizantes, agrotóxicos, adubos químicos, etc.). A estrutura fundiária não havia se modificado de forma significativa, e dessa forma, o capital se territorializou em forma de monopólio, tendo em vista que ele não se apropriou da terra, mas sim da renda da terra. O velho mercado do café capixaba, ganha uma nova roupa: agronegócio do café conilon.

3.3 Da agricultura cafeeira ao agronegócio do café

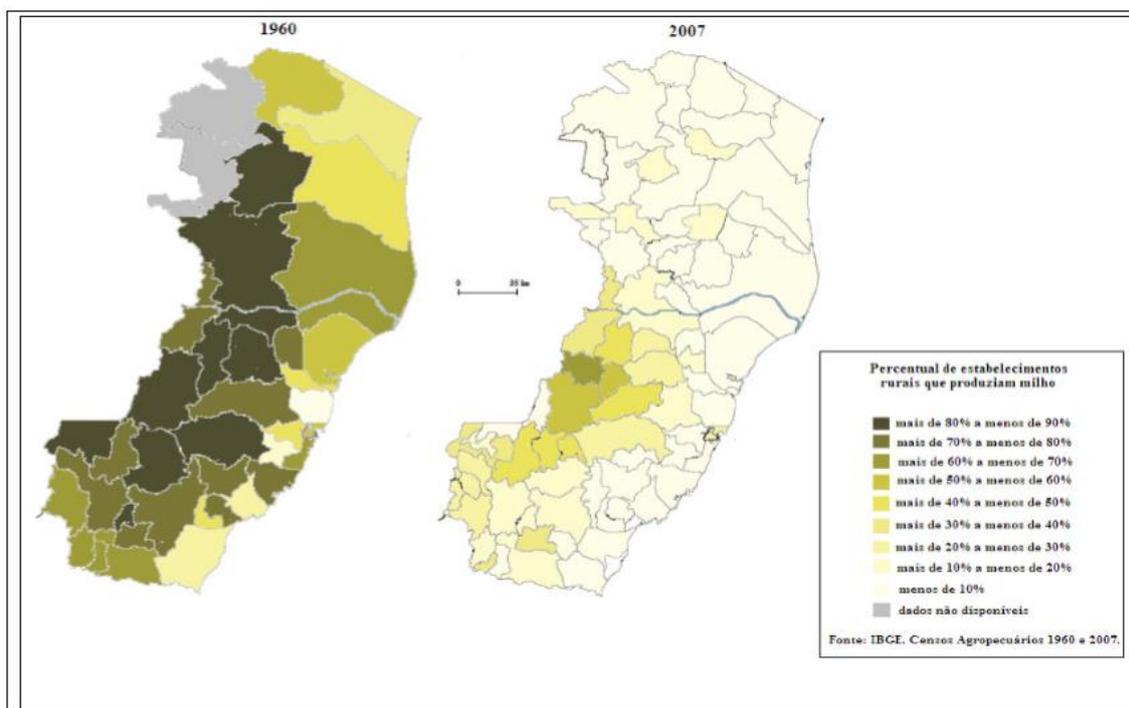
A agricultura capixaba sempre se mostrou diversificada em terras camponesas. O café era o produto chefe, pois foi com base nele que as políticas de colonização foram implementadas a partir de meados do século XIX, ou seja, o plantio do café era uma das principais condições para o acesso às terras capixabas, enquanto a elite econômica se concentrava na renda da terra. Porém, as famílias camponesas que efetuavam os plantios do café também

²⁸ Conilon é o nome dado no Brasil para o café Robusta Africano, contudo modificado geneticamente a partir de clones, por isso também denominado de café clonal. Com o intuito de preservar essa denominação, apresentaremos no decorrer do texto o termo conilon para designar esse tipo de café produzido no Brasil, enquanto chamaremos o Robusta em referência à produção de café africano.

plantavam gêneros alimentícios para sua alimentação, o que caracterizou uma diversidade de produção nas propriedades camponesas.

A partir dos anos 1960, verifica-se uma tendência na agricultura que apontava para a especialização produtiva; o aumento da população urbana; o uso de maquinários, fertilizantes, “defensivos agrícolas” e sementes pré-fabricadas, ou seja, o aumento do uso de insumos externos.

Bernardo Neto (2012) analisa os dados do Censo Agropecuário (1950, 1960, 1970 e 1985) para a produção de milho e feijão, e com isso mostra a queda brusca de produção desses gêneros alimentícios, um dos principais alimentos da mesa brasileira; sendo que o milho também é a principal fonte de alimentos para a criação de animais, que por sua vez, também se torna alimento para homens e mulheres. Conforme os dados demonstram, em 1950, a produção de milho era de 83,21%, enquanto em 1985 passou para 60,51%. Já a produção de feijão que era de 70,06% em 1950, passou para 51,54% em 1985.



Fonte: Bernardo Neto (2012)

MAPA 13 - Produção de milho nos estabelecimentos rurais do ES (Indicativo de diversidade produtiva).

Conforme o Mapa 13, com o passar dos anos, as lavouras dedicadas a esses cultivos foram diminuindo cada vez mais; em contrapartida, as lavouras de cana-de-açúcar e os eucaliptais aumentaram significativamente.

TABELA 04 - Evolução da produção de arroz, feijão, mandioca, milho, cana e eucalipto (1940 a 2006).

Produtos da lavoura temporária	1940	1950	1960	1970	1980	1995	2006
Arroz em casca (t)	13.653	18.815	26.692	44.201	34.996	16.946	3.860
Feijão em grão (t)	7.788	29.472	15.879	20.946	24.580	21.197	11.873
Mandioca (t)	133.278	159.824	151.884	249.556	200.241	155.391	193.996
Milho em grão (t)	116.441	146.933	119.794	162.204	137.001	75.300	51.871
Cana-de-açúcar (t)	224.449	259.462	367.224	455.499	727.934	1.782.898	3.796.453
Eucalipto em tora (m ³)	xx	xx	52.589	469.000	1.284.000	1.735.446	5.206.337

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1995 e 2006).

Esse conjunto de técnicas e produtos direcionados à agricultura é chamado por alguns autores como *Revolução Verde*. Dentre os autores que assim a denominam, Mazoyer e Roudart (2010), definem:

Ainda nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1960, a revolução verde, uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle de água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los. Ressaltamos que em muitos países, os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em infraestrutura de irrigação, drenagem e transporte (MAZOYER E ROUDART, 2010, p. 28 – 29).

Estes autores tratam esse momento como a “segunda revolução agrícola dos tempos modernos”, e por isso situam as atividades industriais voltadas à agricultura a partir do fornecimento de mercadorias e serviços anteriores e posteriores à produção no campo. Dessa forma, eles usam o termo a *jusante* e a *montante* da produção.

Esse sistema se intercalava com um conjunto de indústrias extrativistas, mecânicas, químicas situadas a montante da produção agrícola e que lhe fornecia os meios de produção. Havia a jusante também um conjunto de indústrias e de atividades básicas que estocavam, transformavam e comercializavam seus produtos (MAZOYER E ROUDART, 2010, p. 420).

Neste sentido, Guimarães (1982) faz uma observação ao tratar dessa marcha da agricultura rumo à industrialização. Segundo ele, a agricultura:

Percorre todos os caminhos do progresso: substitui a economia natural pela economia de trocas; a fase da subsistência e do autoconsumo pela divisão do trabalho e a especialização; o isolamento autárquico pela dependência do mercado; a organização artesanal pela organização fabril. Todavia, as transformações por que vem passando, em sua marcha para o progresso, não lhe proporcionam unicamente resultados positivos. Ao industrializar-se, a agricultura, contraditoriamente, perde sua autonomia e sua eficácia econômica e, mais do que isso, perde sua capacidade de auto-sustentar-se (GUIMARÃES, 1982, p. 25).

Olhando sob esse viés, é possível tratar este momento como uma crise agrária. A força da industrialização estava em retirar da agricultura sua independência e autonomia, com o intuito de modernizar as técnicas agrícolas, desde maquinários até as sementes. Dessa forma, “os fatores de sua modernização se iam tornando, simultânea e contraditoriamente, em fatores de sua subordinação” (GUIMARÃES, 1982, p. 95).

Entretanto, devemos tomar cuidado para não considerar este o caminho único e linear da agricultura camponesa. Embora essas novas técnicas estejam dirigidas à agricultura, não é um fato que todo o campesinato brasileiro esteja fazendo uso do pacote tecnológico modernizador da mesma forma como lhe foi dirigido. Seja por não conseguir acesso, ou mesmo por escolha, o campesinato está num caminho de constante recriação, e por isso, admitimos também seu potencial de criação e invenção que é capaz de assumir neste contexto, conforme nos indica SHANIN (2008). Não estamos vendo o fim de uma história e começo de outra, estamos numa (des)continuidade²⁹ de histórias, territórios e técnicas ou modos de produção.

A modernização carrega em si a colonialidade e é nesse sentido que Porto-Gonçalves (2003) pede atenção para considerarmos as geografias formadas pelo *sistema-mundo moderno-colonial*:

A Modernidade se constitui no mesmo movimento que constitui a colonialidade. Assim, é preciso romper com o evolucionismo eurocêntrico que vê cada lugar do mundo como se fora um determinado estágio da evolução europeia, o que só é possível a partir de uma perspectiva teórica que toma o tempo como algo linear

²⁹ Da caminhada veio o barco, e depois a bicicleta, e depois o trem, e depois o automóvel, e depois o avião. Hoje, nem todos podem voar, mas ninguém deixou de caminhar.

(o europeu) e ignora o espaço, enfim, uma perspectiva teórica que pensa a sucessão de eventos numa linha temporal unidirecional e ignora a simultaneidade constitutiva da história (espaço-tempo). Pensar com o espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo simultaneamente (PORTO-GONÇALVES, 2003, s/p.).

Dessa forma, um novo projeto moderno traz consigo o discurso do “atraso”, sendo o mesmo direcionado novamente ao Noroeste do estado. Siqueira (2001), ao tratar da industrialização e do empobrecimento urbano, sustenta esse discurso do “atraso” como necessidade de modernização, que deveria se passar pela via da industrialização. Vejamos.

Observamos também que a estruturação do espaço, fundamentada no café, processou-se, porém, com caráter bastante precário, em virtude da incompatibilidade entre essa lavoura e a pequena propriedade, desenvolvida com técnicas arcaicas e implantada em condições locacionais pouco favoráveis. Essa precariedade tornou-se mais elevada, quando comparada com áreas cafeeiras mais prósperas, conferindo à cafeicultura capixaba uma posição secundária no plano nacional.

Em decorrência dessas limitações, o Espírito Santo apresentou no decorrer de sua história uma economia francamente subdesenvolvida, que agravou sua posição periférica no país (SIQUEIRA, 2001, p. 73).

Novamente o discurso das técnicas atrasadas, do subdesenvolvimento, da modernização e do desenvolvimentismo reinventa o atraso e cria a necessidade de substituí-lo por algo novo. Nesse formato, o que era antes denominado de agricultura (cultura do campo) passa a ser renomeado pela elite ruralista de agronegócio (negócio do campo). Nesse exame das palavras evidencia-se a troca da cultura pelo negócio, sendo a primeira submetida a ressignificações de diferentes ordens (social, econômica, ambiental, etc.), enquanto a segunda submetida apenas à ordem econômica, em outras palavras, subordinada a ordem mercadológica. Admitimos, pois, que o agronegócio também faz parte de uma cultura, mas essa cultura está prioritariamente ligada aos aspectos econômico da vida, diferente de uma visão mais holística da vida, que nos permite a pensa-la a partir de uma moralidade camponesa, como nos indica Woortmann (1990).

No Espírito Santo, iniciou-se na década de 1960 e, sobretudo, em 1970, uma política de incentivos para a implantação de uma nova variedade de café: o Robusta, que passou a se chamar Conilon, uma espécie de Robusta brasileiro, modificada por meio de sistema clonal.

Em terras capixabas, a cafeicultura de Conilon teve início no ano de 1912, quando o então governador Jerônimo Monteiro trouxe as primeiras mudas e sementes para Cachoeiro do Itapemirim, na região sul do Estado. Contudo, somente a partir da década de 60, em razão da crise do café, que levou à erradicação de grande parte da lavoura cafeeira estadual, constituída predominantemente por café Arábica, o cultivo do café Conilon experimenta grande expansão (FERRÃO et. al., 2007, p. 42).

Essa expansão se deve, principalmente, ao crescimento das indústrias e do mercado de café solúvel, além da mistura com o café Arábica - no que denominam de *Blends* - conforme nos aponta Ferrão et. al. (2007) numa das maiores publicações sobre a variedade, no livro chamado *Café Conilon*, publicado pelo Incaper:

Inicialmente plantado para atender à demanda do café solúvel, paulatinamente foi sendo testado pela indústria do torrado e moído em mistura com o arábica, na proporção experimental de 5%, posteriormente 10%, 20% e 40%, com enorme sucesso e aceitação não só pelos industriais como também pelo consumidor final (FERRÃO et. al., 2007, p. 541).

Mas, como se deu o processo de implementação do plantio dessa variedade em terras capixabas? De que forma esse incentivo chegou até os produtores? Se, conforme vimos, a entrada dessa variedade em terras capixabas se deu em 1912, porque somente fomos de fato conhecê-la no final da década de 1960?

Segundo o levantamento bibliográfico e as entrevistas realizadas com instituições estreitamente ligadas a essa mercadoria, alguns produtores, e lideranças políticas e religiosas que atuavam nos territórios das pequenas propriedades no Noroeste do estado, foram quem incentivaram a produção do café Conilon. Segundo essas fontes, grande parte das regiões produtoras do estado não estava contemplada no Plano de Renovação do Parque Cafeeiro, lançado em 1969, uma vez que este só financiava as lavouras acima de 400 metros. Por isso, essas lideranças buscaram alternativas para os agricultores, face aos efeitos da Política de Erradicação dos Cafezais e de sua exclusão na nova política cafeeira implementada também pelo IBC-GERCA. Segundo Ferrão et. al. (2007):

A história da geração, difusão e transferência de tecnologia para o café conilon tem origem no ano de 1970, quando a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, incentivada pelo seu Prefeito, Sr. Eduardo Glazar, decidiu produzir e distribuir gratuitamente mudas de

café conilon aos agricultores daquele município, sob a orientação técnica, à época, do Engenheiro Agrônomo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares) Ailton Vargas de Souza (FERRÃO et. al., 2007, p. 550).

Dessa mesma forma, as entrevistas realizadas com técnicos e funcionários do Incaper também trouxeram essa mesma perspectiva quanto ao início dos incentivos à produção do café Conilon. Vejamos:

“Naquela época também já estava chegando o cannephora, o Conilon. Entrou no estado por Cachoeira do Itapemirim, veio parar na região de Colatina, próximo ao Córrego Germano com a família Pereira: esse patriarca já não está mais. Porém não tinha uma demanda, na verdade, esse café era tido como veneno... que não se podia se plantar que só servia pra fazer tinta e veneno. Mas nessa história desse cultivo pra cá, também se pega ali em São Gabriel da Palha com Sr. Eduardo Glazar, juntamente com Sr. Dário Martinelli, e começa ali a fazer um trabalho de fomento na região, chama um convidado para uma reunião a família Tristão, patriarca da família. Há um acordo de negociação entre eles, porque o Tristão era comprador de café, e Sr Eduardo Glazar, produtor, depois virou prefeito, Dário Martinelli também, presidente da cooperativa, depois virou prefeito da cidade. Eles queriam fazer um fomento, ou seja, plantar café conilon na região” (Alves, 30/05/2014, entrevista realizada pelo autor).

A cooperativa à qual esse funcionário se refere é a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha (COOABRIEL). Em entrevista realizada com membro da diretoria, o mesmo também sustenta esse fato histórico, citando os mesmos nomes dos prefeitos envolvidos nesse incentivo. Ao falar sobre como surgiu a cooperativa, em 1963, o membro diretor expõe que:

“... a COOABRIEL surgiu pela necessidade que os produtores tinham na época aqui na região, principalmente com o comércio... na época começou como comércio. Naquela época havia poucos comércios em São Gabriel e o povo era muito explorado pelos comerciantes, vendiam a mercadoria muito caro. E aí um padre (Simão Civalero) na época, da igreja católica, tinha vindo da Itália há pouco tempo, e conhecia o cooperativismo na Europa e era bem difundido inclusive funcionava muito bem. E aí lançou a ideia pro pessoal aqui, “vamos fazer uma cooperativa, vamos montar um comércio e criar força de compra e vamos começar a comprar e distribuir pros produtores na região”. Aí começou na época com atacado, com loja, comércio de secos e molhados. Iam fora, comprava açúcar, sal... e foram começando a comercializar, e aí com isso eles regularam os preços das mercadorias na região... os comerciantes que tinham foram obrigados a reduzir os ganhos deles pra poder vender. Então regulou o mercado dentro da cidade” (Carlos, 09/06/2014, entrevista realizada pelo autor).

Dessa forma, entendemos que a cooperativa não nasceu simplesmente por meio do café Conilon, mas hoje é referência mundial em cooperativa de café, principalmente do Conilon. Como as lideranças políticas e religiosas também

eram cooperados na Coaabriel, inclusive co-fundadores da cooperativa, a mesma não ficou ausente das novas mudanças que aconteceriam após a erradicação do café e os incentivos para a produção do Conilon.

De forma semelhante aconteceu com os empreendimentos da família Tristão. Segundo informações obtidas na *homepage*³⁰ do Grupo Tristão, a empresa iniciou suas atividades a partir da inauguração de uma loja de produtos variados, em 1935, na cidade de Afonso Cláudio, cujo dono era José Ribeiro Tristão. Naquele momento, ele aceitava o café como moeda na compra dos produtos de sua loja. Percebendo as possibilidades do café no mercado, esse produto passou a ser o principal negócio da família na década de 1950, e em 1960, já realizavam a primeira exportação de café. Portanto, o Grupo Tristão não é cafeicultor, ou melhor, produtor de café, e sim comerciante desse produto. Posteriormente, inauguravam a primeira fábrica de café solúvel no Espírito Santo, como vimos no item anterior, além de abrir filiais em diversos países, dentre eles a Inglaterra e os Estados Unidos.

Porém, com um café popularmente visto como tinta e veneno, não incentivado pelo Governo Federal, e com o Governo Estadual receoso face ao incentivo dessa variedade, como essas lideranças garantiriam a expansão dessas ideias, tendo em vista que além de garantir a produção, deveriam garantir também a comercialização?

Como vimos anteriormente, o IBC-GERCA já iniciava a corrida para a implantação de indústrias do café solúvel nas regiões produtoras, sendo que o mesmo órgão já iniciava também suas pesquisas com essa variedade. Tomando como pressuposto que os produtores iniciaram os plantios no final da década de 1960, e que o café requer dois anos para começar a produzir, surgia nessa mesma época a Real Café Solúvel, do Grupo Tristão. Dessa forma, estaria o terreno do agronegócio formado para a ampliação do parque cafeeiro do Conilon, como aponta o membro diretor da Coaabriel:

“Mas, na época, o interessante foi o seguinte: quando eles começaram mesmo a plantar o café Conilon é que surgiu também em Vitória a Real Café, justamente no mesmo período que começaram a plantar o café Conilon, em quantidades maiores, surgiu a fábrica de

³⁰ Endereço eletrônico: <http://www.tristao.com/>. Acessado em 10/12/2014

solúvel em Vitória. Quando a Real Café veio, ela veio fazer solúvel de café Arábica, só que aí experimentaram em fazer com Conilon e aí viram que o Conilon era melhor, dava mais rendimento do que o Arábica. Aí foi aonde que ele falou com os prefeitos da cidade “olha, vocês podem plantar conilon à vontade que eu garanto que compro todo esse café de vocês”. Aí foi aonde que o pessoal começou a plantar com maior escala... foi aonde que foi expandindo. Dessa fábrica de solúvel de Vitória, já tinha outras fábricas de solúvel, no Paraná tem a Cacique, tem Iguaçu, tem Cocan, tem várias empresas de solúvel no Brasil. Aí começaram a comprar também o conilon para fazer o solúvel. E aí só foi aumentando a produção...” (Carlos, 09/06/2014, entrevista realizada pelo autor).

Da mesma forma, Ferrão et. al. (2007) também aponta para o papel fundamental que a indústria de solúvel representou para a expansão da produção e comercialização do café.

Com os plantios estabelecidos e a produção começando a aparecer nas estatísticas em 1974, registrando-se duzentas mil sacas produzidas, foi necessário criar garantias de mercado para o produto. Nesse aspecto, o advento da implantação da Real Café Solúvel, em 1971, deu o suporte necessário para que se continuasse com a expansão dos plantios, especialmente ao norte do Estado. O presidente da citada empresa, Sr. Jônice Tristão, garantiu, naquela época, a aquisição do conilon produzido no Estado do Espírito Santo (FERRÃO et. al., 2007, p. 551).

A articulação entre os interesses industriais e governamentais em torno da industrialização do café já estava consolidada no início da década de 1970. Surgia também, nessa mesma época, em 1972, a Verdebras Tecnologia, que se empenhou no mercado de mudas do café Conilon que, “tendo como referência o mesmo trabalho desenvolvido com eucalipto pela Aracruz Florestal à época, (...) adotaram a técnica e inseriram a inovação no seu processo de produção de mudas de café conilon, desta feita, em escala comercial” (FERRÃO et. al, 2007, p. 551).

QUADRO 03- Principais acontecimentos para implantação do café conilon (1912 – 1972).

Ano	Programa/Atividade	Órgão / Origem
1912	Chegada da 1ª muda de conilon no estado.	Governo Jerônimo Monteiro
1956 - 1961	Plano de Metas: implantação de projetos ligados à indústria de base, além de investimentos em outras áreas, como energia e transporte	Governo Federal (Juscelino Kubitschek).
1958	Criação da FINDES	Federação das Indústrias / setores ligados ao apoio à industrialização
1960	Criação do Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura;	IBC / Governo Federal;
1962 - 1967	Plano de Erradicação dos Cafezais	IBC-GERCA / Governo Federal
1963	Fundação da Coobriel: cooperativa que inicia no ramo do comércio e na década de 1970 se especializa no café conilon	Cooperativa de cafeicultores
1967	Criação da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES)	IBC-GERCA
1968	Lançamento do Projeto de Renovação da Cafeicultura; Criação do decreto n.º 62.076, que trata da indústria de solúvel no Brasil	ACARES, CODES, BANDES, FAES, IBC e MAPA; Governo Militar de Costa e Silva
1969	Plano de Renovação do Parque Cafeeiro	IBC-GERCA / Governo Federal
1970	Distribuição das primeiras mudas de conilon no município de São Gabriel da Palha e adjacências	Prefeito Eduardo Glazar, sobre apoio técnico da ACARES
1971	Fundação da Real Café Solúvel, em Viana	Edital de concorrência lançado pelo IBC.
1972	Fundação da Verdebras: produção de mudas de café conilon.	Iniciativa privada

Fonte: Variadas. Quadro organizado pelo autor.

Com a industrialização do café advindo do surgimento das fábricas de solúvel, as próximas etapas foram modernizar as técnicas agrícolas utilizadas para o plantio do café Conilon, uma vez que elas se diferenciam daquelas praticadas para o café Arábica. Na década de 80, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-ES) e a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) incluíram programas para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas ao café Conilon, contemplando inicialmente as áreas de “melhoramento genético, nutrição e fisiologia vegetal, com o propósito de oferecer aos cafeicultores tecnologias apropriadas para essa cultura, da qual pouco se conhecia, exceto pelos esforços iniciais do IBC e dos próprios produtores pioneiros” (FERRÃO et. al., p. 551).

Com o passar do tempo, o cultivo se especializa constantemente com novas variedades de mudas clonais desenvolvidas por diferentes instituições, dentre elas a EMCAPA, depois o Incaper, a iniciativa privada (por exemplo, a VerdeBras Tecnologias), dentre outras. Os serviços de assistência técnica se multiplicam, assim como os galpões de estocagem. Novas empresas de comercialização ligadas ao capital financeiro são implantadas, dentre elas a: Louis Dreifos, empresa francesa com filial em Nova Venécia; a Outspan, empresa indiana com filial em várias partes do Brasil; além da Real Café, Uni Café, Café Norte e outras de âmbito nacional. A cotação do café Conilon é feita pela Bolsa de Londres; a exportação se dá em forma de commodities, demonstrando sua relação de produção mundializada e a forma de produzir totalmente vinculada à indústria. Essa mundialização das relações capitalistas de produção é adotada nacionalmente e inserida em contextos locais por órgãos governamentais, transformando o modo de fazer agricultura, desde as tecnologias utilizadas até a microbiologia e química do produto fornecido.

A Nestlé também tem se dedicado ao mercado do café Conilon, principalmente no que se refere à geração de novas tecnologias:

(...) o Incaper celebrou, em 2005, um acordo de cooperação técnica internacional com a Nestlé (França), visando, em primeiro plano, obter informações que subsidiem o programa de melhoramento de café Conilon, voltado mais propriamente para a qualidade do produto, para a sua composição química, bebida e outras características de interesse do segmento industrial. Essa parceria proporcionará as condições necessárias para que sejam introduzidos novos materiais

genéticos da espécie, mantidos em um banco de germoplasma dessa empresa (Ferrão et. al., 2007, p. 556).

Constantemente, o café Conilon ganha novas tecnologias que são repassadas às lavouras cafeeiras por meio das assistências técnicas oferecidas por instituições governamentais, como por exemplo o Incaper e seus escritórios locais, bem como por empresas privadas de consultoria agrícola espalhadas pelos municípios produtores, além da própria Coaabriel, que possuem um grande corpo de técnicos e agrônomos que recebem os produtores e os visitam, amparados pelas lojas de insumos agrícolas.

Sabemos que, com o processo de modernização agrícola, a dependência de insumos externos é crescente. Esse corpo de assistentes técnicos orientam os interessados quanto à adubação, ao uso de corretivos agrícolas, ao manejo da lavoura, à irrigação, à variedade a ser utilizada, ao combate de pragas. A Coaabriel, por exemplo, oferece visita técnica aos produtores de 45 a 45 dias, totalizando uma média de dez visitas ao ano.

É interessante apontar para a doença mais predominante na lavoura cafeeira, que é a ferrugem. A ferrugem foi uma das justificativas utilizadas para a erradicação dos cafezais, pois estava atacando as lavouras de forma significativa. Acontece que ela não foi eliminada das lavouras, sendo hoje ainda a doença mais predominante, mesmo com toda a tecnologia desenvolvida. Poucas informações foram possíveis obter sobre o controle dessa doença, que é provocada por fungo cientificamente denominado *Hemileia vastatrix*. Mas em conversa com produtores e técnicos, muitos informaram que o agrotóxico Verdadero, da empresa BASF, é muito utilizado, sendo também altamente tóxico. Das instituições entrevistadas, nenhuma afirmou orientar o uso desse agrotóxico, mas também não informou àqueles que são orientados ao uso. Pelo contrário, todos afirmaram que as orientações são para a prevenção das doenças e por isso, a adubação e a irrigação são necessárias.

Tem muitas empresas que vende produtos e aí o camarada chega lá, o vendedor, embora que ele sabe disso, que é um produto altamente tóxico, mas o papel dele é vender... então ele chega lá e vende mesmo. É um produto eficiente? É. Só que ele é muito caro.

A gente faz custo de produção também. Quando a gente trabalha com nossa assistência técnica, a gente não visa apenas a questão de

vender produtos. A cooperativa não obriga sócio nenhum a comprar nada com ela. O técnico vai lá e orienta: “olha você tá com um problema de ferrugem na sua lavoura, você tem esse, esse, esse e esse produto, esse aqui é o mais barato. Vai ser eficiente e vai ser com um custo mais barato. Você vai acabar ganhando no final. Ai é opção dele, se ele resolver comprar um Verdadero em conta de risco dele, né... mas a gente orienta qual é o produto mais eficiente e mais barato, e menos tóxico...” (Carlos, 09/06/2014, entrevista realizada pelo autor).

Vale ressaltar que esse argumento não é reproduzido por aqueles que vivem diretamente na dinâmica do plantio de café, ou que conhecem e trabalham nessas lavouras; além do mais, uma reportagem especial de A Gazeta (em anexo) relata diversos casos de intoxicação, o que coloca o estado em primeiro lugar em intoxicação por agrotóxico, sendo o café a lavoura mais presente nos relatos. As conversas proporcionadas com esses trabalhadores durante o trabalho de campo frequentemente seguiam por essa prosa: “ (...) *os tempos bons já foram, o que tem de agrotóxico hoje nas lavouras é de se arrepiar*” (Agnaldo, 03/06/2014, em Vila Valério); “*é de um monte que se usa agrotóxico rapaz, eu não trabalho não, mas a coisa mais fácil é ver isso*” (Lourenço, 10/06/2014, em Nova Venécia); “*meu pai me conta que antes era o Bourbon, mas ninguém mexia, o mercado não queria. Ele falou que o governo pagou pra eles arrancarem por causa da ferrugem. Logo depois veio o conilon, mas a ferrugem continuou*” (Lineu, 06/06/2014, em São Gabriel da Palha).

Vejamos como explica esse outro camponês, quando perguntado sobre a assistência técnica oferecida no município, inclusive da Coobriél:

É, só que o técnico da Coobriél 90% só insiste no tal do veneno, produção. Porque nossa produção é pequena, mas não tem gasto. Eles insistem porque eles têm os insumos pra vender né, eles têm os venenos pra vender, aí quanto mais eles venderem veneno na colheita o cara paga em café, aí então pra ele é lucro. A Coobriél é um vendedor. Ele vende o produto pra você e compra o café. Aí na colheita você vai acertar a conta, que isso é de colheita em colheita né, adubo, veneno, aí você vai lá pagar na colheita, soma quando deu, paga com seu café, aí você fica com a sobra, o que sobra você fica né, porque ele não espera pro outro ano (Valério, entrevista realizada pelo autor, em 11/11/2014).

Com isso, verificamos que o discurso entre o membro diretor da Coobriél é divergente em relação ao discurso de alguns camponeses entrevistados. O que se percebe é a tentativa constante e sufocante na apropriação da produção e da força de trabalho do campesinato.

Outro equipamento fundamental para a produção do café é o secador. Embora seja importante, nem todos os produtores possuem secador e, neste caso, muitos contratam o serviço daqueles que possuem e pagam com o próprio café. Os secadores devem ser registrados no IDAF, entretanto muitos funcionam sem registro. Na época de colheita, funcionam praticamente o dia inteiro, fazendo uma nuvem de fumaça percebida de forma clara, principalmente no amanhecer do dia.

Alguns produtores plantam eucalipto só para ser usado nos secadores. Em conversa com um produtor em Marilândia, o mesmo pouco falava sobre o café, o assunto principal era o eucalipto. Perguntado por qual era o destino do eucalipto, o mesmo respondeu que 70% eram destinados a secadores, o restante utilizava em casa. Para eles, compensa mais vender para os secadores do que para as empresas de celulose.

Dessa forma, vemos que o secador é outro exemplo da mudança na estrutura produtiva e no modo de produção, tendo em vista que o secador substitui os terreiros de secar café, estabelecendo outro tempo para a produção: o tempo industrial.



Registro fotográfico do autor. Data:31/05/2014

IMAGEM 08- Secador de café no município de Marilândia.



Registro fotográfico do autor. DATA; 09/06/2014

IMAGEM 09 - Fumaça derivada de secadores de café no amanhecer do dia, em São Gabriel da Palha.

Portanto, projetos de ordem mundial são realizados por meio de discursos e ações, frequentemente através da ligação entre elites econômicas e políticas, mas ao assentarem-se no território, são ressignificados, e histórias não contadas nos livros e memórias das instituições são contadas pela memória dos sujeitos, daqueles que vivenciaram e se instrumentalizaram para a inserção desse novo modo de produzir no campo.

3.4 Localização da produção do café conilon: territorialização em grandes e pequenos estabelecimentos.

O café Conilon é uma variedade adaptada às regiões mais quentes, um dos fatos que fez com que ele fosse trazido da África (sob nome de café Robusta) para o Brasil, devido às semelhanças climáticas. O Espírito Santo é, hoje, o maior produtor de café Conilon do Brasil, conforme nos mostra a Tabela 05.

TABELA 05 - Produção de Café no Brasil: 2006.

Estado	Produção (mil sacas beneficiadas)		
	Arábica	Conilon	Total
Minas Gerais	21.957	30	21.987
Espírito Santo	2.128	6.881	9.009
São Paulo	4.470	-	4.470
Paraná	2.248	-	2.248
Bahia	1.725	526	2.251
Rondônia	-	1.263	1.263
Mato Grosso	25	225	250
Pará	-	280	280
Rio de Janeiro	255	9	264
Outros	207	283	490
Brasil	33.015	9.497	42.512

Fonte: Conab (2006). In.: Ferrão et. al. (2007)

O Espírito Santo participa com mais de 70% da produção desse café no Brasil. As maiores lavouras e o maior número de estabelecimentos produtores do café Conilon encontram-se na região Norte. Verifica-se grandes propriedades

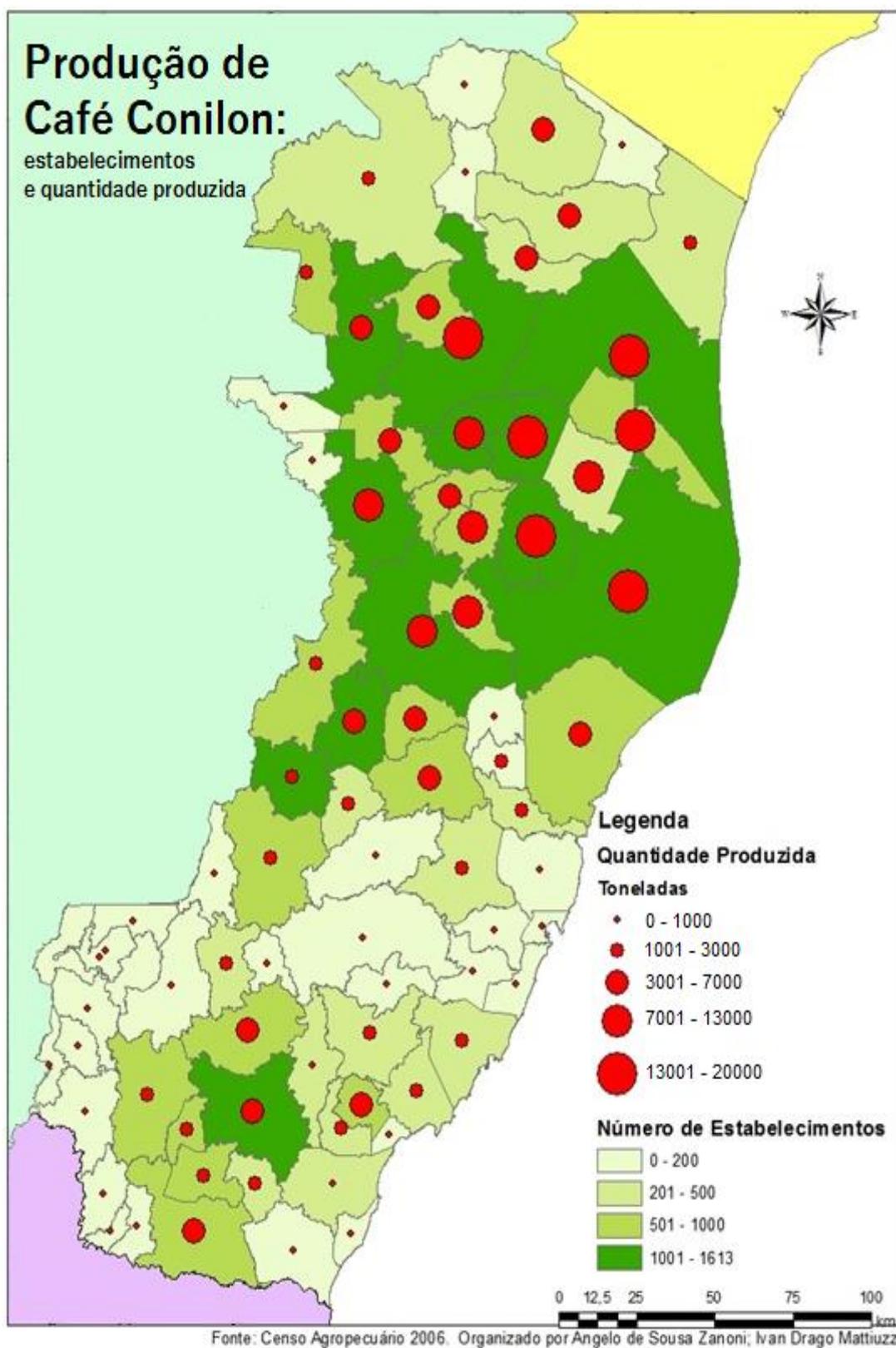
produzindo esta variedade, principalmente nos municípios de Linhares, Jaguaré, Rio Bananal, Sooretama e São Mateus³¹. Porém, verifica-se também que o número de estabelecimentos e a produção desse café também estão fortemente presentes no Noroeste do Estado, onde predominam as estruturas de pequenas e médias propriedades, como vimos no capítulo anterior.

Os Mapas 14 e 15 mostram essa territorialização do café Conilon, tendo como base os dados do último Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006.

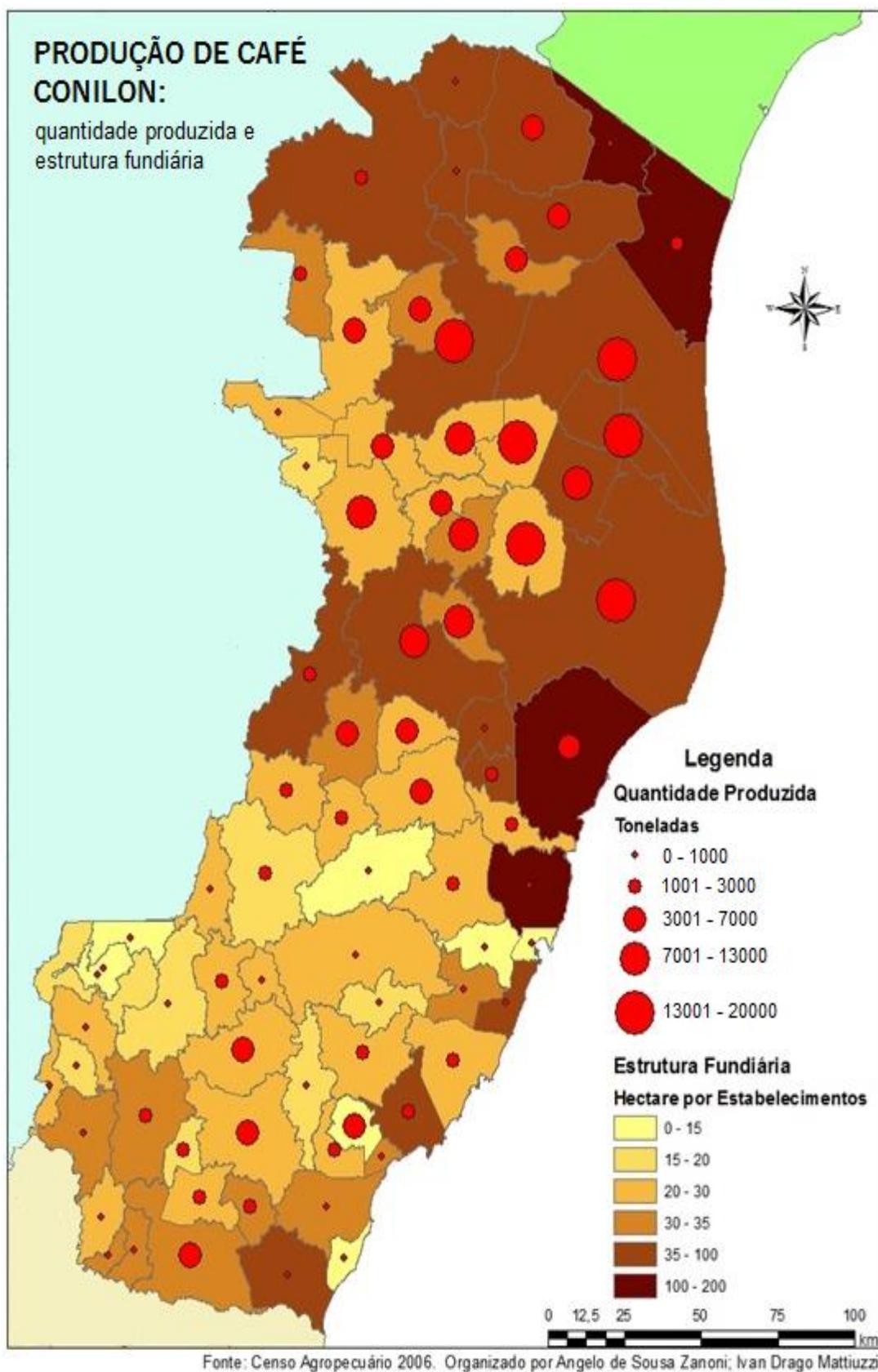
No Mapa 14, estamos trabalhando com o número de estabelecimentos, então, é necessário que seja considerada a dimensão do município representado. Ou seja, o número de estabelecimentos de São Mateus é maior que Vila Valério, pois sua área municipal também é maior, dessa forma, não estamos caracterizando estrutura fundiária, mas sim apenas o número de estabelecimentos produtores de café Conilon.

No MAPA 15, estamos trabalhando com duas variáveis, a média de hectare por estabelecimento (estrutura fundiária), o que indica a predominância de pequenas ou grandes propriedades, juntamente com a variável de produção do café Conilon. Assim, podemos observar que a quantidade produzida pelos municípios com predominância da pequena propriedade não difere tanto da produção daqueles que concentram a propriedade da terra.

³¹ Em anexo, segue reportagem sobre a denúncia de trabalho análogo à escravidão em fazendas cafeeiras nos municípios que possuem grandes propriedades destinadas à lavoura cafeeira. Durante o trabalho de campo, era visível a presença de pessoas de outros estados, principalmente Minas Gerais e Bahia para o período de colheita do café (maio a julho), embora não houvesse denúncia quanto às condições de trabalho desses trabalhadores nos municípios de predominância da pequena agricultura. Segundo um desses trabalhadores: *“Aqui as lavouras são menores, não precisa de tantos trabalhadores igual em São Mateus. Lá o bicho pega mesmo cara. Já trabalhei em fazenda que os donos adaptavam o curral para alojamento. A cozinha era junto com dormitório, e o banheiro era um buraco...”*



MAPA 14 - Produção do Café Conilon: Número de Estabelecimentos / Quantidade produzida



MAPA 15 - Estrutura Fundiária e Produção do Café Conilon.

Mediante os dados levantados, bem como as entrevistas realizadas, é possível afirmar que os pequenos estabelecimentos agrícolas são responsáveis pela produção de mais da metade do café Conilon no Estado. Tanto o Mapa 14 quanto o Mapa 15 ajudam a visualizar essa informação de forma espacializada, na qual verificamos uma produção de café conilon nos pequenos estabelecimentos num mesmo patamar daquela produção realizada em grandes estabelecimentos.

Nos dados atuais da Coabriel, mais de 60% do café recebido e armazenado advém de mini e pequenos produtores³², conforme os dados apresentados na Tabela 06.

TABELA 06 - CAFÉ ARMAZENADO (COOABRIEL, 2013).

CLASSIFICAÇÃO		Nº DE SÓCIOS	% DE SÓCIOS	CAFÉ ARMAZENADO		
				SACAS	PERCENTUAL	MÉDIA SACAS P/ SÓCIO
Mini	Até 100 sacas	1213	34%	67.684	8%	55,80
Pequeno	100 a 500 sacas	2049	57%	465.943	54%	227,40
Médio	500 a 1000 sacas	252	7%	167.374	19%	664,18
Grande	Acima de 1000 sacas	88	2%	163.924	19%	1862,77
TOTAL		3602	100%	864.925	100%	240,12

Fonte: Coabriel, Relatório de Atividades 2013.

Nessa tabela, também podemos verificar que 91% dos sócios dessa cooperativa são categorizados como mini ou pequenos fornecedores, responsáveis por mais de 520 mil sacas de café, isto é, 62% da produção;

³² Mini e pequenos produtores são termos usados pela cooperativa para referenciar as categorias de produtores em relação à quantidade de sacas produzidas. Os “minis” são produtores que produzem até 100 sacas de café, enquanto os pequenos produzem de 100 a 500 sacas de café por ano.

enquanto os médios e grandes fornecedores são responsáveis por pouco mais de 320 mil sacas.

Ressaltamos que isso não indica que os mini e pequenos fornecedores são exatamente pequenos proprietários, pois um grande proprietário pode produzir menos de 100 sacas de café em um pedaço da sua propriedade, ou seja, o café não é sua fonte primeira de renda, mas comercializa o pouco que cultiva. Porém, em conversa com o membro diretor da Coaabriel, afirmou-se que há uma relação entre esses pequenos produtores com o tamanho de sua propriedade, uma vez que a maior parte de seus sócios são pequenos proprietários.

A Coaabriel não é a única armazenadora e comerciante do café. Além da Coaabriel, existem outros comerciantes de café conilon que compram sacas de café e comercializam diretamente ao exterior. Por vezes, esses comerciantes vendem essas sacas para outros comerciantes que as vendem ao exterior. Neste caso, o produtor está submetido a dois atravessadores. Portanto, os dados acima citados não representam a totalidade da produção do café Conilon no Espírito Santo, mas ilustra a posição dos pequenos estabelecimentos como principais produtores deste café.

Diante do que foi levantado até aqui, podemos afirmar que o agronegócio do café Conilon se assentou nas terras de pequenos produtores, ou melhor, em terras camponesas, pois nessas verificam-se relações camponesas de produção, dentre elas, a mão-de-obra essencialmente familiar. Esses camponeses necessariamente se inseriram de forma mais direta no mercado capitalista, seja na venda dos seus produtos ou na aquisição de insumos externos.

O capital, então, instituiu monopólios que atuam no comércio da produção em questão. No Noroeste do estado, por caracterizar-se pela forte presença de pequenas propriedades, é de se concluir que o capital não se territorializou de forma majoritária na apropriação da terra, e sim na apropriação da renda da terra.

Esse processo pode ser entendido dentro do conceito formulado por Oliveira (2012): *monopolização dos territórios*, uma vez que o capitalista domina não os meios de produção (a terra e os instrumentos de trabalho), mas sim o resultado da produção: o café. A produção está subordinada à lógica comercial, pois esta direciona o que será produzido a partir dos incentivos trazidos para que a mesma seja realizada.

Estando o mercado direcionado a certo tipo de produto, além de instituições privadas e governamentais incentivando e orientando a produção com base em um mesmo tipo de mercadoria, o camponês facilmente pode se inserir neste tipo de mercado, devido à sua maior abertura. Aumenta-se a especialização produtiva e, conseqüentemente, a dependência do mercado e de fatores externos; aumenta-se também o uso de insumos externos.

Podemos dizer, com isso, que o camponês está subordinado à lógica capitalista? Sim e não. Sim, porque ao inserir-se nesta lógica, ele estará sustentando a reprodução do capital a partir da destinação de sua produção ao monopólio cafeeiro; e não, porque sendo dono dos meios de produção, ele também está propício a novas mudanças, à busca de alternativas, quando o mercado ora consolidado encontrar dificuldades para se reproduzir e ampliar, criando assim novas “crises” cafeeiras.

Um exemplo emblemático foi fornecido por um camponês durante uma entrevista realizada em sua morada. Ao ser perguntado sobre a produção do café conilon na propriedade, o mesmo respondeu que produz, consorciado com vários outros cultivos de hortas, e que o café conilon *“está em praticamente terceiro lugar hoje. O que a gente faz de horta e as coisas que ela faz dentro de casa dá mais que o café”*. Portanto, ele não é o principal produto de sua propriedade. A horta e a criação, da qual ele destaca na entrevista, é vendida em feiras livres e no Mercado Popular de Alimentos (trataremos no próximo capítulo). O café é vendido para a Coobriel, “mas é hoje, uma espécie de poupança, o que dar é lucro”. A dependência do café não é negócio para o camponês, conforme ele nos exemplifica:

O rapaz aqui colheu 80 sacas por hectare e sobraram 30. Nós colhemos 32 e sobraram as 32. Eu não tive gasto. Então não adianta você colher um montão e começar a dividir com a Escelsa, da energia

né, da bomba, divide com a Coabriel, que é o veneno, o adubo, e por ai vai né. Dá mais da metade pra eles. Em média 60 a 70% fica com a Coabriel que volta no outro ano (Valério, entrevista realizada pelo autor, em 11/11/2014).

Neste sentido, não estamos considerando que o campesinato tem-se integrado de forma totalizante ao mercado capitalista, mas sim se recriando na medida em que o capital se expande em territórios ainda não conquistados. Isso se dá porque, conforme salientamos no primeiro capítulo, o campesinato não é um sujeito externo ao capitalismo, mas ele se recria conforme o capital se desenvolve.

O campesinato, sobretudo a partir dos movimentos sociais organizados, tem-se atentado para a subordinação e a exploração a que está sujeito e, por isso, traça novas estratégias de reprodução e recriação com base na autonomia de seus projetos. É isso que tentaremos demonstrar no quarto capítulo.

CAPÍTULO 04 – CAMPESINATO E R-EXISTÊNCIA: O LUGAR DO CEFFA BLEY NA TERRITORIALIDADE CAMPONESA.

Conforme já explicitamos sobre o termo r-existência, ele é entendido no sentido de uma existência como condição a priori da resistência, ou seja, não é um ato de reação sobre uma ação, mas um ato de reafirmação de uma existência sobre aquilo que o subjuga. Entramos neste capítulo para trazer alguns apontamentos sobre práticas alternativas ao modelo hegemônico de conceber e fazer agricultura.

Enquanto a década de 1960 sinalizava o processo emergente da modernização e industrialização da agricultura no Brasil, em período consoante a implantação do regime militar, também é possível apontar alguns movimentos interessados em possibilitar a recriação e reprodução do campesinato. Embora os movimentos sociais estivessem sendo silenciados e reprimidos pelo estado totalitário que se implantava, emerge no seio da igreja católica uma ala que se identificava com as causas populares, influenciada por uma corrente conhecida como *Teologia da Libertação*. Podemos dizer que muitos movimentos sociais se formaram ou se juntaram a esse grupo presente na igreja católica, uma vez que estariam respaldados perante a instituição.

Tratamos, neste capítulo, o contexto da ditadura militar e sua política aliada aos interesses empresariais capitalistas, bem como evidenciar uma prática alternativa ao movimento hegemônico de conceber e fazer agricultura através da educação. Ao mesmo tempo em que a educação estava voltada ao ensino técnico funcional, também podemos verificar uma educação com propósito de emancipação social. Nesse sentido, uma modalidade de educação implementada no Brasil na década de 1960, tem-se mostrado potencial para uma educação própria e apropriada pelos camponeses, principalmente através da juventude rural, onde se estabelece uma relação próxima entre a escola e a comunidade, sob o princípio da Pedagogia da Alternância.

Além de apresentarmos o debate em torno da educação do campo e da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo, analisaremos o CEFFA do Bley como agente potencial de transformação do atual cenário de monopolização da

produção camponesa. Essa escola está localizada no município de São Gabriel da Palha e acompanhou muitas mudanças territoriais, uma vez que foi inaugurada em 1972 no mesmo contexto histórico e geográfico do regime militar e da industrialização agrícola.

4.1 O Lugar do CEFFA Bley no Contexto de Ditadura e Re-democratização

Conforme já adiantamos no capítulo anterior, o regime militar esteve profundamente ligado aos interesses políticos e econômicos que instigavam a entrada do grande capital nas atividades agropecuárias, o que inclui também os interesses fundiários para a expansão dos latifúndios. Desse ponto de vista, houve grandes incentivos financeiros ofertados pelo governo para grandes empresas capitalistas e grupos econômicos, ao mesmo tempo em que se reprimiam com violência os povos camponeses, como posseiros, trabalhadores rurais, colonos, indígenas, etc.

A Igreja Católica é situada como contribuinte ao Golpe Militar de 1964, uma vez que seu apoio esteve ligado à orientação anticomunista na qual se posicionava a Igreja, entendendo que o Presidente João Goulart “era muito condescendente com os comunistas que, para esse setor, propunham a revolução e a ditadura do proletariado” (IOKOI, 1996, p. 29). Segundo a autora:

Na nova articulação dos anos 60 foram significativos o *Plano de Emergência da CNBB de 1962* e o *Plano Pastoral de Conjunto*, aprovado pela VII Assembleia-Geral da CNBB, que se reuniu em Roma, durante a última sessão do Concílio Vaticano II, em 1965. (...) Essa ação reafirmou a postura anticomunista, como afirmamos anteriormente, mas colocou, pela primeira vez na história da Igreja no Brasil, a necessidade de prática pastoral, que absorvesse as classes subalternas, recuperando seus anseios, identidades, padrões culturais, como valores integradores da ordem social em curso e como elementos de libertação (IOKOI, 1996, p. 36).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os planos da Igreja eram contrários a propagação do comunismo, ela abre espaços para que a *prática pastoral* se voltasse às *classes subalternas*. Sob essas orientações, a ala conservadora da Igreja logo se posicionou ao lado das classes dominantes e juntos organizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” na qual, é expressa por Martins (1985) de forma clara e precisa:

Pediam a intervenção das Forças Armadas no processo político e a derrubada do governo institucional do Presidente João Goulart. Mostravam-se alarmadas com o avanço das pressões populares em favor das reformas de base, que incluíam uma reforma cujo combate se motivava de modo especial: a reforma agrária. É que a Marcha fora organizada na Sociedade Rural Brasileira, velha entidade que aglutinava os grandes e tradicionais fazendeiros paulistas, principalmente os fazendeiros de café, de certo modo alijados do poder desde a Revolução de 1930. A Marcha foi de fato articulada por membros do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, entidade dirigida por um estado-maior civil-militar, envolvendo membros da Associação Comercial, da Federação das Indústrias; da Federação das Associações Rurais, do Clube dos Diretores Lojistas. Por trás da invocação da família, de Deus e da liberdade, escondiam-se interesses bem materiais e terrenos, que eram os dos grandes proprietários de terras, negociantes, banqueiros e industriais, brasileiros e estrangeiros. Esses interesses pareciam claramente ameaçados, não obstante o próprio Presidente da República fosse um grande latifundiário (MARTINS, 1985, p. 28).

Portanto, a Igreja decidiu que essa ação seria a forma mais apropriada de conter o avanço do comunismo impresso na política e nas reformas anunciadas pelo governo de João Goulart, o que de certa forma acabara por defender a continuidade e reafirmação das posições hegemônicas dos latifundiários e concentradores de terra e dinheiro no país. Mesmo a ala progressista da Igreja não se posiciona ao lado do povo, tendo em vista que a orientação a qual deu mais significação foi à luta contra o comunismo, em consonância com a ala conservadora.

O setor progressista procurava firmar uma posição diferente, mas, apesar de combater os privilégios da Igreja e dos membros da hierarquia, concordava com a postura anticomunista, criticava os defensores da revolução proletária. Apoiava a Aliança para o Progresso e a formação do bloco histórico, já naquele momento, desfocava a assertiva da luta armada e a esquerda dividia-se entre o passado histórico de frentes e unidades populares fracassadas (IOKOI, 1996, p. 29 – 30).

Essa posição a qual tomou a Igreja, e principalmente a ala progressista, logo se modificou, quando perceberam a brutalidade com que agiam os militares. Por meio de um movimento interno em sua instituição, passa a repudiar os atos que o governo militar praticava diante da população pobre, especialmente do campo. Esse movimento se inicia antes do golpe militar, mas só ganha intensidade “principalmente após o Ato Institucional nº 5, em 1968, através da CNBB, a Igreja Católica explicitou publicamente autorizada a falar em nome da reprimida sociedade civil, a Igreja definiu novos aliados e circunscreveram inimigos” (NOVAES, 1997, p. 117).

Voltada para as “necessidades do povo”, a chamada Igreja progressista apoiou as demandas das classes subalternas para obter melhores condições de vida e de trabalho. Em termos políticos, a ditadura militar violando os mais elementares “direitos humanos” foi, muitas vezes, moralmente interpelada por membros da hierarquia eclesial (NOVAES, 1997, p. 117 – 118).

O mesmo Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 a 1965, período em que o Papa João XXIII esteve à frente da Igreja Católica, também estimulou essa instituição a “um novo relacionamento social, baseada no novo olhar que se constituía com o apoio dos elementos da ciência, da cultura e das experiências concretas dos homens nas suas relações sociais” (IOKOI, 1996, p. 29). Com base nesse direcionamento, em 1968, é realizado em Medellín, na Colômbia, a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), na qual se apresenta um *espírito de renovação* e uma *nova postura diante da sociedade*. Citando o documento final dessa Conferência, Nascimento (2010) afirma que:

O apelo dos bispos se torna um sinal de profunda transformação, como anuncia o documento de Medellín: “Que se apresente cada vez mais nítido na América Latina o rosto da Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo poder temporal e corajosamente comprometida com a libertação do homem todo e de todos os homens” (CELAM, 2004, citado por NASCIMENTO, 2010).

Esse movimento interno à Igreja Católica na América Latina ficou conhecido como *Teologia da Libertação*, que se destacou principalmente nas áreas rurais. As igrejas nas áreas rurais sempre se caracterizaram pela aglutinação da população de seu entorno, onde se reuniam todas as comunidades para celebração religiosa, festas, cerimônia fúnebres, etc. Devido às transformações ocasionadas pela modernização e industrialização como projeto de desenvolvimento econômico no campo, a população camponesa se viu prejudicada (expropriações e expulsões de terras, demissão de trabalhadores rurais, abandono da política de reforma agrária, endividamentos, etc.). Uma saída encontrada foi se mobilizar, especialmente nas paróquias de suas respectivas comunidades. Portanto, a *Igreja dos Pobres* não foi iniciativa exclusiva dos membros pastorais, mas, principalmente, iniciativa dos próprios sujeitos subalternizados pelo desenvolvimentismo implantado durante a ditadura. Nascimento (2010), em consonância com essa ideia expõe que:

(...) devemos compreender o contexto em que as igrejas dos pobres inseriram-se na luta pela libertação, em especial, no que tange à luta pela terra. Há que se compreender que não foram propriamente as igrejas as protagonistas da luta pela terra, pelo contrário, seu papel

se destinava a articular as camadas camponesas para que fortalecessem suas organizações sindicais e sociais. Para isso, valeram-se da formação, implantação e sistematização da CPT, que foi o organismo pensado para promover esse debate na sociedade (NASCIMENTO, 2010, p. 188).

A Igreja se insere nas comunidades do campo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sendo um *espaço propício para unir fé e vida*. Nessa perspectiva, Novaes (1997) trata as CEBs da seguinte maneira:

Evangelho lido do ponto de vista dos “oprimidos”. Oprimidos evangelizados que deveriam se tornar eles mesmos *agentes de pastoral*, ao lado do clero e de outros leigos oriundos de várias classes sociais. Isto é, esta proposta implicava em mudanças no universo religioso e em uma articulação constante entre ser cristão e participar da transformação tanto da Igreja, quanto da sociedade. Em suas próprias palavras: participar da *caminhada* (NOVAES, 1997, p. 119).

Em outras palavras, Martins (1985) expressa seu entendimento sobre as CEBs considerando que ela se manifesta, frequentemente, por objetivos relacionados ao lugar onde se vivencia, ou mesmo por problemas esporádicos. Dessa forma, a comunidade de base “envolve uma prática distinta e liberta o cristão da mediação institucional da autoridade sacerdotal, sem eliminá-la” (idem, p. 108). Portanto,

Ao mesmo tempo em que a Igreja diversifica e dinamiza a sua estrutura e o seu trabalho pastoral por meio das comunidades de base, rompendo vínculos e alianças na prática religiosa local, deslocando o centro dessa prática da paróquia para a comunidade eclesial, desloca também o lugar social de onde se vê o mundo, a sociedade, os *outros* e *nós*. Desloca e inverte o lugar social do *ponto de vista* que compreende, decifra, explica o que acontece com cada um e com a coletividade dos pobres. Essa mudança, como foi dito, subverteu o uso da religião e da Igreja como instrumentos de poder, de mando, de dominação (MARTINS, 1985, p. 108).

Nas comunidades de base, o povo poderia se organizar tendo em vista que estariam minimamente protegidos pela violência praticada pelos militares contra qualquer manifestação e organização popular. É nesse contexto, que surge, na década de 1970, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) fundamental para a promoção do debate relacionado à luta pela terra, a questão agrária e a indígena.

Alguns desses padres e bispos ligados à Teologia da Libertação também se encontravam nas paróquias espalhadas pelo estado, sendo que tiveram grande importância na instalação das Escolas Famílias Agrícola no Norte do estado.

Embora as EFAs não sejam um elemento trazido por essa corrente progressista dentro da Igreja e sim pelos jesuítas, ela foi apropriada e usada pelos demais agentes pastorais como uma ferramenta para diminuir a saída de camponeses do campo em busca de trabalho nas cidades. Esse era, inclusive, o objetivo principal pensado desde a criação da primeira Casa Familiar Rural na França (como veremos mais adiante).

Com a ajuda da experiência do MEPES no Sul e unindo as forças de lideranças religiosas, poder público e camponeses, iniciaram-se as atividades de implantação do CEFFA do Bley³³, tendo o lançamento da Pedra Fundamental em setembro de 1971. Uma área de aproximadamente 01 (um) alqueire de terras doadas por Eduardo Glazar que, como vimos, também foi prefeito e cofundador da Coaabriel.



Fonte: CEFFA do Bley, quadro exposto na secretaria. Pedra Fundamental, 1971.

IMAGEM 10 - Assinatura de Doação da Área Inicial do CEFFA Bley.

O movimento de mobilização foi tomando forma de uma Associação informal pelo coletivo das famílias envolvidas, uma diretoria e uma comissão organizadora, garantindo assim a parceria entre o movimento das famílias

³³ Bley é o sobrenome de João Punaro Bley, militar e administrador público do Espírito Santo entre os anos de 1930-1935 (interventor), 1935-1937 (governador) e 1937-1943 (interventor). Tanto o CEFFA quanto a comunidade na qual está inserido levam seu nome, tendo em vista sua influência na busca pelo desenvolvimento urbano e industrial.

camponesas, o Poder Público e as instituições envolvidas. Os serviços de construção foram possíveis graças às famílias e às comunidades envolvidas, além das doações diversas e a parceria com o Poder Público para os serviços de construção da estrutura física. O mutirão foi uma forma marcante e de alto valor simbólico para a realização dos serviços necessários para a construção do CEFFA.

E assim, em 1972, a primeira turma de estudantes foi formada pelos filhos dos agricultores envolvidos diretamente no processo de construção da escola. O primeiro curso era de Agricultor Técnico e, no início, não era reconhecido legalmente. Além da turma, também estava constituído um Conselho Administrativo com representação dos agricultores, das instituições envolvidas e os monitores, que foram orientados pelo Centro de Formação do MEPES.



Fonte: CEFFA do Bley, quadro exposto na secretaria.

IMAGEM 11 - A EFAB em sua estrutura física inicial – 1972.

Em entrevista realizada com um agente que ajudou a fundar o CEFFA do Bley, fazendo entrevista com as comunidades, levantamento de famílias interessadas, divulgação nas comunidades, expõe o trabalho que desenvolveu naquela época da seguinte forma:

“nosso trabalho era visitar alguns municípios do Estado e fazer um levantamento daqueles que teriam potencial de receber uma Escola Família Agrícola. Geralmente os critérios eram a alta presença de moradores no campo, o analfabetismo, e as expectativas de vida. A gente ficava alojado nas paróquias. Morei na paróquia lá de São Gabriel, perto do Bley mesmo. Naquela época o governo não dava atenção para a educação do campo, eles queriam resolver os problemas da cidade” (Dário, 17/07/2014, entrevista realizada pelo autor).

Ainda nos conta que *“o MEPES partiu dos jesuítas. O padre Humberto foi o idealizador e trouxe essa ideia lá da Europa. Ele era jesuíta. E lá em São Gabriel são os combonianos, e os combonianos abraçaram a ideia e deram todo o apoio”* (Dário, entrevista realizada pelo autor, em 29/08/2014).

Fundado por São Daniel Comboni, o movimento dos padres combonianos chegou ao Brasil em 1952, sendo destinados para o estado do Maranhão e para o norte do Espírito Santo. Ajudaram a construir igrejas, escolas e seminários. Fundamentava-se na Teologia da Libertação, defendendo movimentos sociais diversos. De nossa parte, por desconhecer esse movimento, o entrevistado nos revelou um pouco mais sobre a diferença entre os combonianos e os jesuítas da seguinte maneira:

São facções diferentes (rs). Têm origens diferentes, eles perseguem uns objetivos diferentes. Todos convergem para o catolicismo. Os combonianos são mais abertos, mas junto à sociedade. Os jesuítas são mais dinheiro... A Igreja no norte do Espírito Santo teve um papel fundamental na formação das pessoas. No norte era muito melhor você trabalhar com as pessoas do que do Sul. No norte eram muito adiantadas, as pessoas eram muito mais conscientes, são até hoje ainda mais consciente do sofrimento que era submetido né. Em São Mateus, quando começou o plantio de eucalipto lá, o Padre Alves, (...), tiveram que sair com ele dentro de um capô de taxi escondido, porque queriam pegar o padre, porque o padre estava falando pras pessoas para não vender a terra deles pros plantadores de eucalipto, porque senão eles iam acabar na periferia de São Mateus passando fome. Inclusive saiu uma reportagem na revista Veja, falando padre de bois e eucaliptos. As pessoas passavam nas comunidades, nas comunidades de São Mateus ali, na comunidade chamada Espírito Santo, ali nos quilombos, falando que era pra eles vender, senão ia ficar pior, porque os compradores de terra estavam chegando, que com o passar do tempo ia ficar pior, eles iam acabar perdendo a terra e tal. Aí essa conversa chegou até o ouvido do Padre Alves, aí ele foi lá na comunidade e falou com os moradores: “então está fácil de

resolver isso. Quando chegarem com essa conversa vocês dizem: então porque vocês não esperam mais tempo, porque vocês não precisam comprar minha terra, vocês vão pegar de graça né, não é isso que vai acontecer?” Com essa conversa, ele conseguiu junto com uma comunidade, que ficou presa no meio do eucalipto, comunidade chamada Espírito Santo, e até hoje eles continuam produzindo farinha, beiju, essas coisas assim (Dário, entrevista realizada pelo autor, em 29/08/2014).

Assim como o Padre Alves - lembrado pelo entrevistado no caso acima -, o Padre José Laira, e seu antecessor Padre Simão, foram considerados por ele como *progressistas*, sendo personagens fundamentais para a articulação com o movimento dos jesuítas no Sul do estado para expandir as experiências das EFAs para o município de São Gabriel da Palha e para o norte do estado em geral. O entrevistado, após inauguração da EFA do Bley, passou a ser professor de Matemática durante os sete anos que esteve trabalhando na escola, sendo que a partir do terceiro ano, o mesmo assumiu a coordenação da escola. Portanto, sua vivência coincide com a implantação das EFAs no sul e no norte do Espírito Santo, em plena ditadura militar, onde afirma que alguns trabalhos só eram realizados por estares *embaixo das asas do padre*.

Mesmo as escolas do norte sendo mantida por uma instituição ligada a ala jesuíta, ela mantém características próprias, tendo em vista que a metodologia utilizada - a Pedagogia da Alternância - requer uma aproximação com a realidade social das famílias envolvidas e, por isso, variando de acordo com o lugar no qual se insere. Sobre essa pedagogia e suas características, trataremos de forma mais aprofundada no próximo item.

Apesar da ascensão da Teologia da Libertação nos anos de ditadura militar, o processo de abertura política acabou por diminuir a intensidade que a mesma havia conquistado. O Golpe Militar, que esteve muito ligado à ameaça de uma reforma agrária protelada pelos camponeses através das Ligas, bem como pelo direcionamento da política de reforma de base anunciada pelo governo de João Goulart, acabou por fazer crescer essa ala progressista na Igreja Católica e também na Luterana. O enfoque da *Igreja dos Pobres* trouxe consigo a luta dos sujeitos subalternos, dentre as principais, a luta pela permanência e acesso à terra, portanto, pela Reforma Agrária. Conforme nos indica Iloki (1996), “no que se refere à reforma agrária, militares e a Igreja divergiam profundamente. Os primeiros entendiam a questão da terra como problema de segurança

nacional e a segunda, como promoção humana” (idem, p. 72 – 73). Martins (1985) exemplifica esse período da seguinte forma:

Nesse sentido, a mudança de posição da Igreja, que começa em 1963 e culmina em 1981, representa um passo fundamental, cuja importância pode ser constatada no aprofundamento do conflito entre a Igreja e o Estado, a ponto de que, até há pouco, além de trabalhadores rurais, havia sacerdotes cumprindo pena por causa de lutas pela terra. Sem contar os que, pelo mesmo motivo, foram presos anteriormente e os que, além de presos, foram expulsos do país (MARTINS, 1985, p. 96).

A realização da III Conferência Episcopal da América Latina, em Puebla, no México, reforçou ainda mais a posição da *Igreja dos Pobres* em relação à questão agrária. No documento originado dessa Conferência, ressaltou-se a diferença entre *terra de negócio* e *terra de trabalho*, conforme nos apresenta Novaes (1997):

Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação que permite o enriquecimento de alguns. À custo de toda a sociedade (...) Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é a terra para explorar os outros nem para especular (...). Aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no de posse (Documento de Itaici, 1980, citado por NOVAES, 1997, p. 176).

É no seio da Igreja Católica, sob a corrente da Teologia da Libertação, que surgem os principais movimentos de permanência e acesso à terra, principalmente advindos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esses movimentos irão, respectivamente, se tornar independentes, ou seja, caminharão sozinhos fora das dependências da Igreja, logo que desencadeia a redemocratização do governo brasileiro a partir do ano de 1985.

Outro fator da formação dos movimentos acima citados, e sua independência em relação à Igreja, é apontado por Martins (1985) como consequência do afastamento dos novos bispos em relação às pastorais, devolvendo “aos leigos a direção das grandes e significativas propostas da Pastoral da Terra e de outras pastorais sociais”, que, dessa forma, “coincidiu com a decisão de alguns agentes de pastoral de laicizarem a luta pela terra através da fundação do

MST, uma decisão apropriada num momento em que se lutava pela expansão das liberdades civis” (idem, p. 115).

Mas, de forma semelhante à posição internacional que a Igreja tomou e que deu início ao crescimento da Teologia da Libertação, a renovação do Vaticano fez com que um novo papa abandonasse as diretrizes apontadas pelo Concílio Vaticano II. E dessa forma, em sentido oposto, outros movimentos internos a Igreja tomaram medidas que enfraqueceram a Teologia da Libertação, as CEBs e outras conquistas realizadas pela *Igreja dos Pobres*.

A partir dos anos 90, com o refluxo de João Paulo II, sua ligação com movimentos conservadores como Opus Dei e a escolha de novos bispos tradicionalistas e pastoralmente comprometidos com as elites, essa Igreja dos Pobres vai perdendo espaço na esfera pública eclesial. Outros movimentos surgem para interromper o projeto da Teologia da Libertação, que passa a ser condenada, as CEBs caem em declínio e o espírito do paroquialismo é retomado com toda a força. Mesmo assim, pequenas experiências continuam buscando resistir ao processo de reimplantação da neocristandade medieval, principalmente, com o atual pontificado de Bento XVI (NASCIMENTO, 2010, p. 185).

As experiências evidenciadas no auge desse movimento progressista continuam a existir até os dias atuais. As pastorais permanecem com seus trabalhos, inclusive os aperfeiçoando cada vez mais. Entre os exemplos podemos citar o *Caderno dos Conflitos no Campo*, publicado pela CPT anualmente.

Portanto, a Teologia da Libertação contribuiu para despertar boa parte dos camponeses a se organizarem para reivindicar os seus direitos. Como resultado disso, temos a formação de importantes movimentos sociais do campo e conquistas por direito à terra, que deixam suas marcas na história e na geografia brasileira.

O fim da ditadura militar, o surgimento de movimentos sociais cujas pautas reivindicam a permanência e a luta pela terra, as conquistas desses movimentos, e a continuidade de experiências surgidas a partir das comunidades de base, trouxeram elementos que interferiram também na dinâmica do CEFFA do Bley. A abertura para o público feminino na escola foi um dos grandes passos conquistados pós-ditadura. Até então, o CEFFA

recebia apenas jovens do sexo masculino, enquanto as jovens mulheres estudavam nas Escolas Família de Economia Doméstica.

A conquista do movimento dos sem-terra, através dos assentamentos, possibilitou o CEFFA do Bley a incrementar um novo tipo de clientela em seu curso – os assentados, que até então era praticamente formada apenas por pequenos agricultores. Isso permite uma renovação e atualização das práticas cotidianas da escola, tendo em vista que a realidade social de seus estudantes passa a se diversificar e, portanto, enriquecer. A partir de seus documentos, verificou-se que a categoria de assentado só aparece no ano de 2004, advindo do Assentamento Treze de Maio, criado em 1989 no município de Nova Venécia. A partir de 2007, estudantes de outros assentamentos incrementam a turma de estudantes do CEFFA Bley, dentre eles: a partir de 2007, Assentamento Beija-Flor (criado em 2003, em Alto Rio Novo); a partir de 2008, Assentamento Três Pontões (criado em 1988, em Nova Venécia), Assentamento Madre Cristina (criado em 2005, em Pancas) e Assentamento Tomazzini (criado em 1977, em Santa Teresa), a partir de 2010, Assentamento Córrego Augusto (criado em 2001, no município de Nova Venécia); e a partir de 2013, o Assentamento São Gabriel (criado em 2009, em São Gabriel da Palha). Os estudantes advindos dos assentamentos levaram à escola uma nova realidade e, com isso enriqueceu o Plano de Estudo e, conseqüentemente, as práticas socioeducativas da escola.

O surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores também trará um novo cenário às práticas educacionais da escola, tendo em vista que esse movimento se organiza fortemente nas comunidades do entorno da escola, sendo hoje um dos principais parceiros na caminhada do CEFFA do Bley. Esse movimento também tem sua origem ligada a ala progressista da Igreja Católica, sendo tratado como irmão do MST.

O Movimento dos Pequenos Agricultores surgiu da crise do Movimento Sindical, que após cumprir importante papel na luta camponesa se viu enredado na burocracia estatal. Da crise do modelo de agricultura da revolução verde, que gerou empobrecimento e exclusão no campo. Do exemplo de outras lutas, a

exemplo das CEBs, CPT, MST que apontaram caminhos para a construção deste novo movimento³⁴.

Seu aparecimento se deu de forma orgânica, mas o grande impulso foi dado a partir de uma reivindicação de crédito subsidiado para garantir a manutenção de famílias camponesas no sul do país, pois passavam por uma grande seca que trouxe graves prejuízos às famílias do campo: “A situação provocada pela seca tornou desesperadora a situação já crítica dos pequenos agricultores, atingidos com violência pela política econômica do governo FHC, seguindo o modelo neoliberal” (GÖRGEN, 1998, p. 25). Não havia apoio para produzir; os pequenos agricultores eram obrigados a concorrer com os preços internacionais; além da Política trazida pelo Plano Real para garantir alimentos baratos “para que a cesta básica continue sem aumento e os trabalhadores urbanos continuem ganhando pouco” (idem, p. 26). A seca foi, na verdade, o estopim para a mobilização desses sujeitos, pois a insatisfação foi germinada devido o modelo da política neoliberal vigente. Görgen (1998) informa que, só no governo de Fernando Henrique Cardoso, “400 mil pequenos agricultores perderam a terra” (idem, p. 74).

As reivindicações tomaram forma de uma ocupação na beira de estradas, conhecida como acampamento da seca. Conta-se que o movimento esperava cerca de 5.000 famílias acampadas, porém, registrou-se ao final a participação de 30.000 famílias. O agente da CPT, Frei Sérgio Antônio Görgen no livro *Resistência dos Pequenos Gigantes* (1998), apresenta de forma mais detalhada o nascimento do MPA, principalmente no Sul do Brasil. Segundo ele, o MPA “foi se fazendo aos poucos, a partir da prática de mobilizações e por não encontrar outros espaços de expressão para esta nova realidade organizativa e política dos pequenos agricultores excluídos da produção e das políticas governamentais” (GÖRGEN, 1998, p. 14). Para este autor, as reivindicações não tratavam apenas em “travar uma luta para incluir-se no modelo, mas uma luta sem tréguas contra o modelo”, pois, “neste modelo de desenvolvimento, nem com remendos, há lugar para o desenvolvimento da agricultura familiar” (idem, p.14).

³⁴ Definição postada em sua homepage: <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>. Acessado em: 22/02/2015.

O MPA possui como núcleo básico de organização os Grupos de Base, formado por um grupo de pequenos agricultores vizinhos, os quais dariam corpo ao movimento. Dessa forma, o trabalho de base é um dos objetivos principais desse movimento.

No Espírito Santo, o movimento surge em 1999, no município de São Gabriel da Palha, em comunidades muito próximas ao CEFFA do Bley. Em entrevista com um pai de estudante, que também forma a direção estadual do MPA, ele expressa a maneira orgânica em que se deu a formação do movimento e o relaciona com o CEFFA Bley, através do método de trabalho do camponês, estabelecendo uma forte parceria entre o movimento e o trabalho educativo do CEFFA:

O MPA a gente começou a participar dele desde que ele existiu aqui. Nas primeiras discussões em 96, e daí pra frente então em 97 a gente foi dando origem ao MPA aqui no estado do Espírito Santo, precisamente começando por São Gabriel da Palha. As primeiras mobilizações feitas aqui, os primeiros trabalhos regionalizados, foram aqui em São Gabriel e depois isso ganha corpo. Mas a gente antes disso também já tinha conhecido outros trabalho, o trabalho do sindicato, a própria igreja né, e também da Escola Família né, o conhecimento da pedagogia da alternância. Então a gente sempre teve essa vontade de aplicar a pedagogia da alternância, essa educação precisa dentro do nosso método de trabalho camponês né. Então as coisas tiveram seguimento né, e que hoje elas se fundiram e aí somou num campo positivo né, aqui pra gente pra família. Eu acho que a Escola Família deu uma contribuição fantástica e continua dando, não só pra minha família, mas pra todas as famílias que participam desse processo. O MPA, inclusive nós do MPA e a Escola Família nos consideramos de fato parceiros, parceiros aliados no processo de luta. Mas, na verdade, nós não entramos para o MPA, o MPA foi um seguimento de luta que nós fomos criando a partir das necessidades. E a Escola Família sempre presente na vida da gente, da família, e na vida também da propriedade (Vitor, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014).

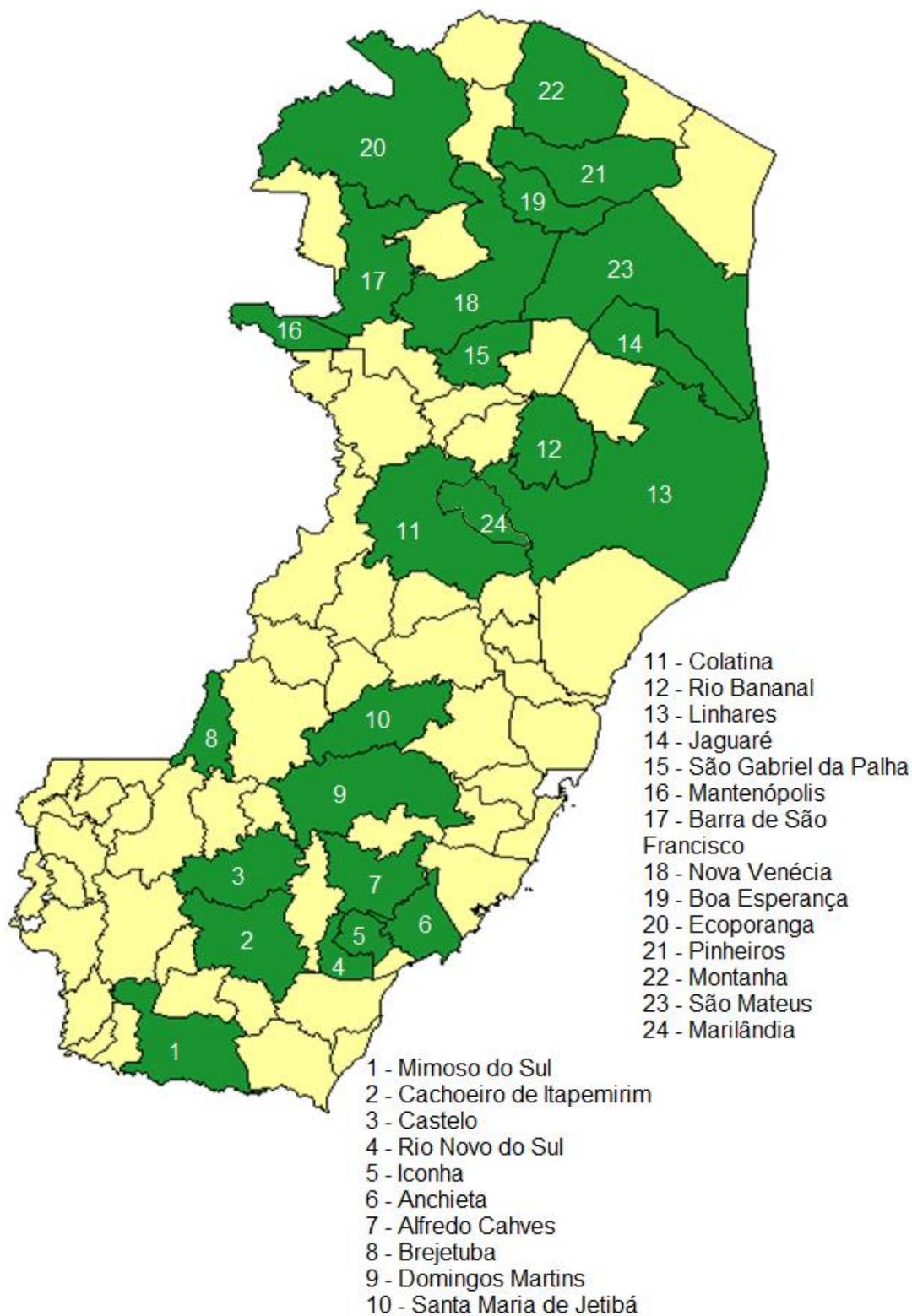
Atualmente, o MPA é integrante da Via Campesina, na qual reúne uma diversidade de organizações camponesas. O MPA se autodefine enquanto “movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas”. Tem como objetivo a produção de alimentos saudáveis “para a família e para o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país”. Busca ainda

resgatar a identidade e a cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais³⁵.

Segundo a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), foi nos últimos 20 anos que se verificou o aumento mais expressivo das experiências em Alternância, especialmente durante os anos 90. Hoje os CEFFAs estão presentes em 22 dos 26 Estados da Federação. Várias organizações governamentais e não-governamentais estão reconhecendo a Alternância como uma prática real, principalmente com os resultados apresentados até aqui. Dessa forma, aumenta o interesse em conhecer as experiências e/ou instituir escolas com esta modalidade de ensino.

No Brasil, a maior expansão das escolas em alternância aconteceu nos anos de 1990. Segundo dados da UNEFAB, existem cerca de 260 escolas que adotam a Pedagogia da Alternância para a formação de jovens de mais de 2.000 comunidades rurais em 22 Estados do País. São adotadas nas Casas Familiares Rurais, Escolas Famílias Agrícolas, Escolas Comunitárias Rurais, Escolas de Assentamentos ou PROJOVEM (Programa do Governo Federal para a educação de jovens e adultos que vivem no campo). Essas instituições somam mais de 25 mil estudantes atendidos por cerca de 1.500 monitores, e atingem direta e indiretamente mais de 80 mil agricultores – há pelo menos 50 mil jovens já formados no sistema da Pedagogia da Alternância. “O Estado do Espírito Santo, berço das instituições educativas em Alternância, apresenta um quadro complexo. É o Estado que concentra o maior número e a maior diversidade de instituições pedagógicas em Alternância no meio rural” (RACEFFAES, 2003, s/p).

³⁵ Home-page: <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>. Acessado em: 22/02/2015.



Fonte: RACEFFAES. Adaptado pelo autor.

MAPA 16 - Escolas do Campo sob Pedagogia da Alternância

A partir disso, demonstraremos como o CEFFA do Bley se torna uma escola dinâmica, apropriada aos contextos com os quais passam no decorrer dos anos, aberto as novidades e possibilidades de incorporar práticas intimamente ligadas com os povos campesinos. Práticas essas levantadas por diferentes movimentos sociais que surgem no decorrer dos anos, cada qual com uma pauta apropriada por sua base, a qual interfere positivamente na dinâmica da escola. Antes disso, precisamos minimamente apresentar essa experiência de Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância para, com isso, evidenciar sua abertura para as questões contemporâneas que perpassam o campesinato no norte do Espírito Santo.

4.2 Educação do Campo e Pedagogia da Alternância no Espírito Santo: além dos muros e cercas da escola.

Educação Rural e Educação “do” Campo são termos bastante discutidos entre os pensadores e profissionais que atuam nesta área da educação. Embora sejam termos parecidos, eles contêm diferenças fundamentais, principalmente no que tange ao tipo de educação pensada para o campo.

Em 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se preocupou, de certa forma, com a educação em áreas rurais, uma vez que o processo de industrialização fazia aumentar o êxodo rural e os níveis de escolaridade dos habitantes das áreas rurais brasileira eram baixíssimos, o que agravava ainda mais o problema. No artigo 105 desta lei, foi estabelecido que *(...) os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais* (apud SECAD/MEC, 2007, p.11). Acontece que esta educação foi pensada em um momento que a industrialização também avançava sobre o campo. Dessa forma, foi oferecida uma educação instrumental e tecnicista:

O mesmo enfoque instrumentalista e de ordenamento social veio a caracterizar a formação de técnicos para as atividades agropecuárias. Em meados da década de 1960, por ocasião da implantação do modelo Escola-Fazenda no ensino técnico agropecuário, os currículos oficiais foram elaborados com enfoque *tecnicista* para

atender ao processo de industrialização em curso. (SECAD/MEC, 2007, p. 11)

Neste mesmo período, alguns educadores, organizações religiosas e sociais iniciaram um movimento por uma educação popular. Uma educação contextualizada com o lugar, que respeita os povos do campo e o seu modo de viver, de pensar e de produzir, com propostas pedagógicas que estejam relacionadas à cultura e a realidade dos diferentes povos do campo. A Educação Popular apresenta um forte cunho político e parte do conhecimento local da população. Não se deixa levar pela imposição das “necessidades” globais, oriundas de dinâmicas não identificadas com as verdadeiras realidades do lugar. Também não foge dos assuntos globais, uma vez que a globalização é uma realidade local neste atual período histórico, portanto, assuntos globais estão inseridos também nos contextos locais. Este movimento foi intensamente reprimido pelo Governo Militar ainda na década de 1960 e derivou na desmobilização de vários sujeitos e atividades relacionadas à educação popular, pois estavam intimamente ligadas aos movimentos sociais atuantes naquele momento.

O movimento pela Educação Popular só se reinicia na década de 1970, período em que emergem os movimentos contrários ao governo militar. É nesta fase, que a educação “do” campo entra na pauta das organizações da sociedade civil. Dessa forma, a Educação Popular contribuiu para que a Educação do Campo tivesse relações com a cultura e os saberes locais, com o modo de vida, de pensar e de produzir dos camponeses.

O termo campo, conforme indica o texto base da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 1998, tem o objetivo de “incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho” (KOLLING; MOLINA, citado por RIBEIRO, 2010, p. 42).

Portanto, o campo ganha uma conotação política de continuidade das lutas dos movimentos sociais camponeses,

Contraopondo-se ao rural como negação histórica dos sujeitos que vivem do trabalho da/com a terra, esses movimentos ressignificam a

si mesmos, enquanto sujeitos políticos coletivos, e à sua educação, negando o rural e assumindo o campo como espaço histórico da disputa pela terra e pela educação (RIBEIRO, 2010, p. 41.).

Percebe-se, então, que há duas maneiras de pensar a educação em áreas rurais:

- a) a primeira, conhecida como educação rural, leva a educação para o campo (educação “no” campo), numa visão urbano-industrial, onde o campo é considerado atrasado, e a possibilidade de desenvolvimento se dá a partir da formação de mão-de-obra com intuito de suprir tanto as cidades quanto as indústrias do campo. Atualmente, estão direcionadas ao que se chama de agronegócio, que se caracteriza pelo uso intenso dos recursos naturais e de insumos externos. Diante disso, verifica-se que há uma força exógena que impõe o modelo desenvolvimentista aos camponeses por meio da educação. No Espírito Santo, os exemplos mais emblemáticos são as Escolas Agrotécnicas, a ACARES, e a maior parte das escolas de ensino regular localizadas nas sedes dos municípios mais próximos;
- b) a segunda, é a educação “do” campo, onde se pressupõe uma educação pertencente ao campo e para o campo. Deve-se superar a dicotomia campo e cidade, criada e mantida pela separação entre trabalho agrícola e trabalho industrial e comercial. É uma educação que respeita os diferentes campesinatos, suas culturas, seu modo de viver, de pensar e de produzir. Uma educação onde se faz necessária a presença dos sujeitos locais no processo de construção pedagógica. Que valoriza o saber local, o lugar, e passa a compreender o mundo e as relações que se estabelecem no atual período histórico. Dessa forma, verifica-se que o lugar se faz importante para o processo educacional, é um espaço das relações cotidianas do vivido, da intimidade, do pertencimento. Dentro os exemplos no Espírito Santo, podemos destacar: os CEFFAs, as Escolas Comunitárias Rurais, as Escolas de Assentamentos, o PROJovem Campo, etc.

Vale ressaltar que, em algumas regiões do Brasil, alguns sujeitos sociais permanecem com o conceito de educação rural, considerando que o rural é

uma zona que demarca a realidade da cultura e do trabalho. Mesmo assim, participam das discussões e conferências que já embarcaram sob o conceito de educação do campo.

É preciso, pois, considerar que há uma leitura dialética entre a educação do campo e a educação rural: “(...) a escola do campo é, ao mesmo tempo e no movimento contraditório das lutas sociais, a continuidade e a ruptura com a escola rural” (RIBEIRO, 2010, p. 42).

Diante disso, verificamos a importância desse segundo modelo como alternativa ao projeto desenvolvimentista que também encontrou na educação a estratégia de impor seu modelo de se fazer agricultura, ou melhor, de praticar o agronegócio. Nesse sentido, se fez um ensino baseado nas novas formas, modernas, de se praticar a agricultura e, com isso, classificou de atrasadas as técnicas produzidas pelos camponeses há milhares de anos.

Examinaremos a experiência de educação do campo baseada nos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFAs), visto que é a base da escola do Bley, em São Gabriel da Palha. Essa experiência aparece intrinsecamente ligada ao modelo desenvolvimentista abraçado pelo governo do estado. Portanto, a “crise do café” também é analisada como um dos motivos principais para que surgisse essa experiência no âmbito da educação, tendo em vista que a crise foi um dos fatores principais para a saída de homens, mulheres, jovens e crianças do campo em direção às cidades. A implantação da indústria requer um espaço apropriado, tanto no que se refere à localização, quanto ao que se refere à funcionalidade. A mão-de-obra, neste caso, é um elemento de extrema importância para a viabilidade desse projeto. Acontece que, como já vimos, a maior parte da mão-de-obra no Espírito Santo estava nas áreas rurais e o deslocamento dela para o centro urbano-industrial foi viabilizada graças à invenção da “crise” cafeeira por uma ideologia que, junto à crise, indicava o campo como lugar de atraso e a cidade como prosperidade.

A construção de uma “crise” em torno do principal produto cultivado nas terras do Espírito Santo representou o interesse de uma pequena elite estadual, que viu na política urbano-industrial a possibilidade de acumulação e de

perpetuação de sua hegemonia. Essa elite, atualmente, mostra-se incapaz de solucionar os problemas socioespaciais advindos desta ação que, durante décadas, incentivou a saída do homem do campo por meio da expropriação ou mesmo por disseminação de suas ideologias caracterizada pela homogeneidade. Essa leitura histórica e geográfica do Espírito Santo é compartilhada pelo Grupo de Trabalho da Educação do Campo³⁶, formado para ampliar o debate e construir uma concepção de educação do campo enquanto um direito humano e com a finalidade de propor uma Educação do Campo “de qualidade, que é um direito dos povos do campo, deve refletir o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido, deve ter o campo, como lócus de acontecer, enquanto produtor de cultura” (GTECEES, 2008, s/p.).

No Espírito Santo essa ideologia, a do Desenvolvimento, vai encontrar terreno fértil no final da década de 1950, a partir da reorganização das elites locais em torno da FINDES e estruturada a partir da propagação da ideia de que vivíamos uma crise social derivada da Crise do Café. Segundos seus ideólogos, a “crise” era explicada pelas características que marcavam o Espírito Santo, ou seja, sua predominância de população rural. (GTECEES, 2008, p.44).

Vale ressaltar que as EFAs não foram implantadas no Brasil para, única e exclusivamente, assegurar ou fixar o homem no campo, mas sim para promoção humana. O diagnóstico que indicou a grande massa de camponeses saindo do campo foi um dos problemas encontrados naquela época, pois poderia ser mostrado que no campo também há possibilidades de viver, e viver bem. No documento do MEPES (1985) intitulado “Uma experiência de Ação Comunitária no Estado do Espírito Santo” é afirmado que:

Escola Agrícola então não principalmente porque os alunos deverão ser agricultores no amanhã, ou por uma razão técnica (para aumentar a produção), e sim principalmente porque o mundo deles hoje é o do campo: por isso precisará uma escola que parte da realidade do campo para entendê-la e mudá-la. Embora alguns deles depois saiam da roça, a escola ensinou-lhes a examinar e julgar e decidir partindo de qualquer situação concreta (MEPES, 1985, p. 10).

Observamos que esta política desenvolvimentista chegava ao campo com o nome de “modernização da agricultura”, baseada em modelos de monocultivos

³⁶ Grupo formado no âmbito do Ministério da Educação, tendo como objetivo sistematizar as informações obtidas por diversas entidades para formulação de um documento base, composta por problematizações referente à questão dos saberes, um histórico das experiências em alternância, além de apontamentos relativos aos desafios e as dificuldades.

e direcionados ao atendimento das demandas do mercado externo. Esse modelo se caracterizou pela concentração de terras no Espírito Santo, principalmente no Norte do Estado, mas também pela apropriação da renda da terra sob a produção em territórios camponeses a partir de produtos pré-estabelecidos por programas de incentivo (eucalipto, café, mamão, etc.). Em nossa área de estudo, o Café Conilon ganhou destaque na onda modernizadora, e o mesmo se expandiu sobre as terras dos camponeses, sendo subordinados ao mercado, que o monopoliza através da comercialização.

Mesmo com as dificuldades encontradas pelos camponeses, emerge uma articulação que evidencia uma alternativa a esse modelo urbano-industrial e vai repensar o lugar do campo e o lugar dos homens, das mulheres e dos jovens no campo. O Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES)³⁷ se tornou um agente socioeducador no meio rural. A Educação do Campo veio reinserir os camponeses em sua história, com o intuito de respeitar e valorizar seu modo de vida, suas temporalidades, suas territorialidades e seus saberes. Para Nosella (2013):

Foi a ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico (NOSELLA, 2013, p. 45).

O primeiro registro de experiência nos moldes da Pedagogia da Alternância está na França, em 1935, conhecida como *Maisons Familiales*, iniciativa do Padre Abbé Granerau, filho de camponês, junto com outros camponeses da província de *Lauzuan*. Da forma como expõe Zamberlan (2003) foi um camponês e presidente de um Sindicato Rural Comunal que procurou o padre Granerau devido o desânimo de seu filho em continuar na escola: “O Padre declarou-se disponível desde que a questão não fosse individual, mas envolvesse também outros jovens do lugar” (idem, p. 27).

³⁷ Associação sem fins lucrativos, formada em 26 de abril de 1968, com foro e sede na cidade de Vitória-ES, responsável pela formação e criação das primeiras Escolas Família Agrícola no Espírito Santo sob a modalidade da pedagogia da alternância. Esse movimento foi fruto de uma articulação iniciada pelo Padre Humberto Pietrogrande o qual promoveu algumas atividades agregando o Espírito Santo em experiências existentes na Itália, através da fundação da Associação Amigos do Espírito Santo, em Pádua na Itália.

A discussão tomou corpo devido outra preocupação: conter as altas taxas de migrantes do campo para a cidade, principalmente naquele período em que a política incentivava as cidades, valorizava o meio urbano por meio do modelo industrial. Por isso a educação foi considerada um forte elemento que poderia contribuir para valorização da identidade dos camponeses e, dessa forma, deveria ser disseminada para afirmação dessa identidade sociocultural, para que o jovem não desistisse de viver em seu meio.

A Pedagogia da Alternância se espalha por toda a Europa, sobretudo a partir de 1960, período que foi regulamentada como o tipo de educação própria e apropriada para o ambiente rural. Na Itália, ficou conhecida como Scuola Famiglia, sendo a metodologia administrativa e pedagógica muito semelhante à experiência francesa³⁸.

Nosella (2013) expõe que a experiência italiana era uma adaptação da metodologia francesa. Mas a contribuição do poder público era maior na Itália, o que facilitou o encaminhamento dessa experiência no país: “Foi uma Experiência que encontrou apoio na Igreja, mas nasceu diretamente pela ação de homens políticos: o inverso que aconteceu na França” (idem, p. 57).

Este mesmo autor se dedica em pontuar também a experiência africana que, segundo ele, mostrou o quão interessante é a alternância enquanto metodologia educativa. Isso porque na primeira tentativa de implementação de uma Escola Família no Senegal houve uma imitação do modelo francês, o que resultou num “fracasso total”.

A experiência da Europa não pôde ser “implantada” em outros países tal como era praticada por lá, uma vez que a Pedagogia da Alternância não é um manual ou uma receita e, portanto, não é uma exportação de um país ou de um modelo cultural para o outro. Isso justifica as inúmeras experiências em diferentes países com os princípios organizacionais, pedagógicos e didáticos, que fazem da alternância um movimento de construção permanente.

³⁸ Existe uma variedade de autores que discorreram sobre o histórico da pedagogia da alternância, dentre eles podemos destacar: Nosella (2013), Zamberlan (2003), Silva (2012), Rodrigues (2008).

No caso da experiência africana, mais precisamente em Senegal, Nosella (2013) conta que o processo de instauração dessa experiência se deu de forma diferenciada em relação aos países europeus. Segundo ele, essa instauração se procedeu da seguinte forma:

(...) identificada uma região não demasiado grande, abrangendo uns quatro ou cinco povoados, escolhiam-se dois ou três monitores que primeiramente estagiavam num povoado. Aí eles, durante alguns meses, tentavam (orientados) analisar aquela realidade, reunindo o pessoal e ajudando ao povo em toda e qualquer tarefa que se apresentasse: problemas de água, saúde, construções, etc. (NOSELLA, 2013, p. 59).

A partir desse contato os monitores conseguiram uma maior reciprocidade com o povo das comunidades. Após o levantamento realizado, iniciou-se minicursos com objetivo de solucionar os problemas concretos apresentados pela comunidade, conforme nos expõe em sua obra:

Transcendendo as necessidades individuais, começava-se a organizar alguns minicursos (dois ou três dias) centrados num só assunto escolhido conforme as necessidades do momento e aberto a todos. Desta forma, introduziu-se a ideia de “formação”. A clientela se constituía de jovens e adultos que haviam perdido a oportunidade de escolarização regular (a idade mínima era de 17 anos).

Os primeiros minicursos foram respostas imediatas aos problemas concretos levantados. Devagar, ia surgindo, porém, junto aos alunos, um programa que precisava de minicursos em série (NOSELLA, 2013, p. 59 – 60).

No Brasil, a maioria dos estudos mostra que a entrada dessa experiência se deu através do padre italiano Humberto Pietrogrande, um “jovem sacerdote jesuíta”. Segundo Nosella (2013), o padre se espantou com a situação socioeconômica dos pequenos agricultores durante sua viagem feita no Espírito Santo na década de 1960. A partir dessa preocupação, o padre retorna à Itália com o propósito de ajudar esses povoados, tendo em vista que estavam *sob tutela dos jesuítas da mesma Província que ele próprio pertencia*.

Com isso, inicia-se a articulação Brasil-Itália para o desenvolvimento religioso, cultural, econômico e social do Estado do Espírito Santo. O primeiro compromisso firmado foi a fundação da Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES), “para possibilitar a assinatura de convênios e arrecadações” (NOSELLA, 2013, p. 63). Essa associação conseguiu bolsas de estudo na Itália para sete camponeses, dois assistentes sociais, um técnico agrícola da

ACARES e dois assistentes rurais. Além disso, foram realizadas visitas de técnicos italianos no Brasil, dentre eles um economista, um educador e um sociólogo, onde foi feito um Plano de Ação, além da criação de Comitês Locais, que foi a base para a fundação do MEPES³⁹.

As primeiras EFAs surgiram no sul do Espírito Santo, nos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves e Iconha. Anos depois, “outros passos foram dados, por meio do movimento pastoral da diocese de São Mateus, para a expansão das Escolas-Família ao Norte do Estado do Espírito Santo” (NOSELLA, 2013, p. 66).

No Quadro 04 relacionamos as primeiras EFAs no Espírito Santo que se utilizou a pedagogia da alternância como metodologia educativa:

QUADRO 04- Primeiras Escolas Família no Espírito Santo

Histórico das primeiras Escolas Família Agrícola no ES		
Ano de inauguração	Nome	Município
1969	EFA de Olivânia (Anchieta)	Anchieta
1969	EFA de Alfredo Chaves	Alfredo Chaves
1971	EFA de Campinho	Iconha
1971	EFA Feminina de Iconha	Iconha
1971	Centro de Formação (para monitores)	Piúma
1972	EFA de Jaguaré	São Mateus
1972	EFA do Bley	São Gabriel da Palha
1972	EFA de Economia Doméstica (Feminina) de São Mateus	São Mateus (KM 41)

Fontes variadas. Quadro organizado pelo autor.

³⁹ Vale ressaltar que o MEPES não se estruturou apenas a formação das Escolas Família Agrícola, mas também o Centro de Formação e Reflexão, o Centro Comunitário de Saúde e o Departamento de Ação Comunitária.

Com a experiência das Escolas Famílias espalhando-se pelo mundo, formou-se também a Associação Internacional das Escolas-Famílias Rurais, durante o I Congresso Internacional das Escolas Família Agrícola, realizado no Senegal, em 1975. Dentre os objetivos dessa associação estão: a) coordenar, promover e desenvolver as atividades de todas as organizações de EFA no mundo; b) representar e defender os interesses das EFAs perante organismos supranacionais e internacionais, e estabelecer relações com eles; c) difundir e defender os princípios definidos no Código Pedagógico das EFAS; d) assessorar instituições na criação de novas EFAs; e) fomentar a comunicação e intercâmbio de experiências e material didático; dentre outros.

O reconhecimento desta educação no Brasil é recente e propõe uma inovação ao modelo de educação que deve ser diferente do modelo desenvolvido nas cidades. Com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo instituída pelo Conselho Nacional de Educação em 2002, a noção de uma educação do campo compreende a necessidade sociocultural, o modo de pensar e viver dos camponeses, que atenda suas especificidades e ofereça uma educação de qualidade.

A existência desses diferentes modos de pensar e viver dos camponeses contraria o sentimento de superioridade que o urbano vinha recebendo sobre o rural, construída pelo projeto Moderno-Colonial e perpetuada pela colonialidade. Admite, também, não só a diferenciação dos modelos de educação, mas também a diferenciação dos modelos de escola.

A Alternância é uma experiência de modalidade político-pedagógica que se instalou em grande parte nas escolas do campo no Espírito Santo, desde seu surgimento. Tem como princípio básico o desenvolvimento de uma ação educativa integrada e reflexiva entre pais, estudantes e comunidades. Por isso, é um sistema educativo em que o estudante alterna períodos de aprendizagem na família (sessão), na comunidade e na escola (estadia), estreitamente interligados entre si por meio de instrumentos pedagógicos específicos. É um caminho que se trilha na superação de um dos maiores desafios para a educação nos dias de hoje: a integração entre a escola e a realidade vivida, e a

realização do processo ensino-aprendizagem a partir do diálogo entre saberes práticos e teóricos.

Conforme indica o documento do MEPES (1985):

A escola tem atividades não somente no prédio escolar, mas também diretamente nas comunidades onde moram os alunos. Ela tem por obrigação, seguir os alunos nos períodos de permanência na família para orientá-los na execução do plano de estudo, no entrosamento e liderança entre os colegas e na comunidade local. Por isso, os professores terão que girar de localidade em localidade, visitar as famílias, travando conversas sobre os problemas da educação dos filhos na propriedade, da agricultura da região (MEPES, 1985, p. 21).

Toda EFA possui um área destinada à prática agrícola, para experimentos relacionados às atividades agropecuárias “não somente para dar possibilidades aos alunos de aulas práticas, mas também para atender um princípio de autofinanciamento, na medida do possível” (MEPES, 1985, p. 22).

Tem que haver, na escola, aulas diretamente no campo, assistidas pelos monitores e pelo diretor, para realizar nossas experiências diretas. O aluno deve se acostumar na escola a um modelo de cultivo da terra que anime a melhorar a agricultura tradicional, empregando, com inteligência, os recursos à disposição (MEPES, 1985, p. 22).

A Pedagogia da Alternância considera a educação como um processo de construção dos saberes, a partir de suas trocas. Portanto, há de se considerar que a Educação Popular tem muito a contribuir com a Pedagogia da Alternância e vice-versa. As duas buscam a emancipação do sujeito.

A pedagogia da Alternância, em sua práxis pretende-se uma educação libertadora. Isso ocorre, entre outro

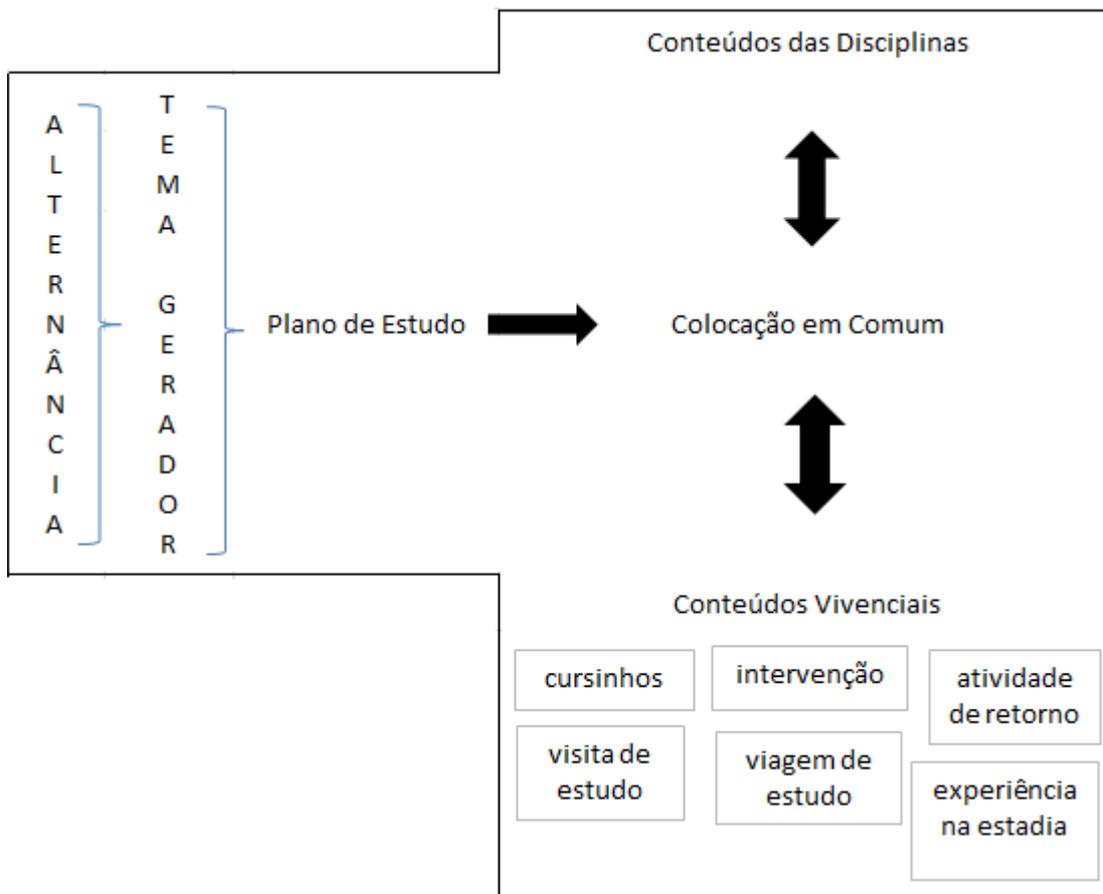
s momentos, quando o instrumento “diálogo” é **intencionalmente** utilizado para a construção de novos conhecimentos, de uma nova realidade em que os educadores não são os detentores do saber, nele há um processo de investigação continuada compartilhando com o educando. (CESCON et. al., 2005, p. 4).

É considerada pelos estudiosos como uma das pedagogias do trabalho, tendo em vista que sua obra está preocupada com a relação entre a vida prática e a escola, com o intuito de integrar de forma permanente a teoria e a prática.

Os principais instrumentos didático-pedagógicos e metodológicos da Pedagogia da Alternância são:

- Plano de Estudo: pesquisa participativa nas comunidades com base em um tema específico; as questões a serem pesquisadas tanto na família quanto na comunidade são elaboradas em conjunto pelos monitores e estudantes; esse instrumento é um meio que integra o saber popular e o saber técnico-científico;
- Colocação em comum: socialização e organização dos conhecimentos colhidos pelos Planos de Estudos;
- Caderno da Realidade: registro da realidade vivida do estudante a partir das questões oriundas do Plano de Estudo. É de extrema importância para um trabalho interdisciplinar; acompanha o estudante em toda etapa escolar.
- Visitas às Famílias: conhecer a realidade do estudante e estreitar a relação escola-família; realizada pelos monitores da EFA;
- Fichas Didáticas: auxilia no debate e no aprofundamento dos temas dos Planos de Estudos;
- Visitas de Estudos: conhecer, confrontar e comparar experiências a partir de viagens de estudos programadas para uma diversidade de lugares, propriedades de agricultores, assentamentos, fazendas experimentais do Incaper, Universidades, etc.;
- Estágios: indicações para a escolha da profissão e desenvolvimento do projeto profissional do estudante. É realizado em diversas atividades (exemplo: bovinicultura, administração rural, etc.);
- Avaliação Geral: referente a todo o processo formativo.

Diante disso, a Pedagogia da Alternância vem se estruturando da seguinte forma:



Fonte: CEFFA do Bley. Organizado pelo autor.

QUADRO 05 - Comportamento da Alternância.

Os conteúdos são desenvolvidos de forma interdisciplinar com base nos Temas Geradores, de interesse dos estudantes e previamente discutidos e selecionados em conjunto com as famílias.

No sentido de aprimorar e fortalecer esse movimento da alternância no Espírito Santo, foi fundada em abril de 2003 a Regional das Associações dos Centros Familiares em Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES). Essa organização, diferentemente do MEPES, não tem o papel de mantenedora, mas de articuladora dos diversos CEFFAs⁴⁰ no Espírito Santo, vinculando-as ao movimento nacional e internacional da Alternância, e respeitando,

⁴⁰ Além das Escolas Família Agrícola, os CEFFAs também são compostos pelas Escolas Comunitárias (ECORs), Escolas de Assentamento, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens do Campo (PROJOVEM Campo).

principalmente, o princípio da gerência do agricultor. Portanto, toda CEFFA deveria ter o agricultor fazendo parte de seu corpo diretor, através da Associação dos Centros Familiares de Formação em Alternância. A RACEFFAES é exatamente a união dessas Associações, tendo como missão articulá-las e integrá-las para manter uma unidade político-pedagógica com base nos princípios da Pedagogia da Alternância.

Os objetivos da RACEFFAES são: ajudar a fortalecer e garantir a organização dos Agricultores e Agricultoras, promovendo a sua participação a partir da base; adequar e unificar a formação de acordo com a Pedagogia da Alternância e o Plano Nacional de Formação; apoiar e promover o movimento de expansão dos CEFFA's, garantindo a qualidade da formação e da participação e; favorecer e apoiar a articulação das mantenedoras em convênios e projetos, respeitando a particularidade de cada uma (RACEFFAES, 2010, s/p.).

Para isso, realiza diversas atividades voltadas, principalmente, para formação através de encontros, cursos e assessorias. Promove formação inicial continuada de monitores, além de formação básica em Pedagogia da Alternância para monitores que ingressam nos CEFFAs; oferece também formação aos agricultores, como momento de reflexão da importância do papel das famílias na Associação dos CEFFAs, “em vista do princípio filosófico – educação própria e apropriada da família camponesa” (RACEFFAES, 2010, s/p); além de realizar os Seminários Regionais de Estudantes, “com a finalidade de dar amparo teórico à Auto-Organização na Vida de Grupo, garantindo o protagonismo” (idem, 2010, s/p).

A RACEFFAES insere-se em outros espaços visando o fortalecimento da experiência de alternância no Estado. Dentre esses espaços podemos citar o Comitê Estadual de Educação do Campo e a Equipe Pedagógica Nacional e Latino-Americana. Contribuem em projetos das Associações dos CEFFAs, nas expansões dessa experiência e na produção prática e de documentação dos CEFFAs vinculados a ela.

Portanto, é uma organização que foi formada para fortalecer o movimento da alternância no Espírito Santo, através da união de diversos CEFFAs. Atualmente, a RACEFFAES, por ser uma regional, está atuando com os CEFFAs do norte do Espírito Santo.

A soma dessas organizações dispostas a fortalecer o campo da educação do campo no Espírito Santo tem possibilitado a permanência e a expansão dessas experiências, chegando até ao nível superior, como exemplo o PRONERA e o curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Com base na alternância, essas escolas acabam por interferir na dinâmica da família e vice-versa, pois requer a participação dela na formação do estudante, tendo em vista que o mesmo leva pra casa estudos e práticas realizados na escola, possuindo como função fazer experiências na propriedade familiar e retornar os resultados para a escola. De acordo com os princípios da alternância, esse conhecimento pode levar a outra concepção de agricultura, revelando a necessidade de retomar algumas práticas perdidas durante o processo da “modernização agrícola”, aperfeiçoando cada vez mais o modo de fazer agricultura dos camponeses.

4.3 A territorialidade do CEFFA Bley: a alternância para o fortalecimento territorial camponês

Uma escola disposta a inserir no seu projeto político-pedagógico questões relacionada à realidade vivida de seus estudantes é uma escola que se preocupa com situações concretas do lugar. A alternância possibilita a escola sair de sua estrutura e se inserir nas comunidades dos seus estudantes, o que permite fortalecer as relações da escola com a família e comunidade, além de proporcionar uma troca de saberes sobre a agricultura e do modo de fazer agricultura. Essa troca de conhecimento entre o saber técnico e o saber popular enriquece as relações sociais camponesas, provocando um fortalecimento territorial desses sujeitos.



Propriedade do CEFFA Bley.

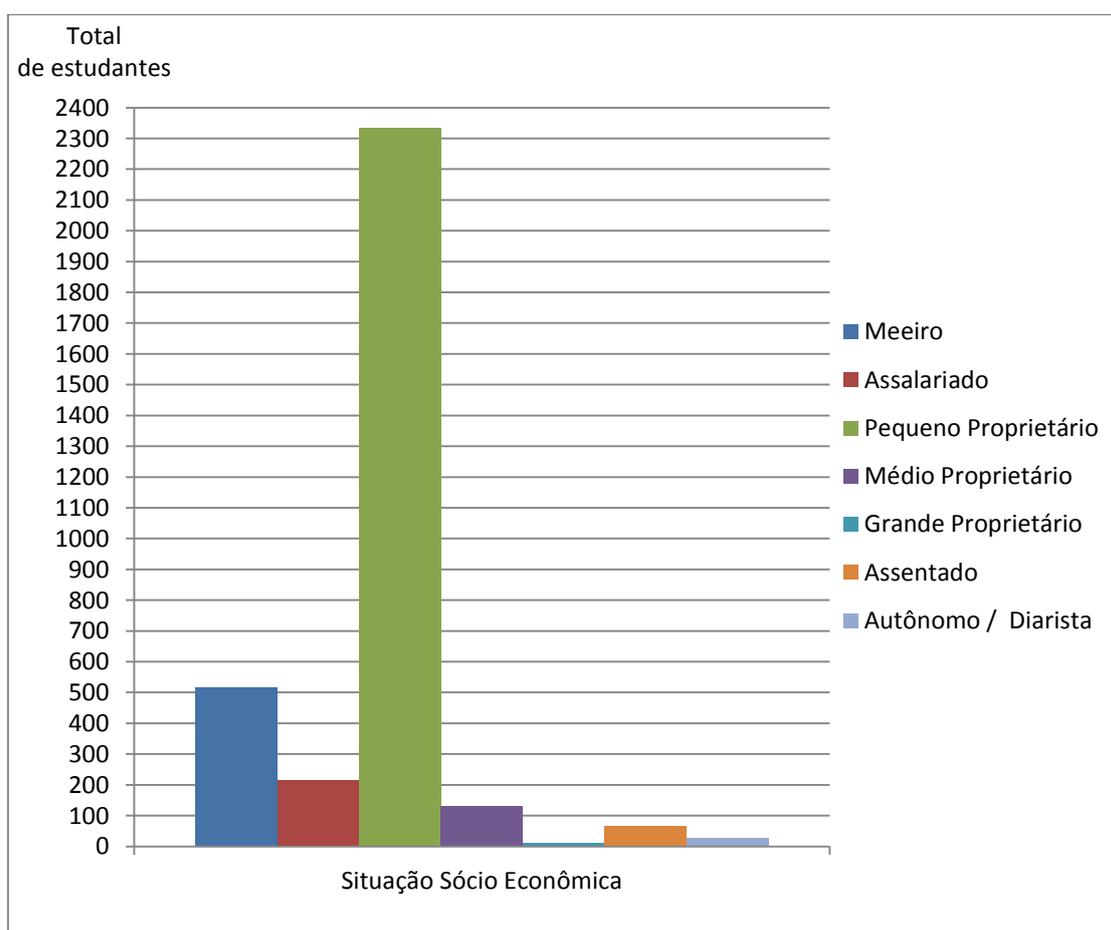
IMAGEM 12 - Fotografia aérea com destaque a área do CEFFA Bley: 2014.

A foto aérea acima se refere à área da propriedade da escola, que é cortada praticamente em sua metade pela rodovia ES-344. A escola, além de possuir estrutura física adequada para os estudos teóricos, possui também área destinada as atividades práticas relacionadas a agricultura e criações. Observe que no entorno da escola, predomina a cafeicultura em geral, além de uma considerável floresta nativa ainda preservada.

O CEFFA do Bley tem um papel estratégico para o fortalecimento da cultura e dos saberes campestres, uma vez que se localiza próximo às áreas de pequenas propriedades no Noroeste do Estado. Atualmente, a escola forma os estudantes com o curso técnico de Administração Rural e Agropecuária com ênfase em Agroecologia.

Com base nos Relatórios Finais obtidos no arquivo da escola, sistematizamos os dados referentes a comunidades atendidas por município e a situação socioeconômica de cada família dos estudantes matriculados entre os anos de 1989 a 2013.

No que se refere a situação socioeconômica, a escola estabelece sete categorias, que em geral são: pequenos, médios e grandes proprietários, meeiros, assentados, assalariados e autônomos. A seguir segue dois gráficos, sendo que o primeiro é referente à totalidade de estudantes atendidos pela escola, do ano de 1989 a 2013, segundo a situação socioeconômica da família; e o segundo gráfico é uma evolução da presença dessas famílias no decorrer de pouco mais de duas décadas. Vale ressaltar que no ano de 2001 inicia-se o Ensino Médio Profissionalizante, o que permitiu um maior número de estudantes na escola.

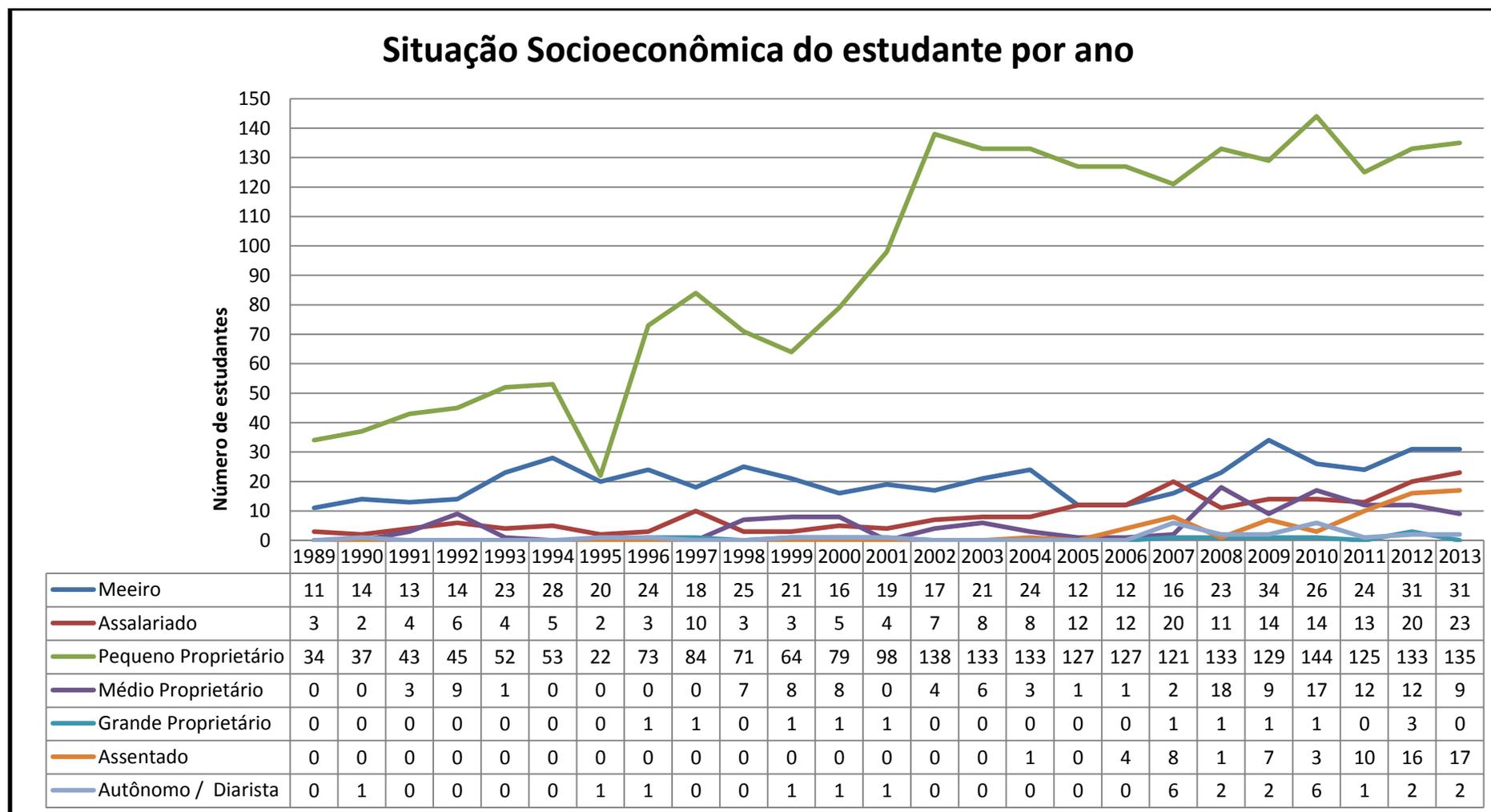


Fonte: Relatórios Finais CEFFA Bley, 1989 – 2013.

IMAGEM 13 - Situação socioeconômica⁴¹ das famílias atendidas pela CEFFA do Bley, 1989 – 2013.

⁴¹ A classificação da situação socioeconômica das famílias dos estudantes foram definidos conforme metodologia utilizada pelo MEPES para auxiliar na sistematização dos dados do matriculado. Escolhemos por manter tal classificação.

TABELA 7 - Situação Socioeconômica das famílias atendidas pela CEFFA do Bley, 1989- 2013.



Fonte: Relatórios Finais CEFFA Bley, 1989 – 2013.

Verificamos a predominância inquestionável de pequenos proprietários na composição do público atendido no CEFFA do Bley, representando cerca de 71% do público dessa escola nesse período de pouco mais de duas décadas. Relacionamos isso ao fato de que a escola encontra-se num território marcado pela presença do campesinato em pequenas propriedades, originadas basicamente durante a política de colonização e regularização fundiária iniciada na década de 1920, conforme apresentado no decorrer deste trabalho.

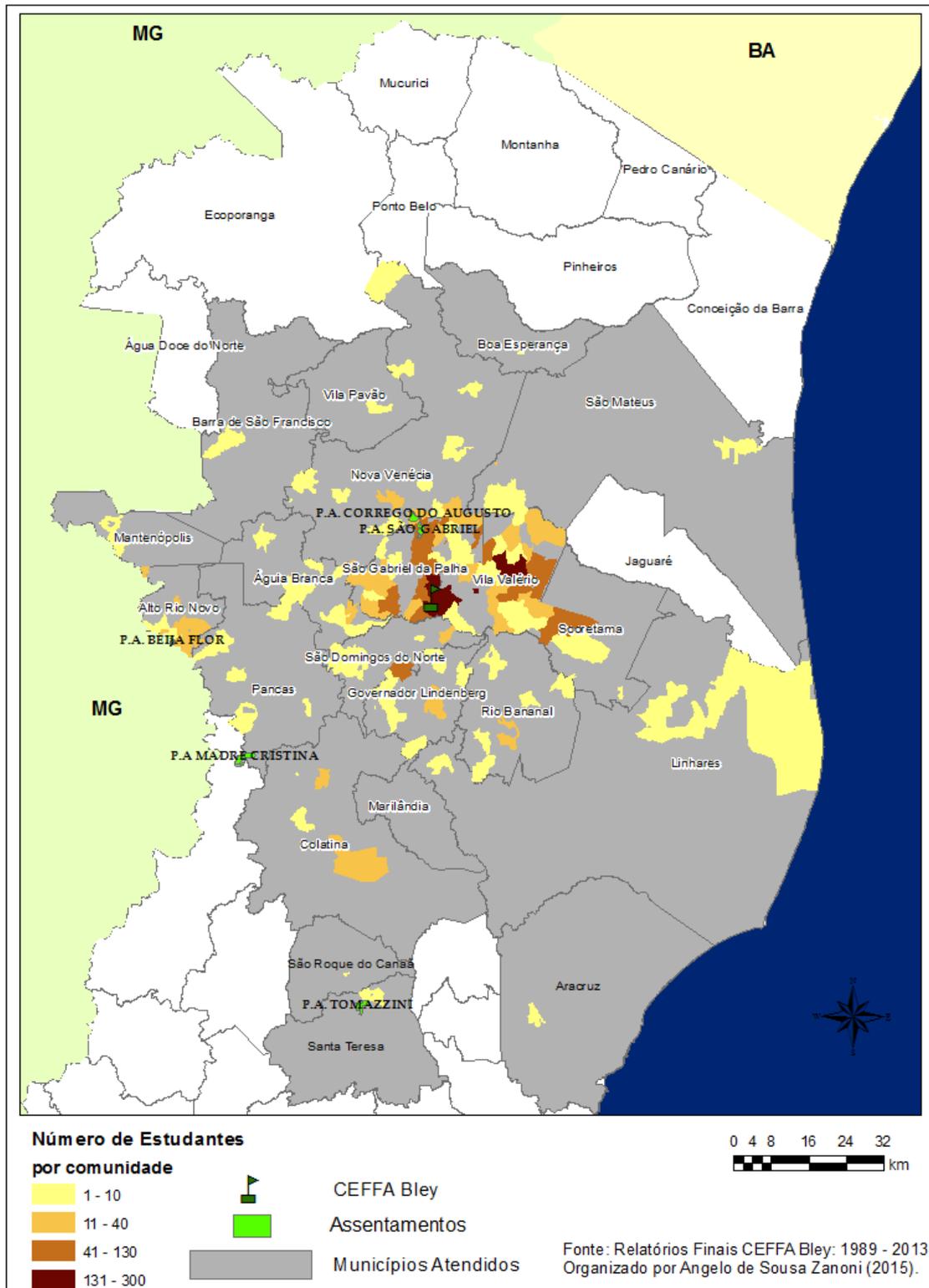
Em segundo lugar encontra-se a categoria de meeiro, como condição em que se encontra a família dos estudantes da escola. O meeiro é o trabalhador que divide a produção fruto do seu trabalho com o dono da propriedade o qual a disponibiliza, portanto, o meeiro oferece a força de trabalho, e o proprietário o meio de produção; ao final recebe parte da produção realizada pelo trabalhador em sua propriedade. Essa categoria representa cerca de 16% do público da escola com base no período analisado. Essa relação de trabalho ainda é fortemente presente na região, e que muitas vezes não é realizado a meia, mas sim a terça ou a quarta, porém, consideram todos esses trabalhadores como meeiro.

Os assalariados e médios proprietários somam pouco mais de 10% do público atendido na escola, com 6,5% e 4% respectivamente. Salvo poucas exceções, eles sempre estiveram presentes na escola. O assalariado está mais voltado para as atividades urbanas, enquanto os médios proprietários, em sua maioria, ainda continuam exercendo atividades agrícolas junto com sua família e mais alguns trabalhadores contratados, via salário ou por meação.

Os autônomos, diaristas e grandes proprietários não chegam a 1,5% dentre as famílias com filhos matriculadas. Os autônomos são trabalhadores de diversos ramos: motoristas, técnicos, pequenos empresários, etc. Já o diarista não possui uma condição estável em sua localidade, além de grande parte se concentrar na sede dos municípios. Já os grandes proprietários não são presentes em grande número naquela região, por isso, a inexpressividade de sua clientela. Como vimos, o capital não se territorializou a partir da concentração da terra no Noroeste do Espírito Santo, mas sim na monopolização do território.

Por último, os assentados somam 2% do público de estudantes atendidos pelo CEFFA do Bley. Essa categoria só aparece em 2004, fruto da luta dos trabalhadores sem-terra em busca de um pedaço de terra para cultivar a agricultura e seu trabalho. Com o aumento da conquista desses trabalhadores, a escola passa a receber um número cada vez maior de estudantes oriundos de assentamentos.

No Mapa 17, definimos a territorialidade do CEFFA do Bley com base nos dados referentes a comunidades de origem dos estudantes, também no intervalo entre 1989 a 2013. Com isso, podemos averiguar o alcance da escola e sua potencialidade permitida através do recurso metodológico utilizado: a alternância. A proposta é que se compromete a pedagogia da alternância anima e enriquece as práticas das famílias cujos filhos estudam ou estudaram em tal CEFFA. Não necessariamente as famílias vão seguir à risca o que os estudantes aprendem e veem durante a sessão na escola, mas já confronta-se com essas experiências através da vivência do membro da sua família, neste caso, o filho ou filha principalmente.



MAPA 17- Territorialidade do CEFFA Bley

Esse mapa afirmar a presença do CEFFA do Bley nos territórios camponeses, o que nos possibilita analisar o potencial que a escola possui e a importância da continuidade da apropriação dessa experiência educacional por parte dos camponeses. Dentre os assentamentos mapeados, apenas o P.A Três Pontões, localizado em Nova Venécia que não estão representado no Mapa 17, uma vez que os dados do GEOBASES só possui georreferenciados os projetos de assentamento nacional do INCRA, e os Três Pontões é um projeto de assentamento estadual.

A predominância de estudantes em comunidades no entorno da escola é compreensível pelo simples fato da curta distância percorrida, o que facilita o seu deslocamento. Alguns estudantes optam por não dormir na escola, mas esse número é bem reduzido quando comparado ao total de estudantes, porque mesmo morando em uma comunidade próxima, o término das atividades na escola impossibilita o deslocamento. Os ônibus oferecidos pela Prefeitura para levar e buscar os estudantes fazem esse serviço apenas no início da sessão na escola, ou seja, na segunda-feira, e no fim da sessão, na sexta-feira. Salvo os casos em que há visitas e viagens de estudos, que também estão assegurados os ônibus das prefeituras de São Gabriel da Palha e Vila Valério, especialmente.

Estudante oriundo de comunidades mais distantes, como exemplo, em Linhares, Santa Teresa, Aracruz, Boa Esperança, Barra de São Francisco, Alto Rio Novo, costumam a custear por conta própria a passagem com ônibus convencional, chamado “ônibus de linha”. Ou são deslocados pelos próprios familiares. Inclusive, entre os anos 2009 e 2013, o CEFFA Bley recebeu estudante advindo do estado de Minas Gerais, mais precisamente na comunidade Santa Eliza, do município de Cuparaque.

Com isso, as conversas e vivências realizadas durante as atividades de campo foram satisfatórias para investigar a forma pela qual a escola ultrapassa seus muros para chegar a diversas comunidades através dos jovens, possibilitando um enriquecimento das práticas agrícolas da família em questão.

Identificamos, então, quatro elementos apontados pelos membros da escola (estudante e monitores) que estão intimamente ligadas às práticas agrícolas

também apontadas pela família em sua propriedade. Tal ligação entre escola e família só é possível estabelecer por meio do da alternância enquanto instrumento educativo. Veremos a seguir como estão relacionadas, não apenas identificando aspectos positivos, mas também pontuando algumas dificuldades.

A) Educação apropriada para o campo – Escola do campo, campo da escola.

Valendo-se do princípio de que a educação do campo deve ser própria e apropriada pelo camponês, foram vários os momentos em que os entrevistados destacaram essa questão, tendo em vista que percebe-se uma educação mais interessante para seu modo de vida. A dinâmica permitida com a alternância faz com que as famílias percebam a importância que uma escola com essa experiência representa para seus filhos, para sua propriedade e até para sua comunidade. Um ex-estudante conta como sua família conheceu a escola e o motivo que fez seus pais colocarem todos os filhos para estudar em EFA foi exatamente pelo fato dos estudos serem voltados para o campo: *“meu pai foi lá, visitou e decidiu colocar o irmão (filho mais velho) e depois foi tradição de família já, terminava aqui e ia pra lá. Pra sair fora da rua, porque lá é um estudo mas voltado pra roça”* (Wesley, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

Quando se refere a *rua*, o ex-estudante está falando do centro urbano ou sede do município, onde encontra-se as escolas de ensino regular e de modelo convencional. Vários depoimentos de ex-estudantes e de pais de estudantes são de comparações entre os dois modelos de educação: o da escola convencional e o da escola do campo em alternância.

(...) meu filho, na escola estadual, tradicional né, ele não quis estudar lá mais, porque ele o que estudava lá não era o que ele queria, ele não se identificava com o que ele estudava ali. (...) Se fosse por ele, ele não ia estudar, ele queria só trabalhar na roça. Só que ai a gente vê que algum conhecimento a mais, não vai fazer mal não, só vai botar pra frente. Essa escola estadual lá eu falei que não ia forçar ele estudar lá não, porque ele não se identificava. Aqui tem um primo dele lá, que parou na 6ª também. O primo desse primo dele aqui parou também. O negócio deles é roça, é ir pra roça trabalhar. Pra você vê, na escola estadual teve a Semana da Família, onde o pai ou a mãe poderia ir lá na hora da aula, sentar alguns minutos ali, fazer

tipo uma visita pra ver. Aí eu fui um dia, fiquei lá um minutinho, fiquei lá vendo o estudo deles, e conversando algumas coisas também com a professora. E a gente comentou, eu falei que eu dava incentivo pra eles estudar, só que pra estudar né, porque tem menino que vai pra aula pra não trabalhar, não vai pra estudar. Ai eu falei que no caso se eles forem pra aula e eu tiver sabendo que eles estão lá não pra estudar, pra aprender, a primeira coisa que eu ia fazer era não mandar eles mais e botar eles na roça pra ajudar eu trabalhar. Ai a professora falou assim: “é Beatriz faz força pra estudar, porque Deus me livre de roça né?!” Só que assim, foi uma fala muito infeliz dela né, eu na hora eu não questionei nada, eu fiquei quieto, mas me deu vontade de perguntar ela de onde vem o que ela come no almoço e na janta. Mas, de repente ela falou sem pensar né (Sávio, entrevista realizada pelo autor, em 20/11/2014).

A fala acima é de um pai de um estudante da 7ª série do CEFFA Bley, e que hoje o filho está muito incentivado com os estudos, no qual tem se empenhado em projeto voltado para apicultura. Abelhas sempre teve uma atenção especial da sua família, desse o seu bisavô e hoje, ele mais o pai além das lavouras, horta e criações, estão bastante motivado com a extração do mel, principalmente após alguns aperfeiçoamentos técnicos aprendidos em curso e na escola.

Uma monitora do CEFFA Bley, que também foi estudante dessa escola, também nos relatou de sua experiência na escola convencional, onde teve que estudar um pequeno período, pois ainda não havia inaugurado o Ensino Médio no CEFFA Bley.

(...) estudei 08 anos aqui. Me formei aqui na 8ª série, não tinha previsão de ter o ensino médio aqui, aí eu fui estudar lá no Valério. Aí eu cheguei lá, no primeiro dia, Deus me livre, que trem muito estranho, aquela bagunça, aquela desorganização, me senti um peixe fora d'água lá dentro. Dentro do Valério ali, mas aquilo era a coisa mais estranha do mundo. E aquela dinâmica de entrada e saída, de professor, e sinal que batia e a movimentação dos estudantes, do jeito de sentar na cadeira. Nossa... aquilo pra mim era horrível. Aí, depois de uma semana que eu estava lá, ai abriu a possibilidade de ter aqui o curso médio. E tinha prova de inscrição, prova escrita mesmo, pra poder vir pra cá. E eu morrendo de medo se ia passar, ou se não ia passar. Fizemos a prova lá naquele terraço. Aí eu fiz a prova e ai eu passei, fiquei feliz da vida que passei (Mônica, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

Trouxemos esses dois casos sem o objetivo de mostrar que a totalidade dos estudantes do meio rural prefere estudar sob a experiência da alternância. A ideia é mostrar que muitos pais e estudantes preferem os estudos em EFA especialmente devido a proposta educacional. Não é objetivo de a escola fixar

o estudante no campo, mas que o possibilite a enxergar as possibilidades que o campo possui, o potencial que o campo tem e, além disso, prepara-los para a realidade social como um todo, e não apenas do campo.

(...) não é o passar o conhecimento, mas é o aprender a aprender, então os estudantes vai aprender a buscar as fontes do conhecimento, vai aprender a entender como é que funciona pra poder explicar esses fenômenos depois. (...) Ele aprende a fazer essa busca, ele consegue apreender o conhecimento nesse sentido, não fica só ali decorado, não é um processo que está ali temporário e depois some, é algo que ele vai levar para o resto da vida (Herick, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014).

Outro pai de estudante do CEFFA Bley conta da experiência em receber estagiários da escola em sua propriedade. Isso é permitido devido um instrumento pedagógico-didático por meio de uma disciplina de Estágio Supervisionado. É uma disciplina obrigatória para a formação no Ensino Médio Profissionalizante. Os estudantes escolhem ou recebem uma indicação de estágios que podem ser em diversas instituições: consultoria, cooperativa, associação, movimento social, órgão público, e também na propriedade de famílias parceiras da escola, como é o caso dos pais de uma estudante do CEFFA Bley que recebe estagiários periodicamente em sua propriedade.

(...) outra que contribui bastante também é essa dinâmica do estagiário, por exemplo, aqui passa muito estagiário da EFA. Então eles acham que aprendem, mas eu faço o processo do chupim, porque eu sugo dele muito mais do que eles de mim, mas não sei se eles percebem isso né, porque eles trazem uma riqueza muito grande pra cá. (...) é trabalho prático, trabalho teórico, das sete da manhã às dez da noite, eu não dou mole pra eles e nem eles pra mim. Mas então assim, eles trazem uma riqueza muito grande desde as formas de como se aplica lá as práticas, de como se aplica as disciplinas, de como se aplica os planejamento, porque a escola ensina tudo isso, ela proporciona esses espaços (Vitor, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014).

Esses exemplos mostram como essa experiência educacional com base na realidade social vivida pelos estudantes e sua família, permite que a escola seja própria para os camponeses, pois se baseiam essencialmente em situações concretas do seu cotidiano. Ao mesmo tempo, é apropriada por esses sujeitos, porque eles percebem que a proposta educativa é enriquecedora para sua família e para sua propriedade, é uma proposta adequada ao seu modo de vida.

Um dos desafios apontados referente a esse tipo de estudo foi colocado por um monitor. Segundo ele, há muitas coisas que já avançaram, experiências sendo construídas, mas também há outras que devem ser aperfeiçoadas. Para MON2, entre dois desafios que essa educação tem que enfrentar é a gratuidade da escola e a continuidade dos estudos.

A gratuidade por conta que a escola pede uma contribuição para cada sessão, no valor de R\$25,00. Como são duas sessões por mês, as famílias dos estudantes contribuem com R\$50,00 mensal. Parece pouco, ainda mais que os estudantes possuem um regime de alimentação composto por cinco refeições diárias que, no final de uma sessão/semana, são aproximadamente 25 refeições. Existe outras formas de contribuir, oferecendo alimentos ou outros serviços à escola, mas, na opinião desse monitor:

Outro desafio que diz respeito a esse também, é conseguir fazer essa gratuidade do estudo, com apoio principalmente do poder público. Isso está começando a acontecer, por exemplo, o estado hoje fornecendo merenda escolar, chegando recursos não financeiros, mas só na contribuição da alimentação a gente já consegue reduzir um pouco os custos. Quem sabe não chega um momento que a gente não precisaria dessa contribuição da alimentação junto às famílias. (...) Garantir uma escola de qualidade, a gente consegue, agora garantir uma gratuidade, ainda não consegue, a gente ainda não conseguiu fazer isso (Herick, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014).

O desafio referente a continuidade dos estudos é posto pelo monitor devido a saída dos jovens para cursar a graduação em escolas, faculdades e universidades que não possuem a alternância como experiência educativa. Segundo ele, muitos estudantes se formam no CEFFA do Bley e ajudam na produção agrícola da propriedade familiar; porém, caso o estudante decida continuar os estudos, cursar uma graduação, ele precisa se ausentar de forma mais permanente da propriedade e, em geral, da terra.

(...) os estudantes hoje, muitos quando conclui o curso, eles se veem com disposição para encarar um curso de graduação, por exemplo, mas não existem graduações com a mesma proposta pedagógica no sentido da alternância, para garantir a esse estudante que tenha seu período junto a família e o seu período de formação, como acontece aqui no CEFFA por exemplo. Ou o estudante tem que ficar integral, como aconteceu com uma família nesse ano passado, um ex-estudante conseguiu entrar no IFES, de Santa Tereza, fazer agronomia, que era um sonho dele e da família, e conseguiu uma bolsa, um auxílio. Dá pra ele se manter lá, da pra ir e vir, mas é

integral. Então ele não tem mais o contato com a família de fato. Então isso aí vai propiciando certo afastamento. Se a gente conseguisse ter uma facilidade do acesso, na continuidade do estudo, não só no campo da agricultura, como por exemplo, uma agronomia ou uma veterinária, mas nos cursos que no meio rural faz falta, por exemplo, falta advogado no meio rural, falta um médico no meio rural. Então se o acesso a esses cursos fossem facilitados, e também a manutenção dessas pessoas nesses cursos fosse também facilitada, seria muito vantajoso para o mundo rural (Herick, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014).

Os desafios sempre vão existir, as experiências surgem para superar isso. A própria alternância é uma experiência que surgiu como alternativa aos modelos de educação e de fortalecimento do campesinato em sua terra. A experiência de Licenciatura em Educação do Campo, por exemplo, mostra-se como um avanço na tentativa de superar essa dificuldade encontrada. Claro que muito tem que ser aperfeiçoado e outros cursos serem criados, mas já se mostra como um passo dado em busca dessas alternativas.



Representação do campo nos muros da escola. O campo diversificado e os jovens estudantes. Desenhos de autoria escolar. Registro do autor: em 10/11/2014.

IMAGEM 14 - Pinturas no muro do CEFFA Bley



Dependências do CEFFA Bley. À esquerda, o pátio, que serve como secador de café e mesas de estudos; à direita horta produzida pelos estudantes e monitores do CEFFA. Registro do autor: em 10/11/2015.

IMAGEM 15 - Área física do CEFFA Bley

B) Agroecologia no plano de curso – Troca de saberes

Caporal et. al. (2006) afirma que a Agroecologia se apresenta enquanto uma ciência integradora com os saberes populares:

(...) reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local” (CAPORAL et. al., 2006, p. 02).

No município de Pancas, um camponês retrata esse diálogo de saberes proporcionado pelo CEFFA do Bley, e dessa forma não se coloca em um conhecimento inferior, mas que complementa as informações técnicas oriundas da escola:

(...) uma é a questão técnica né, porque querendo ou não, hoje na roça a gente aprende a questão do nosso jeito né, mas só que a gente vê que tem muita coisa que tem que ser aprimorada, tem que buscar novas técnicas né. Porque muitas coisas você não pode abandonar o que vem trazendo né, a cultura ali e algumas formas de agricultura, agora tem algumas coisas que deve ser aprimorada. A mesma coisa a questão do café, na nossa época se fazia uma mudinha ali, um burquinho de enxadão, se plantava, com dois anos você tirava o café já, não precisava irrigar, podar, adubar nada. Só que se fazer isso hoje, você não colhe café (Sávio, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

Portanto, o diálogo de saberes é fundamental para se construir os princípios e conceitos da Agroecologia, ou seja, não se restringe apenas ao saber técnico e científico, mas também ao saber popular local – uma forma de descolonizar o pensamento. Um dos monitores do CEFFA do Bley explica a forma que a Agroecologia está sendo trabalhada dentro da escola da seguinte forma:

A escola, na verdade, prega a agroecologia em todos os momentos, tanto nos momentos de estudos, nas aulas, nos conteúdos que são passados, como nas práticas agropecuárias que temos, nas atividades práticas. Por exemplo, na propriedade da escola a gente não utiliza o agrotóxico, cultiva de uma forma mais natural. Então o uso é das caldas que a gente prepara, uma coisa mais alternativa vai estimulando essa prática. E nas atividades de estudo também. A escola está preocupada com esse modo de cultivar, seja um modo que respeite mais a natureza, e com isso vai respeitar o próprio ser humano, que a gente vai poder se alimentar de um produto mais saudável, e diminuir essa questão da degradação do meio ambiente, da poluição, buscando preservar o meio ambiente para outras gerações. Acho que a maior preocupação é nesse sentido. E de mostrar também que é possível a gente produzir de forma mais alternativa, no caso a forma agroecológica. Porque a gente ouviu muita gente falando que “ah, só produz se usar veneno”, acho que a ideia é desconstruir um pouco essas questões que são faladas por aí e que não são verdadeiras, porque na prática a gente vê várias pessoas que conseguem fazer esse cultivo de uma forma diferente (Jeremias, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014).

Outros monitores também expõem sobre o ensino da Agroecologia no CEFFA do Bley, localizando a Agroecologia no conjunto da proposta educacional, e não apenas no campo da agropecuária:

Uma das coisas que diferencia a nossa escola das outras escolas que também são técnicas agrícolas, é que aqui é voltada para a agroecologia, diferente de uma agrotécnica, que as técnicas agrícolas são voltadas para o uso de adubo químico, o uso de produtos químicos voltados para pragas e doenças, tanto que lá eles aprendem a fazer o receituário agrônomo, aqui não se aprende a fazer esse receituário (Mônica, entrevista realizada pelo autor, em 18/11/2014).

(...) a visão da agroecologia não está só no não usar veneno, mas no ser justo e solidário. Ser justo socialmente. (...) Então a agroecologia, ela é muito mais do que produzir sem veneno. (...) Outro ponto interessante que a agroecologia que a gente trabalha é no sentido dos estudos, não é o passar o conhecimento, mas é o aprender a aprender, então os estudantes vai aprender a buscar as fontes do conhecimento, vai aprender a entender como é que funciona pra poder explicar esses fenômenos depois. (...) Então o processo da agroecologia, também passa por esse lado, pelo campo da educação no sentido mais amplo. Os próprios estudantes de organizarem, por exemplo, você pegar uma estrutura grande e não ter um servente pra poder varrer, passar um pano. Os próprios estudantes se organizando pra poder lavar a louça, lavar o seu banheiro, isso é fantástico. Você não ver isso em lugar nenhum no mundo, não nessa

amplitude toda. É uma condição muito especial. É isso que a agroecologia proporciona pra gente, esse nível de aprendizado (Herick, entrevista realizada pelo autor, em 13/11/2014).

Verificamos essa prática educativa ligada Agroecologia desde 1985 através de um relatório final datado de 1985, onde havia um texto escrito por um estudante do 2º ano do CEFFA do Bley.

A Escola Família procura conscientizar os agricultores da importância da terra. (...) Essa escola é como uma família, ensina homens e mulheres a cuidarem de suas vidas e trabalharem com a agricultura, ensina a não usar agrotóxicos, que prejudicam tanto a vida de quem cultiva e até a dos consumidores (Juliano, 1985, s/p.)

Interessante notar que a década de 1980 ainda encontrávamos em um período de forte expansão do pacote tecnológico moderno e sua grande propaganda e divulgação de produtos químicos, insumos, maquinários, etc. Dessa forma, as famílias recebem um forte apoio para investir nesse modo de produção agroecológico. A Agroecologia é, portanto, um dos canais de ligação entre a prática educativa do CEFFA Bley e a prática de agricultura da família; estão em constante diálogo.

(...) tem um monitor que eu tenho um respeito muito grande por ele, todos eles, mas um monitor que agora está aposentado, que é o Carlão, que pra mim é um dos maiores agroecólogos do estado. De vez em quando eu ligo pra ele e falo: “ai Carlão estou com esse probleminha aqui”, a análise de solo da minha propriedade quem olha é ele; é ele quem faz o acompanhamento da análise de solo. Quase não vem aqui, mas minha propriedade vai até ele. Então é essa relação, por exemplo, o Jaime mesmo, “Jaime, isso aqui..”, “não isso aí você vê com o Son, porque eu não manjo nessa área não” Então é essa relação que a gente constrói que vai proporcionar a gente a avançar aqui na propriedade, no método, no enfrentamento nas chamadas crise que a gente atravessa dentro do contexto produtivo da propriedade (Vitor, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2015).

(...) deixa eu te falar um exemplo, nós tínhamos um probleminha na roça aqui, no café, ou na horta, que nós trabalha com horta também, criação... a menina ia pra escola e lá, os nossos companheiros lá, passava pra ela o que tinha que fazer, e ela voltava embora e trazia o resultado pra nós. Então a influência da escola com a família foi um grande negócio. Aí tem o Ednaldo, o Jaime. Hoje tem um monte mais novo, mas no início quando ela estava lá tinha um monte de monitores, tinha o Carlão. Eita trem sô! Nós ligava pra lá, ele já falava o que a gente tinha que fazer, qual calda você vai usar, essa é bom aquela não é. Funcionou direitinho. Esse foi um modo que a escola ajudou a família né. E ajuda até hoje, se nós não conseguir aqui, nós vamos lá e consegue até hoje (Túlio, entrevista realizada pelo autor, em 11/11/2014).

As falas das famílias entrevistadas mostram o quão próximo a escola pode estar de sua propriedade, o aumento do número de estudantes nos últimos anos, tem dificultado o acompanhamento *in lócus* dos monitores nas propriedades e comunidades da família. Não abandonaram essa prática, porém, tem se tornado mais difícil, pois a quantidade de monitores e as atividades desenvolvidas não permite a ausência constante da escola. A troca ocorre por meio de formação e encontros; por telefonemas; nas visitas às comunidades, mas principalmente via estudantes, seja por orientações avulsas, seja através do Plano de Estudo.

Também não podemos colocar a prática agroecológica no conjunto total das famílias atendidas pelo Bley. Muitas famílias ainda produzem no formato convencional expandido durante o período da modernização agrícola. O café continua sendo o carro-chefe de muitas famílias. O jovem que está inserido na escola tem a possibilidade de observar e ver situações concretas nas quais agricultores, semelhante aos seus pais, estão produzindo de forma alternativa, isto é, agroecológica, e tendo resultados muito satisfatórios. A dificuldade encontrada por esses jovens estudantes é que, em geral, a pequena propriedade da sua família não o permite um experimento de grande porte, ou pior, não há muita aceitação ou falta espaço para cultivar essa ideia na família. Ainda há um paradigma de que produzir sem veneno é inviável. Esses jovens, ao ver experiências concretas, tiveram a possibilidade de conhecer uma realidade diferente que a de sua família e, dialeticamente, confronta os diferentes modos de produzir. Isso ele leva para a vida, pois, mesmo se sua família ou ele próprio continuar a produzir de maneira convencional, ele sabe que existe outra forma de se fazer agricultura. É o que demonstra a fala da monitora e ex-estudante do CEFFA Bley, J28:

(...), quando eu estudava né, nós tínhamos colegas lá que a família tinha uma experiência muito convencional, e o estudante queria fazer de forma diferente e não tinha essa abertura na família. E hoje, já conhecendo eles como agricultores, com mais autonomia na terra, eles tem um pensamento mais agroecológicos, e buscam fazer de um jeito mais alternativo. Engraçado que tem pessoas que usam o veneno e defendem o veneno; quem passa pela EFA pode até usar o veneno, mas não defende o veneno, porque já é um pouco diferente né, já é um passo pra ir buscando outras técnicas, outros jeitos. E se for pensar assim, tem uma coincidência muito grande, porque a maioria das famílias que trabalham de um jeito mais agroecológico são famílias que tem relação com a EFA. (...) os momentos de

estudo de agricultura, são mais voltados pra parte de agroecologia, os estudantes vão vendo jeitos diferentes de trabalhar a terra. A gente faz viagem de estudos, aí os estudantes vê que tem agricultores que estão conseguindo colocar na prática aquilo que se estuda lá em agricultura, e que parece que está estudando algo impossível, aí vê isso acontecendo né, vai de fato provando que um outro jeito de trabalhar agricultura é possível (Mônica, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

Portanto, diante dessas falas, podemos ter uma noção de quão forte a ideologia desenvolvimentista inserida dentro do processo de industrialização e modernização agrícola chegou a população camponesa. Quando não estava direcionada a expropriação das terras camponesas, esse processo esteve direcionado para subordinar a agricultura camponesa em relação ao seu mercado: a jusante da produção, através dos insumos agrícolas, agrotóxicos, créditos fundiários; e a montante da produção, através da comercialização desses produtos. Entretanto, são varias famílias que estão tomando um caminho oposto. A diversificação, que está intrínseca a produção agroecológica, é outro elemento que permeia a proposta educacional e agrícola neste território camponês.



Visita de estudos em propriedade camponesa de sistema agroecológico. Registro do autor: em 11/11/2014.

IMAGEM 16 - Visita de Estudos



Produção agroecológica de pais de estudantes do CEFFA Bley. Registro do autor: em 12/11/2014..

IMAGEM 17 - Produção agroecológica de famílias de estudantes.

C) Plantar um pouco de muito - Diversificar rende mais

A diversificação da produção agrícola também foi apontada como uma saída da posição subalterna que o mercado capitalista submete o campesinato. Por isso, “plantar um pouco de muito” é uma orientação que tem sido pontuada nas práticas educativas. Em entrevista realizada durante pesquisa realizada pelo NEPEA, um monitor afirma que *“a agroecologia se mostra diferente em diferentes lugares e um ponto positivo para a transição agroecológica, na realidade do entorno da escola, foi o modo de pensar a produção”* (Alberto, entrevista realizada pelo autor, em 05/2011). Ao conversar um pouco mais ele explicou que:

“Antes, o agricultor plantava pra vender, e comprava pra comer. Há oito anos atrás era esse o retrato. Fizemos um diagnóstico: e constatamos o alto uso de veneno, adubo químico muito forte e monocultura. Então a partir daí, começamos a pensar nesse sentido: Um primeiro aspecto: temos que voltar a produzir alimento. Porque? O dinheiro que você deixar de gastar é economia da família, porém o mais importante é produzir alimento saudável, que vai garantir saúde pra você no dia-a-dia. É você produzir a própria alimentação e comprar o mínimo possível. Outro aspecto foi produzir diversificado. Porque depender só do café? Se você planta só café, porque não plantar banana, cacau ou o porco, pra não depender só do café?! Trabalhamos então na escola com os estudantes, famílias e agricultores e iniciamos um trabalho junto com o MPA. Fizemos um curso com agricultores, em oito módulos. Eram 25 agricultores.

Essa lógica mudou muito. Aqueles que plantavam, café, começaram a plantar banana, feijão, criar galinha. E agora planta-se para comer,

vende-se o excedente e compra-se o que falta. Isso diversificou a produção (Alberto, entrevista realizada pelo autor, em 05/2011).

Quanto às famílias, ao serem perguntadas sobre os cultivos realizados, todas mostraram cultivar uma variedade de alimentos, sendo que apenas duas tem ainda uma forte relação com a produção cafeeira, embora também cultive outras lavouras, hortaliças, criações de animais, etc.

Nós falamos em diversificação. Aí nós temos café, com mandioca, banana, tomate, repolho, pepino, salsa, couve. Está tudo espalhado pelo meio do café afora, tudo embolado. Ai quando o café cresce . Nós estamos nós vamos lá na frente e arranca e começa tudo de novo. Pra sempre ter. Nós estamos com 12 anos aqui praticamente, morando aqui e nós estamos verdura desde o início e nunca acabou; sempre trabalhando com ela (Túlio, entrevista realizada pelo autor, em 12/11/2014).

A gente trabalha com café, pimenta. As criações tem porco, galinha, peixe. Cultivo de roça branca né, cultivos anuais, feijão, milho, hortaliça, aipim. Questão de hortaliça, em geral, cada determinada época do ano vê qual o tipo ideal pra plantar, aí planta. Sempre aproveitando a área, ai tem a área de pimenta que eu plantei, ai planta no meio, que ai aproveita aquele local, aproveita irrigação, mão-de-obra, aproveita tudo (Ricardo, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

(...) dentro da horta nós temos uma diversificação, pega desde o tempero até os legumes: alface, salsa, coentro, espinafre, cebolas, couve, almeirão, cenoura, beterraba, tomate, inhame, quiabo, pepino, melancia. Então tem uma infinidade de coisas diversificadas. Aí tem também a pimenta, o café, a banana, tem o coco, o cacau, citros, tem umas criações de pequeno porte de galinha, porco. Acho que é isso. Cana, frutas, ervas medicinais. E pra mim o que é mais importante que isso, é o ar. Dificilmente as pessoas relacionas com a produção de ar e água. Eu faço questão de relata nas minhas experiências, que aqui a gente tenta produzir ar, e tenta produzir água. Produzir água é você reflorestar, é você conter a água que cai, lá nas bacias geográficas, nas topografias que você tem na propriedade, não é só represar que vai conter água, fazer reservatório. Então aqui pra mim, esses dois elementos produtivos eles são importantes. Aí você vai ver depois aonde está isso. Aí tem jaca, abacate, manga. Tem ameixa, tem acerola. Arroz, feijão. (Vitor, entrevista realizada pelo autor em 17/11/2014).

Um ex-estudante do CEFFA Bley contou a importância de sua escola não só para a permanência no campo, mas também na ideia de diversificar a produção em sua propriedade, retirando a dependência exclusiva que sua família tinha com o Café Conilon:

Se não fosse a EFA lá voltada pro campo, eu acredito que isso aqui pelo menos a terra a gente já tinha vendido já, saído pra procurar trabalho na rua, procurado emprego. Não estaríamos na roça mais não. Ou então estaríamos só na monocultura do café mesmo, que se acontecesse alguma coisa de queda ia quebrar todo mundo, porque não ia ter outra coisa sustentando a roça. No caso hoje o café pra

mim por exemplo, eu não preciso de vender ele pra colocar de volta no café, comprar um adubo, pagar uma diária, tem como pegar de outro recurso que eu planto outra coisa, dá pra sustentar, e o café sobra livre (Ricardo, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

A diversificação é importante, primeiramente, para a alimentação da família, o excedente é comercializado em feiras livres, Mercado Popular de Alimentos, pelos programas de governo como a política do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Algumas famílias só iniciaram a diversificação porque encontrou na comercialização direta a vantagem para essa experiência.

(...) descobrimos que a diversificação é importante, pela questão da alimentação da família, e também depois surgiu a ideia de começar uma feira. Ai começamos uma feira em 2001. Ai então também faz parte né, pra você fazer feira tem que ter uma diversidade de alimentos. Então é isso, primeiro é alimentação da família e depois a feira, e a diversificação como um meio de ter um dinheirinho a mais né, fora de época, o café é de ano a ano né (Júlio, entrevista realizada pelo autor, em 11/11/2014).

Contribuiu bastante, porque antes da EFA só tinha a visão de plantar o café, só tinha essa visão. Aí depois que as pessoas foram passando por lá, foi procurando novos meios de comercialização, foi passando pelas entidades como sindicato e o MPA, e foi dando abertura nesse caminho né. Aí foi plantando outros tipos de coisa, hortaliças, por exemplo, era pouca gente que plantava aqui, não tinha comercialização. Aí essas pessoas que se formaram lá, são pessoas que estão procurando novos caminhos de conseguir comercializar, vender os produtos. Aí está podendo plantar, diversificar mais a propriedade, que fica mais na roça mesmo, que dá mais opção de ficar na roça do que procurar emprego fora (Ricardo, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

Portanto, podemos dizer que a produção diversificada está intimamente ligada a possibilidade encontrada para comercializá-la. Numa região em que o mercado cafeeiro dita as regras, os camponeses, para saírem dessa armadilha, buscam uma alternativa para comercialização de seus variados alimentos. Dessa forma, adquire autonomia sobre sua produção e sobre seu trabalho, o que não é possível caso a propriedade esteja direcionada única e exclusivamente para um mesmo produto, monopolizado pelas grandes empresas.



Propriedade camponesa com produção diversificada (lado esquerdo) e propriedade com monocultivo do café (lado direito). Registro do autor: 12/11/2014.

IMAGEM 18 - Diversificação x monocultura



Produção diversificada: o café consorciado com a couve, banana, abacaxi, tomate, etc; e produção de mel também dentro a produção camponesa. Registro pelo autor: 20/11/2014.

IMAGEM 19 - Diversificação da produção



Propriedade camponesa. Do lado de cá, de onde se tira a fotografia, observamos a presença de árvores nativas e frutíferas, café, banana, etc. Do lado de lá, na propriedade vizinha, a vertente está tomada pelo verde do café conilon. Registro do autor: em 17/11/2014 .

IMAGEM 20 - Diversificação x monocultura I: 2014.



Imagem aérea relativa a foto anterior, onde a propriedade circundada pela cor vermelha refere-se a propriedade camponesa visitada e de onde fotografou-se a foto anterior. A propriedade de amarelo refere-se a propriedade vizinha, onde o dono tem trabalhado a monocultura do café conilon.

IMAGEM 21 - Imagem aérea: monocultura x diversificação: 2014.

D) Comercializar direto – Você paga menos, e todos nós ganhamos mais.

Como vimos no decorrer deste trabalho, o capital se instalou no Noroeste do Espírito Santo, sobretudo através da monopolização desse território. Essa monopolização se dá por meio do controle da circulação dos produtos, onde a comercialização é a peça chave para o grande capitalista. Portanto, o plantio de café sempre terá um mercado certo para vender, pois o capital se apropria exatamente desse mercado com base nos *commodities*. No Noroeste do Espírito Santo, o que não falta é compradores de café. Acontece que o produtor não possui garantia de preços satisfatórios sempre. Se houver uma superprodução, os preços caem, prejudicando àqueles que produzem, ainda mais se o produtor fizer um investimento com todo o pacote tecnológico oferecido pelas empresas do ramo. Durante o trabalho de campo, observei que ao chegar a época da colheita, geralmente os preços do café caem, porque há grande oferta no mercado. Nesse caso, os agricultores que plantaram o café e possuem um galpão adequado para estocar as sacas de café, preferem esperar o período entressafras para vender seu café, tendo em vista que nesse período o preço da saca costuma subir. Por outro lado, àqueles que não possuem um lugar adequado para estocagem, ou possuem contratos a serem pagos com as fornecedoras de serviços e produtos para lavouras de café (adubos, assistência técnica, agrotóxico, etc.) precisam vender as sacas, ou parte dela, logo após a colheita.

Um exemplo emblemático foi fornecido por um camponês durante uma entrevista realizada em sua morada. Ao ser perguntado sobre a produção do café conilon na propriedade, o mesmo respondeu que produz o café consorciado com vários outros cultivos de hortas, e que o café conilon *“está em praticamente terceiro lugar hoje. O que a gente faz de horta e as coisas que ela faz dentro de casa dá mais que o café”*. Portanto, ele não é o principal produto de sua propriedade. A horta, os produtos beneficiados e a criação, da qual ele destaca na entrevista, é vendida em feiras livres e no Mercado Popular de Alimentos. O café é vendido para a Coaabriel, *“mas é hoje, uma espécie de poupança, o que vier é lucro”*. A dependência do café não é negócio para o camponês, conforme ele nos exemplifica:

O rapaz aqui colheu 80 sacas por hectare e sobraram 30. Nós colhemos 32 e sobraram as 32. Eu não tive gasto. Então não adianta você colher um montão e começar a dividir com a Escelsa, da energia né, da bomba, divide com a Cooabriel, que é o veneno, o adubo, e por ai vai né. Dá mais da metade pra eles. Em média 60 a 70% fica com a Cooabriel que volta no outro ano (Túlio, entrevista realizada pelo autor, em 11/11/2014).

Um outro camponês conta um drama que sua família viveu quando há muitos anos investiu apenas na produção do café conilon:

Teve um ano ai que papai colheu o café, o café vinha a 40 reais a saca, aí eu sei que ele colheu o café e no outro ano deu mal pra pagar as despesas de casa aí depois precisou comprar o ano todo fiado de novo. Só tinha o café na época. Aí tinha que trabalhar a dia, largava o serviço da terra pra trabalhar a dia, pra conseguir estudar, pagar lá a mensalidade. Na época dia de serviço era oito reais, lá a semana também era oito. E tinha dois anos que nós estudemos lá, que estavam os quatro estudando, aí como é que fazia? Foi sofrido, trabalhava fora no dia de semana e no final de semana, sexta depois de meio-dia e sábado, pegava a bicicleta, minha avó fazia broti, e saia vendendo, broti, verdura e saia vendendo pra consegui pagar (Ricardo, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

Conforme um monitor do CEFFA Bley, as práticas educativas estão relacionadas para os estudantes entenderem que a saída para produzir diversificado e de maneira agroecológica. Em viagens e visitas de estudos, os estudantes verificam na prática o sucesso que outros agricultores possuem realizando a agricultura dessa forma, e buscando alternativas para sua produção, principalmente tendo o domínio de todo o processo produtivo, da produção até a comercialização: “(...) hoje, tem algumas família que com menos de um hectares no ano faz cerca de 24 a 26 mil reais entregando alimento, como por exemplo verdura, algumas frutas” (Herick, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014). Essa entrega de alimento a qual ele se refere é a comercialização via PAA e PNAE que, como veremos, também está se inserindo fortemente nas práticas de comercialização do campesinato.

Dessa forma, o mercado cafeeiro está na forma monopolista do capital. Até mesmo aqueles que produzem de maneira diversificada, mas que também plantam o café, acabam por vender este para atravessadores. Porém, nesses casos, a relação com a venda desse produto não é de dependência, mas sim uma frente de comercialização a mais, conforme algumas conversas foram indicando.

Feira, Mercado Popular, e os programas como PAA e PNAE, isso na produção de alimentos. Na produção de café e pimenta, que também é alimento, mas que não está sob nosso controle, aí é o atravessador, que tem ainda esse controle sobre nós, infelizmente. Cacau, a gente faz o doce e vende na feira, o mamão, enfim... (Vitor, entrevista realizada pelo autor, em 17/11/2014).

Temos como a principal fonte de comercialização o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, através da CONAB. A CONAB repassa o dinheiro pro MPA e a gente entrega para as famílias carentes do município e para as escolas. Tem o PNAE que é a merenda escolar. (...) O café e a pimenta é pra atravessador, a cooperativa né, cooabriel, a coopave também ta nop valério agora. A pimenta é atravessador da região. Deve ter uns 20 ou 30 compradores (Ricardo, entrevista realizada pelo autor, em 19/11/2014).

O PAA e o PNAE são políticas públicas promovidas pelo governo federal para obtenção de alimentos em quantidade e de qualidade oriundos da agricultura familiar⁴². O PAA está intimamente ligado ao Programa Fome Zero do governo federal, no sentido de enfrentar a fome e a pobreza no país. Esse programa favorece a compra direta dos alimentos produzidos pela agricultura de base familiar e de suas organizações, sem necessitar de processos licitatórios. Essa aquisição pode se dar de forma direta com o agricultor, porém, por meio de associações de agricultores o processo se torna mais fácil e menos demorado. Com isso, o PAA possibilita aos agricultores armazenar os seus produtos para venda em momentos mais propícios; fortalece a agricultura de base familiar, e forma estoques estratégicos de alimentos. O PNAE é uma política advinda do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no qual estabelece uma quota de 30% do valor enviado aos Estados e Municípios sejam direcionados para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, também dispensando licitação. Com isso, além de uma alimentação saudável e adequada nas escolas, essa política tem como princípio incluir a alimentação no processo educativo das escolas. Atualmente, grande parte dos fornecedores de alimentos para o PAA também atendem a alimentação escolar, que também é facilitado quando estão organizados em cooperativas.

⁴² Mesmo demonstrando a problemática do termo agricultura familiar para se pensar a questão agrária, optou-se por manter esse termo da mesma forma que é usado em ambas políticas (PAA e PNAE). É interessante a manutenção do termo, pois revela a direção e a escolha pela qual o governo tem pautado suas políticas para o campo. Porém, o campesinato, por ser um sujeito em constante recriação, não se descaracteriza por utilizar dessa política pública, muito pelo contrário, pode sair ainda mais fortalecido.

A feira também é um lugar muito apropriado pelos camponeses para comercialização direta de seus produtos. Além de ser um espaço de troca, de interatividade e convivência, a feira possibilita saber quem produz, aonde e como se produz. Geralmente, os preços são mais acessíveis para o consumidor, e também mais satisfatórios para o produtor. É uma relação comercial muito antiga, antes mesmo da ascensão das relações capitalistas. Por isso, possui um potencial muito forte para a manutenção das práticas camponesas.

O Mercado Popular de Alimentos, inaugurado em 2011, é uma conquista do Movimento dos Pequenos Agricultores e está localizado na sede do município de São Gabriel da Palha. É destinado para venda direta dos produtos da agricultura camponesa produzidos em sistema agroecológico. Esse mercado foi uma iniciativa tomada pela compreensão dos camponeses de que necessitavam buscar uma alternativa no quesito da comercialização, tendo em vista que a mesma estava dominada pelas grandes empresas e por atravessadores, que subordina a produção camponesa a sua produção capitalista.

Além de possibilitar uma relação direta entre as famílias camponesas e as famílias urbanas, o mercado se apresenta como uma estratégia de resistência às formas de comercialização hegemônicas.

Historicamente o modo de produção capitalista se preocupou em fechar as cadeias produtivas, desde a produção, escoamento e consumo, inviabilizando a produção de muitos alimentos e forçando os camponeses a produzir apenas as culturas que atendem aos interesses do mercado monopolizado. O campesinato sobreviveu driblando essa lógica, mas no momento de comercializar ele se esbarra com os atravessadores e as grandes empresas que sugam todo o valor dos produtos. O consumidor também acaba se tornando refém desse processo, consumindo apenas o que o mercado oferece e pagando caro por isso. O Mercado Popular de Alimentos surge como um marco de resistência na história do campesinato⁴³.

Um dos pais de estudante entrevistado explicou como é realizada a comercialização dos produtos no Mercado Popular de Alimento da seguinte forma:

Tem três anos que abriu. Nós mandamos toda semana uma viagem com carro tem que ir lá levar. 3, 4, 5, 6 caixas, aí vai café, vai pimenta

⁴³ Fonte: <http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/mercado-popular-de-alimentos-caminhos-alternativos-para-quem-planta-e-para>. Acessado em 25/02/2014

do reino, tinta de urucum, faz o carro cheio, o que usa em casa praticamente leva.

Do que vendem, eles deixam 20% do trabalho da despesa né, papel, computador, telefone, funcionário, sabe que tem gasto né. O resto eles repassam pra nós uma vez por mês. Todo dia primeiro eles fecham a conta e até o dia sete, oito, eles pagam nós.

Você chega eles fazem a entrada, o que entrou no mercado, tudo certinho, o que venderam eles repassam no final do mês, o que não vendeu fica lá. Geralmente nossas coisas não estragam, geralmente são só coisas que aguentam, não dá tempo de estragar (Túlio, entrevista realizada pelo autor, em 11/11/2014).

O campesinato busca alternativas muito criativas para continuar se reproduzindo e se recriando enquanto tal. Seja através de políticas públicas, iniciativas individuais ou por conquista realizada através de movimento social organizado, o campesinato estabelece relações que rompe com a lógica monopolizadora e hegemônica do mercado capitalista, engendrando assim, uma outra relação comercial entre eles e os consumidores que, em geral, estão nos centros urbanos. Uma fala de outro pai entrevistado revelou a importância do alimento na sociedade como um todo, tanto para o campo quanto para a cidade, porque ele une o campo e a cidade, estabelece uma relação próxima.

(...) hoje é preciso uma organização que vá unir a cidade e o campo, porque o campo não está conseguindo avançar no seu cultivo, porque, por exemplo, se você cultiva arroz, feijão, não tem como você ter uma indústria para você industrializar, colocar na sacola, botar data de validade e tudo e colocar no mercado. Então pra você produzir pra vender, tem a feira e as cestas né. Então é preciso ter uma união entre cidade e campo principalmente na questão da alimentação (Sávio, entrevista realizada pelo autor, em 20/11/2014).

Dessa forma, vemos que o campesinato tem mostrado alguns desafios para a sociedade contemporânea, indicando que a relação campo-cidade, que há muito vem sendo separada, deve ser restabelecida como um fator de avanço contra o modelo hegemônico do capital sobre as relações sociais.

A tendência de homogeneização das práticas, dos saberes, dos sabores, das vidas é uma característica da expansão das relações capitalistas de produção. Devemos observar atentamente as relações que são estabelecidas no interior desse processo, que buscam alternativas a esse modelo explorador e expropriador. Essas práticas alternativas de fazer agricultura e de produzir conhecimento são as mesmas que fortalecem a r-existência do campesinato. Tentamos mostrar aqui o que não só é possível, mas que existe e, por isso, r-

existe, na tentativa de visibilizar e viabilizar essas práticas e assim buscar a saída das crises moderno-coloniais, que não são e não precisam ser as nossas crises.



Alguns dos alimentos campesinos comercializados em feiras, PAA e PNAE, e no Mercado Popular de Alimentos. Registro do autor: em 12/11/2014.

IMAGEM 22 – Produtos do Campesinato Comercializados:2014.



Feira Livre e Mercado Popular de Alimentos. Formas de comercialização do campesinato no Noroeste do Espírito Santo. Acervo MPA.

IMAGEM 23 - Pontos de comercialização direta para camponeses: 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da territorialidade camponesa no Noroeste do Espírito Santo permite entender os diversos processos de transformações ocorridos naquele território, desde a política de guerra e aldeamento indígena, da colonização por meio do estabelecimento de pequenas propriedades, das transformações oriundas da industrialização e modernização agrícola durante o regime militar, da política do neoliberalismo e do nascimento dos movimentos sociais organizados em seu território. Diante disso, acreditamos que este trabalho oferece mais um estudo para o amplo debate da questão agrária e, principalmente, para a Geografia Agrária. Embora a Geografia tenha passado por diversas mudanças de paradigmas nos estudos agrários, isso demonstra que ela não estagnou no tempo, e por isso acompanha as transformações ocorridas na realidade social. Assim, indica novos desafios e perspectivas para o debate contemporâneo da questão agrária.

Conforme vimos no decorrer deste trabalho, a dominação capitalista sob os territórios - iniciada desde a chegada dos colonizadores na América, manteve a ideia de conquista territorial em suas políticas colonizadoras. Até a década de 1950, ainda assistíamos a política de colonização via loteamento, através da desapropriação de uma diversidade de povos das suas terras e territórios (indígenas, posseiros, quilombolas, etc.). Por isso insistimos na dimensão do conflito como resultado das disputas territoriais, e nesse caso, a fronteira era (e ainda é) o lugar do conflito, do encontro e desencontros de interesses e intencionalidades. Essa política de colonização visava o domínio territorial através do estabelecimento de pequenas propriedades, o que movimentou povos de outros cantos desse e de outros estados, até mesmo de outros países (no caso, a Polônia). A movimentação desses povos para um território por eles desconhecidos, tinha como intuito básico o aumento da produção cafeeira através dos pequenos agricultores. A elite capixaba até esse momento não ganhava pela produção, mas sim pela comercialização desse produto. Portanto, o “território como recurso”, como indicou Milton Santos (2000), era a concepção que a classe dominante detinha sobre os territórios alheios.

No momento em que a pequena propriedade representa um “atraso” para essas classes dominantes, as estratégias de dominação tomam novos rumos, se modernizam, mas não abandona alguns aspectos coloniais, isto é, a colonialidade do poder. O estabelecimento de pequenas propriedades deixa de ser estratégico para a reprodução ampliada do capital, e a elite política e econômica do estado passa a concentrar os esforços na industrialização, nas áreas urbanas e também nas áreas rurais. Aumentam os latifúndios e, conseqüentemente, a grilagem de terras, além de estabelecer uma política de desincentivo à população camponesa, através de uma crise inventada para o campo: “a crise do café”. Dessa forma, o campo passaria por uma modernização e aqueles que quisessem poderiam investir nas áreas urbanas, onde estavam as “novas oportunidades”. Esse processo, sobre o viés da apropriação e dominação dos territórios, apresenta o lado da crise e o interesse por de trás dela: a crise era dos comerciantes que dependiam do comércio internacional cafeeiro para sua reprodução enquanto sujeito capitalista, e não do camponês que não dependia exclusivamente do café para sua reprodução enquanto camponês, visto que produziam outros gêneros alimentícios.

Os territórios foram divididos segundo suas “potencialidades”, determinadas pela própria classe dominante no sentido de facilitar sua dominação territorial. Essa dominação se deu basicamente de duas formas. A primeira, através da grilagem de terra, sobretudo no litoral norte e no extremo norte capixaba, derivando no estabelecimento de latifúndios sob o domínio de grandes empresas do setor de celulose, da cana-de-açúcar e da carne bovina, especialmente. Nesse aspecto, conforme apresentamos em nossa base teórica e através dos estudos de Oliveira (2012), o capital se reproduz por meio da *territorialização dos monopólios*, pois expulsam os trabalhadores do campo através da invasão de suas terras, e implantam os monocultivos que determinam a circulação das mercadorias. Portanto, o capitalista é o proprietário de terra e o capitalismo domina a agricultura de forma integral.

A segunda forma de dominação territorial é através da *monopolização dos territórios* (OLIVEIRA, 2012). Nesse caso, nas áreas que predominavam a presença do campesinato, e isso engloba o recorte espacial realizado neste estudo, o capital dominou a circulação através de empresas e grandes

cooperativas e, dessa forma, passou a se apropriar da renda da terra, ou seja, da produção realizada pelo campesinato. A princípio, o campesinato não perde a terra para o capital, mas fica sujeito a ele, tendo em vista que continua sendo dono de sua força de trabalho e do meio de produção terra, mas o fruto de seu trabalho é dominado pelo capital monopolista. Aqui, a possibilidade de criar alternativas nos parece mais viável pelo fato de ser dono do meio de produção terra, podendo subverter os ditames do mercado capitalista. É sob essa forma que o capitalismo avançou sobre os territórios camponeses no noroeste do Espírito Santo, naquelas áreas com forte presença da pequena propriedade em sua estrutura fundiária. O café conilon foi a mercadoria indicada para aquele território durante os estudos de potencialidades encomendado pela classe dominante capixaba. Dessa forma, produziu-se um área especializada nessa mercadoria e curiosamente, a mesma mercadoria que havia sido declarada como causadora da “crise”. Porém, não era mais qualquer café, o foco foi o café conilon, e por isso as pesquisas, tecnologias, adubação, assistências técnica, isto é, todo o “pacote tecnológico” estava voltado especialmente para o café conilon.

Em ambas as formas de dominação do capital sobre os territórios indígenas, quilombolas e camponeses, o território é visto como recurso, pois é uma lógica de especialização produtiva, privilegiando apenas o lado econômico e exploratório, conforme nos indicou Milton Santos (2000).

Porém, conforme apresentamos e definimos nosso entendimento referente ao campesinato em nosso referencial teórico, os camponeses sempre se mostraram criativos e inovador (SHANIN, 2008); se reinventam em proporção semelhante ao desenvolvimento do capitalismo. Eles não são apenas sujeitos passivos, mas sim um sujeito ativo e atuante, detentor de um modo de produção característico de sua natureza. Propõem alternativas que garantem sua reprodução e sua recriação enquanto classe social e modo de vida; usam o território enquanto abrigo (SANTOS, 2000). Dentre uma dessas alternativas, destacamos neste trabalho a educação do campo que, por meio da pedagogia da alternância, traça outras formas de se fazer agricultura, que garanta a autonomia do camponês em relação ao mercado e ao capital, diferentemente do agronegócio que sustenta a dependência e tende a homogeneidade. A

educação também é um campo estratégico para o agronegócio, no entanto sua dimensão não está na reprodução e autonomia camponesa e nem na emancipação social desse sujeito; pelo contrário, está ancorada numa educação rural, baseada em ensinamentos que garantam a acumulação ampliada do capital sob domínio de grandes empresas rurais.

A educação do campo, por meio da alternância, se tornou um sistema de ensino apropriado aos camponeses, considerando o meio familiar também como um meio escolar, ou seja, um importante e necessário meio de aprendizagem. Com base nos princípios do CEFFA do Bley, pudemos traçar alguns elementos que nos permitiu identificar as práticas educativas e relacioná-las com a prática agrícola por meio de entrevistas com monitores e familiares. Dentre essas principais práticas agrícolas-educacionais, elencamos as seguintes:

- a) Educação apropriada para o campo: uma escola do campo cujo sujeito social é o próprio camponês. Por meio dessa educação, a qual possui a alternância como alternativa pedagógica, é possível associar as práticas agrícolas das famílias dos estudantes com a prática educativa a que se propõe a escola. Dessa forma, a escola não está dissociada a realidade do estudante e da família do mesmo;
- b) Agroecologia: para além de uma forma de manejo, a agroecologia permeia todas as disciplinas e perpassa por todas as atividades pedagógicas. A escola incentiva o manejo agroecológico por meio de experiências na própria escola ou em propriedade agrícola de parceiros, e os resultados são visivelmente positivos. Nem toda família trabalha integralmente com práticas agroecológicas, mas todas estão tendo acesso e conhecendo essa forma de fazer agricultura. Por conta da escola, algumas famílias já transitam para esse outro modo de produzir, que reduz a dependência de insumos externos.
- c) Diversificação: outra prática incentivada pela escola e que mostra resultado às famílias dos estudantes. Através da diversificação é possível pensar na segurança alimentar, primeiramente da família, mas também em escala regional, estadual e nacional. A produção de alimentos diversificados, além de trazer benefício alimentar e nutricional

da família, também possibilita a abertura de novos mercados e geração de renda à família.

- d) Comercialização: um dos maiores gargalos à autonomia camponesa se refere à comercialização. Historicamente refém do mercado e dos atravessadores, o campesinato sempre foi incentivado a produzir o que o monopólio capitalista requer, e por isso vendem seus produtos sobre preços determinados por quem compra. A escola tem mostrado alternativas a esses monopólios do seguimento comercial através de várias frentes. Dentre elas, podemos citar: as feiras livres; as políticas públicas, como o caso do PAA e do PNAE; o Mercado Popular de Alimentos, criado pela própria organização camponesa; dentre outras alternativas.

É claro que esses quatro elementos não estão dissociados uns dos outros; eles são complementares. A prática educativa direcionada ao modo de vida do campesinato deve abarcar as estratégias de reprodução desse sujeito de forma integral, isto é, em sua totalidade. A separação desses elementos neste trabalho é para efeito de análise dos elementos trazidos de forma mais significativas nas entrevistas com monitores e familiares.

Portanto, uma educação própria e apropriada para o campo, necessita de considerar os elementos que permitem o sujeito social do campo a se reproduzir enquanto tal. Além da própria educação, verificamos também que o modo de se fazer agricultura, de forma agroecológica e diversificada, deve perpassar pela prática educativa, já que tem se mostrado vantajoso para o campesinato, uma vez que impede a tendência do mercado capitalista impor a produção e o modo de produzir que os interessam e, ao contrário, permite ao campesinato uma maior autonomia sobre seu modo de produção. Da mesma forma se dá com a comercialização. O mesmo mercado que dita o que produzir é aquele que vai comprar e comercializar esses produtos. O monopólio comercial é quem vai determinar o que plantar, pois “garantem” a venda desse produto, porém, sob preços também determinados por eles, e não por quem produz. O campesinato precisa atentar-se às alternativas de comercialização que sejam de forma mais direta e próxima do consumidor final. Assim, retira do jogo o explorador comercial e, ao eliminá-lo, o campesinato garante a

autonomia da sua produção e o preço justo tanto para ele, quanto para o consumidor final. Para isso, é necessária uma educação própria e apropriada do campesinato, uma produção diversificada e, de preferência, agroecológica, para não se posicionar de forma subordinada ao monopólio capitalista. Esses quatro elementos, quando trabalhados em conjunto, manifestam-se como estratégias para a recriação camponesa no Noroeste do Espírito Santo.

São esses elementos que não só devem, mas são trabalhados na escola, conforme as entrevistas realizadas. São elementos que não estão dissociados, mas que devem ser analisados de forma separada como uma maneira didática e metodológica para entender a importância da autonomia camponesa para sua recriação e reprodução enquanto sujeito social de direitos.

Portanto, consideramos que a educação do campo é uma prática construída no meio rural camponês que, diferentemente da educação rural, se propõe a garantir a reprodução do sujeito social camponês em seu espaço de apropriação, isto é, em seu território. A partir dessa compreensão, entendemos que a educação do campo é uma estratégia de recriação camponesa e, por isso, indica um caminho contrário àquele sustentado pelo entendimento de que o campesinato é um sujeito destinado ao fim, seja pela ideia marxista que insiste na sociedade dividida em duas classes, quer seja pela ideia de inserção e subordinação do campesinato ao mundo capitalista.

Conforme explicitado no primeiro capítulo, sobre a base teórica escolhida, Fernandes (2002, 2008, 2013), Oliveira (2012) e outros, afirmam que existe uma continuidade no entendimento de que o campesinato é um sujeito destinado a fim. Esse entendimento muda de foco, tendo em vista que o campesinato não desaparecerá pela expropriação, mas sim pela integração ao capitalismo, levando Fernandes (2013) a inserir tal entendimento dentro de um paradigma por ele denominado de Capitalismo Agrário.

No entendimento desses dois autores, a agricultura familiar é um termo criado para invisibilizar, enfraquecer e até negar a existência e continuidade do campesinato enquanto sujeito social. Dessa forma, a Agricultura Familiar estaria inserida dentro do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) tendo em vista que o propósito de seu aparecimento enquanto conceito é de integração

aos novos mercados que se abrem para o campo. O perigo nesse processo é a passividade com a qual o agricultor familiar poderá ser colocado na relação com o mercado e com os governos. Nesse sentido, é por isso que escolhemos trabalhar com o conceito de campesinato neste estudo, pois mesmo situando-os, historicamente e geograficamente, em contextos diferentes, percebemos a permanência de características próprias, que não estão estagnadas porque são sujeitos ativos; se reproduzem ao passo que as relações capitalistas são reproduzidas, tendo em vista que o capitalismo se desenvolve desigual e contraditoriamente. O trabalho familiar é uma dessas características; o potencial de inovação e recriação é outra; a relação com a terra também é uma característica da *campesinidade*, conforme nos foi indicado com Woortmann (1990).

A partir do momento que nosso entendimento presente neste trabalho é de que a educação do campo é uma estratégia de recriação camponesa, consideramos que esse estudo aponta os limites do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) no que tange a ideia do desaparecimento desse sujeito. Portanto, se consideramos que o campesinato tende a se reproduzir enquanto sujeito social devido o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, estaríamos de acordo com as características que Fernandes (2013) aponta para o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Assim como existem territórios em disputas por modelos distintos de apropriação do mesmo, a educação enquanto estratégia de apropriação territorial, conseqüentemente, também será disputada. As experiências em alternância nas escolas do campo apontou outro caminho em relação ao processo educacional da população do campo. Além da baixa escolarização, as escolas estabelecidas no campo não se preocupavam com a realidade vivida por sua clientela. Ou a proposta educacional baseava-se em uma estrutura curricular oriundas de áreas urbanas, ou estavam ligadas aos interesses do capitalismo agrário. Dessa forma, a educação “no” campo era um instrumento estratégico de dominação dos territórios e de garantia de reprodução ampliada do capital, pois formavam pessoas especializadas nas modernas formas de produção agrícola, ou seja, ensinavam a aplicar o pacote tecnológico.

A educação “do” campo não trabalhado com modelos, pacotes ou receitas, ela busca associar os conhecimentos populares dos camponeses com técnicas alternativas apropriadas para esse sujeito. Dessa forma, ela contribui para o fortalecimento do campesinato em seu território.

Determinar a territorialidade camponesa no Noroeste do Espírito Santo é evidenciar os aspectos do uso e ocupação de um território a partir da apropriação desse pelo campesinato. Os dados da presença de pequenas propriedades, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais já possibilitam determinar essa territorialidade. Para além desses dados, podemos citar o próprio CEFFA do Bley, que registram as comunidades e municípios, bem como a situação socioeconômica da família do estudantes (a qual predomina o pequeno proprietário). Além disso, as próprias práticas educativas com as quais são trabalhadas na escola mostram as contribuições dadas ao meio rural camponês, por meio do fortalecimento das práticas agrícolas que garantem sua autonomia e reprodução.

Outros aspectos dessa territorialidade são as experiências de fortalecimento da autonomia camponesa, que pode ser relacionada com as alternativas de comercialização, a produção diversificada e o sistema agroecológico de produção. A existência de movimentos sociais organizados de natureza campesina também demonstra a presença marcante desse sujeito social no território.

Não estamos afirmando que o território está dominado pelo campesinato, ou totalmente apropriado pelo mesmo. O território está em disputa, principalmente no que se refere ao capital monopolista. O que queremos afirmar que nessa disputa territorial, o campesinato tem mostrado suas estratégias através de práticas concretas que o faz apropriar-se de um território e estabelecer assim a sua territorialidade. Por isso, o Noroeste do Espírito Santo é marcado pela territorialidade campesina.

Outra consideração a ser pontuada refere-se às questões observadas no decorrer da pesquisa. Apontaremos algumas considerações referentes aos processos moderno-coloniais, frutos do avanço contraditório das relações capitalistas e suas tentativas de homogeneização e controle territorial. Por

outro lado, apontamos também algumas considerações no que se refere aos movimentos de r-existências de diversos povos que, em certa medida, estiveram e estão presentes no Noroeste do Espírito Santo, e que buscam se reproduzir e se recriar com base na diversidade e nas relações sociais as quais sempre o acompanharam e os possibilitaram r-existir. O CEFFA do Bley, através da educação do campo e sob os princípios da alternância, é uma forma encontrada pelo campesinato para garantir sua reprodução e recriação, não somente pensando no jovem camponês, mas inclusive no aperfeiçoamento das técnicas e práticas agrícolas realizadas pela família, e na troca de conhecimento entre a escola e a família.

Uma primeira consideração se refere à necessidade de reconhecermos outras cosmovisões de mundo. Devemos considerar outras racionalidades presentes no território brasileiro e, dessa forma, possibilitar o direito de existências dos diferentes povos, principalmente àqueles originários dessa terra. Embora tenhamos feito um recorte espaço-temporal referente a área de predominância de pequena propriedade no Noroeste do Espírito Santo, devemos compreender que os processos que se iniciaram desde a invasão europeia em territórios ameríndios, continuam acontecendo até os dias de hoje. O modo capitalista de produção continua exigindo novos territórios possíveis de acumulação e, com isso, continuam a violar direito dos povos indígenas em outras áreas do país. A invasão capitalista em territórios tradicionais não acabou com a criação de legislação específica para esses povos. Constantemente, somos informados através de denúncias sobre novos conflitos territoriais envolvendo os indígenas e grupos capitalistas interessados em expandir seus domínios. O que ocorreu com os indígenas no Espírito Santo, dentre os quais os indígenas da Serra dos Aimorés, continuam ocorrendo em outras partes do Brasil, inclusive com os próprios indígenas do Noroeste do Espírito Santo que estão re-territorializados em outras terras e tribos. E mesmo criando o direito à propriedade, a racionalidade eurocêntrica não consegue entender o que é próprio e apropriado às diversas tribos indígenas neste território nacional. Parece querer esconder o histórico de guerras e etnocídios, os assassinatos de povos, línguas e deuses enquanto geram novos conflitos pela expansão de uma racionalidade exploratória, homogênea e empobrecedora. É uma (des)continuidade dos

conflitos que já duram centenas de anos e que não enxergam a riqueza na diversidade.

Outra questão observada nesta pesquisa é a necessidade de uma política eficaz e urgente de reforma agrária. Os camponeses (posseiros, colonos, sem-terras, etc.) necessitam de terra para efetuar os trabalhos que lhe são próprios. Além de milhares de pessoas acampadas em lona preta e espalhadas pelos quatro cantos deste país esperando a liberação de assentamentos, este trabalho também mostra que a presença de pequenas propriedades originadas na década de 1920 neste estado, está em processo de minifundiarização constante, e que impossibilita a permanência das gerações mais novas no campo. Um colono que recebeu 25 hectares de terra há mais de 80 anos, já possuem filhos e netos, e a tradicional herança está inviável. É necessário que se faça uma distribuição de terra, e as leis que existem já permitem que isso aconteça, mesmo admitindo algumas de suas limitações. São os camponeses que produzem a maior parte da alimentação consumida no Brasil e no mundo. Ao falar de reforma agrária e distribuição de terra, estamos falando também em segurança alimentar e nutricional, de trabalho e renda, de qualidade e desejo de vida. Portanto, é urgente.

Outra consideração não menos importante a se fazer é referente à valorização do saber camponês. Seu saber, seu modo de vida, suas tecnologias passaram por um forte processo de desvalorização durante o regime militar, que incentivou a industrialização do campo através da ideia de modernização, e assim colocou o camponato numa posição de atraso. Porém, o diálogo com esses sujeitos tem mostrado algumas saídas às crises criadas por outras classes sociais que tende a repassar os efeitos aos povos tradicionais. Eles têm mostrado que a agricultura é mais rica em relação ao agronegócio, pois produz a diversidade sem que estejam dependentes do mercado de adubos químicos, de grandes redes de supermercados, dos venenos que intoxicam milhares de camponeses no mundo, da genética que impõe um espaço homogêneo. Esses saberes são resultantes de milhares de anos, e que reinventaram várias espécies e conhecimentos, que o agronegócio tem eliminado perversamente. As escolas do campo devem cada vez mais inserir esses saberes em seus conteúdos educativos, pois são saberes que,

associados a novas práticas sustentáveis de se fazer agricultura, indicarão os caminhos possíveis de continuar produzindo alimentos de forma variada e saudável, em quantidade e qualidade.

Vale ressaltar também que uma pesquisa sempre nos revela outros temas, outras problemáticas, outras metodologias no decorrer de seu envolvimento com ela. Durante essa caminhada, novas ideias surgem e algumas devem ser guardadas com atenção, pois não se pode abarcar tudo, não apenas pelo fato de sair de seus objetivos iniciais, mas também, e talvez principalmente, pelo prazo a que se propõe.

Dentre algumas questões que nos chamou a atenção podemos citar a migração temporária de mão-de-obra para a colheita do café conilon, sobretudo oriundas do sul da Bahia. O período da colheita e a presença desses trabalhadores temporários mudam bruscamente a dinâmica dos municípios. Além do mais, as condições de trabalho disponíveis aos trabalhadores da colheita do café muitas vezes são inadequadas, como demonstra a reportagem no anexo deste trabalho. O fato propagado nessa reportagem está direcionado a grandes propriedades cafeeiras, nas quais exigem um grande número de trabalhadores na colheita. Nas pequenas propriedades produtoras de café, não foi realizada nenhuma denúncia. Uma hipótese é que os números de trabalhadores são menores, o que facilita no arranjo de estrutura para recebimento dessa mão-de-obra, ou até mesmo por não necessitar de mão-de-obra vinda de tão longe, pois encontraram uma forma de colheita por outras vias, seja por ajuda de vizinhos ou por moradores da própria cidade.

Chega-se a serem conclamadas novas tecnologias e maquinários para a colheita do café para substituição dessa mão-de-obra, a qual os contratantes chegam até reclamar do alto preço cobrado e da violência trazida por esses trabalhadores nos municípios onde se hospedam.

Outra questão que foi observada é a expansão do café conilon para o sul da Bahia e a compra de terras nessa região por cafeicultores capixaba. Essa questão foi evidenciada durante uma viagem de campo com monitores do CEFFA do Bley para os municípios de Itanhém e Itamaraju, no estado da Bahia, como atividade curricular referente ao curso de Agroecologia realizado

por eles no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) de Santa Teresa. Lá, conversamos com muitos moradores que trabalham na colheita do café nos municípios do Norte do Espírito Santo e que nos informaram da compra de terras baianas por cafeicultores capixabas, além dos principais contratantes de mão-de-obra para colheita. No retorno a São Gabriel da Palha podemos observar na paisagem a marca do avanço desse cultivo em terras baianas, além de propagandas de incentivo a plantação.

Recentemente, também saiu uma reportagem especial no jornal A Gazeta que trouxe diversos relatos de intoxicação por agrotóxico no interior do Espírito Santo. Reportagem essa que foi motivada pela posição de primeiro colocado que o Espírito Santo atingiu para casos de intoxicação por veneno agrícola – atualmente chamado pelo setor do agronegócio como “defensivo” agrícola, mas que “defende” apenas o mercado que eles enaltecem. Muitos dos casos de intoxicação apresentados estavam relacionados à plantação de café, sendo que a maior parte dos municípios visitados era no Norte do estado.

Durante a visita as propriedades das famílias dos estudantes, verificamos também a forte entrada da pimenta-do-reino nos estabelecimentos rurais. Esse produto virou uma febre devido o alto preço pago pela saca colhida, aproximadamente, R\$20,00/kg. O preço atrai os agricultores, os quais começam a plantar o produto, mesmo sabendo que em algum momento o preço vai despencar, exatamente quando a produção estiver elevada. Inicialmente podemos associar essa questão de forma semelhante ao que acontece com o café conilon, que é a ação do capital monopolista, que age no seguimento da comercialização. O agricultor que realizar esse plantio de forma prioritária estará refém das altas e baixas do mercado, ao passo que àqueles que plantam apenas como uma variedade a mais em sua propriedade, estarão plantando mais um cultivo entre vários que são realizados em sua propriedade agrícola.

Diante disso, ao propor uma pesquisa levantamos problemáticas, questionamentos, hipóteses, mas também traçamos objetivos, metodologia e cronogramas (que não necessariamente é estabelecido por nós). Durante a realização dela, percebemos o aparecimento de outras problemáticas, outros

questionamentos e outras hipóteses que, com certeza, enriquecem ainda mais a pesquisa, mas que nos deixam uma interrogação sadia, que podem nos levar a outros objetivos, outras metodologias e também a outros cronogramas.

De qualquer forma, nos deixam as curiosidades e alguns caminhos semiabertos por não pretendermos abarcar a totalidade do real, mas que, segundo Lefebvre (1999):

Toda realidad es una totalidad, una y múltiple, dispersa y coherente, abierta sobre su porvenir, es decir, sobre su fin. Entre los "momentos", no puede existir ni una finalidad puramente externa ni una finalidad puramente interna, ni una armonía, ni choques mecánicos. Elementos de una totalidad, superados y mantenidos en ella, limitados los unos por los otros y sin embargo determinados recíprocamente, son los "fines" unos de otros. Existen fines sin finalidad. Cada momento envuelve otros momentos, aspectos o elementos venidos de su pasado. La realidad desborda así el pensamiento; nos obliga a profundizar siempre, y sobre todo a revisar y profundizar siempre, nuestros principios de finalidad, de causalidad, de identidad (Lefebvre, 1999, p. 77).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. Os índios eram os donos da região. **Especial 60 anos de Colatina**, Vitória, p. 2-8. 22 ago. 1982.

A GAZETA. Colatina: 75 anos de Emancipação e Progresso. **A Gazeta**, Vitória, p. 20-21. 22 ago. 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC. 1992. 275 p.

ACARES. **Desenvolvimento para a agricultura do Espírito Santo**: plano diretor 63/65. Vitória, ES. 1963.

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. **Considerações sobre o Populismo na Política do Espírito Santo (1959 – 1966)**. 2012. 271 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

ANTOGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Território como Abrigo e Território como Recurso**: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo. 2006. 173 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

AVIDOS, Florentino. **Mensagem do Governador ao Congresso Legislativo**: 1ª sessão da 12ª legislatura. 1925. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 26 jun. 2013.

AZEVEDO, Célia M.M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – séc. XIX. 2005.

BERNARDINO, Renata Venturim. **Representações do Meio Rural Capixaba dos anos 70 veiculadas em um Semidocumentário da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo**. 2003. 57 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel). Universidade Federal do Espírito Santo, Curso de Ciências Sociais.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo**: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as

áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. 2012. 348f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira**. In: Fernandes, Bernardo Mançano; Marques, Marta Inez Medeiros; Suzuki, Júlio César (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 315-337.

BORGO, Ivan; ROSA, Léa B.; PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: Edufes, 1996. 178p.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. T. A. Queiroz, São Paulo. 1983. 405 p.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Rio de Janeiro, RJ, 20 set. 1850.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: SECAD, 2007. 81 p.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004. 89p.

CAPORAL, Francisco Roberto et al. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma rural sustentável**. 2006. Disponível em <<http://www.seaembu.org/docs/agroecologia2.pdf>>. Acesso em: 01 de abr. de 2014.

CARDOSO, Cássia Regina Soares. **O processo de ocupação do noroeste paranaense nas décadas de 1950 e 1960**. 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/954-4.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

CESCON, Maria Inez; Pretti, Eliene Cássia Santos; Moreira, Flávio. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 3, 2005. Presidente Prudente. **TEMA**

GERADOR E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: uma abordagem sóciohistórica. Anais... 2005. 11 p.

CHAYANOV. Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Editora Nueva Visión, Argentina, Buenos Aires: 1976.

COOOABRIEL. **Relatório de Atividades 2013.** São Gabriel da Palha/ES: Coaabriel. 2013. 15 p.

DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo.** 2010. 203f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2010.

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga:** lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória, ES: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

DUQUE, Hélio. **A Luta pela Modernização da Economia Cafeeira:** assimagem as multinacionais. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 207 p.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 617, de 09 de novembro de 1952. **Disciplina as doações de terras devolutas e reservadas do Estado.** Espírito Santo, ES.

FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

FASSIO, Levy Heleno; CASTRO, Lúcio Lívio Fróes de (orgs.). **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural:** um documento histórico sobre o meio rural capixaba. Vitória, ES: Incaper, 2006. 120 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. V. 1 – 2: il + memorial. Tese (Livre-Docência). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia.

_____. **Agricultura familiar e agricultura camponesa.** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. CD do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

_____. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil.** In.: Santos, Clarice Aparecida dos. (org.). **Educação do Campo:** campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA, MDA: 2008. p. 39 – 66.

FERRÃO, Romário Gava; et al. **Café Conilon.** Vitória, ES: Incaper, 2007. 702 p.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Geografia Agrária no Brasil:** conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, jan. 2001. Semestral.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Donos do Lugar:** a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 2009. 526 fls. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. 2^a ed. – São Paulo: Humanitas, 2006. 142 p.

FREITAS, Adilson Vilaça. **Cotaxé.** 2 ed. Vitória, ES: Textus, 1999. 320 p.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino-americana:** formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Nacional, 1976.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços.** Porto Alegre: L&PM, 1995.

GLAZAR, Eduardo. **Brava Gente Polonesa.** Vitória: Flor & Cultura, 2005. 207 p.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **A Resistência dos Pequenos Gigantes:** A luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 104 p.

Grupo de Trabalho da Educação do Campo. **O Campo da Educação do Campo no Espírito Santo**: Educação do campo é um direito e não esmola. Espírito Santo, 2008.

Grupo de Trabalho da Educação do Campo. **Educação Escolar do Campo**. Seminário Estadual de Educação do Campo. Colatina/ES. 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255 p.

_____. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. 362 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 396p.

_____. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha no nordeste”. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro, 1963.

_____. **Censo Agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro, 1974.

_____. **Censo Agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Censo Agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Censo Agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Censo Agropecuário de 2006-2007**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1955.

_____. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Censo Demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e Camponeses**. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru; 1964 – 1986. São Paulo: HUCITEC, 1996. 255 p.

JESUS, Janinha Gerde de; FOERSTE, Erineu. **Saberes e Formação de Professores na Pedagogia da Alternância**. 2007. 245 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fevereiro-2006.

_____. **El Materialismo Dialéctico**. Documento digital: Editado por elaleph.com, 1999. 124p.

MALACARNE, Altair. **São Gabriel da Palha: a história da origem**. Nova Venécia: Gráfica e Papelaria Cricaré, 2000. 122 p.

_____. **Vila Valério: de mata a município**. São Gabriel da Palha: Gráfica Gomieri. 2012. 97 p.

_____. **São Domingos do Norte: rumo ao rio São José**. 2010. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/saodomingosdonortees/008-4---o-estado>>. Acessado em: 07/04/2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p. 49 – 78.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213 p.

_____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. 2ª ed. 134 p.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Borum, Bugre, Kraí**: constituição social da identidade e memória étnica Krenak. 1996. 215 f. Dissertação (mestrado). Curso de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MAZOYER, Marcel; Roudart, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 586 p.

MEPES. **Uma Experiência de Ação Comunitária no Estado do Espírito Santo**. Documento impresso. 29 fls.

MONBEIG, Pierre. **O Brasil**. 5 ed. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC: Polis, 1984. 392 p. (Geografia: teoria e realidade)

MORAES, Cícero. **Geografia do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004. 301p.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830)**. Revista de História (UFES), Vitória, ES, v. 9, n. 9, p. 99-123, 2001.

_____. A ilusão das terras devolutas colonização particular, exploração madeireira e grilagem, 1889 – 1930. **Dimensões**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 17, p. 231 – 243, 2005.

MURARI, Jonas Braz et al. **História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Nova Venécia**. Vitória: Brasília Editora, 1992.

NASCIMENTO, Claudiomiro. IGREJA CATÓLICA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. **Diálogos**, Maringá, v. 14, n. 1, p.175-196, 2010.

NEVES, Reinaldo Santos. Uma exploração do Rio Doce e seus afluentes do norte -William John Steains. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 35, p.102-115, 1984.

NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância**. Brasília, DF: UNEFAB, 2007.

NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma**. Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 238 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. - São Paulo: Ática, 1987. 88p.

_____. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 70 – 107.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho**: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. 1998. 5 v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Geografia Agrária e Questão Agrária**. In: Fernandes, Bernardo Mançano; Marques, Marta Inez Medeiros; Suzuki, Júlio César (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339 – 351.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas Terras do Rio Sem Dono**. Rio de Janeiro: Codecri, 1988. 176 p.

PIMENTEL FILHO, Guilherme. **A História da Agricultura do Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 2008, 304 p.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reflexões sobre a contribuição da geografia histórica e da geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século xx**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos909/reflexoes-sobre-contribuicao/reflexoes-sobre-contribuicao.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

PONTES, Wallace Tarcisio; FRANCO, Sebastião Pimentel. **Conflito Agrário e Esvaziamento Populacional**: a disputa do contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930 – 1970). 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. *En publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p.

_____. *De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. **GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Ano VIII, n.16. Niterói-RJ: UFF/EGG, 2006, p.41-56.

_____. **De geografia, de epistemes e de política e suas relações**. 2007. Mimeo.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática. 1993. p. 269.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês**: trabalho e educação. São Paulo: Expressão Popular. 2010. 456p.

ROBERT DE MORAES, Antônio Carlos. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000. 432 p.

_____. **Ratzel Geografia**. São Paulo: Editora Ática. 1990. 199 p.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, João Assis. **Práticas Discursivas de Reprodução e Diferenciação na Pedagogia da Alternância**. 2008. 214 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação.

SALETTTO, Nara. **Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: EDUSP, 2012. 6ª ed. 136 p.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384p.

_____. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. XII. Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

_____; GALLO, Alessandro. **Fronteira, Território e Formação do Sul do Brasil**. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 35, p. 89 – 102, jul. 2010. Semestral.

SARTÓRIO, Élvio Antônio. **A trilha sagrada: anatomia histórica das estradas**. Vitória: Sodré, 2007. 978 p.

SCARIM, Paulo Cesar. **Produtores de Cidades: Santo Anastácio: a produção especulativa do lugar**. 1995. 83 f. Monografia (Bacharel) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Fábio Carlos da. **A Companhia de Terras da Mata Geral e a privatização da floresta Amazônica no sul do Pará**. Disponível em: www.ufpa.br/naea/pdf.php?id=427. Acesso em: 16 abr. 2013.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Curitiba: Editora CRV, 2012. 188 p.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. **A Modernização Violenta**: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 202 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

SUZUKI, Julio Cesar. Geografía agraria brasileña: génesis y diversidad. **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, n. 17, p.63-75, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/download/10919/1151>. Acesso em: 14 set. 2015.

TEIXEIRA, Fausto. **Colatina ontem e hoje**. Colatina, Imp. 1974. 146p.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **As Correntes Teóricas na Geografia Agrária Brasileira**: uma contribuição à crítica teórica, sem a prioris. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 35, p. 35 – 52, jul. 2010. Semestral.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZAMBERLAN, Sergio. **O Lugar da Família na Vida Institucional da Escola-Família**: Participação e relações de poder. 2003. 182 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciência e Tecnologia da Educação.

ZANONI, Angelo de Sousa. **Gênese Fundiária e o movimento de territorialização no noroeste do Espírito Santo**: um recorte espaço-temporal (1920-1950). 2013. 89 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel). Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2013.

_____. **Contribuições da Agroecologia no Ensino-Aprendizagem das Escolas do Campo**: as possibilidades no ensino da Geografia. 2011. 90 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura). Universidade Federal do Espírito Santo. Curso de Geografia.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: João Carlos Tedesco (org.). Agricultura Familiar: realidades e

perspectivas. 1 ed. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 1999, p. 23 – 56.

WOORTMANN, Klass. “**Com Parente não se Neguceia**”: O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11 – 73.

ANEXOS

1) Reportagem Trabalho Escravo em Lavouras Cafeeira no norte do Espírito Santo: A Tribuna (01 de junho de 2014, pp. 38-41).



COLHEITA DE CAFÉ PASSOS DE VOLTA À ESCRAVIDÃO

Jornada de **trabalho de 15 horas**, alojamentos insalubres e falta de equipamentos são a realidade de quem busca no café a sobrevivência

▲ **PATRIK CAMPOREZ**
pmacao@redegazeta.com.br

“Fui enganada. Deixei minhas filhas em casa, viajei por dois dias, e agora trabalho 15 horas por dia só para conseguir voltar para minha cidade. Estou incomunicável, me sinto no inferno, como se não fosse humana”.

O depoimento é de uma jovem de 20 anos que viajou num ônibus clandestino de Salvador (BA) para trabalhar na colheita do café conilon no Norte do Espírito Santo. A trabalhadora, que não quis se identificar, representa a realidade de par-

te dos 20 mil boas-frias que todos os anos vêm ao Estado colher café. Aqui, se depararam com uma situação de trabalho degradante, análoga à escravidão.

Só para dar uma ideia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) encontrou, na colheita deste ano, irregularidades em 90% das propriedades fiscalizadas. Somente em maio, foram lavrados cerca de 90 autos de infração. Até o fim da colheita, o órgão pretende fiscalizar mais de 250 fazendas.

Não é difícil constatar os problemas. Durante dois

dias, a reportagem de A GAZETA percorreu mais de 500 quilômetros para investigar o trabalho nos cafezais de Sooretama, Vila Valério, Jaguaré, São Mateus e Linhares, municípios com grande concentração de “boias-frias”.

O resultado da apuração - fotos, vídeos e depoimentos - foi levado ao conhecimento da fiscalização do MPT, que reconheceu condições de trabalho análogas à escravidão no material.

TRANSPORTE

Os trabalhadores viajam

até dois mil quilômetros e, ao chegar às fazendas, são submetidos a jornadas exaustivas de trabalho, morando em alojamentos insalubres. Em relação à carteira de trabalho, no entanto, a maioria dos proprietários das fazendas assina o documento. Mas pecam em outras obrigações.

Os empregados se veem obrigados a fazer as refeições no chão, debaixo de sol ou chuva, sem condições mínimas de higiene. A pausa para o almoço é de, no máximo, vinte minutos. Na hora do trabalho, muitos

atuam sem equipamento de proteção individual. O transporte à lavoura também é precário, feito em cima de caminhões e tratores, onde os trabalhadores disputam espaço com materiais agrícolas e sacos de café.

Essas práticas são inadmissíveis, afirma o auditor fiscal do trabalho, Francisco Leitão, que reforça que o empregador precisa oferecer e obrigar os trabalhadores a usarem os equipamentos de segurança. “Trabalhador de chinelo ou descalço é inadmissível. Botas, chapéu ou boné, e luvas têm

que ser disponibilizados. Quando o café é denso, é obrigado o uso de óculos de segurança, para evitar que galho pegue no olho”.

Sem banheiros, os empregados de uma das propriedades - cerca de 25% são mulheres - precisam fazer suas necessidades fisiológicas em meio ao cafezal, utilizando as próprias folhas da planta para fazer a higienização pessoal, segundo relatos ouvidos pela reportagem.

“Por falta de informação, acabam se permitindo serem explorados. Se o produ-

tor consegue reduzir o custo usando do trabalho degradante, consequentemente obtém mais lucro”, observa Sandro Ribeiro, também auditor fiscal do trabalho.

JORNADA EXAUSTIVA

O dia de trabalho nas lavouras de café começa cedo. Por volta das 3h da manhã, os empregados, entre eles muitos mineiros e baianos, acordam para preparar o lanche e o almoço que vão comer na roça. O regime de remuneração é por produtividade, o que faz com que os trabalhadores fiquem no campo por um período longo. Alguns cumprem uma carga horária de até 15 horas por dia. Eles recebem entre R\$ 7 e R\$ 10 por saco de café colhido.

“Saio do acampamento antes de o sol nascer e só chego quando ele já se pôs. No domingo também trabalho até às 14 horas. Não dá para perder tempo”, relata Fabiano Gonçalves, 32, que deixou a família em Eunápolis, na Bahia, para trabalhar em Fátima, em Jaguaré.

Para aumentar a renda,



FERNANDO MADEIRA

Amontoados

Roque da Conceição, de 46, saiu de Ubaitaba (BA) e divide, com outras cinco pessoas, um quarto apertado. O local é de chão batido, sem reboco, e também serve de cozinha

FERNANDO MADEIRA



CONDIÇÕES PRECÁRIAS

Ligação telefônica por R\$ 9 e quarto com 8 pessoas

FERNANDO MADEIRA



Empregados dormem em quartos dividindo espaço com fogareiros, roupas e comida

Nos alojamentos, os trabalhadores não

conta com refeitório próprio para lavar e descontado R\$ 9 do meu dia de serviço por apenas dois

muitos trabalhadores da lavoura de café cumprem jornada dupla: terminam o dia na colheita e viram a noite operando máquinas de pilar e de secar que, nesta época do ano, funcionam durante 24 horas.

MAIOR PRODUTOR

O Espírito Santo é o maior produtor de café conilon do país, responsável por 78% da produção. De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), todos os municípios, a não ser Vitória, cultivam o produto. Pesquisador do instituto e coordenador do programa estadual de cafeicultura, Romário Gava Ferrão lembra que das 90 mil propriedades agrícolas capixabas, 60 mil produzem café. "Para este ano, a produção estimada é de 12,5 milhões de sacas", lembra Romário.

Nas pequenas propriedades, a base de trabalho é familiar, quer dizer, o dono da terra colhe o café com a força de trabalho da família e vizinhos, sem precisar trazer trabalhadores de outros Estados, lembram os secretários de agricultura de Jaguaré, João Maquina, e Sooretama, Esmael Loureiro Filho.

gazetaonline.com.br

Confira a reportagem multimídia com vídeos e galeria de fotos.

Água Suja

70 trabalhadores alojados numa fazenda no Córrego Rodrigues, em Sooretama, bebem água de um poço descoberto e cheio de lodo. A água também é usada para lavar vasilhas e roupas

FERNANDO MADEIRA



Falta de higiene

As instalações sanitárias são precárias, e os empregados não recebem material de limpeza nem roupas de cama. "Estamos sem papel higiênico há 45 dias", disse uma trabalhadora

FERNANDO MADEIRA



Esgoto no quintal

"O esgoto vaza o dia inteiro. Além do mau cheiro, atraí bichos e mosquitos. Já me acostumei a dormir com ratos passando no meu corpo", reclama Izael de Jesus, 23 anos, de Salvador (BA)

Trabalhadores são sujos e não há refeitório ou área própria para lavar roupa

Em uma fazenda em Córrego Rodrigues, zona rural de Sooretama, A GAZETA encontrou 70 trabalhadores em situação crítica. Na fazenda, há relatos de pessoas que há um mês não conseguem contato com a família, devido ao isolamento imposto pelos patrões.

Sem água potável ou esgoto sanitário, os empregados dormem em beliches improvisados sobre chão de terra batido, dividindo espaço com botijões de gás, fogareiros, roupas e alimentos amontoados. Até 8 pessoas dividem o mesmo quarto.

Os banheiros são pequenos e sujos, e o alojamento

tem área própria para lavar roupas. Essas constatações contrariam a Norma Regulamentadora 31, que estabelece os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho.

A história vai além. Seguindo uma trabalhadora que pediu para não ser identificada, eles são obrigados a comprar os próprios equipamentos de trabalho. "E nossas compras devem ser feitas em um único mercado, indicado por nosso patrão. No final, sobra pouco dinheiro. Em três semanas, não juntei nem R\$ 600", desabafa.

Uma das mulheres alojadas na propriedade relata que parte dos 70 trabalhadores estão há um mês sem comunicação com os parentes na Bahia. "Tentei falar com minha filha ontem, mas tive

de serviço por apenas 10 minutos de ligação. O único telefone fica na casa da patroa e ela cobra caro pelas ligações. Aqui não tem rádio, TV ou qualquer meio de comunicação. Parece que fui internada num manicômio e não me avisaram", diz.

Não existe cama dupla nos quartos, e os casais precisam dividir espaço no beliche. O esgoto que corre a céu aberto e a grande quantidade de lixo espalhada no entorno do alojamento, atraí bichos e insetos para os quartos. A água que os trabalhadores bebem é de um poço cheio de lodo, aberto no meio da pastagem.

Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura de Sooretama, cerca de 6 mil trabalhadores estão na cidade para a colheita do café.

O OUTRO LADO

"Há esforços dos produtores para se adequarem à lei"

"Existem normas que são impossíveis de serem cumpridas, mas há esforços dos produtores para se adequarem à lei. A questão sanitária é difícil, por exemplo, devido ao tamanho das lavouras. Por outro lado, a disponibilização de água nos cafezais está sendo cumprida, e a questão dos alojamentos já melhorou

bastante. A delegacia do Trabalho tem realizado diversos eventos com objetivo de conscientizar os agricultores a cumprirem as leis trabalhistas. São palestras proativas e educativas. Com isso, não vou dizer que estamos numa situação ideal, mas já avançamos muito. O proprietário rural tem uma 'indústria' a céu

aberto, e está suscetível às adversidades climáticas. Faltam incentivos e apoio. Por outro lado, nos vemos muitas coisas não cumpridas no perímetro urbano, mas que não são cobradas no nosso setor".

— JÚLIO DA SILVA ROCHA
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO (FAES)

40 ECONOMIA

A GAZETA DOMINGO, 1º DE JUNHO DE 2014

TRABALHO DEGRADANTE

DRAMA NO CAMPO

O café é o principal produto da agricultura capixaba, mas a época da colheita ainda prejudica e muito as cidades envolvidas, devido à falta de estrutura para abrigar os trabalhadores

DE ONDE ELES VÊM

BAHIA

MINAS GERAIS

Região Metropolitana de Belo Horizonte

- Serrinha
- Feira de Santana
- Alagoinha
- Região Metropolitana de Salvador
- Ubatuba
- Ilhéus
- Itabuna
- Porto Seguro
- Teixeira de Freitas
- Santa Helena de Minas
- Teófilo Otoni
- Mantena
- Governador Valadares
- Ipatinga
- Aimorés
- Juiz de Fora

QUANTOS TRABALHADORES CHEGAM

Total: pelo menos 20 mil trabalhadores são recrutados para trabalhar na colheita do conilon



Fonte: Incaper

PRINCIPAIS PROBLEMAS

- Falta de abrigo e banheiros na frente de trabalho (cafezais)
- Alojamentos inadequados e insalubres
- Trabalhadores sem carteira assinada
- Falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)
- Transporte de pessoal feito sobre caminhões e tratores
- Não realização de exame médico admissional
- Jornada de trabalho exaustiva de até 15 horas
- Baixo preço pago por saco de café colhido (entre R\$ 7 e 10)
- Isolamento: trabalhadores sem contato com a família

A COLHEITA Das 90 mil propriedades agrícolas capixabas, 60 mil produzem café



Para este ano, a produção estimada é de 12,5 milhões de sacas

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

NOITES E DIAS PESADOS

As noites são em alojamentos ruins; os dias, de trabalho duro

FOTOS: FERNANDO MADEIRA

■ PATRIK CAMPOREZ
pmacao@redgazeta.com.br

O período de safra do café dura pouco mais de dois meses. No entanto, por não suportar as pesadas condições de trabalho impostas nas lavouras, muitos empregados voltaram para suas cidades de origem antes de o período de colheita chegar à metade. Numa grande propriedade de Arariboia, no interior de Vila Valério, pelo menos 40 trabalhadores da Bahia, acabaram deixando as lavouras.

Cerca de 160 empregados permanecem no alojamento – pelo menos 30 são mulheres –, que sequer conta com itens considerados básicos pelo Ministério do Trabalho, como material de limpeza, geladeiras, e quartos ventilados. Na segunda-feira, 26 de maio, dia em que A GAZETA esteve no local, trabalhadores disseram que há mais de um mês nem papel higiênico recebiam.

“Prometeram mundos e fundos para nos tirar das nossas cidades. Chegando aqui, a realidade é outra, muito mais dura. Exploram o ser humano como se não fosse gente,” diz uma jovem de 23 anos, moradora de Itabuna.

No alojamento, cada quarto é dividido por até sete trabalhadores. Mulheres e homens não são



Atividade na lavoura é pesada. Muitos trabalhadores voltam para suas cidades antes de a colheita chegar à metade



Transporte irregular de trabalhadores em Vila Valério, onde funcionários reclamam de “falsas promessas”



separados por quartos, o contraria a legislação.

ACIDENTE

Uma mulher relatou

que fraturou a mão em uma galho de café e que não vai receber pelo tempo parado. “Quem não trabalha, não ga-

nha. Só parei hoje porque não aguentei de dor. Amanhã tenho que voltar para lavoura,” disse.

NESTOR GOMES

Uma inspeção para fiscalizar irregularidades em uma propriedade rural em Nestor Gomes, no interior

de São Mateus, no Extremo Norte do Estado, flagrou trabalhadores em condições de trabalho irregulares. A ação foi realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) após uma denúncia anônima. O responsável pela propriedade, que contava com a mão de obra de pelo menos 60 trabalhadores, encontrou alojamento insalubre, instalações sanitárias precárias e trabalhadores contratados sem a realização de exames médicos.

Nesta colheita, o Ministério do Trabalho fiscalizou 40 propriedades rurais em São Mateus e Jaguaré. “Em praticamente todas elas encontramos irregularidades. Tem camas improvisadas com tábua e blocos de cimento, depósito de agrotóxico e adubo perto de alojamento, quando tinham que estar distantes no mínimo de 50 metros, além de barracos sem fechadura e banheiros que não oferecem privacidade ao trabalhador. Fossas sem acento, sem água e sem papel higiênico alvos dos nossos autos de infração”, revela o fiscal Francisco leitão.

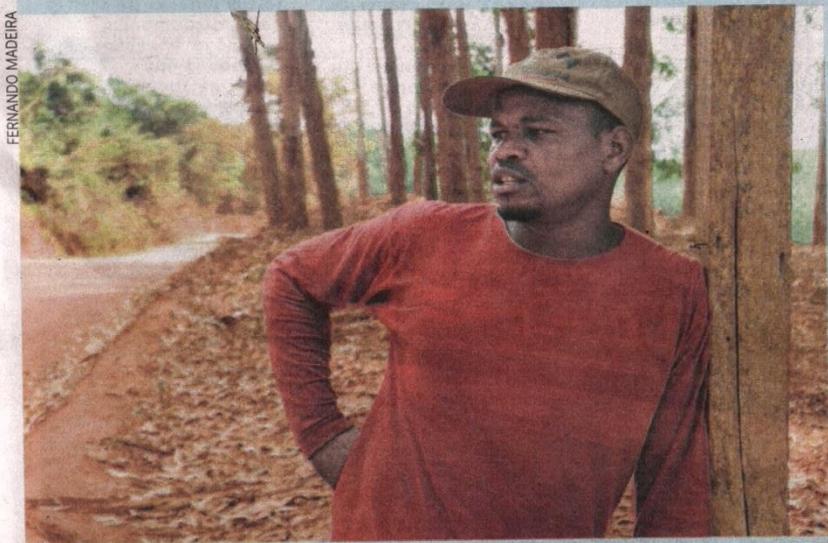
Outra irregularidade, encontrada em pelo menos 20% das propriedades, é o trabalho sem carteira assinada, segundo os fiscais.



Palavras de quem sofre

Quem sente na pele as desventuras da colheita do café conta que perde-se até a dignidade em condições tão críticas. A vontade é uma só: voltar logo para casa

FERNANDO MADEIRA



FERNANDO MADEIRA

Sono no meio de ratos e mosquitos.
Izael viajou de Salvador (BA), com outras 70 pessoas, para trabalhar na colheita em Sooretama, no Norte do Estado

“Estou louco de vontade de voltar para casa. Consei de dormir no meio dos ratos e dos mosquitos, sem dignidade”

IZAEL SANTANA DE JESUS tem 23 anos e trabalha há 55 dias na colheita do café



FERNANDO MADEIRA

“Tenho que dividir um colchão de solteiro com meu marido. Quero sair desse lugar logo”

IZAEL SANTANA DE JESUS MORA PERTO DE SALVADOR



“Divido o quarto com cinco pessoas. Aqui não tem refrigerador, nem para a água, nem para a comida”

ROSILENE SOUZA ESTÁ ALOJADA COM 170 PESSOAS

Keley Kristiane Vago Cristo

“Vamos tomar as providências cabíveis”

Ministério Público vai verificar todos os flagrantes apurados por A GAZETA e pode, inclusive, pedir a **interdição** de algumas propriedades

▲ PATRIK CAMPOREZ
pmacao@redgazeta.com.br

O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai apurar todos os flagrantes de trabalho degradante e situações análogas à escravidão apurados por A GAZETA, podendo inclusive pedir a interdição de algumas propriedades, dependendo da gravidade das irregularidades encontradas.

Ao tomar conhecimento das informações e imagens levantadas, a procuradora do Trabalho Keley Kristiane Vago Cristo, titular no Espírito Santo da Coordenadoria Nacional

de Combate ao Trabalho Escravo (Conaete), classificou como “inadmissível” uma realidade dessas no mundo de hoje, onde a informação está ao alcance de todos”.

“Vamos tomar as providências cabíveis, inclusive processando os responsáveis. As ações poderão acarretar em multas, interdição das propriedades, pagamento dos direitos aos trabalhadores e indenização por dano moral coletivo ou individual, inclusive podendo ter ajuizamento de Ação Civil Pública”, declarou a procuradora.



Procuradora diz que atitudes são inadmissíveis

ASCOM/MPT

Pelo menos 250 trabalhadores são flagrados por ano em situação degradante de trabalho no Espírito Santo, a maior parte deles atuando em propriedades rurais, segundo informações do MPT.

Os municípios de Jaguaré, Vila Valério, Nova Venécia, Sooretama, Linhares, Rio Bananal, São Mateus, São Gabriel da Palha e Marilândia são os principais produtores de conilon do Estado, e recebem maiores contingentes de trabalhadores.

Condições de cerceamento de liberdade, ser-

vidão por dívida e trabalho forçado estão entre as principais situações denunciadas nessa região pelo MPT, que recorrentemente também tem realizado a libertação de trabalhadores em situações análogas à escravidão.

EMPREGO NO CAFÉ

De acordo com o Inca-per, a produção de café é a principal atividade geradora de emprego e renda em 80% dos municípios do Estado. São 131 mil famílias envolvidas na produção, que gera cerca de 400 mil empregos diretos e indiretos.